

Índice

Introdução

1ª Parte

1.1 Workshop – A marca

1.2 Workshop – Guiné Bissau

1.3 Tema II – Reconhecimento do território e proposta

1.4 Tema III – Espaço público nas Amoreiras

1.5 Tema I – 4 casas nas Amoreiras

1.6 Tema IV

2ª Parte

2.1 Trabalho teórico

3ª Parte

3.1 Bibliografia geral e específica

Anexos

Ficha de Unidade Curricular

Enunciados Workshop I e II Temas I, II, III e IV

Enunciado do Laboratório

A leitura do livro de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, foi, desde o início, o mote para o desenvolvimento dos vários exercícios deste ano letivo, uma vez que obrigou à reflexão acerca do tempo: do tempo passado, do tempo presente e do tempo futuro. Ainda que na obra haja uma constante e forte presença do elemento tecnologia – o motor de desenvolvimento de uma sociedade, algo que ainda hoje se pode, embora não em exclusivo, considerar verdadeiro – há por outro lado uma vontade extrema da perfeição social, de agrupamento e organização da sociedade de uma forma considerada ideal.

Contudo, ao longo do desenvolvimento dos diversos trabalhos, as pesquisas históricas e sociológicas revelaram-se um dado importantíssimo na compreensão não só dos locais para os quais foram propostos, mas também, e sobretudo, no entendimento do meio social onde se inseriram. No caso, por exemplo, da sociologia, a investigação dos dados históricos é um dado muito importante para traçar os perfis que caracterizam a população e os seus hábitos. Igualmente, na arquitetura, estes dados históricos são da maior relevância uma vez que muitas vezes as soluções para os problemas atuais podem estar em exemplos mais antigos de edifícios.

No primeiro workshop realizado, o facto de trabalharmos a mancha deixada por um objeto conduz-nos de imediato a dois fatores muito importantes: o tempo e o percurso. O percurso que se desenvolve não só em extensão como também em tempo. Aqui o tempo é a composição de sucessivos momentos que juntos formam o percurso visto que o objeto se vai movendo no suporte. Neste caso, e após diversas experiências em diversos formatos, o rolar da pilha, envolta em tinta, pelo papel, permitiu criar o registo não só do seu trajeto pelo suporte mas, sobretudo, criou o registo da tinta que, ao longo do tempo, foi ficando fixada no papel, chegando ao limite de já não deixar nenhum registo. Uma vez encontrado este resultado, e sobretudo cruzando-o com o excerto da obra de Italo Calvino, da obra *As cidades invisíveis*, foi possível associar o percurso, traduzido em mancha, à criação de um espaço, imaginário onde fosse possível traçar percursos diversos, no intuito de um hipotético utilizador poder escolher qual deles prefere

tomar. Aqui, a importância da ideia de que, no caso de uma cidade, a multiplicidade de percursos é um elemento fundamental ao seu conhecimento.

No segundo workshop, a criação de um centro interpretativo da obra de Amílcar Cabral (1924 – 1973), fundador do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), vocacionado para uma resposta mais prática, real e exequível, os elementos de estudo mais importantes foram o tomar conhecimento das realidades sociais que caracterizam Bafatá, uma cidade no centro da Guiné-Bissau. Desta forma, foram analisadas igualmente as características urbanas e arquitetónicas locais, por forma a melhor responder ao enunciado. Aqui, a importância de fatores como o clima ou os métodos e materiais construtivos da região foi muito grande e influenciou o resultado final.

Na intervenção na colina das Amoreiras, foram realizados diversos estudos que permitiram enquadrar este território na cidade de Lisboa. A importância dos dados históricos mais uma vez foi muito importante para perceber quais as relações que se estabelecem com os fluxos da cidade, visto que esta zona é crucial na articulação do trânsito de entrada e saída da cidade. Nesta análise foi possível também perceber a importância do espaço público pois aqui há uma grande quantidade de áreas verdes que, no entanto, não são espaços de utilização quotidiana pelos moradores ou trabalhadores desta zona. As ligações ao resto do centro urbano fazem-se essencialmente por transportes rodoviários, havendo um grande distanciamento desta área territorial – onde há uma grande quantidade de escritórios e serviços – à rede de metropolitano. Assim a estratégia de grupo, desenvolvida adiante, procura reforçar este aspeto de referência, dotando esta área de um interface onde se reúnam autocarros, metropolitano e elétrico, este último um transporte bastante importante na cidade. A proposta visa fazer o reforço da ligação do centro da cidade ao parque de Monsanto, solidificando o Corredor Verde de Lisboa, projeto defendido pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles (1922), bem como unificar, através do pavimento em calçada portuguesa com um desenho específico, fazer a união às áreas que confinam com o local da proposta de intervenção.

Em grupo foi também traçado o perfil social da sociedade a quem o exercício de projeto individual se destina: uma sociedade daqui a 20 anos. Nas previsões feitas em grupo procurou-se tentar perceber, cruzando os dados do presente, como serão as relações entre os habitantes e a cidade, entre o espaço privado da habitação – que se entendeu ter tendência a ser cada vez mais reduzido – e o espaço público, que, na visão do grupo, será a extensão do espaço privado.

A proposta individual – 4 casas nas Amoreiras em 2032 – localiza-se na zona 6. Esta zona, delimitada a poente pela rua das Amoreiras, a nascente pela rua Silva Carvalho, infletindo nesta pela travessa do Barbosa, a sul pela rua Gorgel do Amaral e por fim, a norte, pelo traçado do aqueduto das Águas Livres. O terreno onde se localiza a proposta individual consiste numa faixa verde adossada ao aqueduto das Águas Livres, o elemento mais marcante desta zona, e é atualmente um espaço público descaracterizado com uma utilização como espaço de lazer pouco expressiva. Desta forma a proposta pretende ser o elemento dinamizador deste espaço público, sendo por isso elevada do solo, criando múltiplos locais de permanência. A importância do espaço público e do convívio levaram a que, ao programa das 4 casas, se juntasse uma cafetaria, que se encontra totalmente aberta a um dos momentos de permanência que pautam esta intervenção. Os sistemas de vistas, em articulação com os percursos públicos propostos, são parte integrante da proposta, influenciando-se mutuamente.

O tema 4, de interpretação livre, constitui-se como uma síntese do percurso projetual deste ano letivo. A importância dos percursos na cidade, quer os reais, construídos, quer os imaginários, existentes na interpretação individualizada de cada um dos habitantes da cidade, foram um dos mais importantes dados da estratégia de grupo, primeiro, e da conceção da proposta individual, depois. Estes, juntamente com a influência das obras de referência, e à importância do espaço público – no presente e no futuro – levaram a um objeto-síntese que se gera, de forma abstrata, através da multiplicidade de trajetos que, diariamente, atravessam, permanecem ou contemplem, o espaço público.

O desenvolvimento de um trabalho teórico acerca de um nú-

cleo histórico da cidade de Lisboa, neste caso, localizado na freguesia de Carnide, vem de encontro a uma das vertentes de entendimento do “mundo novo”, uma vez que, apesar de ser uma realidade de uma época passada, existe hoje e existirá no futuro, tendo vindo, desde a sua criação, a adaptar-se a diversas perspetivas do “mundo novo”, a diferentes futuros que, entretanto com o passar do tempo, se tornaram presentes e posteriormente passados. Assim, também este núcleo se soube adaptar à tecnologia, aos novos conceitos habitacionais e socioeconómicos. Existem, no entanto, ainda hoje, alguns registos, neste caso através da habitação de génese popular, de um ultrapassado “mundo novo”. O trabalho procura confrontar dois exemplos deste tipo de arquitetura: um transformado na íntegra, o outro mantendo-se, na sua essência, original, fazendo a comparação entre os dois casos de uma perspetiva não só arquitetónica mas sobretudo sociológica, utilizando para tal dados provenientes da investigação histórica acerca do núcleo e dos edifícios em si.

Sucintamente, numa perspetiva de desenvolvimento futuro, que está permanentemente a acontecer, a importância do conhecimento da atividade da sociedade em épocas passadas é um elemento-chave do seu próprio desenvolvimento. Apenas conhecendo as origens, o percurso traçado, é possível um desenvolvimento futuro com bases sólidas e com capacidade de resposta aos desafios do “Novo Mundo”.

ZENÓBIA

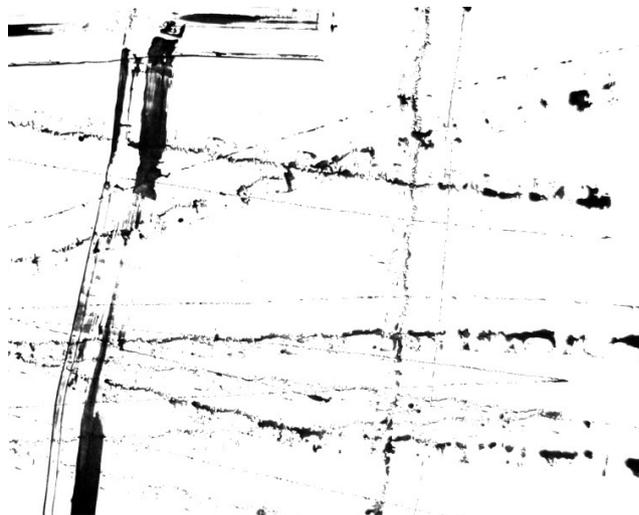
Workshop | marca, texto e espaço

António Gorjão
J Francisco Nóbrega
Nuno Botelho
Pedro Pão
Sérgio Sá
Tiago Ornelas





1



2



3

Após a concretização de varias manchas em tinta-da-china, através da marcação de diversos objetos, optamos pela pilha, pois esta proporcionava uma marca/mancha que embora não nos oferecesse o dinamismo de outros objetos, permitia-nos uma repetição muito semelhante da mancha.

- 1- Objeto: Palhinha
- 2- Objeto: Rolha
- 3- Objeto: Parafuso

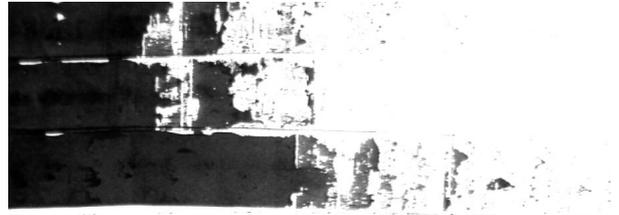
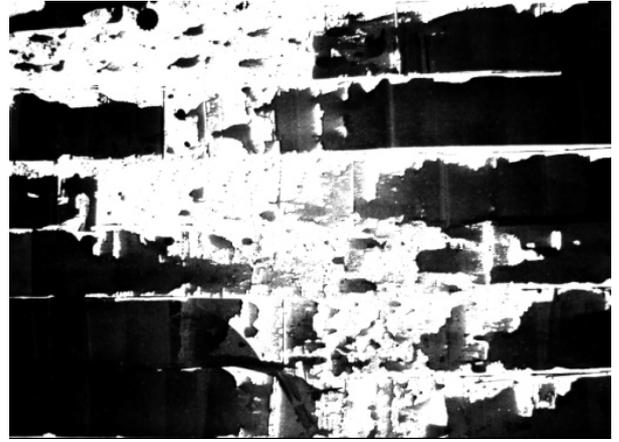
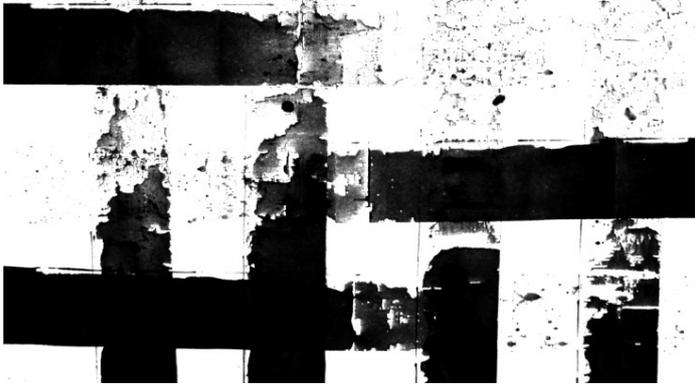


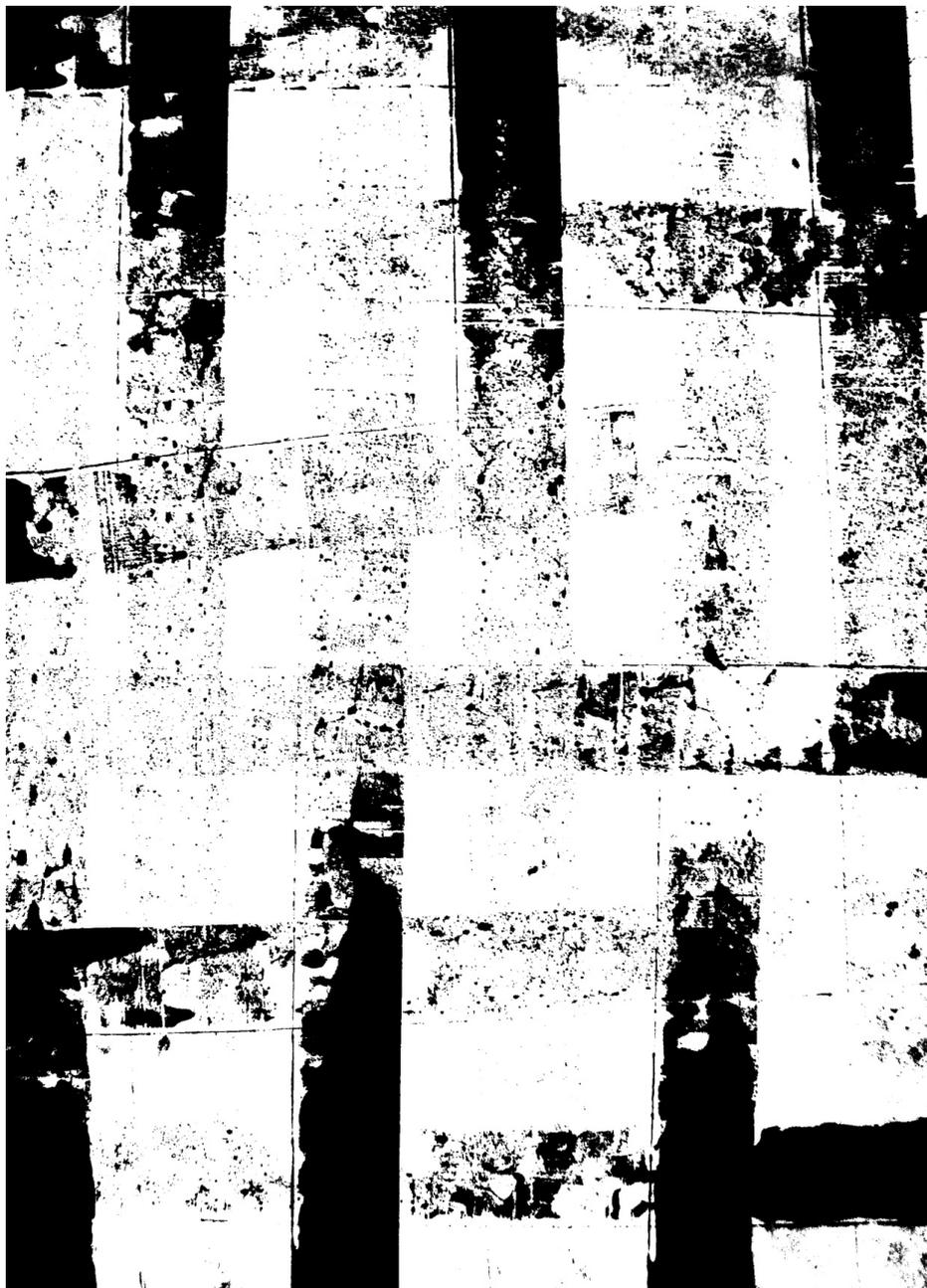
4



5

A marca obtida é uma “faixa” mais compacta no início que vai perdendo intensidade, obtida pelo deslizar da pilha no suporte de papel. Através da repetição desta ob tivemos várias composições.





A mancha selecionada compreende a totalidade da folha, dando-nos a liberdade de imaginar um espaço sem limites, seguindo a sugestão da mancha “querendo” extravasar os limites da folha. A mancha é mais compacta nos extremos e perde densidade no centro. Assim sendo, optamos por lê-la como um corte vertical do espaço a criar.

6-Estudos de marca
7- Marca final

ITALO CALVINO

As Cidades Invisíveis

Uma das obras-primas da literatura do século XX



8- Capa do livro As cidades Invisíveis,
Calvino

Texto

“Agora vou falar da cidade de Zenóbia que tem esta coisa admirável: embora situada num terreno seco, surge sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco, com muitos poleiros e varandas, postas a diferentes alturas, em andas que sobrepõe umas às outras, ligas por escadas e passeios suspensos, transportas por miradouros cobertos de alpendres em cone, barricas de depósitos de água, girândolas cataventos, e sobressaem roldanas, linhas de pesca e gruas.

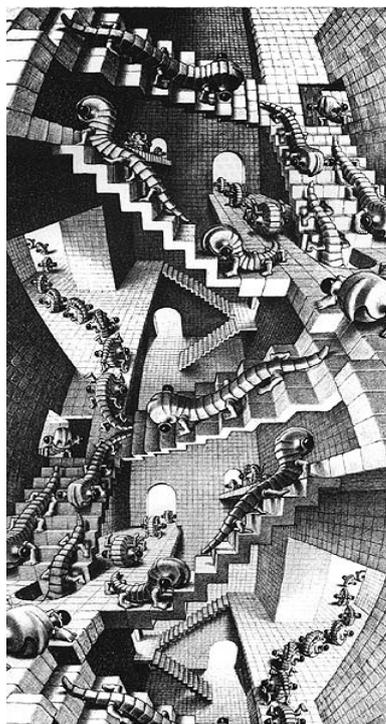
Qual necessidade ou ordem ou desejo terá impolido os fundadores de Zenóbia a dar esta forma à sua cidade, ninguém se recorda e por isso não se pode dizer se terá sido satisfeito pela cidade tal como nós a vemos, crescida talvez por sobreposições sucessivas a partir do primeiro e agora indecifrável desígnio. Mas a verdade é que quem habita Zenóbia se lhe pedirem que descreva como veria ele a vida feliz, é sempre uma cidade como de Zenóbia que imagina, com as suas palafitas e as suas escadas suspensas, uma Zenóbia talvez toda diferente, toda desfraldada de estandartes e de faixas, mas obtida sempre combinando elementos daquele primeiro modelo.”

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema, 1995

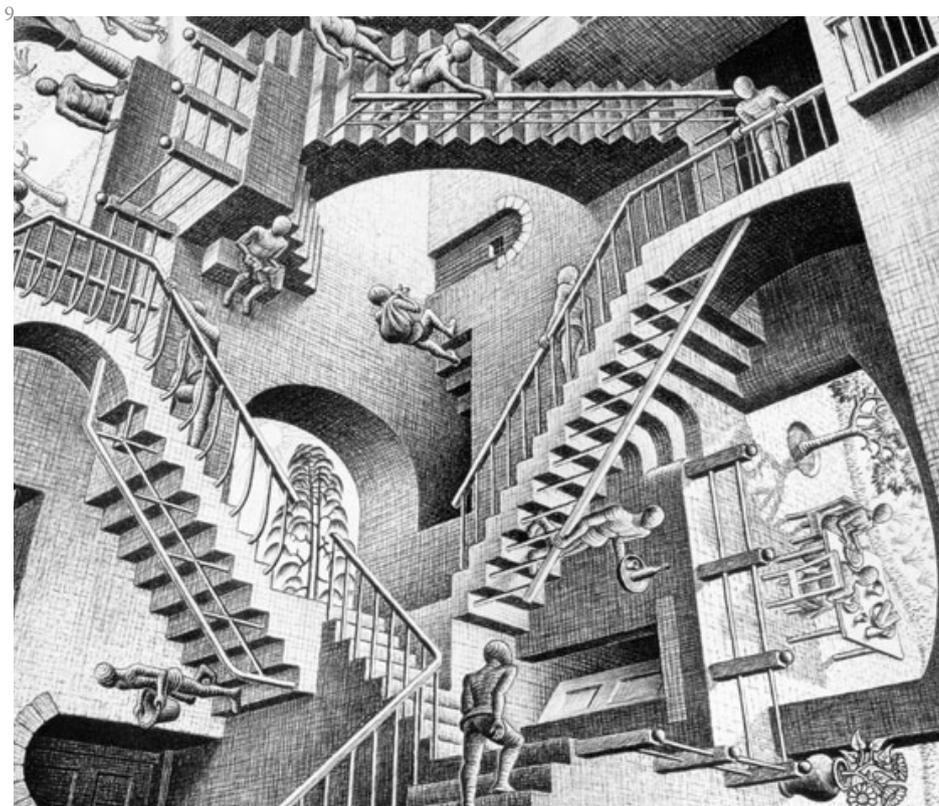
O excerto literário escolhido remete-nos para um espaço criado por adições, isto é, o espaço cresce consoante a necessidade de quem o habita não se prevendo um limite. Resulta assim uma unidade espacial construída através da agregação de módulos, um espaço fluido, não impondo percursos pré-definidos. Desta forma, o utilizador é o construtor do seu próprio percurso, escolhendo: por onde entrar, o que ver e por onde seguir, permanecendo sempre a dúvida de onde terminará este espaço.

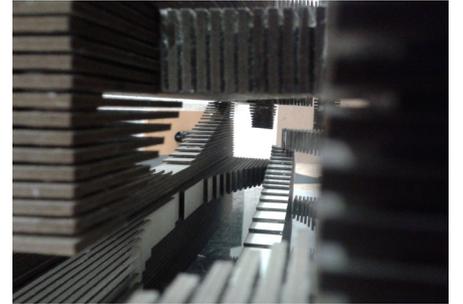
Uma das características predominantes nos trabalhos de Escher prende-se com os efeitos de ilusão ótica, através de entrelaçados e sucessivas repetições, remetendo-nos para realidades/espacos imaginários com caráter abstrato.

Desta forma, a influência deste artista prende-se com a espacialidade criada, presente na eliminação de barreiras e na ausência de gravidade permitindo-nos ignorar a sua posição do espaço.



9- House of Stairs, 1951, M.C. Escher
10- Relativity, 1953, M.C. Escher





11, 12 e 13 . Maquete

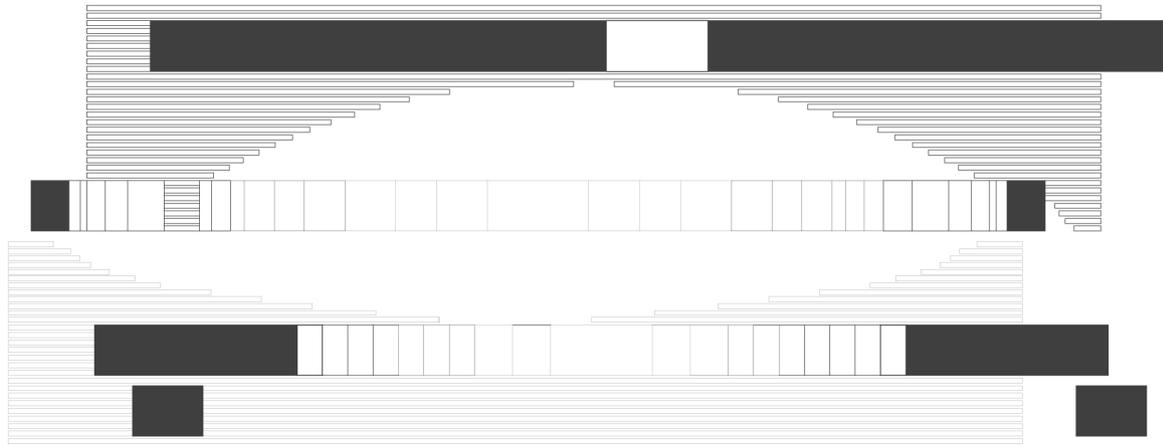


14- Processo de montagem da maquete.

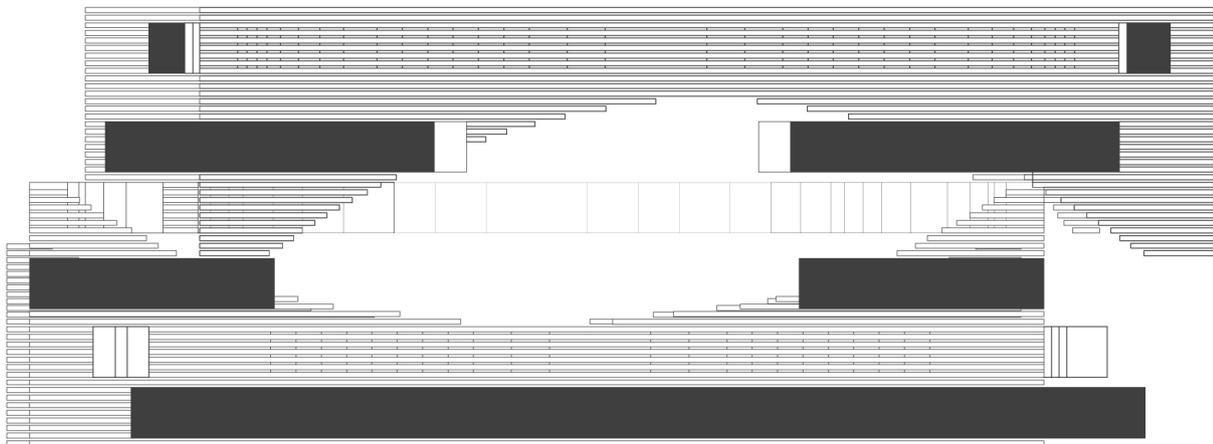
15- Maquete Final.

A materialização do espaço surge da repetição de vários planos, originando volumes que transmitam o carimbo do objeto escolhido, sendo a parte mais compacta destes representada por planos em corte, e à medida que se afastam representam o esbatimento da mancha.

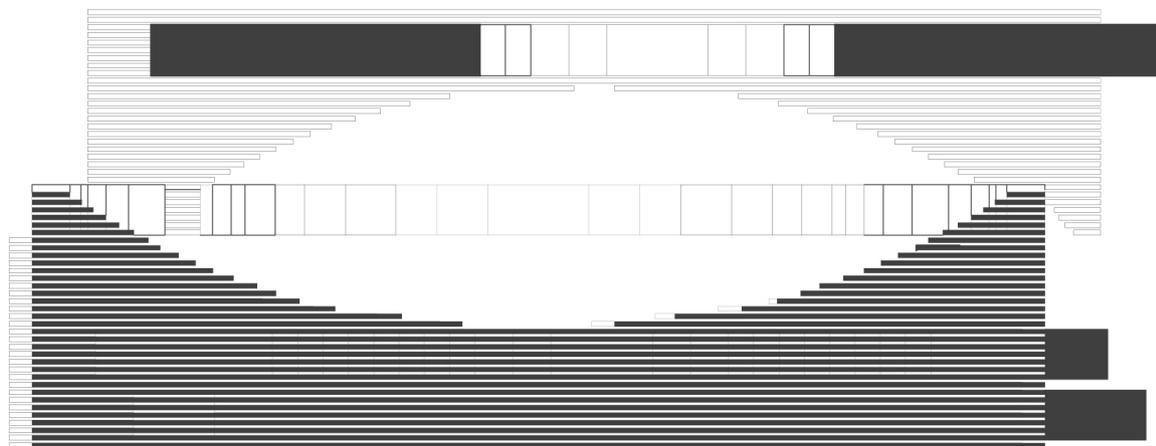




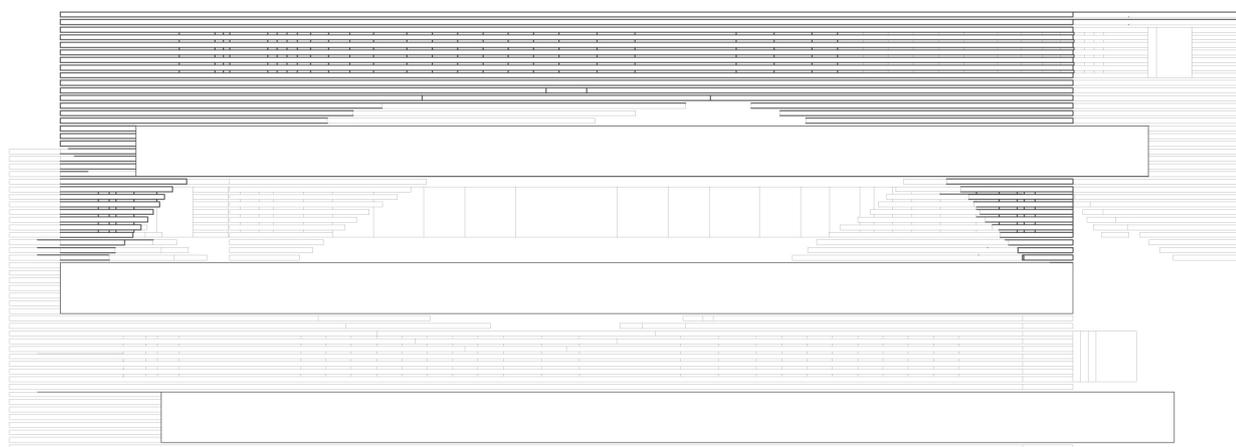
Planta 01



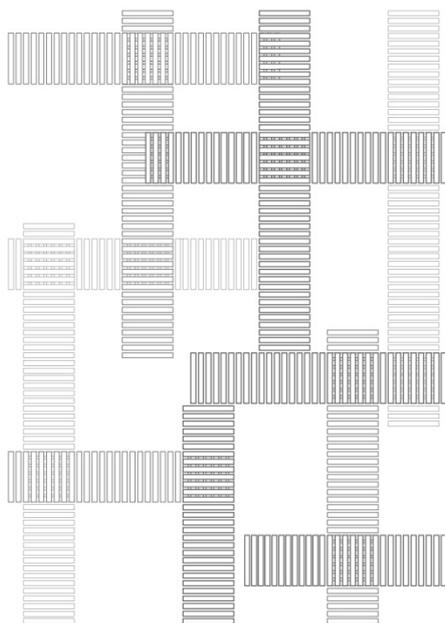
Planta 02

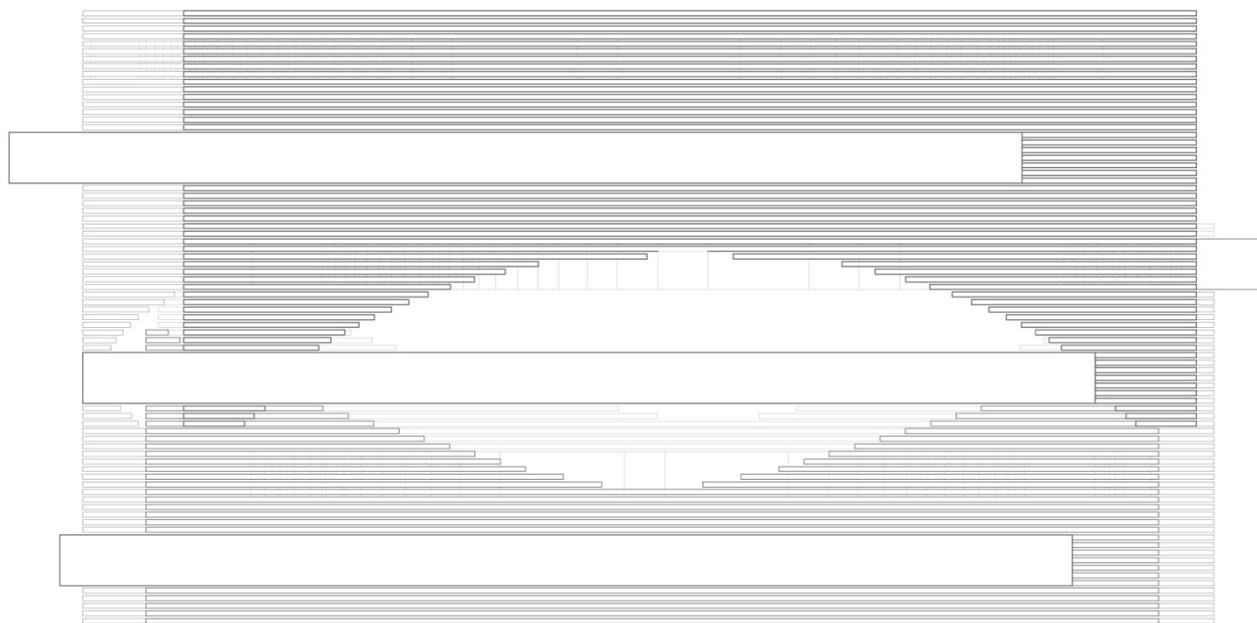


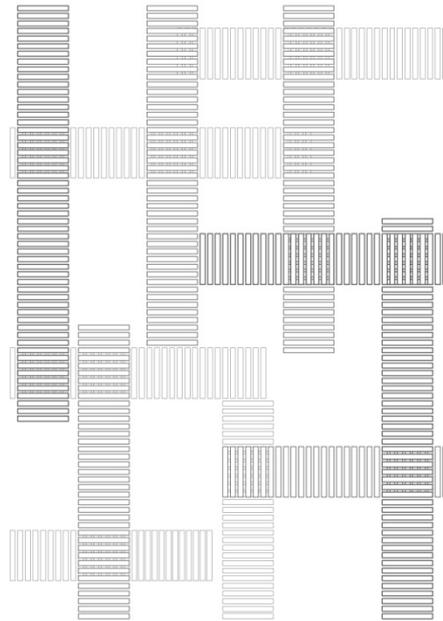
Planta 03

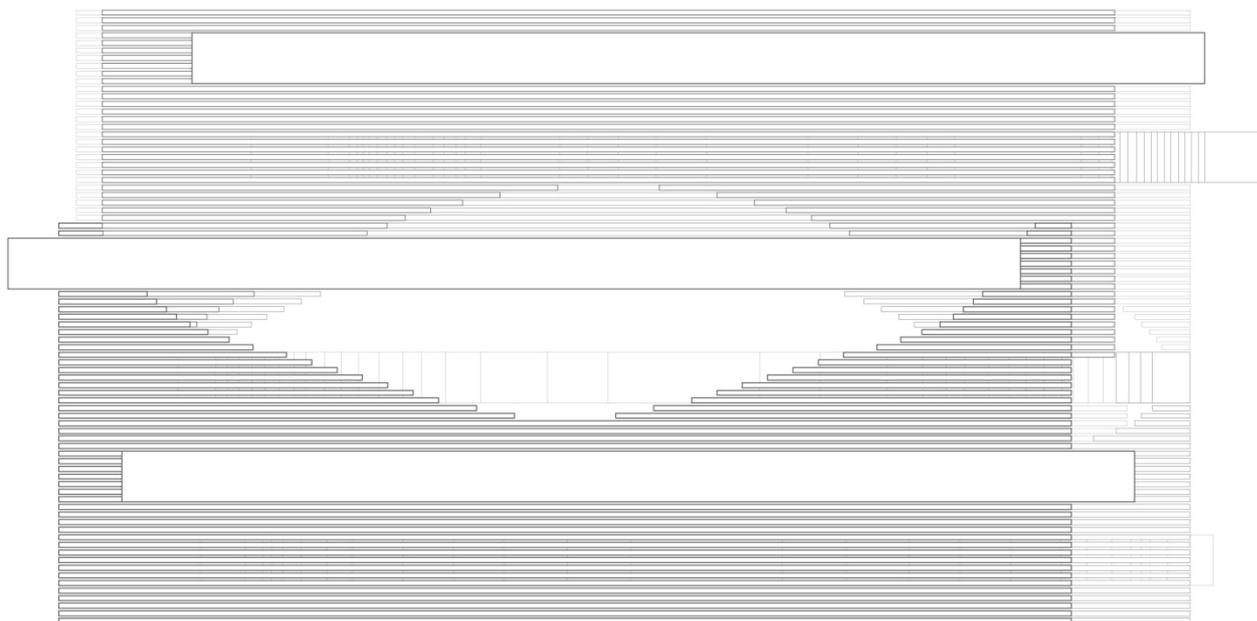


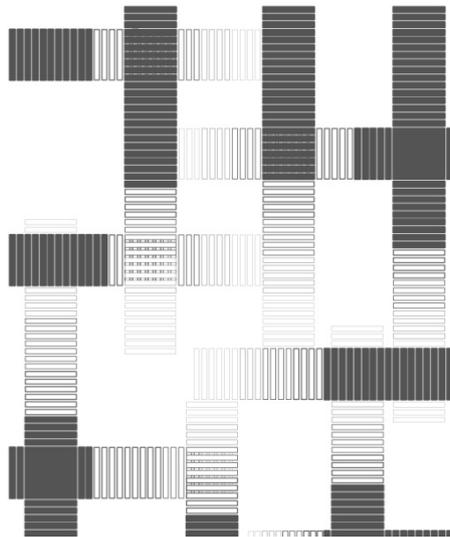
Planta cobertura

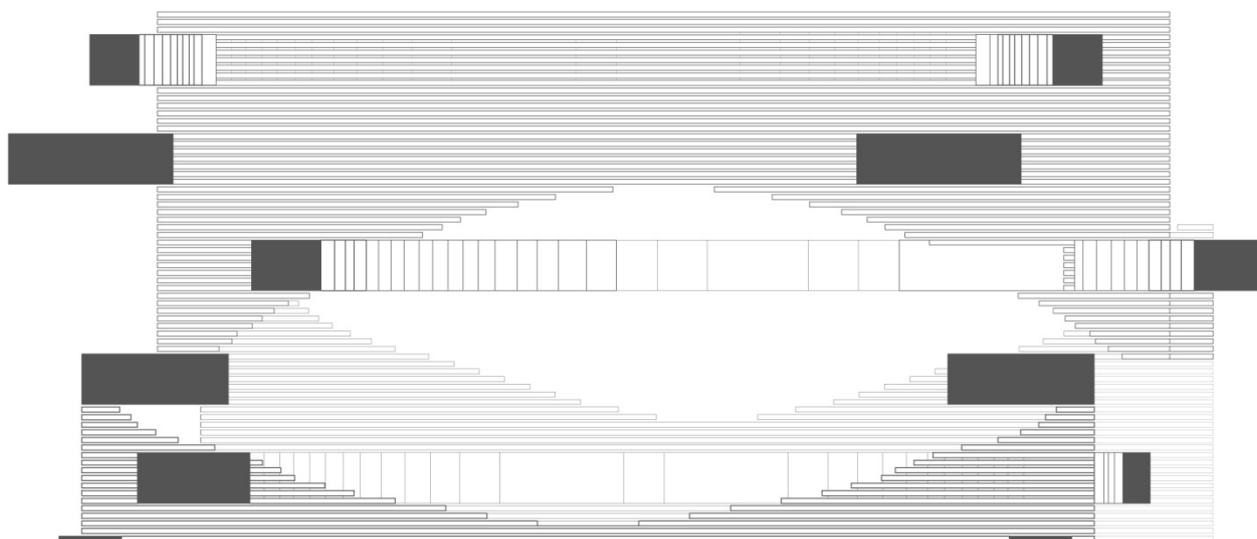










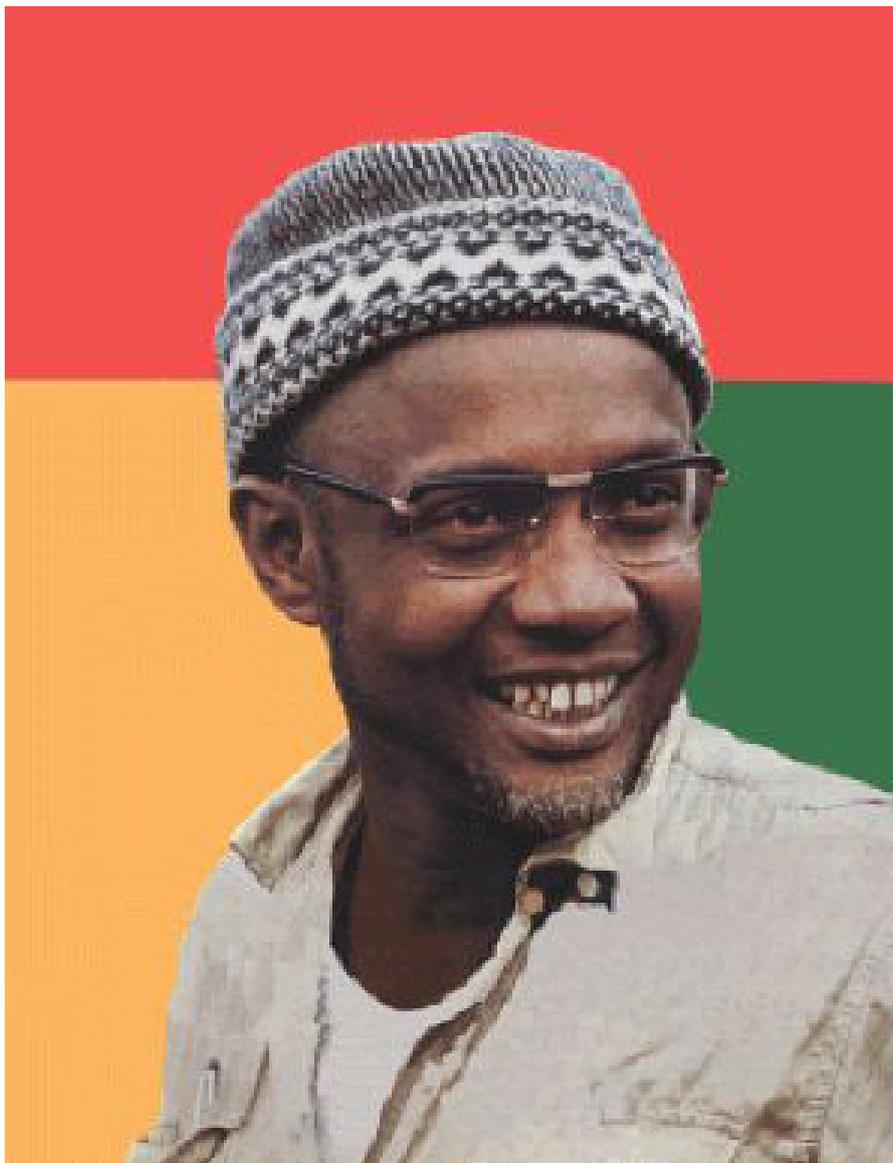


centro interpretativo
Amílcar Cabral

Workshop | Guiné-Bissau | Bafatá

António Gorjão
J Francisco Nóbrega
Nuno Botelho
Pedro Pão
Sérgio Sá
Tiago Ornelas



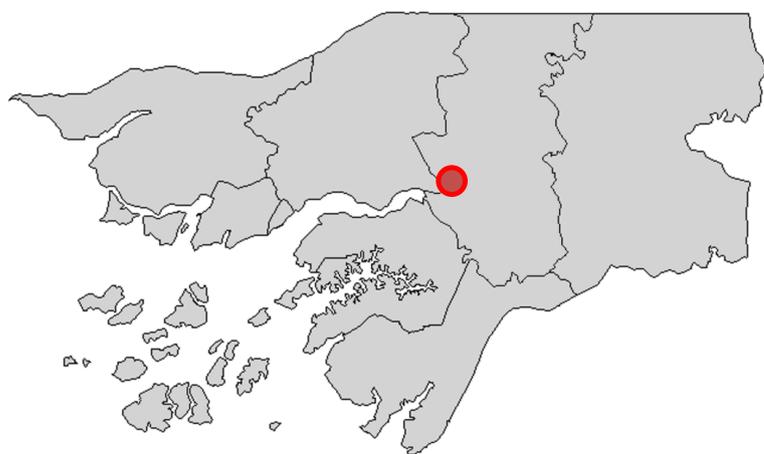


No âmbito das comemorações dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral, na cidade de Bafatá, que enquadrou concetualmente este Workshop, foi proposta a criação de uma estrutura efémera que pudesse albergar um centro de estudos, tendo como base concetual/epistemológica os princípios político-filosóficos defendidos pelo fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Amílcar Lopes Cabral nasceu a 12 de Setembro de 1924, na Guiné-Bissau (cidade de Bafatá); aos 8 anos de idade, mudou-se com a sua família para Cabo Verde, onde passou a sua infância; em 1945, consegue uma bolsa de estudos e ingressa no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa, onde termina o curso em 1950. Em 1952, contratado pelo Ministério do Ultramar, regressa à Guiné-Bissau, onde percorre grande parte do país a trabalhar no Recenseamento Agrícola, fator que permitiu que se confrontasse com a realidade social do seu país. Em 1959, Amílcar Cabral, juntamente com Aristides Pereira, seu irmão Luís Cabral e Fernando Fortes, fundam o partido clandestino, Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Quatro anos mais tarde, o PAIGC sai da clandestinidade ao estabelecer uma delegação na cidade de Conacri. A sua postura, princípios e políticas vão no sentido de resolver as dificuldades com que se deparou, de modo a unificar os diversos povos.



17 - Mapa de Guiné Bissau



A cidade de Bafatá situa-se no interior do território da Guiné Bissau e é banhada pelo rio Geba. A cidade é articulada ao longo de uma grande boulevard, no sentido nordeste e sudoeste; é precisamente junto ao rio onde se encontra uma malha mais consolidada e definida (desenho urbano colonial português), a qual se pode caracterizar de cidade formal. Ao longo deste eixo estruturante, vão sendo implantados os equipamentos públicos principais da cidade como o Mercado Municipal, as Piscinas (década de 60) e o Jardim Público. Afastada do rio, encontra-se a área mais administrativa da cidade, que inclui a Casa do Governador, a Escola, o Posto de Correios e a Igreja. Continuando o percurso ao longo da boulevard, agora na entrada do núcleo urbano, situa-se o Hospital. (fig. 18) Todos os edifícios referidos anteriormente são desenhados sob a matriz da arquitetura colonial portuguesa.

Esta cidade formal encontra-se, de forma geral, com pouca atividade e abandonada, situação que contrasta com a sua periferia, de grande dimensão, com uma malha de ruas existentes e uma organização em quarteirão, bastante dispersa; a sua ocupação não se foca nas frentes das ruas, sendo o interior do quarteirão ocupado de uma forma aleatória/espontânea, denominado de cidade informal. Nesta zona da cidade é onde se encontra mais movimento, onde se localiza o comércio local e os espaços de encontro entre as comunidades.

18 - Ortofotomapa de Bafatá.





EXERCICIO DE
AQUECIMENTO

IDEIAS DE UNIFICAÇÃO
DE AMILCAR CABRAL

VISTA AÉREA DA CIDADE
DE BAFATÁ

CENTRO INTERPERTATIVO
AMILCAR CABRAL

Como premissa para a concretização espacial do centro interpretativo, deveríamos tomar a linha de raciocínio do exercício de arranque, no qual adotámos como princípios o seguinte: um espaço que surge sem uma regra de utilização pré-definida, permitindo liberdade nas escolhas dos percursos, sendo este um espaço sem um limite físico; agregação de módulos idênticos, com fim de criar uma unidade espacial (centro interpretativo).

Da malha existente na zona residencial da cidade, emergem as referências para a concetualização do projeto, uma vez que se encontra uma grande permeabilidade na disposição das habitações, facultando que o papel da rua não seja relevante no percurso das pessoas pela cidade. A inexistência de frentes de rua consolidadas, bem como a utilização do interior do quarteirão, permite-nos que o projeto seja consolidado nestes espaços e que sejamos conduzidos para uma liberdade de percursos, para que possamos experienciar uma nova forma de viver a cidade.

A ideia estruturante e o objetivo principal da nossa intervenção acabam por ser exatamente o que Amílcar Cabral pretendeu para os povos da Guiné e Cabo Verde: a unificação dos povos. Para alcançar este fim, propõe que a língua portuguesa seja ensinada, para que a comunicação se torne mais fluente e facilitada. Embora a nossa intervenção tenha uma localização exata, o seu objetivo é que este tipo de intervenções e agrupamentos de módulos se espalhe pela cidade, numa ideia de unificação dos habitantes, criando unidades de vizinhança, locais de encontro e convívio e até a possibilidade de criação de pequenas habitações.

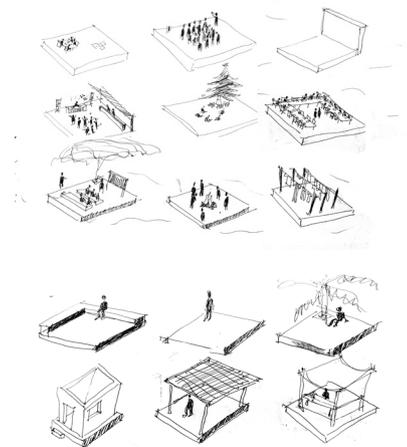
O projeto, de carácter efémero, requer uma construção de montagem simples, com um sistema construtivo flexível e versátil, que possa ser aplicado tanto em paredes como nos móveis, balcões e bancos das estruturas modulares. Relativamente ao sistema construtivo que adotámos para as estruturas modulares, um dos conceitos principais do projeto seria deixarmos a nossa “pegada” na cidade. Cada módulo tem uma plataforma em betão e terra que suporta toda a estrutura.

Sobre esta plataforma, irão ser colocados pilares metálicos de secção circular, de 1,5 em 1,5 metros, onde irão correr tábuas de madeira, de 20 cm de largura por 5 cm de espessura, furadas de 0,5 em 0,5 metros com



19 - Delimitação da zona de intervenção

20 - Esquema de utilização das plataformas



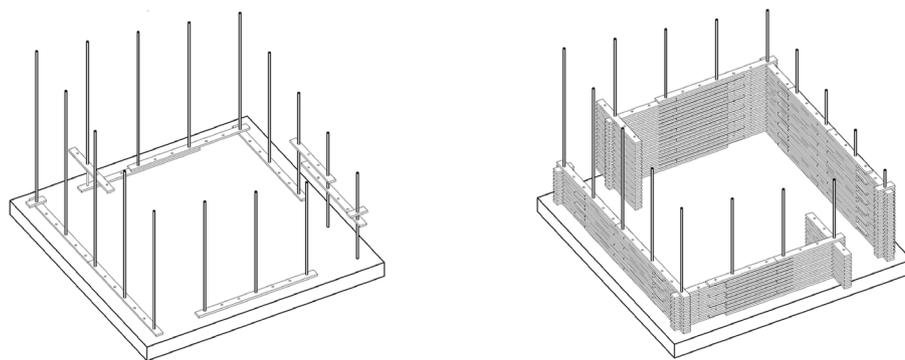
diferentes comprimentos, com o objetivo de criar aberturas para ventilação e iluminação interior. Estas tábuas são desfasadas umas das outras em 5 cm, para dar um efeito de rugosidade nas fachadas. A cobertura terá o mesmo sistema estrutural, com perfis metálicos circulares, formando quadrículas com aproximadamente 1,5x1,5 metros, onde assentarão uns painéis sanduíche, pré-fabricados, compostos por acrílico alveolado e madeira.

Considerando os princípios anteriores, a nossa proposta para o centro interpretativo resulta de uma estrutura modular, com base num quadrado de 6x6 metros. A escolha do quadrado, para base do módulo, surge das próprias habitações que, na sua maioria, são de planta regular e reduzida altura.

Como já referimos, a sua localização é um pouco indefinida e relativa o que faz com que este projeto tenha um caráter efêmero, flexível e dinâmico.

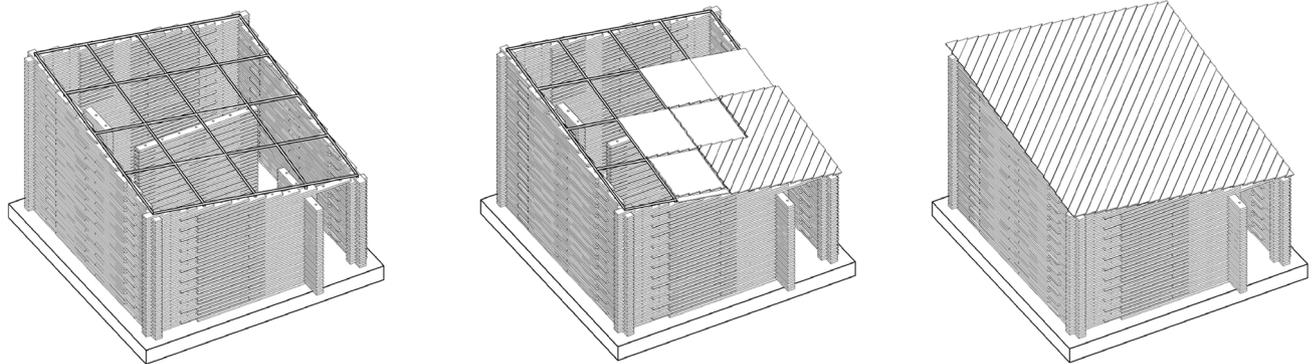
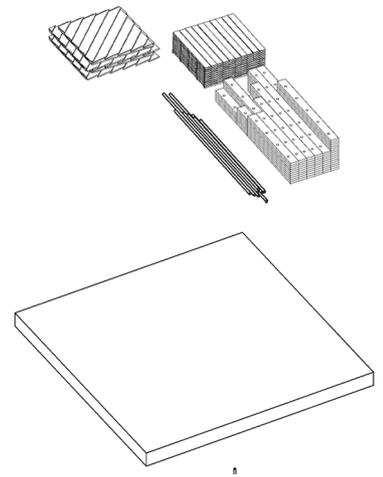
Focando-nos mais propriamente no projeto para o centro interpretativo, este terá que dar resposta a algumas premissas programáticas, como: o cumprimento relativo às áreas, assim como a funcionalidade dos módulos como um todo, apesar do seu caráter disperso.

Deste modo, definimos que o centro interpretativo iria dividir-se em três zonas, com funções diferentes: uma zona mais reservada, onde se localiza um conjunto de seis módulos agregados, ao qual se acede por um módulo que serve de átrio de distribuição para o arquivo e para o centro de pesquisa;



nesta zona encontram-se também três módulos que acolhem a função de centro de formação; outra das zonas é o conjunto do auditório, o qual optámos por implantar numa área arborizada o que nos permite que esta área não carecesse de espaço construído; apenas uma das plataformas tem cobertura e destina-se a um palco; a última, é uma zona de carácter lúdico e de convívio que acolhe áreas de cafetaria, loja e um conjunto de módulos que integra espaços expositivos. Este conjunto espalha-se por toda a área de implantação e, para além de servir de exposição, faz a ligação entre as três zonas e encaminha o visitante para um percurso que lhe permite visitar todo o conjunto.

Em suma, este conjunto de módulos que parecem dispostos aleatoriamente, funciona como uma unidade, neste caso para um centro interpretativo. Este projeto deixa em aberto a oportunidade deste tipo de conjuntos contaminar outros quarteirões e dinamizar a cidade. Para tal, a proposta prevê que o espaço de centro interpretativo se desenvolva assente sobre plataformas de carácter permanente que, para além de elevar os módulos protegendo-os da água, também reforça o gesto de dar um destaque à intervenção, servem também como espaço de encontro/convívio para a comunidade.



21 - Esquema de montagem dos módulos

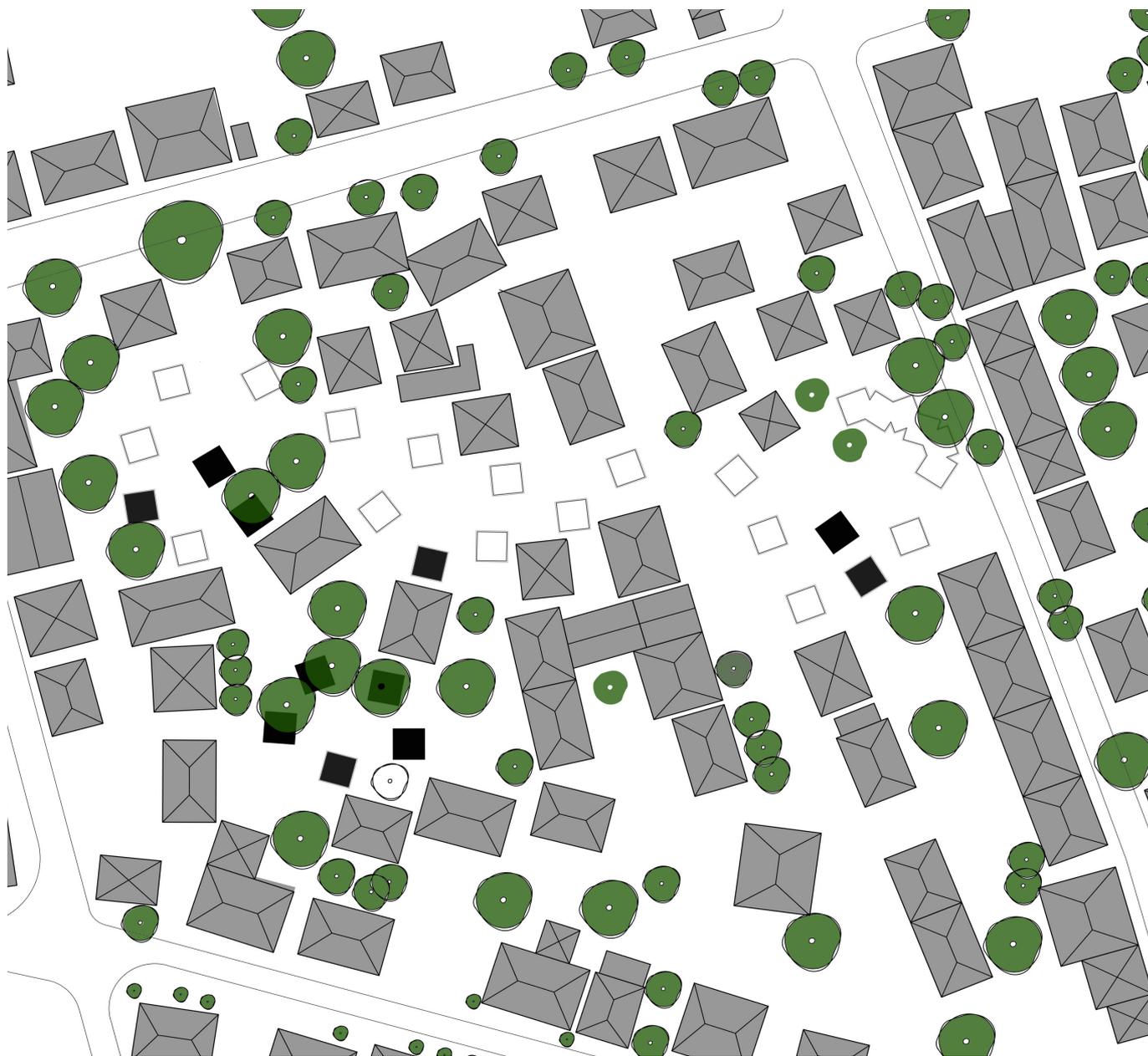




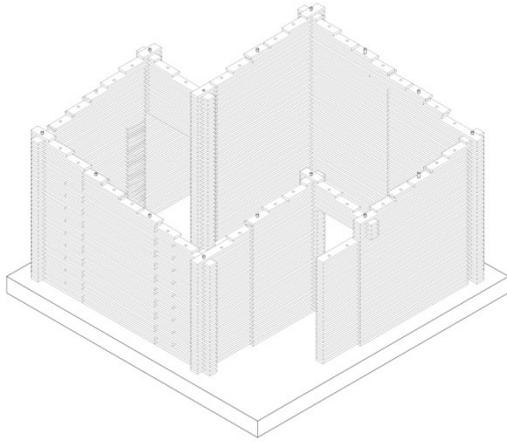




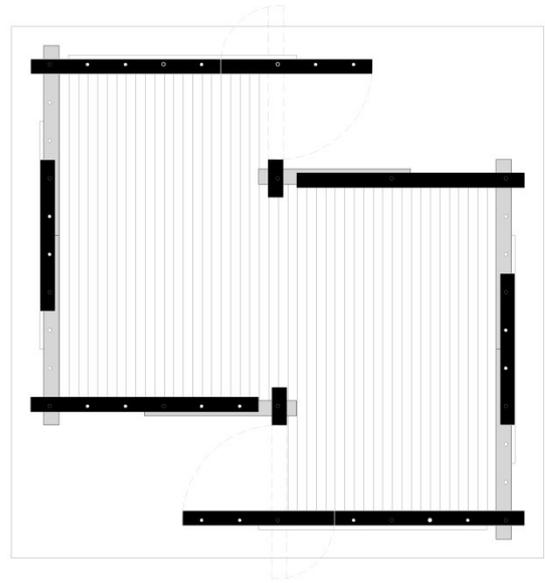
22 - Maqueta 1/20
23 - Maqueta 1/200



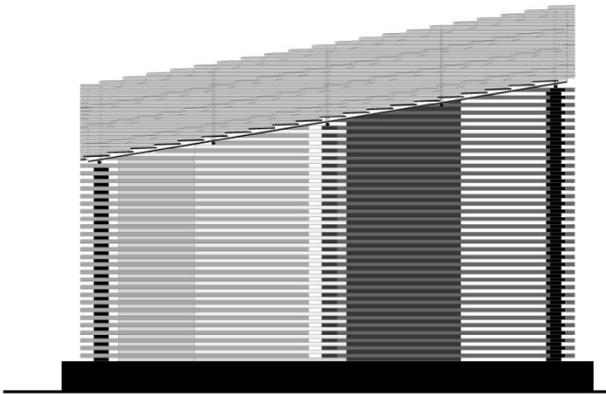
24 - Planta de Localização Esc. 1/1000



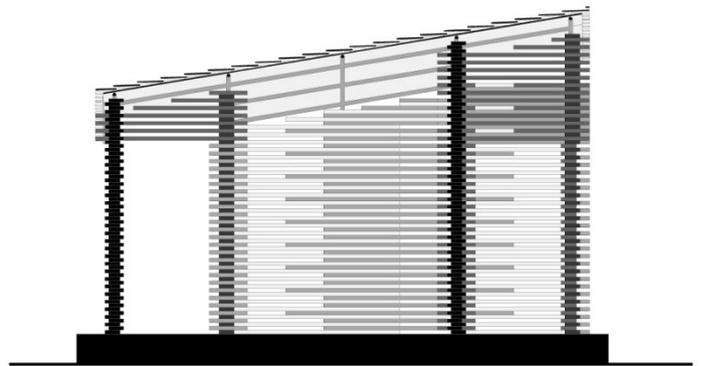
MÓDULO EXPOSITIVO 1
ESCALA 1.100



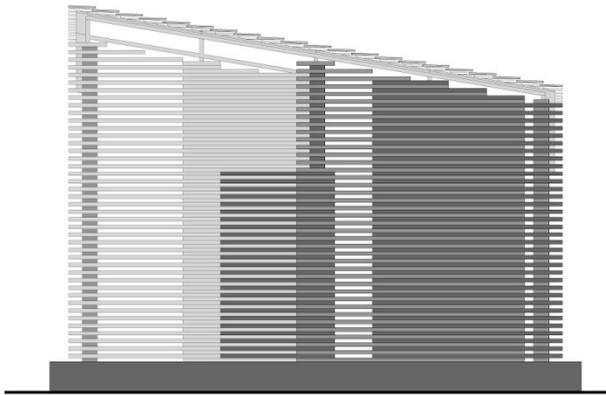
PLANTA



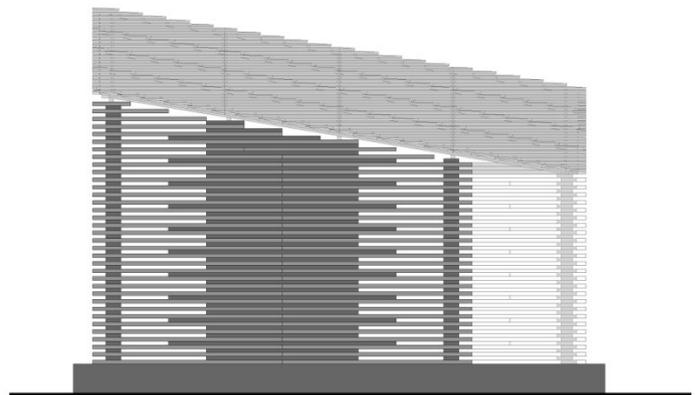
CORTE 01



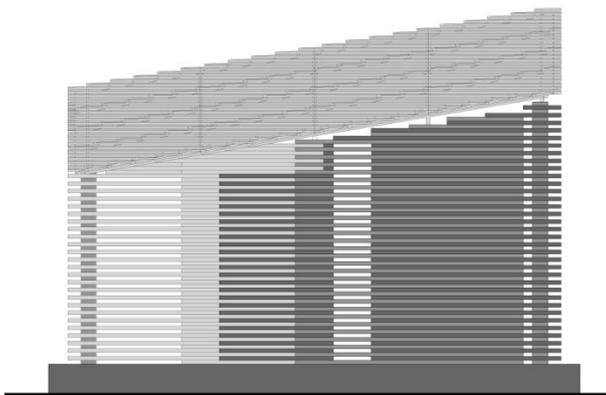
CORTE 02



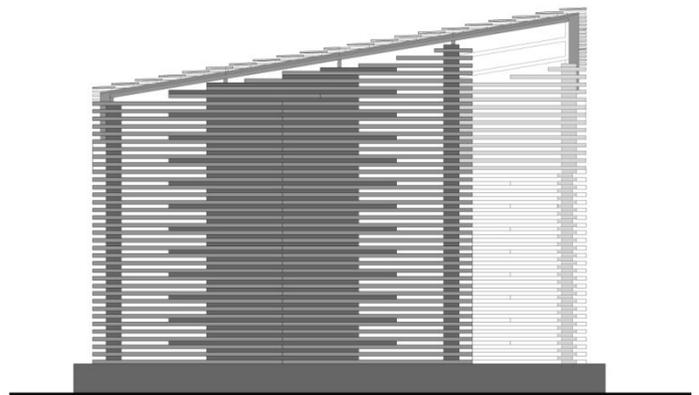
ALÇADO FRONTAL



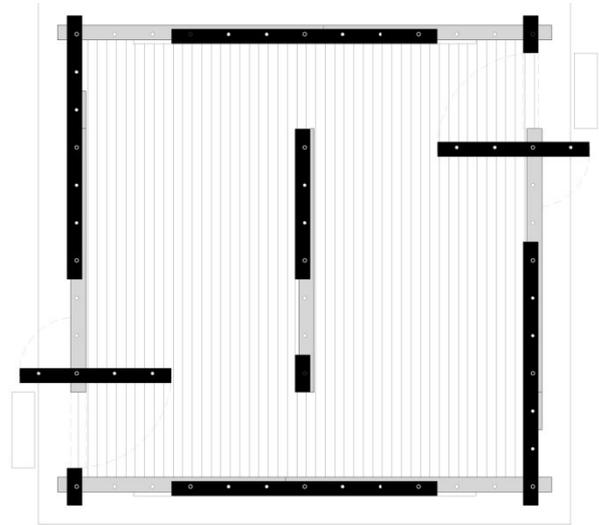
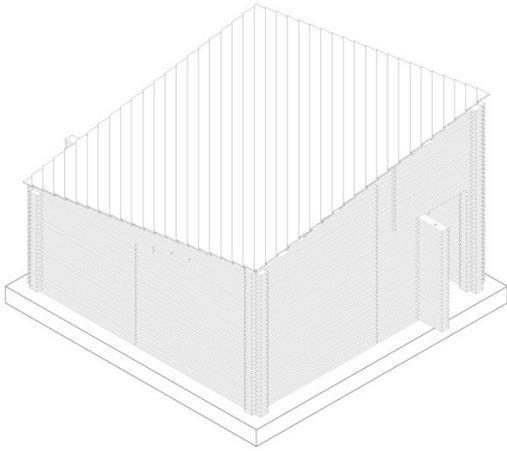
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

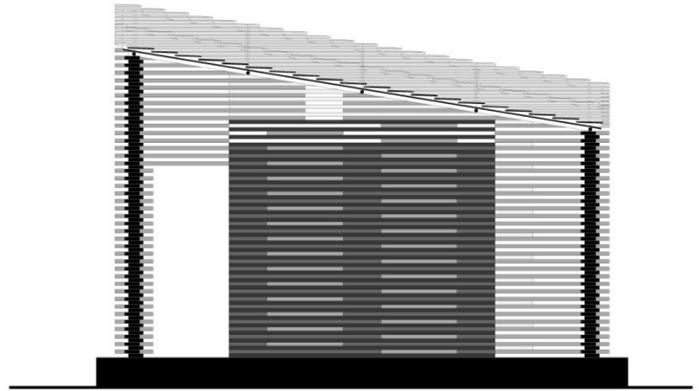
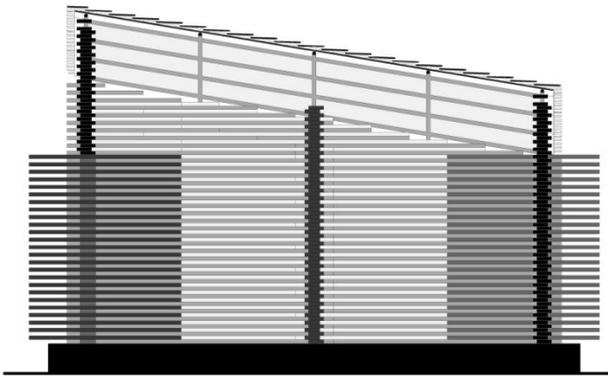


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



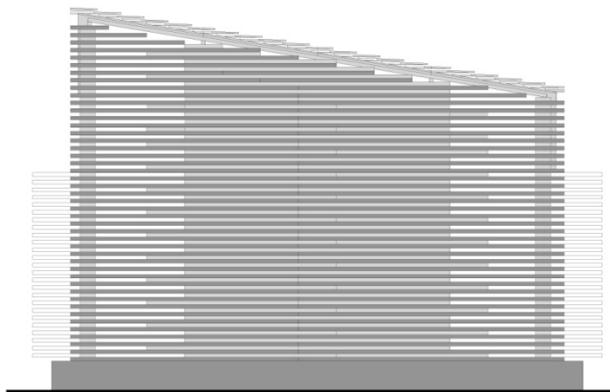
MÓDULO EXPOSITIVO 2
ESCALA 1.100

PLANTA

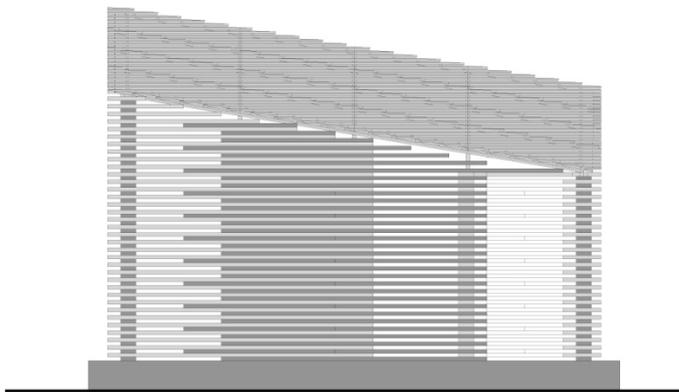


CORTE 01

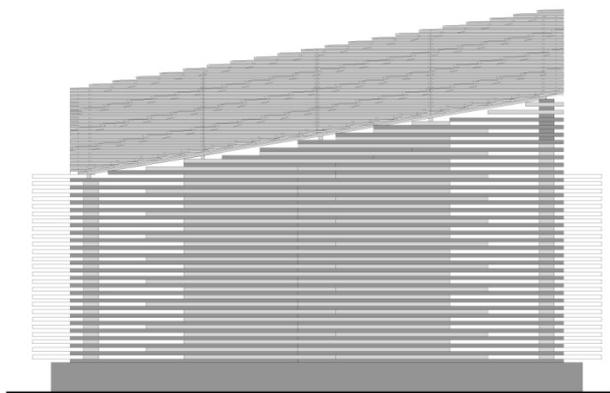
CORTE 02



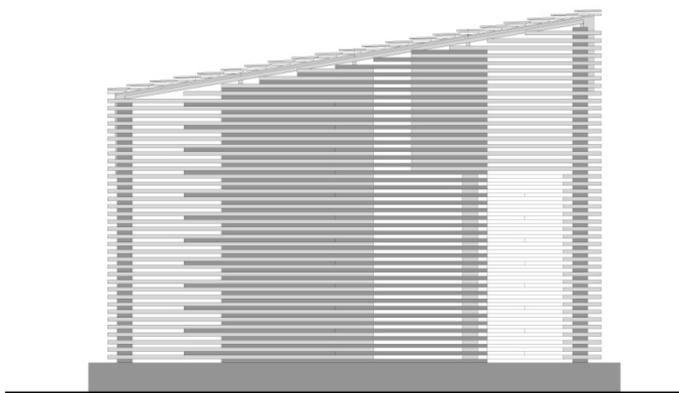
ALÇADO FRONTAL



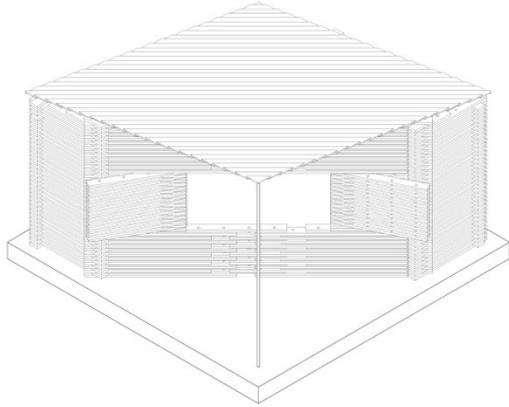
ALÇADO LATERAL DIREITO



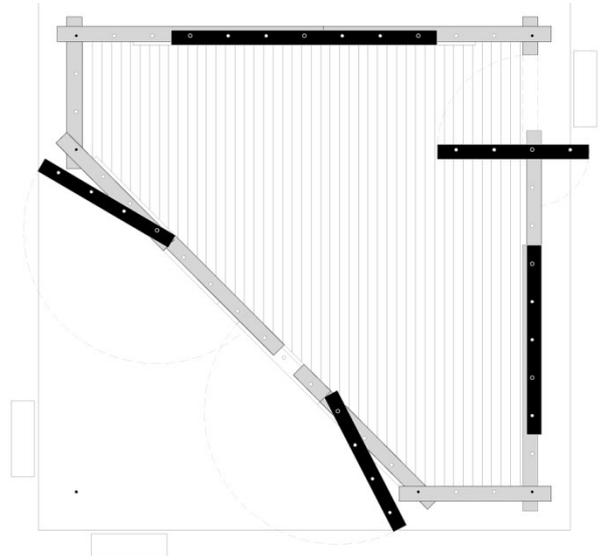
ALÇADO TARDOZ



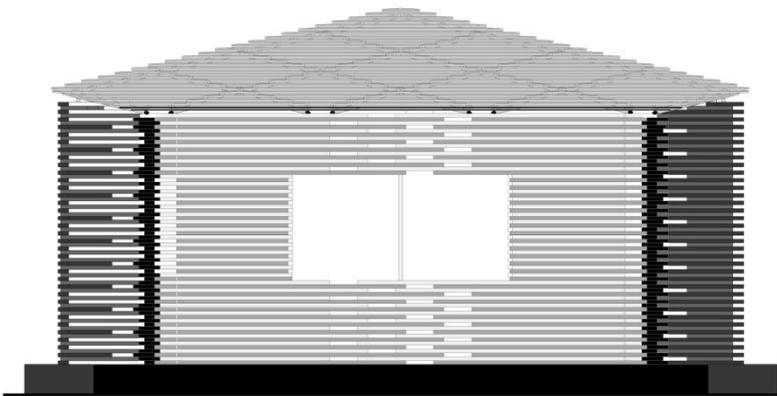
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



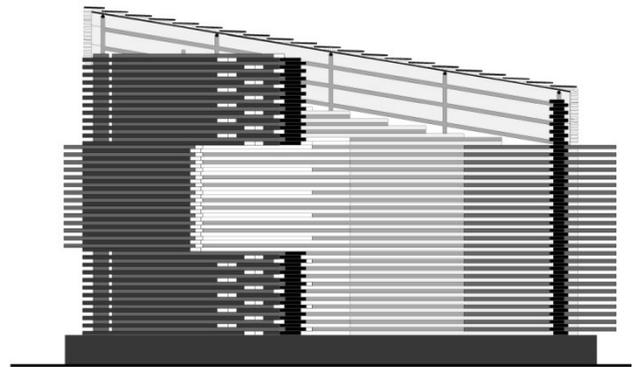
MÓDULO CAFETARIA
ESCALA 1.100



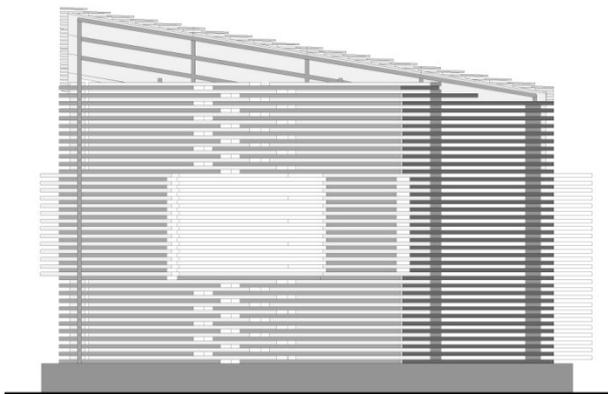
PLANTA



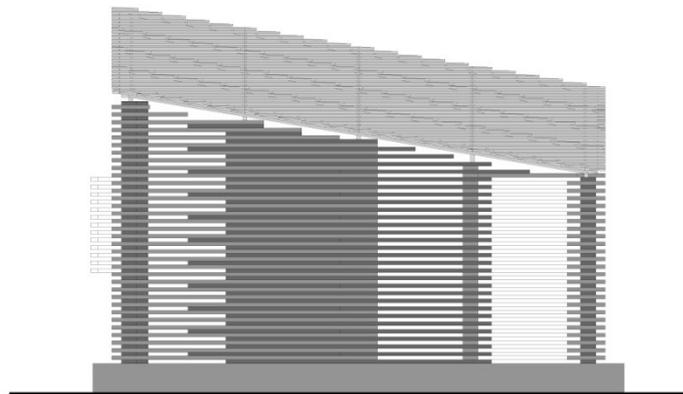
CORTE 01



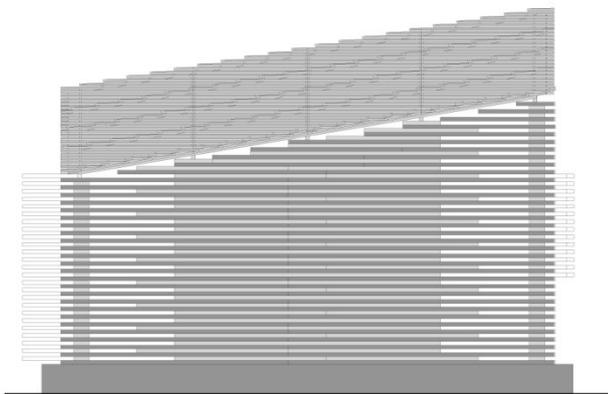
CORTE 02



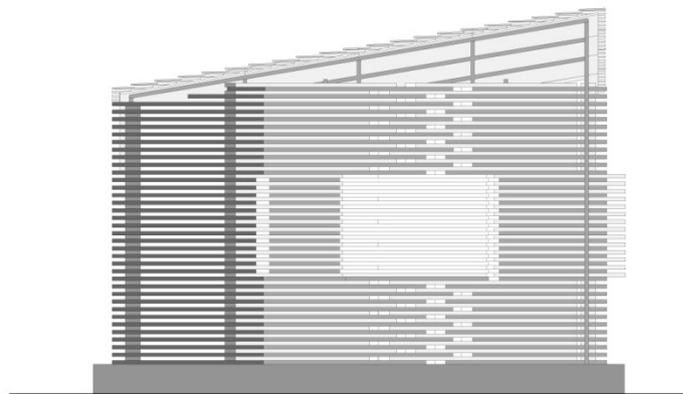
ALÇADO FRONTAL



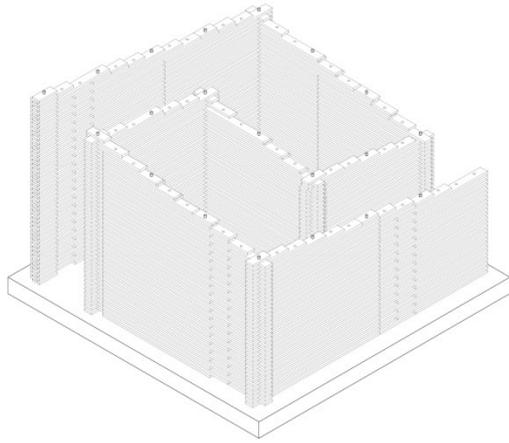
ALÇADO LATERAL DIREITO



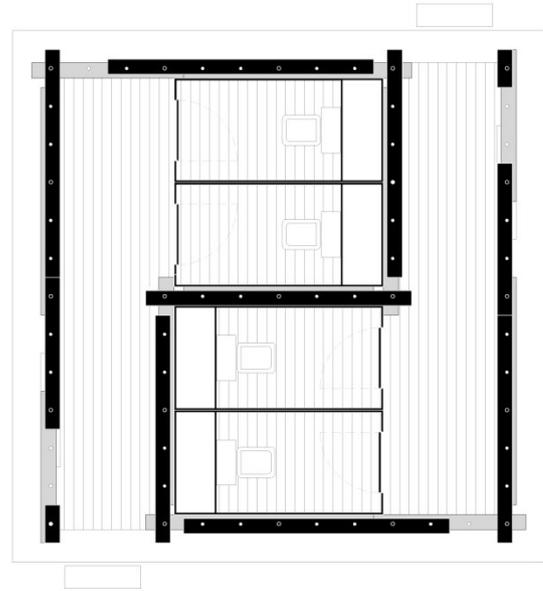
ALÇADO TARDOZ



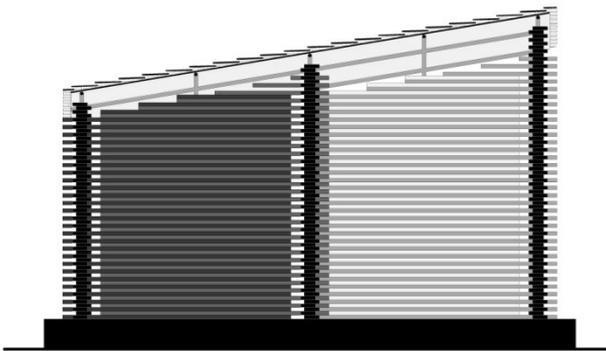
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



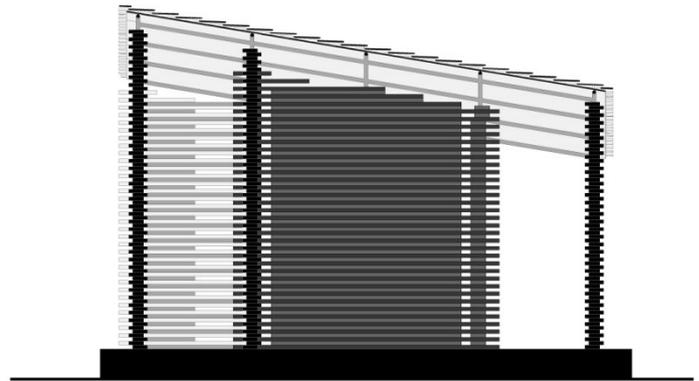
MÓDULO INSTALAÇÃO SANITÁRIA
ESCALA 1.100



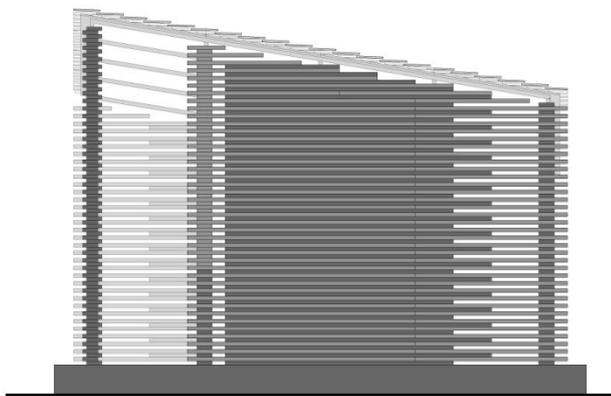
PLANTA



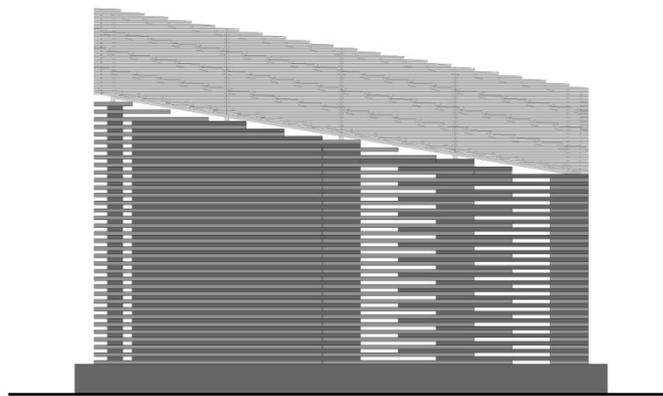
CORTE 01



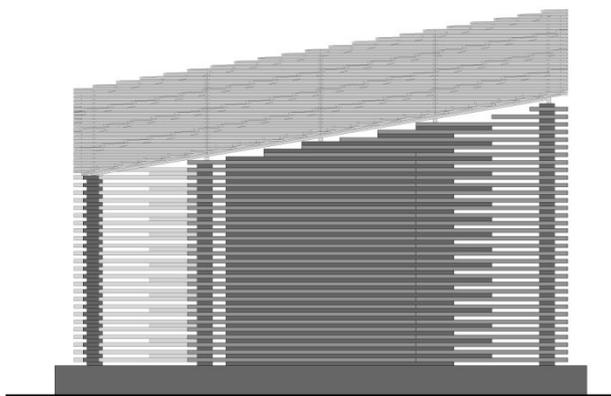
CORTE 02



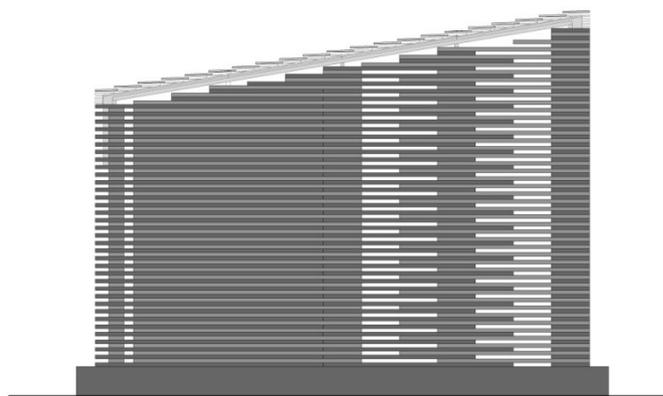
ALÇADO FRONTAL



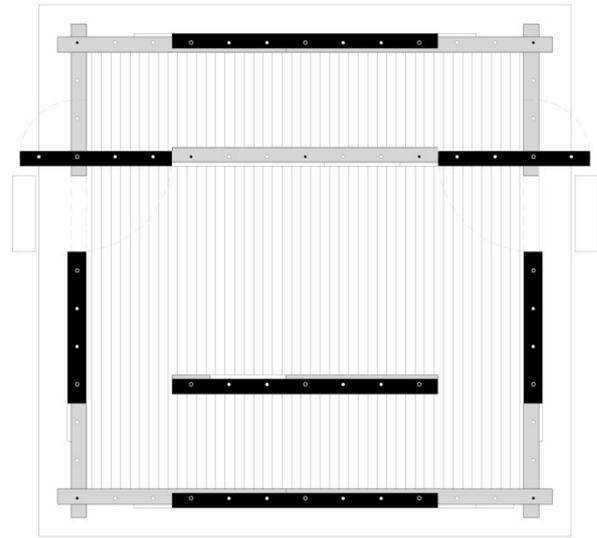
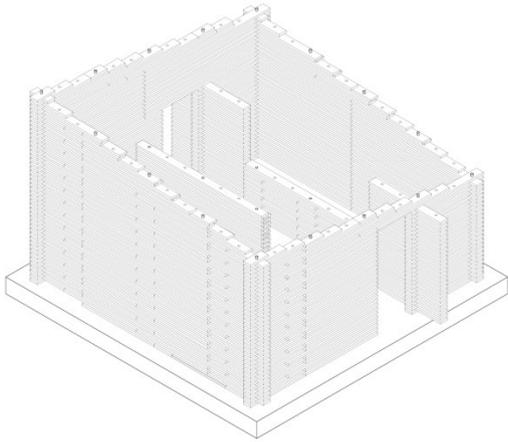
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

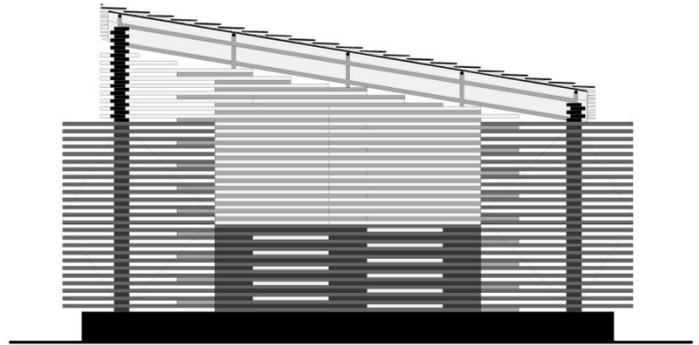
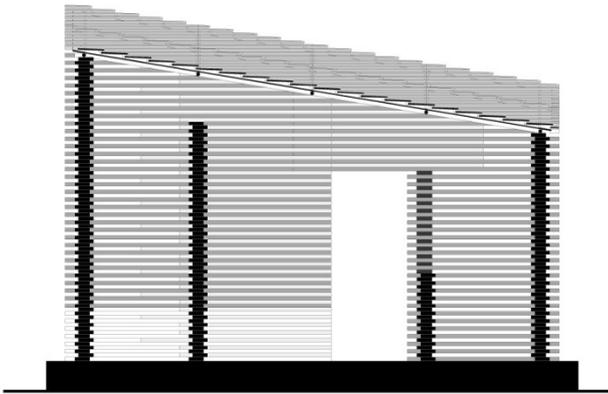


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



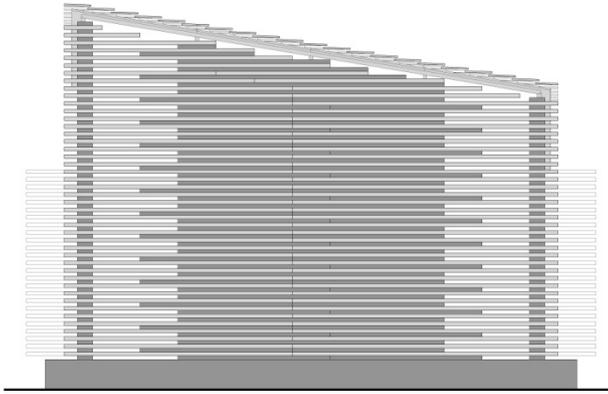
MÓDULO LOJA
ESCALA 1.100

PLANTA

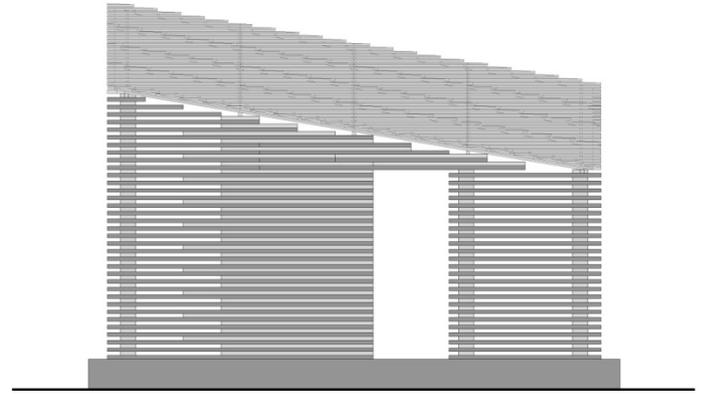


CORTE 01

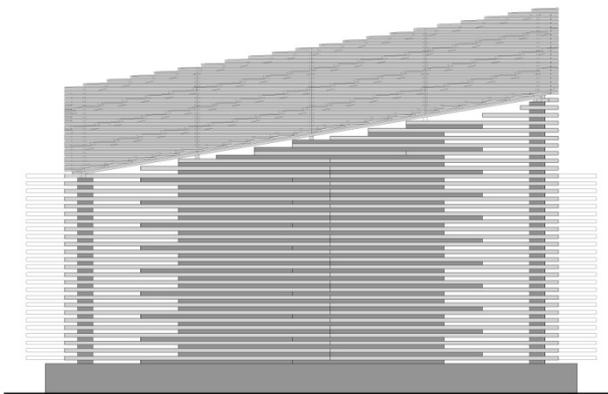
CORTE 02



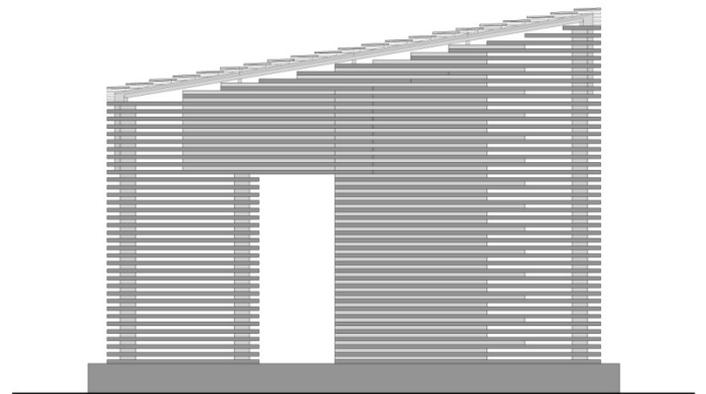
ALÇADO FRONTAL



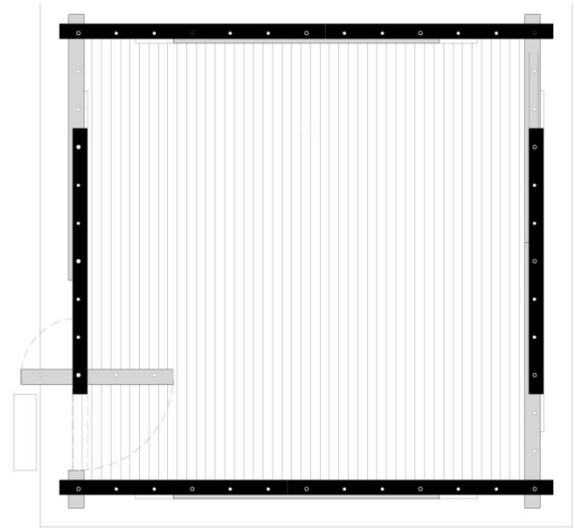
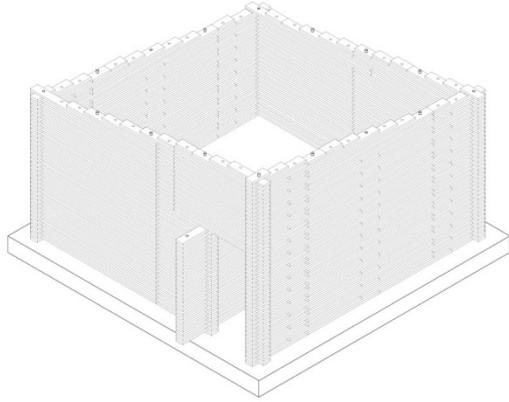
ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ

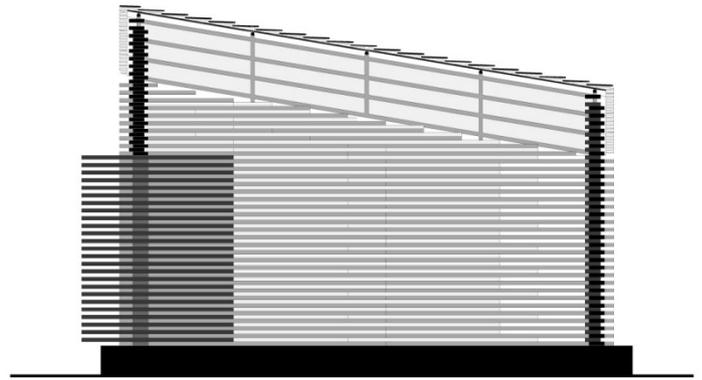
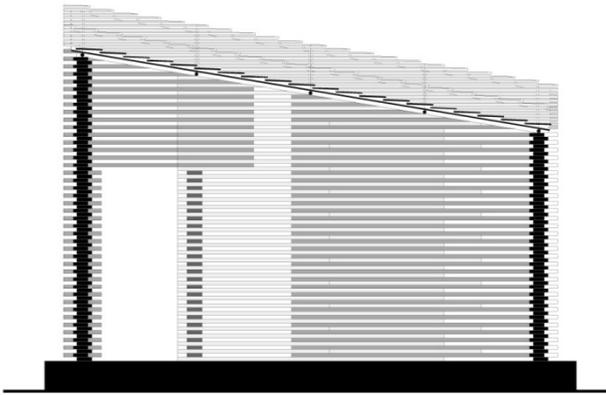


ALÇADO LATERAL ESQUERDO



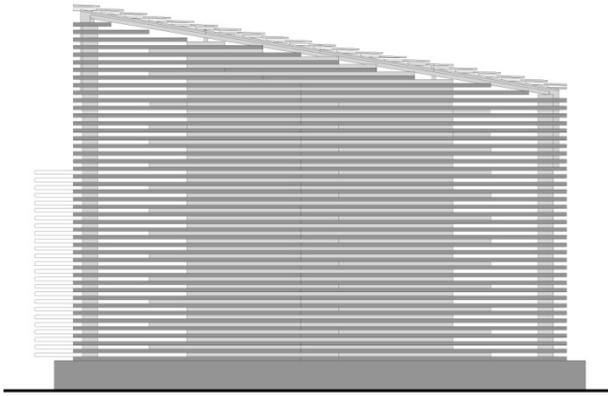
MÓDULO INSTALAÇÃO SANITÁRIA
ESCALA 1.100

PLANTA

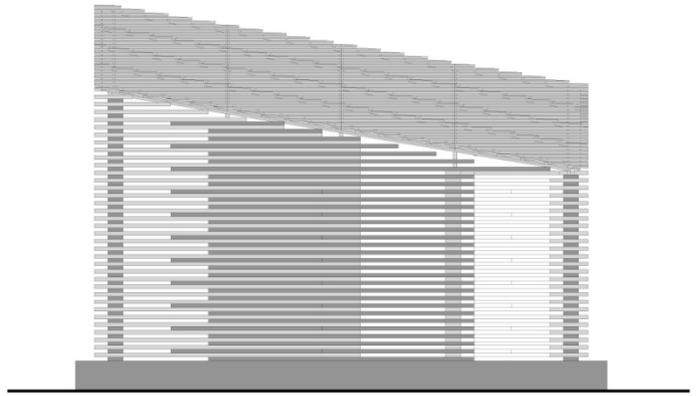


CORTE 01

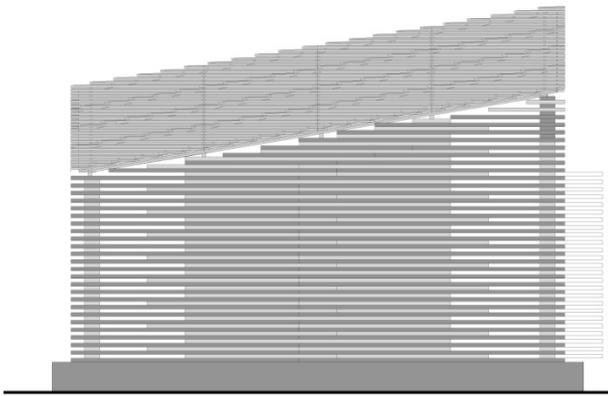
CORTE 02



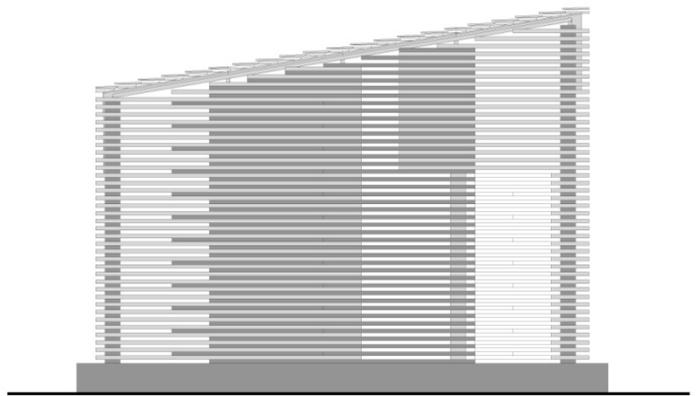
ALÇADO FRONTAL



ALÇADO LATERAL DIREITO

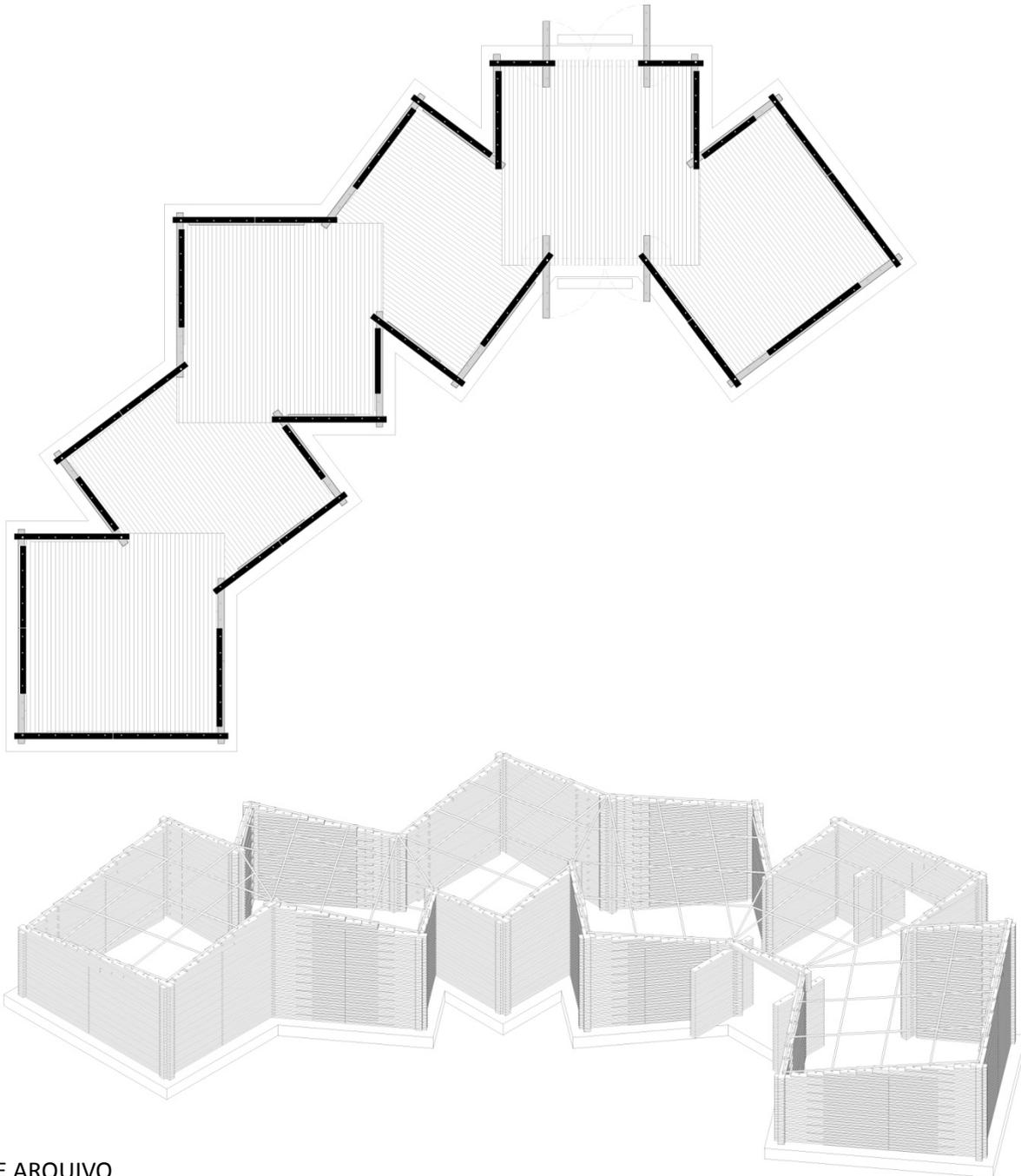


ALÇADO TARDOZ

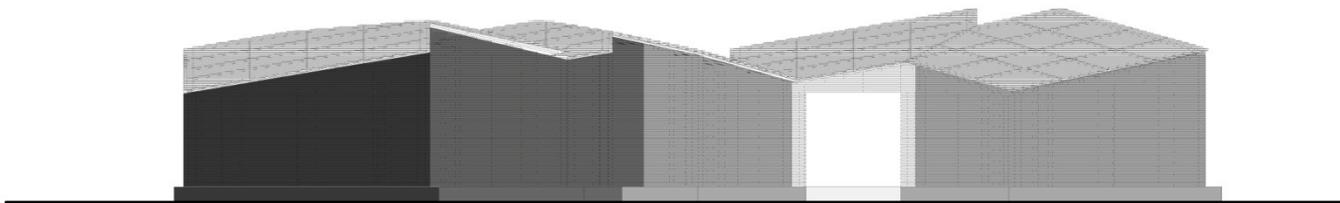


ALÇADO LATERAL ESQUERDO

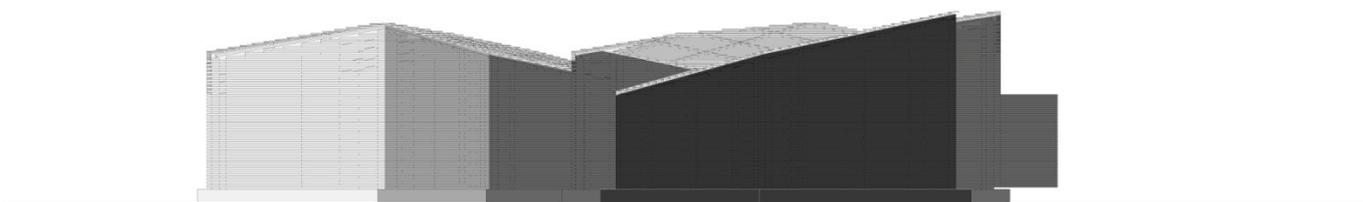
PLANTA



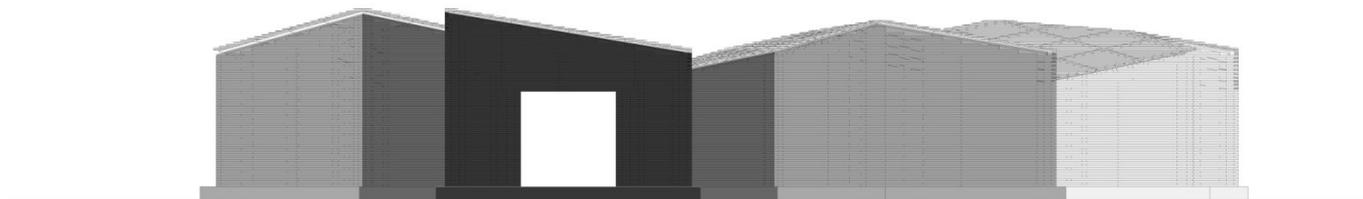
MÓDULO DE ARQUIVO
ESCALA 1.100



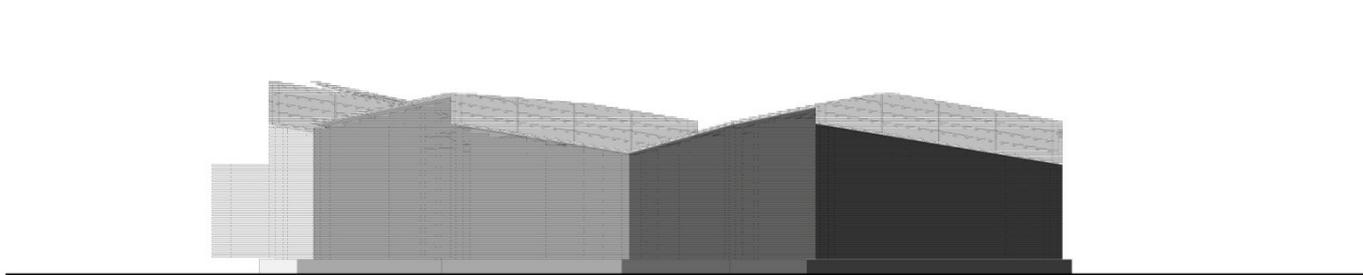
ALÇADO FRONTAL



ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO TARDOZ



ALÇADO LATERAL ESQUERDO

Amoreiras **2032**

António Gorjão
J Francisco Nóbrega
Nuno Botelho
Pedro Pão
Sérgio Sá
Tiago Ornelas

Evolução histórica da cidade

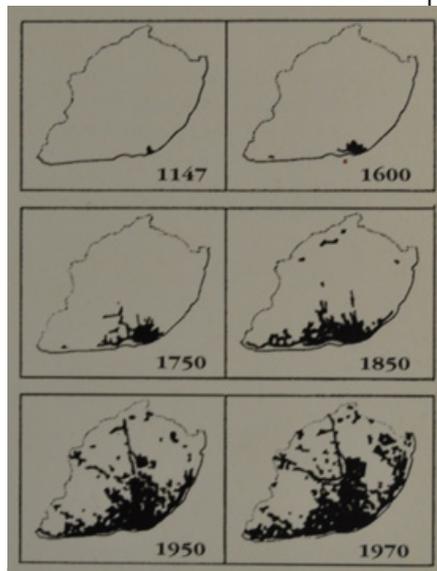
Para compreensão histórica da zona de intervenção - Colina das Amoreiras, é imprescindível perceber como é que a cidade de Lisboa foi-se estruturando ao longo

Até a data do terramoto de 1755, Lisboa consistia numa dilatação do perímetro da sua muralha, tendo como ponto de origem o Alto da Colina de São Jorge local onde se localizava o castelo e a muralha primitiva, estendendo-se deste núcleo inicial, para o vale poente e a imediata Colina de São Francisco.

Como se pode constatar na planta de João Tinoco de 1650, consegue-se perceber o núcleo primitivo (Castelo) e a cerca fernandina que representava os limites do espaço urbano da cidade de Lisboa. É construído em extramuros, a poente, a Vila Nova de Andrade dividido em lotes e organizado em quarteirões ordenados por uma malha, onde se denota uma inspiração racionalista e introduziu urbanidade na atual zona do Bairro Alto.

O desenvolvimento da cidade ocorre pela primeira vez, de forma planeada perpendicularmente ao rio. Até então a Rua das Portas de Santo Antão/Rua de São José correspondiam à saída da cidade para norte. Bifurcava pela Anunciada continuando pelo Andaluz, daí seguia por São Sebastião.

imagem 01 - evolução da cidade de lisboa



Lisboa desde o século XVI, apresentou um crescimento lento para o interior e essencialmente para poente. O facto de aí ir se instalando casas religiosas, que aproveitavam zonas desafogadas mas com boas acessibilidades, tornou-se num polo de atração.

Porém, o maior investimento urbanístico da cidade era a linha de fortificações que tinha sendo levantada desde a Restauração, e é em 1650 por ordem do Marquês de Marialva foi projetado uma linha defensiva composta por trinta e dois aluartes. Projeto que iniciava no vale de Alcântara, pretendia fechar a cidade pelo norte. Esta estratégia de fortificação acabou por não ter muita expressão na imagem da cidade, mas o mais importante vestígio desta situação resultou na Estrada de Circunvalação reconhecida no século XIX e bastante alterada na sua configuração para a realidade atual.

Na verdade é que, Campolide e Campo de Ourique e do outro lado oposto a zona que corresponde ao Bairro Alto e a Cotovia privilegiam de uma topografia aberta

em “U” que permitia uma visão para o rio, isto a eixo com o vale de São Bento. No centro deste último vale e o festo da Cotovia deu origem ao Rato.

O Largo do Rato encontrava-se numa situação topográfica especial, pois permitia a confluência de várias vias, num meio rural, mas mais no sentido de uma circulação externa a urbe. Esta característica deste local leva a instalação de uma casa religiosa de devoção particular. A expansão do burgo e os equipamentos instalados na zona (Águas Livres, convento e indústria), levaram a dinamização da zona, dando origem a barracas e casas, e pontualmente palácios e quintas, dando assim um carácter mais urbano e uma maior integração na cidade.

Reformulação da cidade e o Terramoto de 1755

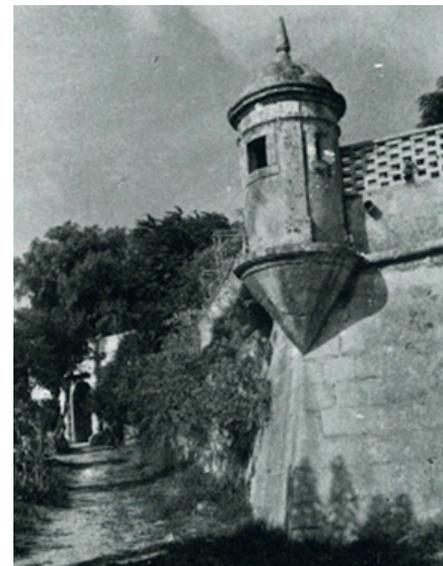
Bairro das águas livres

No reinado de D. João V, a reforma da cidade foi planeada consoante os princípios herdados da tradição militar, e Manuel da Maia surge como elemento central na reforma da cidade e sobretudo no pós terramoto. Mas quanto a esta reformulação havia necessidade responder a uma série de carências que a cidade apresentava, desde a infraestruturas básicas e o aqueduto - por volta de 1740 a obra das Águas livres já se encontrava no Rato.

Grande parte da cidade desaparece no dia 1 de Novembro de 1755, abalada por um terramoto, sucedendo-se a um vasto incêndio. Perante isto é necessário dar resposta ao problema, e Manuel da Maio e Eugénio dos Santos acabam por serem os principais responsáveis por esta nova cidade que ia emergir. A nova cidade tem como zona principal o Terreiro do Paço (autoria de Eugénio dos Santos) e o Rossio (autoria de Carlos Mardel) que funcionam como praças tradicionais e criando, de uma para outra, uma rede de ruas longitudinais e transversais, formando uma malha em quarteirão regular, e tem em consideração as infraestruturas básicas (largura dos leitos, passeios, esgotos...).

Na altura da realização dos planos para nova Lisboa existia duas intenções: além da reconstrução da Baixa, havia também a ideia de simbolicamente de retirar o paço real da Ribeira e implantar um novo Palácio num local mais paradisíaco de forma a conseguir lançar bases de expansão da cidade.

Com o incremento da indústria, foram fundadas diversas unidades fabris



img. 02 e 03 - a cima encontra-se uma imagem do forte de santa apolónia uma dos 32 baluartes da cidade de lisboa e a baixo uma vista do largo do rato em 1758



em Portugal, entre elas uma fábrica de fição de sedas, segundo proposta apresentada pelo tecelão francês Robert Godin em 1727. O alvará real de fundação data de 13 de Fevereiro de 1734 e a fábrica foi edificada no Rato, estando o edifício concluído em 1741.

Com o terramoto de 1755 o imóvel sofreu alguns danos, e a partir de 1757 o Estado reestruturou o regimento e estatutos da fábrica, designada a partir de então por Real Fábrica das Sedas do Rato. Assim, em conformidade com uma política governativa de incremento industrial, e não em consequência directa do terramoto de 1 de Novembro de 1755, a zona do Rato foi remodelada, sendo desenvolvida junto à Fábrica das Sedas uma nova área urbanística designada por Bairro das Águas, planeada por Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, que se enquadrava na reestruturação da fábrica.

Junto da fábrica foi aberta uma praça, com um chafariz num dos ângulos, e em volta desta foram rasgadas diversas ruas, onde foram edificados prédios de estrutura pombalina, semelhantes aos da Baixa, destinados a residências dos fabricantes que trabalhavam na fição. Estes eram considerados pequenos empresários, que dependiam directamente da fábrica, por isso os privilégios que lhes eram consignados garantiam-lhes casa, oficina e equipamentos próprios no Bairro das Águas Livres, junto à Fábrica das Sedas; aí residiam também os aprendizes que trabalhavam com eles.

Desta unidade de construções-tipo pertencentes à fábrica subsiste o edifício da Praça das Amoreiras, onde actualmente está sediada a Fundação Arpad Szenes/Vieira da Silva, e o bloco de edifícios da Travessa da Fábrica das Sedas.

A este conjunto urbanístico pertenciam ainda um jardim de amoreiras, plantado em 1771 para fornecer a unidade fabril, e uma capela dedicada a Nossa Senhora de Monserrate, que não estava prevista no plano inicial.

Em 1758, esta freguesia já é vista como uma zona de subúrbios da cidade de Lisboa, e só é inserida no corpo urbano da capital apenas na segunda metade do século.

Esta zona por se encontrar dentro dos limites definidos dentro da cidade, e por se tornado numa zona atrativa, era necessário que a “desordem” que até ao momento se vinha instalando fosse controlada, pois havia a intenção estatal de edificar no local. Na reformulação da cidade que consistia na reconstrução da

Baixa destruída, como já foi referido, excluído algumas situações de resolução pontual, apenas a zona do Rato/Campolide teve início a execução de um plano, para uma zona nova da cidade, então designada por Bairro das Águas Livres, que compreendia o espaço da Mãe de Água e a atual Rua Artilharia 1, o Rato e Campolide. O Bairro das Águas Livres vinha dar resposta a objectivos industriais, políticos e sociais de uma cidade que pretendia ser renovada.

Este bairro, não se tratava apenas de uma malha urbana especificamente para a unidade fabril, mas resulta de um plano geral para o sector. Parte de uma traça de uma malha quadrada uniforme (quarteirões com duzentos e sessenta palmos) onde a praça de 302x604 palmos, que resulta pela eliminação de dois quarteirões, e é limitada a poente pela arcaria do aqueduto, sem libertar os cantos no enfiamento das ruas opostas.

Após da solução escolhida, apenas quatro quarteirões foram edificados confinantes com a praça (Jardim das Amoreiras), resultando num total de 56 fogos, entre as 462 iniciais que estavam previstas, ficando concluídas em 1769.

A sua estruturação procedendo da construção no território, optou-se inicialmente pelo o nivelamento do terreno da zona destinada a praça conforme o projeto. Abriram-se as ruas no sentido poente/nascente (que ainda hoje fazem ligação com a Rua da Artilharia 1) e na perpendicular apenas as necessárias para os primeiros quarteirões, dando uma forma ao bairro com uma organização com quatro quarteirões quadrangulares e os restantes alongados, situação que ainda perdura até aos nossos dias.

A construção dos edifícios é de uma grande simplicidade e uniformidade, mas depois também contem alguns remates ou determinados acabamentos de pormenor. Acrescentando, trata-se de uma estrutura de tipo tradicional (utilizando arcos de alvenaria e sobrado) e a cobertura de duas águas longitudinais. Nas traseiras, o beirado não lhe é dado qualquer acabamento de pormenor, assentando apenas sobre a alvenaria. O ritmo aqui conseguido é através das variações dos vãos conseguidos através da mudança dos fogos. Nestas construções é notório a existência de uma produção seriada dos elementos construtivos, pois uma peça de cantaria permitia ser utilizada em posições diferentes. Os quarteirões são compostos por duas frentes de oito casas individualmente separadas por um pátio, medindo 32 palmos. Como no edifício sede da Rua da Escola Politécnico, estas construções também apresentam uma

img. 04 - real fábrica das sedas , largo do rato





img 06 - gravura que retrata a devastação causada pelo terramoto de 1755 na zona da baixa, cidade de Lisboa

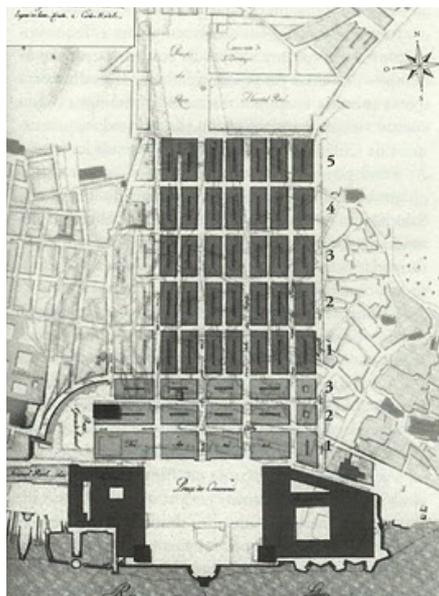
geometria regra de 2 que organizava todo o esquema de desenho e toda a composição construtiva, como podemos ver nos alçados é composto por um par de janelas em retângulos $\frac{2}{2}$ no primeiro andar e por uma janela próxima do quadrado e uma porta em duplo quadrado no rés-do-chão.

No centro da praça foi construído um chafariz e foram plantadas 331 Amoreiras. Posteriormente o chafariz foi substituído pelo o atual e em substituição as Amoreiras surge um jardim romântico.

A capela que se encontra restringida num arco, é dedicada a Nossa Senhora de Monserrate, em substituição de uma barraca em madeira no Alto de São Francisco, por influencia do número elevado de catalães entre os artifices, não estando inserida no plano inicial. A obra foi concluída em 1768. Devido a sua implantação ser confinada num arco, a sineira é colocada no fundo do edifício.

Desta iniciativa, deste plano pombalino para as Amoreiras não teve as dimensões desejadas, talvez por falta de interesse, sobretudo na falta de visão por parte dos privados, pois as moradias que foram edificadas forma da iniciativa do Estado, ficando estas sempre como únicas.

img 05 - plano da baixa,



Evolução administrativa

A freguesia de Santa Isabel

Esta freguesia enquadrava-se na área como área de expansão da cidade embora sendo considerada uma zona de transição da cidade com o meio rural. Santa Isabel resulta de uma evolução consciente no plano administrativo, e também associado ao crescimento demográfico que se começa a registar, sobretudo no pós terramoto. Resulta em parte de ali ser ter instalado a Fábrica das Sedas, leva uma maior fixação por parte das pessoas no Rato, tratando-se de uma zona de ocupação livre, mais caótica, sendo uma zona menos condicionada pelos projetos de Manuel da Maia.

Aqueduto

A intenção de trazer a água corrente a uma parte da cidade, o Bairro Alto e daí para baixo até ao Paço Real, é uma situação que já advém desde 1573. Havia uma importante necessidade de arranjar uma solução de trazer água a cidade, deixando de parte o método tradicional, ou seja, o acesso através do subsolo, mas sim recorrer ao transporte da mesma através de um caudal contando apenas com as leis da gravidade, assim sendo necessário a escolha de um sítio de cota alta e que conseguisse fazer a distribuição aos locais de consumo.

A forma final em que resultara o aqueduto, sobretudo na forma de resolução da depressão do vale de Alcântara, surgiram duas visões completamente distintas: a de Manuel da Maia que defendia um traçado de menor expressão, na forma de resolver a depressão do vale Alcântara optando por contornar pela Pavalhã, o que fazia com que os arcos tivessem menores dimensões; enquanto que na visão de Custódio Vieira era o oposto, ou seja, tratando-se de uma presença na paisagem de carácter monumental. A verdade é que esta última é que foi selecionada, apesar de ser a mais dispendiosa das duas hipóteses, e também por sua vez fez com que atrasasse a chegada do abastecimento de água a Lisboa.

Em substituição de Custódio Vieira vítima de doença prolongada surge Carlos Mardel que continuou a obra do antecessor, o que o torna numa figura importante pelos projetos das mais significativas obras de distribuição de água.

De forma geral, podemos considerar três indivíduos marcantes na criação desta



07 e 08 - em cima uma vista do interior do aqueduto das águas livres e a baixo vista do aqueduto no vale de alcantara

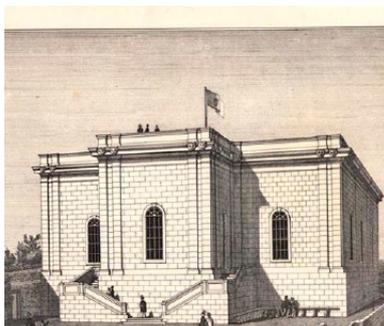
img. 07 e 08 - em cima uma vista do interior do aqueduto das águas livres e a baixo vista do aqueduto no vale de alcantara



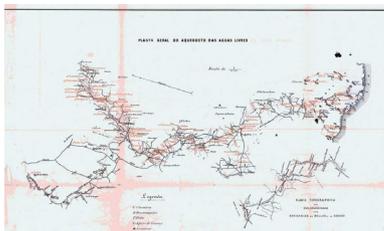
obra Manuel da Maia, Custódio Vieira e Carlos Mardel. O primeiro foi o grande mentor técnico e urbanístico da obra das Águas Livres, o segundo o responsável pela monumentalidade no atravessamento do vale de Alcântara e o último vem dar continuação da obra do segundo, mas sobretudo quando o aqueduto entra na cidade na freguesia de Santa Isabel.

Contudo, o aqueduto tem origem desde Caneças, das Águas livres, conta com dezoito quilómetros até às Amoreiras, emergindo da terra no alto da Serafina para galgar o vale de Alcântara até Campolide, em perto de um quilómetro de extensão sobre trinta e cinco arcos, vinte e um de volta perfeita e catorze quebrados. No entanto é uma obra mais de carácter clássica embora haja a utilização de arcos quebrados, onde o ritmo do percurso é assinalado pelas lanternas de respiração

Mãe de Água



img 09 e 10 - a cima uma gravura do alçado sul da mãe de água , no rato e a baixo a planta do aqueduto das águas livres e todos os seus ramais.



A Mãe de Água das Amoreiras é um depósito de “Conservas da Água” que recebia e também distribuía as águas canalizadas pelo aqueduto aos chafarizes, sendo este inserido num conjunto de três grandes depósitos, dos quais este em questão apenas foi construído, e os outros substituídos por edificações de menor importância (arcas de água, tanques normalmente junto a chafarizes).

Esta infraestrutura, que servia de ponto terminal ao Aqueduto, antecedendo por uma sucessão de dez arcos (tendo medidas diferentes entre si), um dos quais é encarado como arco do triunfo “o portalão”, que tinha como intenção de ser a porta de acesso à capital.

O projeto da Mãe de Água é da autoria de Carlos Mardel, a edificação prolonga-se até 1834. O que lá se encontra não corresponde ao projeto inicial sendo então adulterado. A Mãe de Água foi-lhe dada uma dimensão de relevância urbana dada à sua implementação nesta obra, há uma forte carga simbólica que dá um carácter icónico na implantação. É sob a direção de Carlos Mardel que, em 1748, corre água pela primeira vez em Lisboa.

Arco do triunfo “o portalão”/ Rato / Chafariz

O arco da Rua das Amoreiras é uma obra construída entre 1746 e 1748 da autoria de Carlos Mardel, é considerado o primeiro arco triunfal não efémero posterior a nacionalidade de Lisboa.

Pretendia marcar a entrada na cidade dando outro valor urbano, pois até ao momento a cidade mal tinha atingindo o local e a via estendia-se tenuemente sem qualquer expressão, e o desejo de “contaminação” do crescimento urbano era um valor assumido. De tal forma que o Largo do Rato ganhou outro estatuto, passou a praça que se seguia às das portas da muralha.

img.11- arco do portalão junto ao jardim das amoreiras



O Rato desta forma, com o seu valor urbano confirmado, foi construído um dos primeiros chafarizes inaugurais também de autoria de Carlos Mardel, sendo este o único abastecido por uma linha de água que saía diretamente do tanque da Mãe de Água. Relativamente aos chafarizes não podemos deixar de fazer referência ao Manuel da Maia, pois teve consideração vários pontos de fornecimento de água de forma a conseguir abastecer a cidade inteira. Em 1731 foi construída uma rede urbana baseada em quatro ramais subterrâneos, em que vê antes da Mãe de Água, saem do aqueduto duas linhas, uma com destino ao Campo de Santana e outra às Necessidades. Referente as outras duas, partem da Casa do Registo, a do Loreto, que seguia pelo festo da Cotovia até ao Largo de São Carlos, e a da Esperança, pelo vale de São Bento até ao rio. A primeira abastecia aos chafarizes da Rua Formosa, Cotovia, São Pedro de Alcântara, Cano, Loreto, Flores, São Paulo e do Tesouro Velho. A última fornecia os chafarizes da Rua do Arco a São Mamede, Arco de São Bento, Esperança e Cais do Tojo

Os chafarizes das Águas Livres eram encarados como uma tipologia de equipamento/mobiliário urbano e eram implantados de forma estratégica dentro da cidade de modo a criar uma grande dinâmica urbana, preocupando-se com bem-estar da população e ao serviço público.



Largo do Rato e Bairro das Águas Livres.

Sobreposição dos limites do largo no século XVIII à situação atual e quarteirões. Relações urbanísticas geradas pela implantação do chafariz.

Neste Plano também compreendia a reforma do Largo do Rato, na intuição de numa melhor articulação com a cidade, de forma à uma regularização dos traçados da praça e destruição das barracas que existiam no seu centr



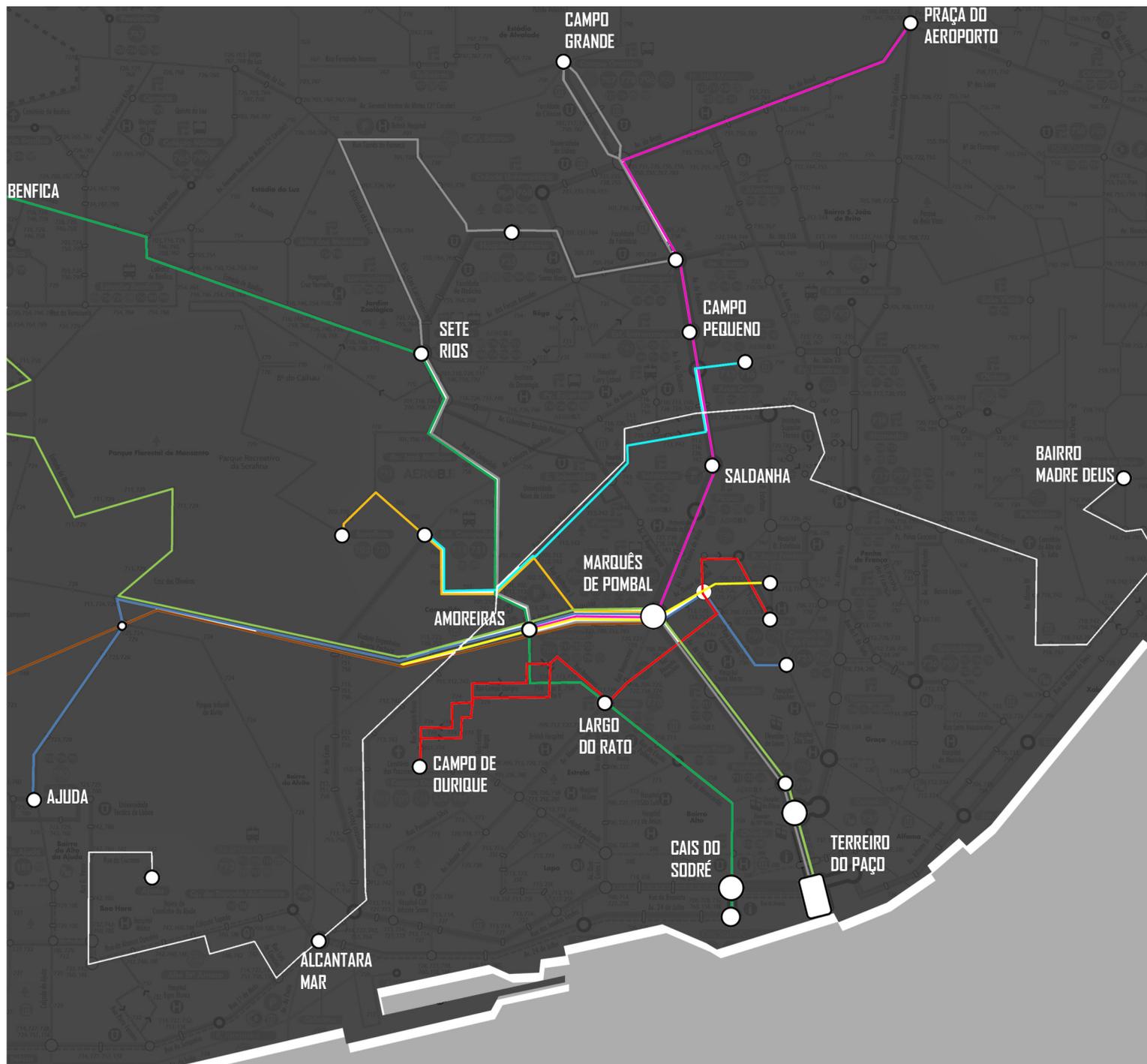
- 1-Relações urbanísticas geradas pela implantação do chafariz.
- 2- Rua dos Arciprestes ou Entremuros
- 3- Quinta do Noviciado da Cotovia
- 4- Mãe de Água
- 5- Rua do Olival a São Bento
- 6- Adro das Freiras
- 7- Convento das Trinas
- 8- Rua do Salitre
- 9-Quinta de D. Helena, depois dos Oratorianos
- 10- Fábrica das Sedas.

img 12 - chafariz do Rato





- amoreiras vista da margem sul



mapa de transportes .01
autocarros



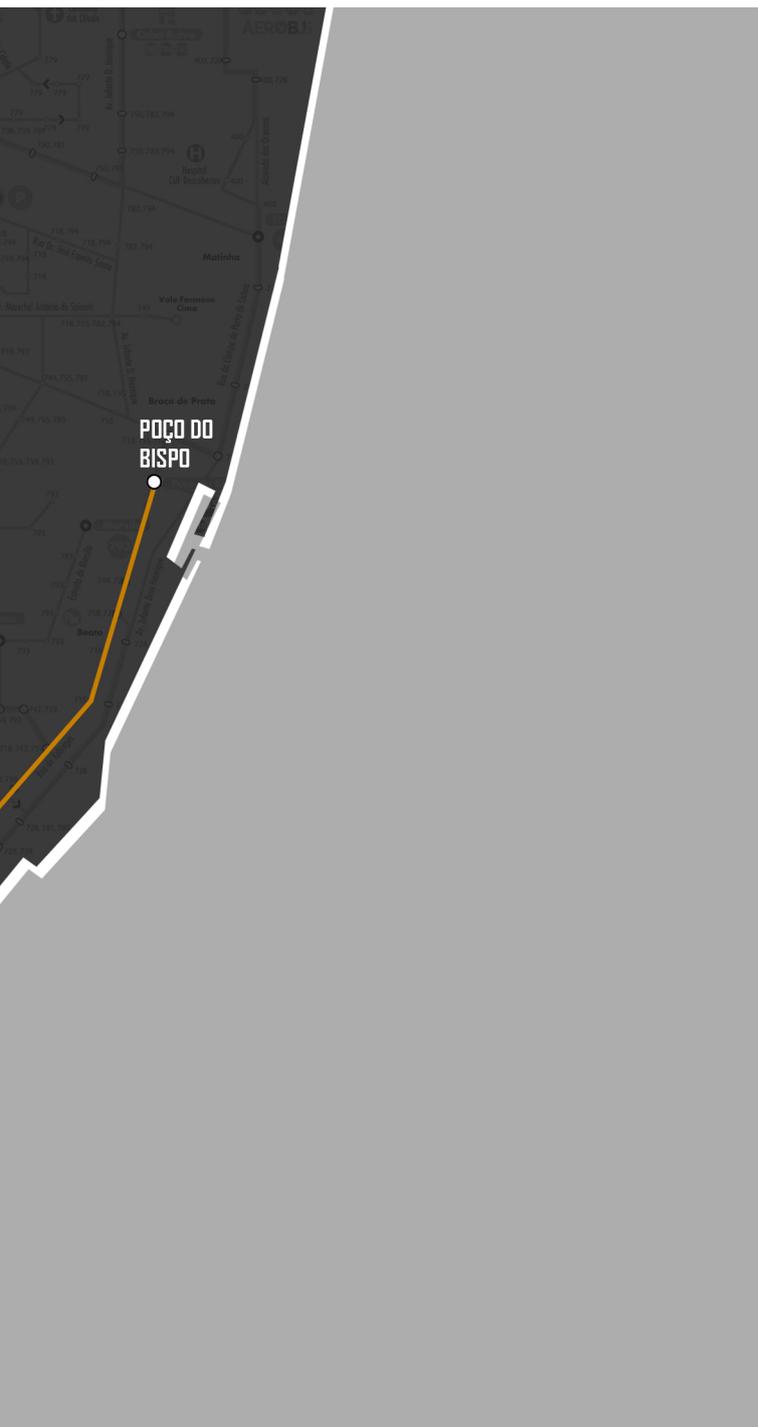
A colina das Amoreiras, de acordo com a análise feita, no que diz respeito à rede de autocarros, pode verificar-se que é servida por este meio de transporte que liga vários pontos da cidade a esta zona. A proximidade com o Marquês de Pombal e com os principais eixos estruturantes da cidade evidência o facto desta zona estar fortemente dotada de transportes públicos.

transportes públicos - autocarros

legenda:

— 701 -	Campo Grande - Campo de Ourique
— 702 -	Marquês dePombal - Serafina
— 711 -	Terreiro do paço - Alto Damaia
— 713 -	Alameda Afonso Henriques - Estação de Campolide
— 723 -	Desterro - Algés
— 742 -	Bairro da Madre Deus - Casalinho da Ajuda
— 753 -	Praça José Fontana - Centro Sul
— 758 -	Cais do Sodré - Portas de Benfica
— 774 -	Campo de Ourique (prazeres) - Gomes Freire
— 783 -	Amoreiras (centro comercial) - Portela
	Mouzinho deAlbuquerque

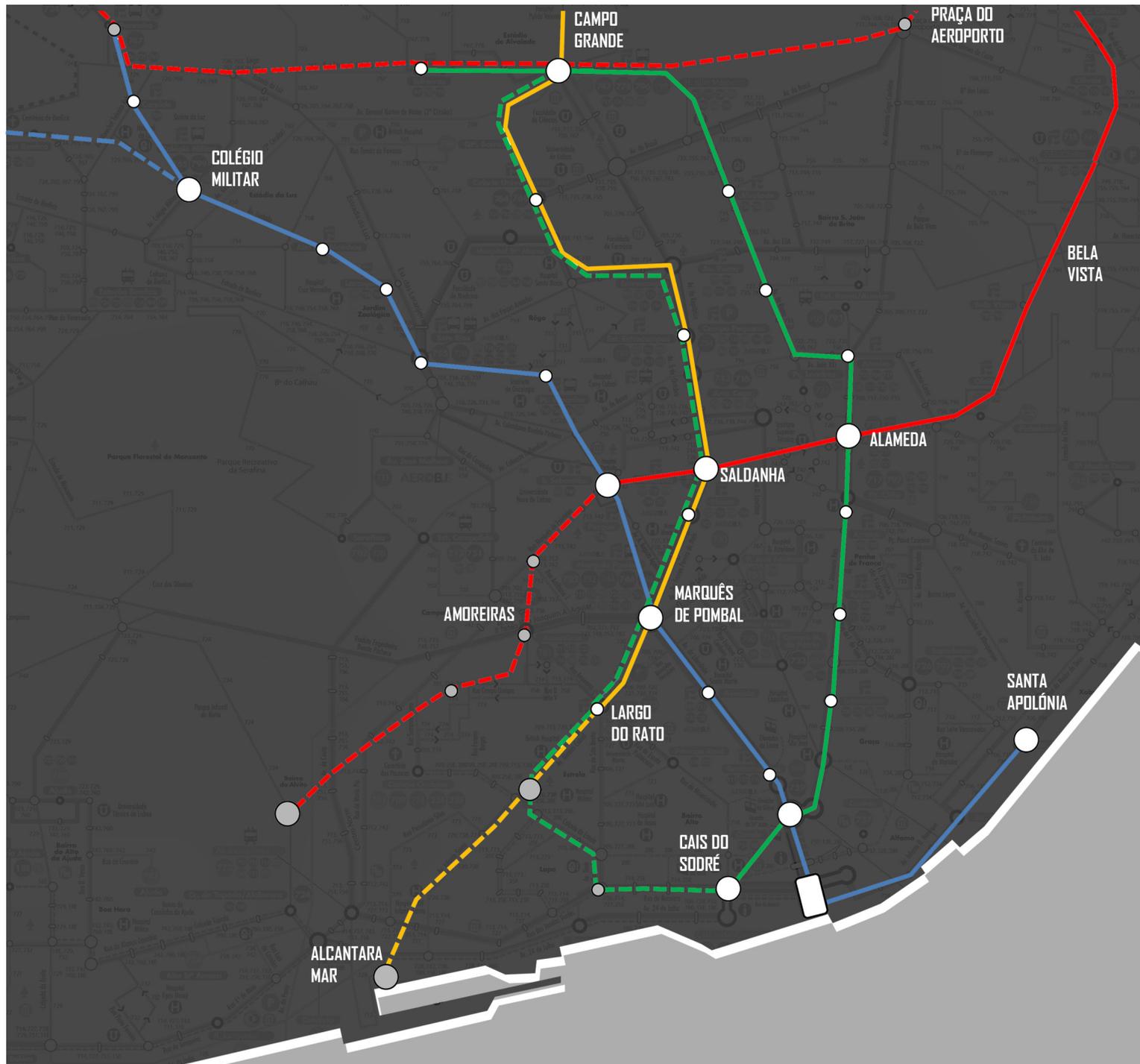




transportes públicos - elétrico

Neste mapa pode-se observar a rede de elétricos em funcionamento (vermelho) e a rede já desativada (amarelo). Observasse que a rede de elétricos fazia o seu circuito nos eixos estruturantes da cidade assim como as suas circulares, distribuindo as pessoas pela cidade. Antes do aparecimento da rede de metropolitano em Lisboa, era o elétrico que fazia as ligações no interior da cidade em paralelo com os autocarros.

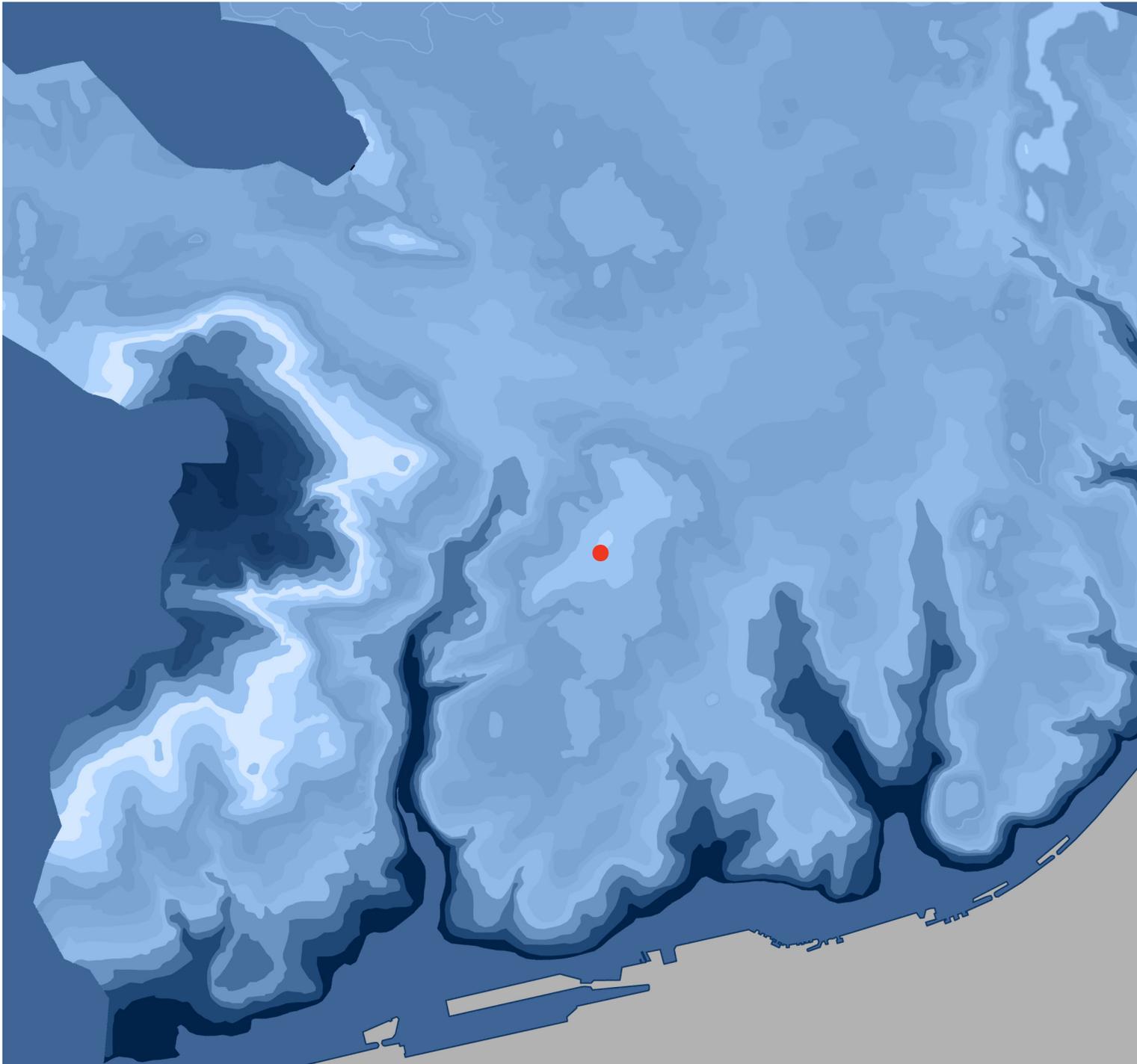
A zona ribeirinha de Lisboa mantém a rede de elétricos ativa pois o seu percurso vai passando por alguns pontos de interesse histórico e cultural. Esta rede mantém-se ativa também devido ao facto de que a rede de metropolitano ainda não se desenvolveu nesta zona da cidade.

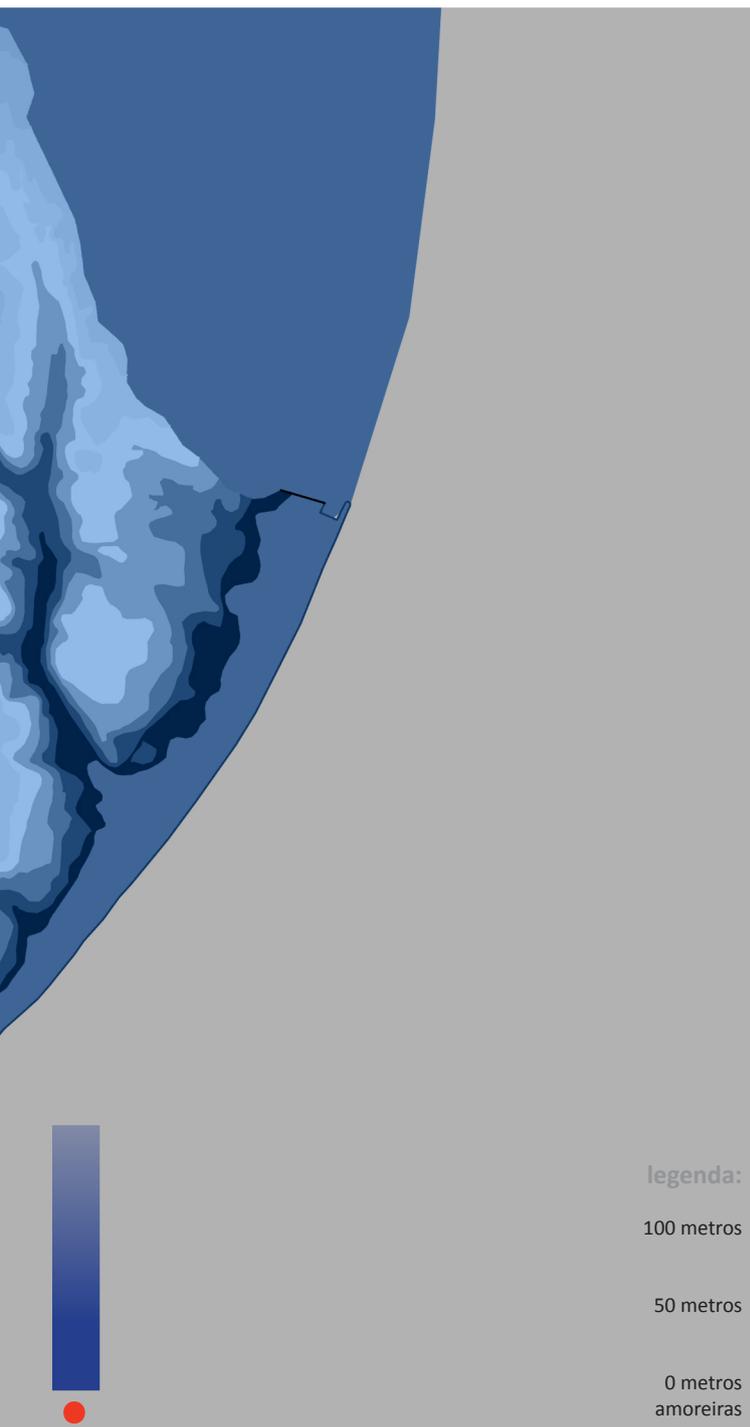


mapa de transportes .03
metro

transportes públicos - metro

Este mapa mostra a rede de metropolitano existente e a extensão da mesma que está prevista ser concretizada nos próximos anos. É importante referir que está prevista a ligação da linha vermelha entre o aeroporto e as Amoreiras que fará com que esta zona se torne mais atrativa e procurada e intensificará a sua função perdida a algum tempo de “centralidade urbana”, ou de “central business centre”.

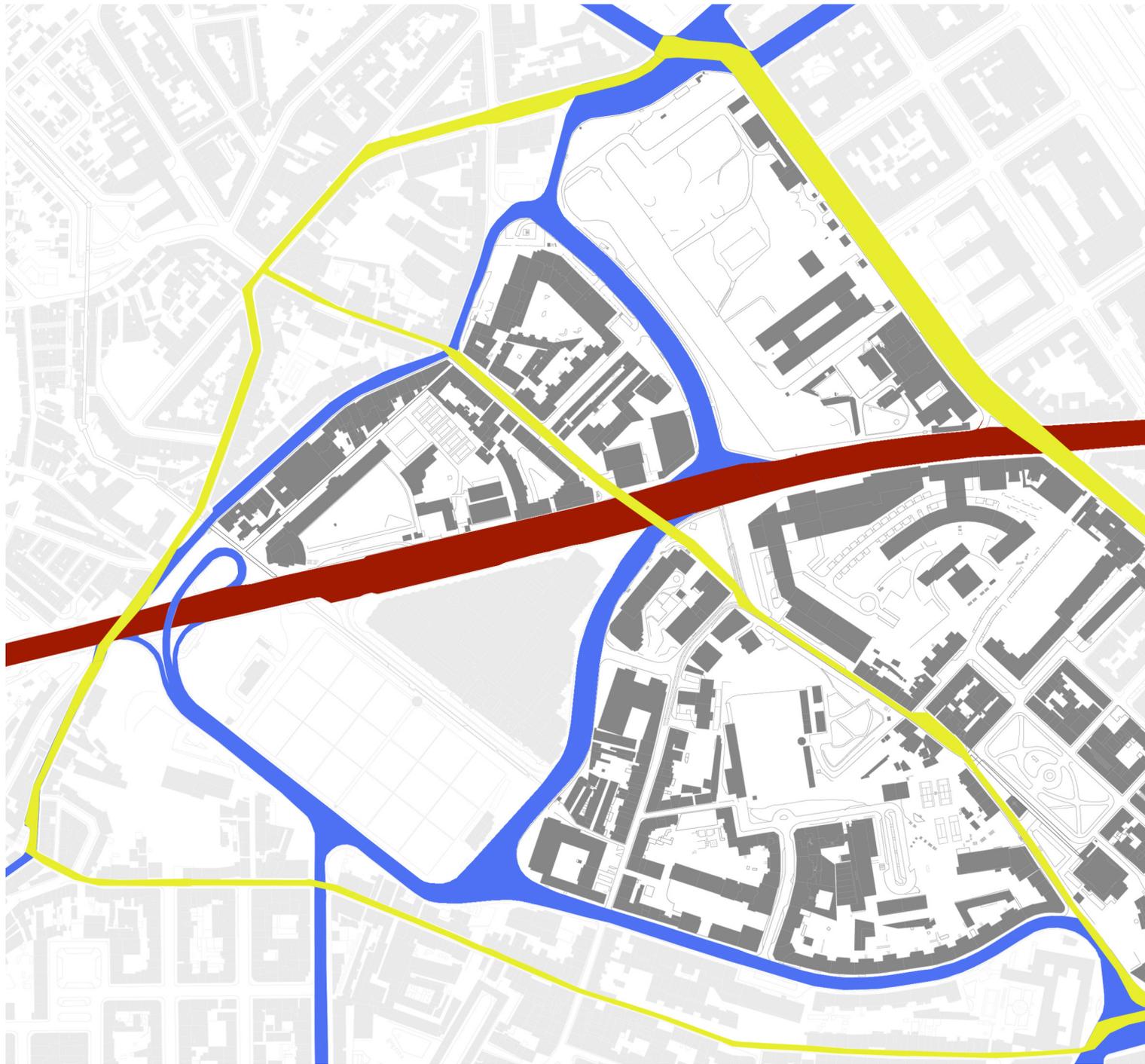


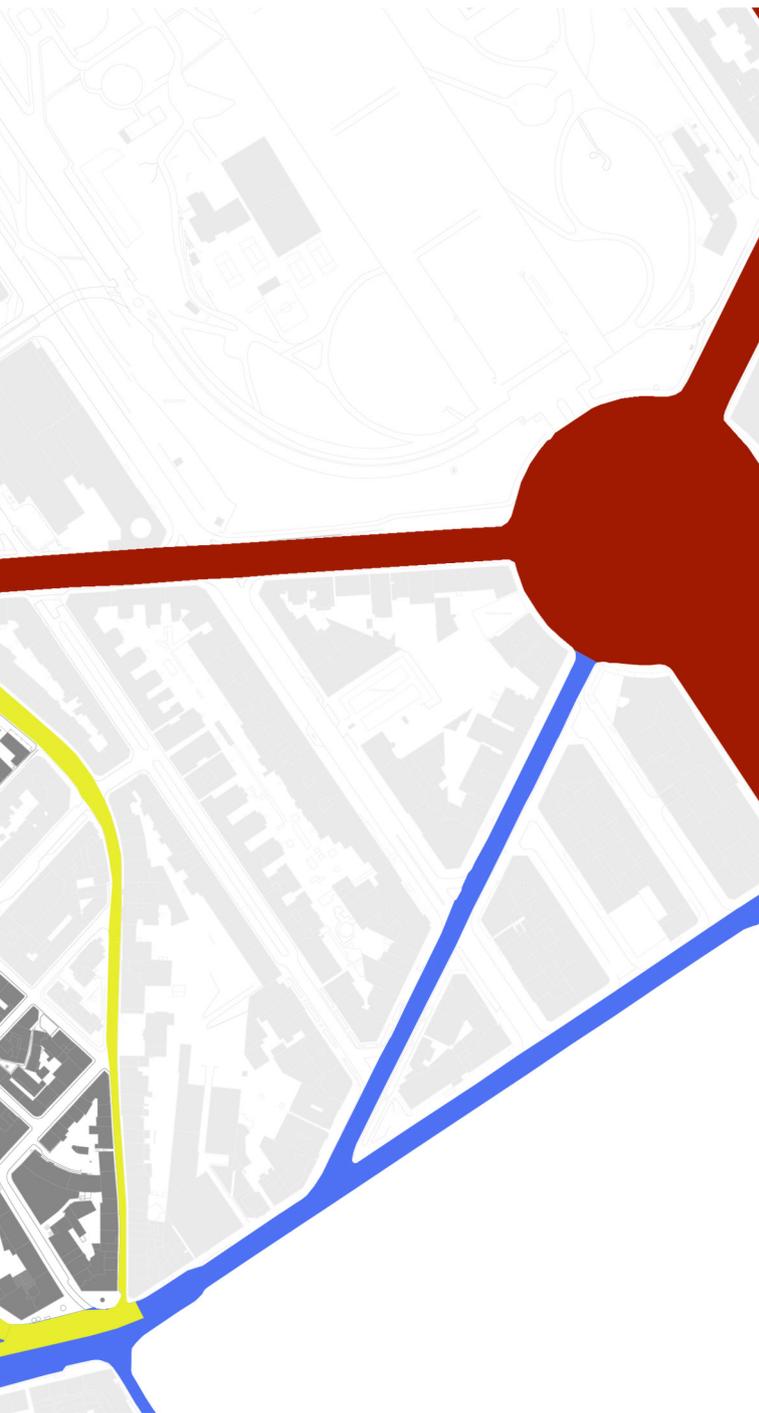


hipsometrias

Esta hipsometria mostra a constituição altimétrica da cidade de Lisboa e podemos concluir que a colina das Amoreiras é a colina de Lisboa mais alta. Como se pode observar toda a cidade é composta por colinas que são separadas pelos vales existentes. No caso da colina das Amoreiras, esta é limitada a Nascente pelo vale de São Bento e a Poente pelo vale de Alcântara.

Não é por acaso que o final do aqueduto é na colina das Amoreiras por ser o ponto mais alto da cidade e pelo facto de que a distribuição das águas ser feita através da gravidade.





estrutura viária

Este mapa representa a estrutura viária existente na zona de intervenção. A vermelho está representado o túnel e a rotunda do Marquês de Pombal, sendo este o eixo principal que liga tanto às Amoreiras como faz a entrada e saída da cidade em direção à A5, em azul estão representados os eixos de circulação que circundam e distribuem toda a zona de intervenção e a amarelo estão representados os antigos eixos da cidade que hoje em dia representam os eixos secundários onde o fluxo de automóveis é mais contido e com menos intensidade.



mapa de zonas .06
escala 1.5000

legenda:

- zona 01
- zona 02
- zona 03
- zona 04
- zona 05
- zona 06
- zona 07
- zona 08





mapa de altimetrias .07
escala 1.5000

altimetrias

Este mapa mostra as altimetrias existentes na zona de intervenção e as suas diferenças. Pode-se observar que junto aos eixos de circulação viária com maior intensidade se localizam os edifícios de maior altura e que nos eixos secundários os edifícios são mais baixos. A função dada aos edifícios ajuda a caracterizar melhor a zona em que se observa que os edifícios com menos altura são maioritariamente residenciais dando também um carácter e uma vivência de bairro, enquanto que os edifícios mais altos são de serviços, comerciais e hotéis. Nota-se também que os edifícios mais altos são mais recentes que os mais baixos, mais antigos, devido a função que esta zona tinha na cidade antes dos edifícios mais recentes serem construídos, pois só desde os anos 80 é que esta zona se começou a pensar como uma zona de concentração de serviços e a construção da primeira superfície comercial na cidade (Amoreiras Shopping Center).

legenda:
01-03 pisos
04-06 pisos
07-09 pisos
10 ou+ pisos







legenda:

espaços verdes público
espaço verde privado

Amoreiras **2032**

António Gorjão
J Francisco Nóbrega
Nuno Botelho
Pedro Pão
Sérgio Sá
Tiago Ornelas

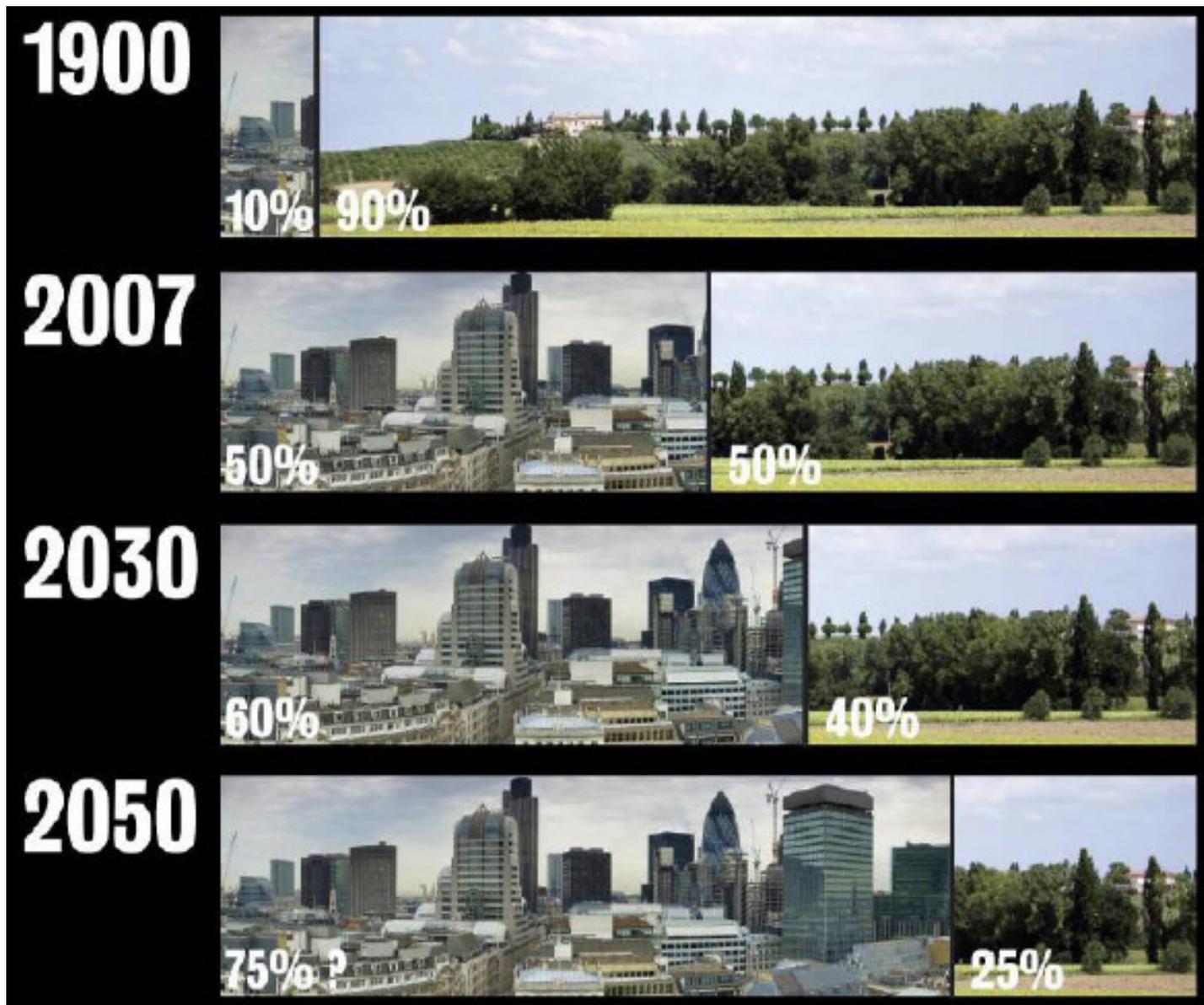
Perfil social

A evolução demográfica das cidades nos últimos 100 anos tem vindo a aumentar exponencialmente, impulsionada inicialmente pela revolução industrial, verificando-se que nos últimos dois séculos passaram de 100 milhões para biliões de habitantes. Deste modo, concluímos que a cidade dos próximos 20 anos siga a mesma tendência de evolução: tornando-se cada vez mais populosa; afirmando-se como centro de negócios; uma centralidade à escala mundial; localização dos polos de inovação; conhecimento, centro de emprego e partilha, acredita-se que a cidade será mais cosmopolita e a população urbana estará em constante substituição, fruto do fenómeno da globalização.

A cidade que se pretende é multifuncional, dinâmica e equilibrada. O objetivo é como diz Nuno Portas quando refere que Barcelona mesmo perdendo muitos habitantes continua sempre cheia e salienta, "cheia de "city users" , ou seja, pretende-se que a cidade seja utilizada pelo seu todo e que cada local possa oferecer programas diversificados, mantendo sempre a sua identidade.

Do ponto de vista social, a garantia de empregos vitalícios permitiu a aquisição de casa própria, bem como a constituição de famílias tradicionais. Garantias estas que nos transformaram numa sociedade sedentária de bens facilmente adquiridos.

Atualmente, a falta de emprego, a insegurança de preservar o mesmo, levam a que a nossa e as futuras gerações encarem a "crise" como uma oportunidade de criar novas soluções para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Posto isto, no futuro o homem será mais individualista, no sentido de em que viverá sozinho ou em agregados familiares mais pequenos e as famílias tradicionais serão cada vez mais escassas. Sendo portanto, um "nómada urbano", este não sentirá necessidade de se estabelecer apenas num local, sendo a mobilidade e o fenómeno da globalização numa realidade mais frequente.



A valorização do espaço urbano na cidade e conseqüente elevado preço do m², torna o espaço de habitação cada vez mais reduzido, respondendo às necessidades básicas dos seus moradores. Deste modo, o convívio e o lazer realizar-se-ão no espaço público, transformando-se este na extensão da habitação. Posto isto, pretende-se que a cidade não se resuma a um conjunto de espaços especializados mas sim um contínuo de serviços comuns que a animam, mantendo a sua identidade e vivências, existindo continuidade entre o novo e o existente.

O espaço doméstico terá de ser compatível com outras atividades, tornando-se mais versátil, funcional e flexível, adaptando-se a qualquer circunstância das necessidades do seu quotidiano, a título de exemplo a atividade laboral.

A construção de raiz realizar-se-á com o intuito de melhorar funcionamento da cidade dos seus acessos e atravessamentos. Propiciando uma melhor utilização do espaço público e melhor aproveitamento de espaços sobrantes, bem como os vazios.

Amoreiras **2032**

António Gorjão
J Francisco Nóbrega
Nuno Botelho
Pedro Pão
Sérgio Sá
Tiago Ornelas

Entrevistador: *“Gostava de lhe propor um desafio, imagine que tem no seu estirador uma planta de Lisboa, sem nada, e agora pode fazer a sua Lisboa, aceita?”*

GRT: *“Não, Lisboa tem que se fazer abrindo janelas, sobre a luz, que é abrir janelas sobre a cor.” (citação dos arquivos da RTP(...))*

GRT: *“O homem de futuro que está a nascer por todo o lado, é um homem que vai juntar a cidade e o campo.” (citação dos arquivos da RTP)(...)*

GRT: *“(...) tenho que defender Portugal com a sua história, com a sua evolução, quando a evolução da sua paisagem que foi sempre a relação entre a cidade, o campo, e outra coisa muito importante, e o mar. Cidade, campo e mar, é a nossa história. A intervenção portanto de uma colectividade que vive numa orla que é Portugal, a orla da Europa em relação ao Atlântico consegue de facto jogar o seu futuro e jogar o futuro da humanidade com estas três ocorrências: o campo com todas as suas características, a cidade com todo o seu valor cultural e o mar com os seus recursos e como área de transmissão de ideias para fora.” (citação 5 para meia noite)*

As premissas defendidas por Gonçalo Ribeiro Telles na valorização da cidade, do campo e do mar, que foram importantes para a criação da história de Portugal, e reforçam a necessidade de preservação dos mesmos para o bem estar da humanidade. De certa forma, estas ideias defendidas por Ribeiro Telles são tomados em consideração na nossa proposta para a Colina das Amoreiras.

Trazemos os turistas, e não só, que se encontram na zona central da baixa, oferecendo um percurso turístico, iniciando no Cais do Sodré, prolongando-se até ao Alto das Amoreiras, proporcionado pela reativação da linha do elétrico, tendo como ponto partida e de chegada, e até mesmo na descida na Rua do Alecrim, uma forte relação com o rio.

O campo para nós é encarado com o verde do Parque Natural de Monsanto, que resulta do enfiamento da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, refletindo-se

nesta mesma e estendendo-se para norte, dando origem ao Parque Urbano do Terreno da Artilharia 1.

O agrupar destas três ocorrências valoriza este território das Amoreiras garantindo a melhoria das condições sócio-espaciais, assegurando o bem estar dos seus utentes.



Proposta de grupo

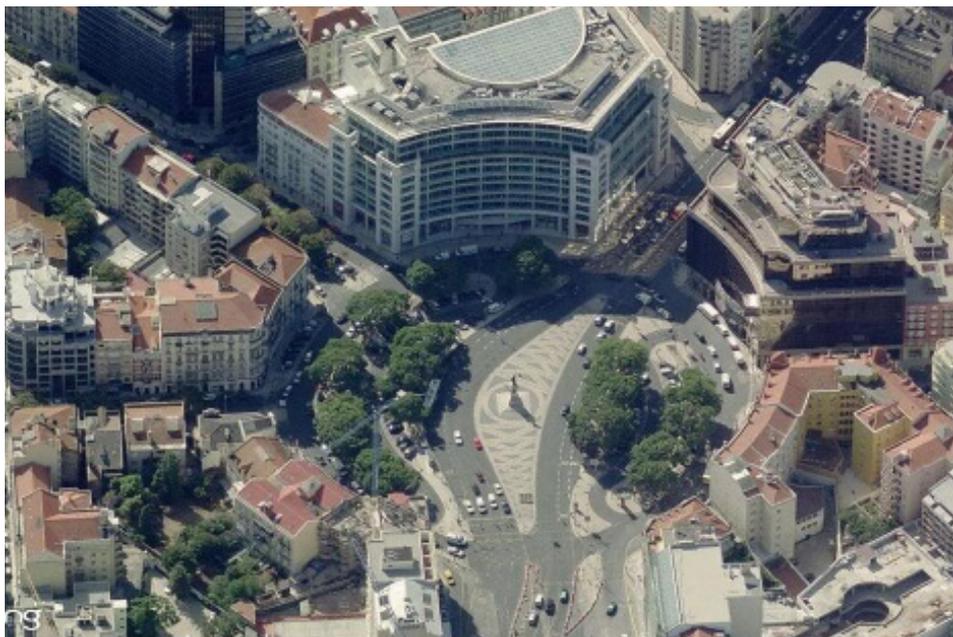


img. relação entre amoreiras e saldanha

O ponto mais alto da cidade de Lisboa, a Colina das Amoreiras, é uma das centralidades da capital, na qual agrupa uma série de serviços e comércio, juntamente com habitação.

Pretende-se intensificar esta zona de trabalho no sentido de valorizar as relações humanas, melhorando o espaço público, transformando-o num local de convergência para uma qualidade sócio-espacial.

Um dos nós na zona de intervenção resultantes entre a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e a Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, acaba por ser o ponto fulcral da nossa proposta, transformando-o numa praça, procurando para este sítio, a referência da vivência que existe nestas proximidades, que é o Saldanha.



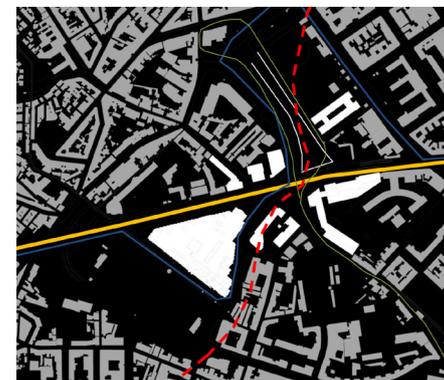
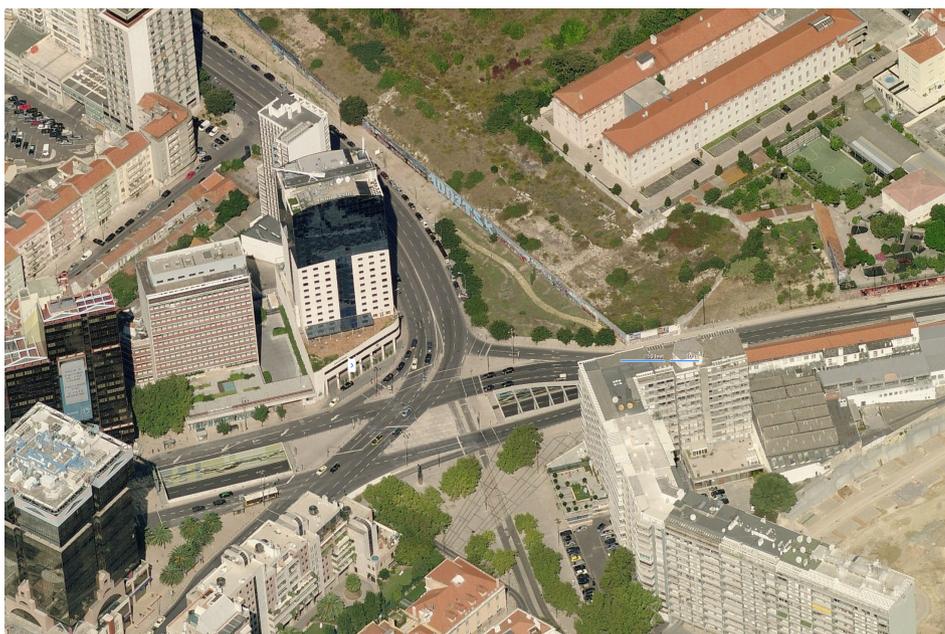
praça do saldanha

Atualmente, a primeira avenida, funciona como uma ruptura entre a zona norte com a zona sul e pretende-se fazer a unificação das mesmas, de modo a facilitar a circulação pedonal. Para tal, o trânsito existente na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, é estruturado de modo a criar permeabilidade, sendo desviado em torno do terreno da Artilharia 1 e pelas Amoreiras, permitindo apenas que circule os transportes públicos.

Neste centro destas avenidas irá convergir uma série de redes de vias de comunicação, localizado à sul no terreno da Artilharia 1 um interface, agrupando os autocarros, o metro e a reativação da linha de eléctrico. O primeiro, irá considerar as carreiras pré existentes; o segundo, será linha vermelha que irá circular nesta zona, permitindo uma ligação com o aeroporto, reforçando a ideia de globalização, e vem favorecer este núcleo empresarial; e por último, o terceiro que pretende fazer a ligação entre o Cais do Sodré, Amoreiras, podendo abranger uma outra população, que vem da Margem Sul, e por sua vez estender o percurso do turista, a uma outra realidade da cidade, passando por elementos emblemáticos e histórico (Cais do Sodré, Largo Camões, Miradouro São Pedro de Alcântara, Príncipe Real, Ruas das Amoreiras, e Amoreiras).



proposta de alteração do tráfego automóvel



transportes
metro
elétrico
autocarros
circulação automóvel

relação com Monsanto - CAMPOI



monsanto vem contaminar as amoreiras

A Avenida Engenheiro Duarte Pacheco a nascente proporciona de um enfiamento para o Parque Natural de Monsanto, que virá contaminar a nossa proposta, que terá início nesta avenida, tendo uma zona relvada e outra arborizada, que depois se estenderá para norte para o terreno da Artilharia 1 resultando num Parque Urbano. A organização espacial do terreno resulta dos enfiamentos das ruas pré existentes, dando origem aos percursos. Estes por sua vez se encontram a cota do terreno e são limitados lateralmente por taludes, e de certo modo, trazendo a lembrança, das funções militares que este terreno teve em tempos.

A nascente do terreno da Artilharia 1, encontra-se o interface que se desenvolve na horizontal sendo perfurada para dar acesso ao jardim e o acesso ao metro. Nesta peça, no seu limite a sul, é rematada por uma torre, que vem a fechar a verticalidade desta praça.



relação visual com Monsanto



A ideia de unificação deste território, e a importância da permeabilidade, acabou por resultar num pavimento único, de modo a responder a estas premissas. Será utilizado o basalto nas estradas, mas concretamente o paralelo, e nos passeios o micro cubo, que depois este irá se desmaterializar e fundir com a pedra calcária dos passeios pré existentes. O calcário também será utilizado, sendo aplicado para diferenciar o que é via e passeio, funcionando como linha e fazendo a separação entre os dois. É de referir que todo este pavimento trabalhará toda a mesma cota, não fazendo a distinção, neste aspecto, o que é estrada e o que é passeio.

Pretende-se com isto, que esta nova estratégia venha reforçar uma melhoria do espaço público, de modo a ser habitado por todos, sobretudo para uma realidade em que a intensificação da atividade laboral, vai ser muito presente, e o espaço da cidade ganhará um papel muito importante no que se refere ao lazer e a socialização.





amoreiras shopping
amoreiras shopping



convento das trinas do rato
real fábrica das sedas



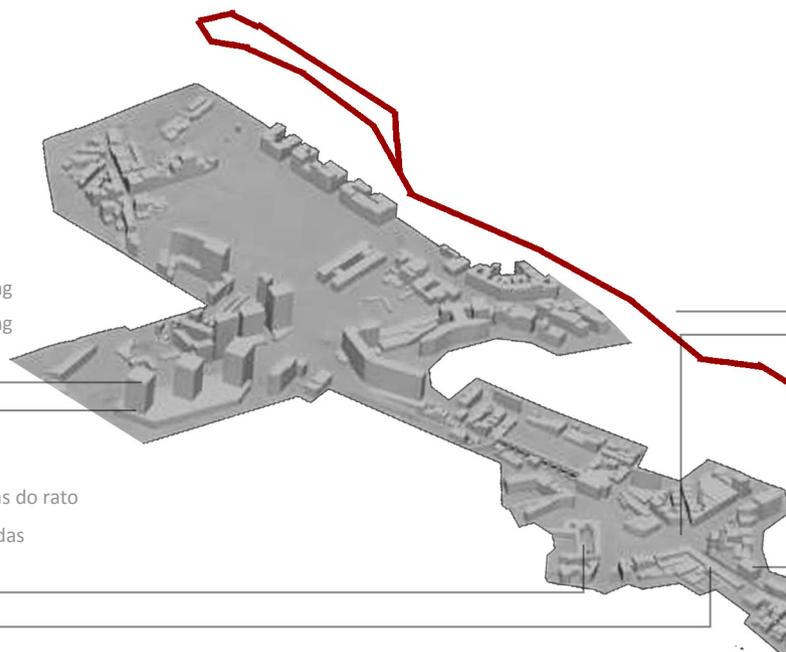
jardim do príncipe real
largo de camões

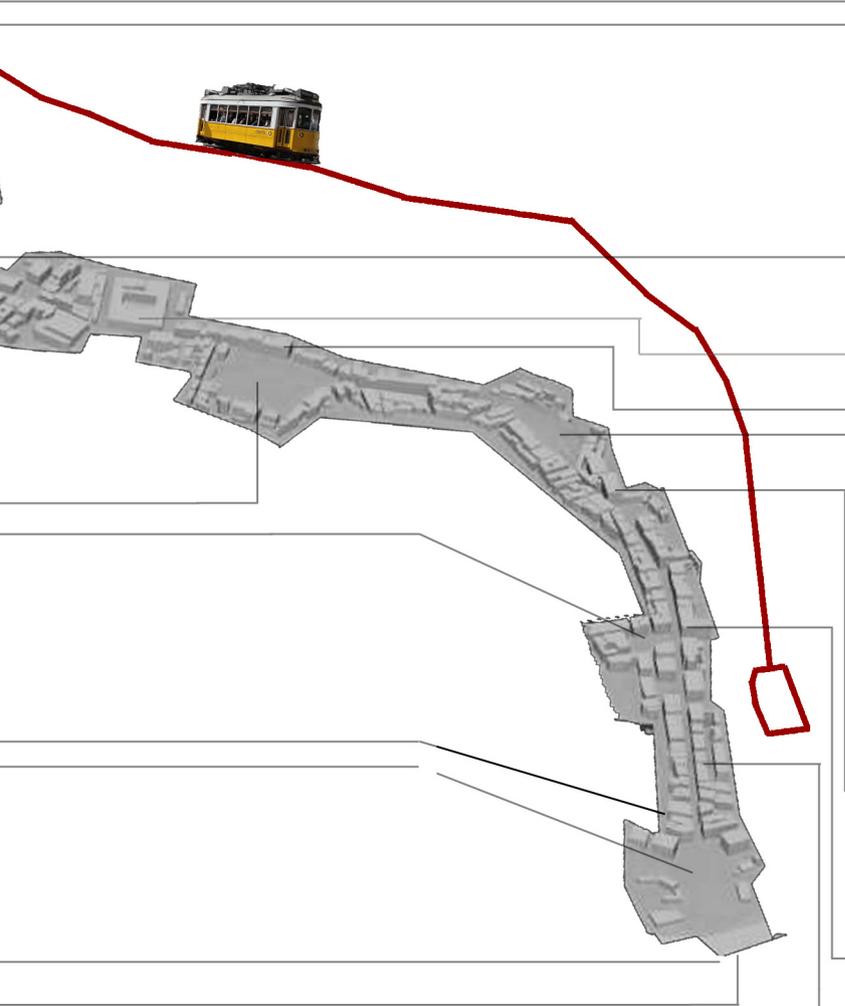


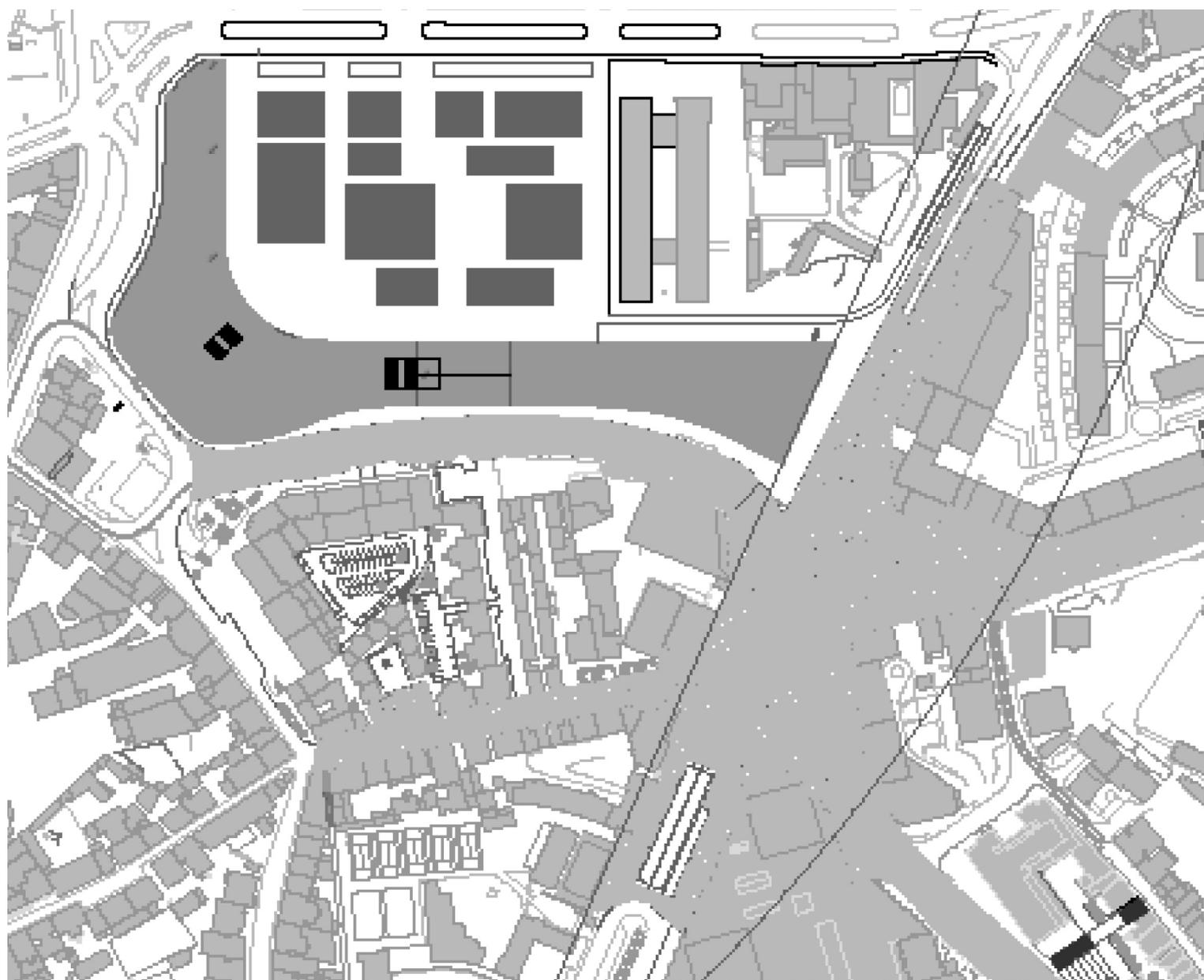
rua de são paulo
praça duque da terceira(cais do sodré)

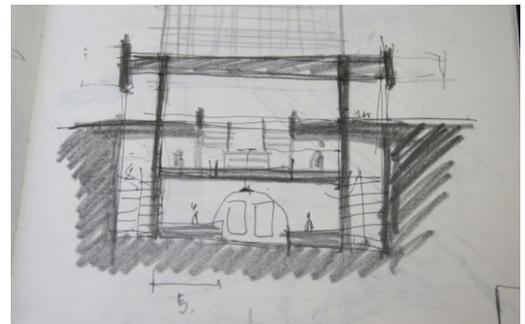
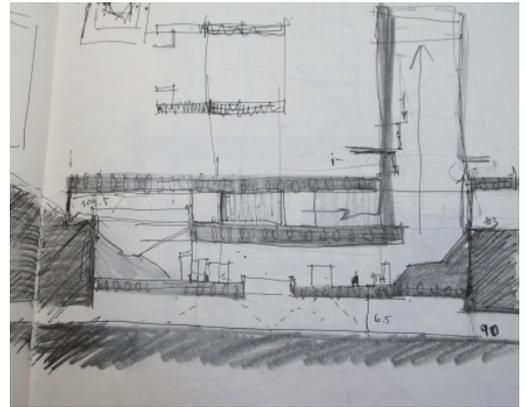


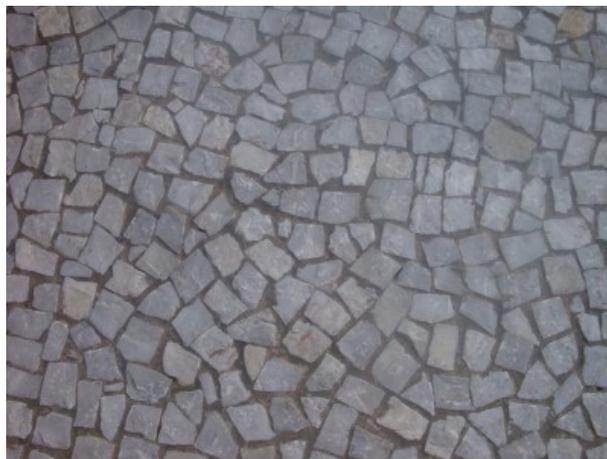
cais do sodré - cacilhas
cais do sodré - ponte 25 abril



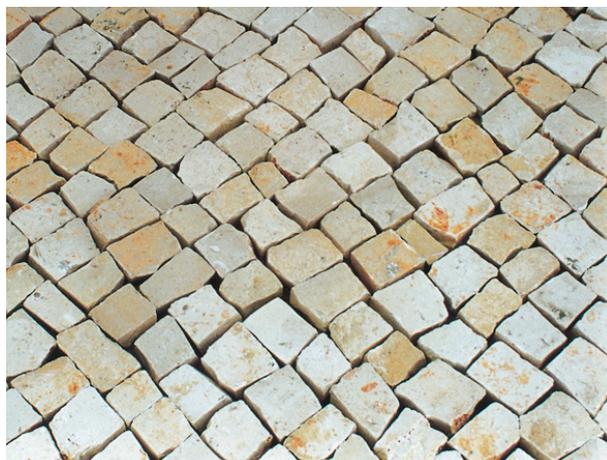




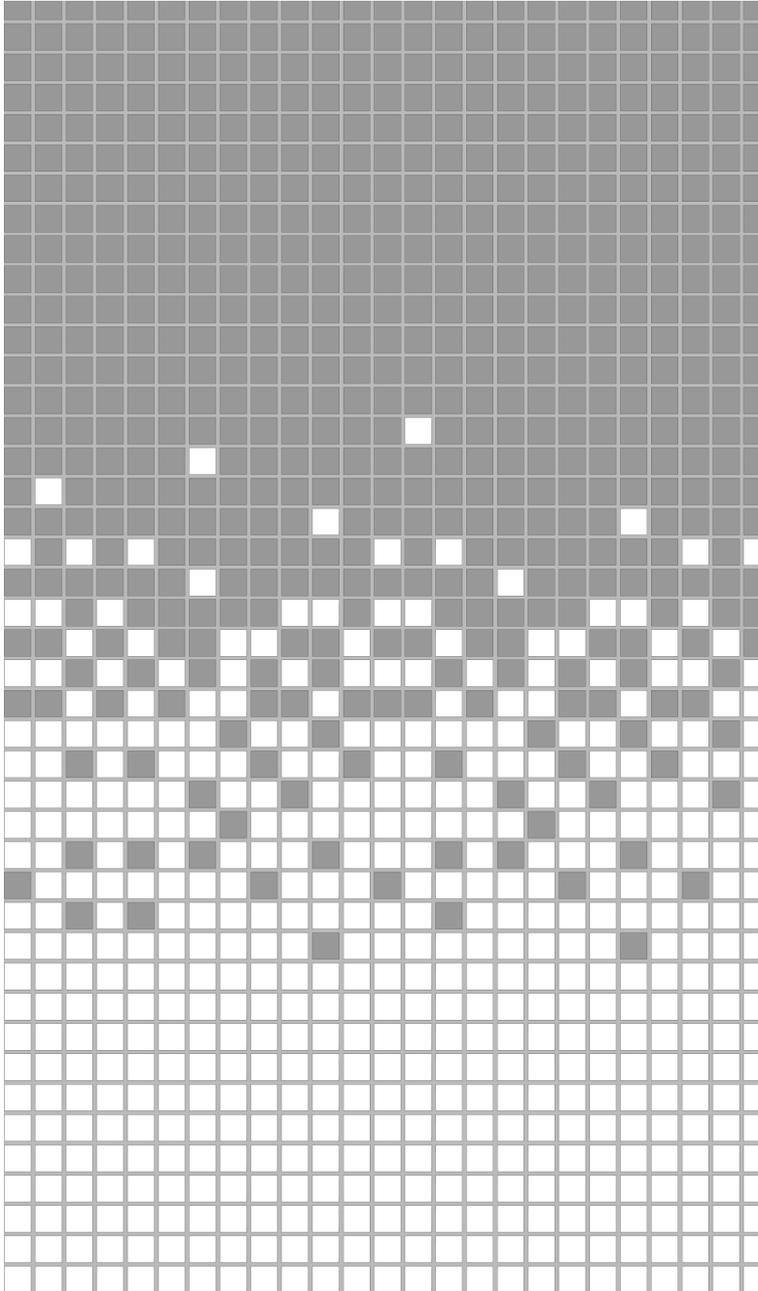




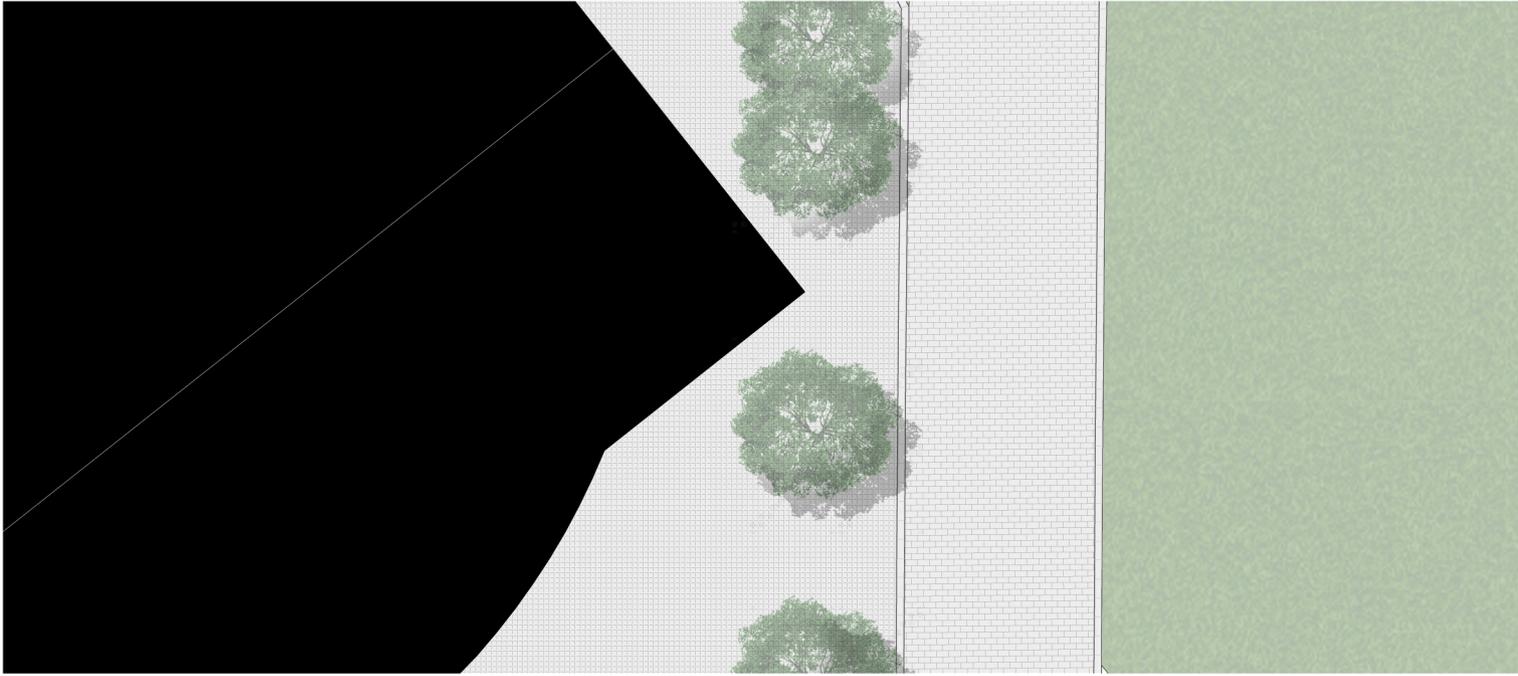
pavimento proposto(micro cubos de Basalto)

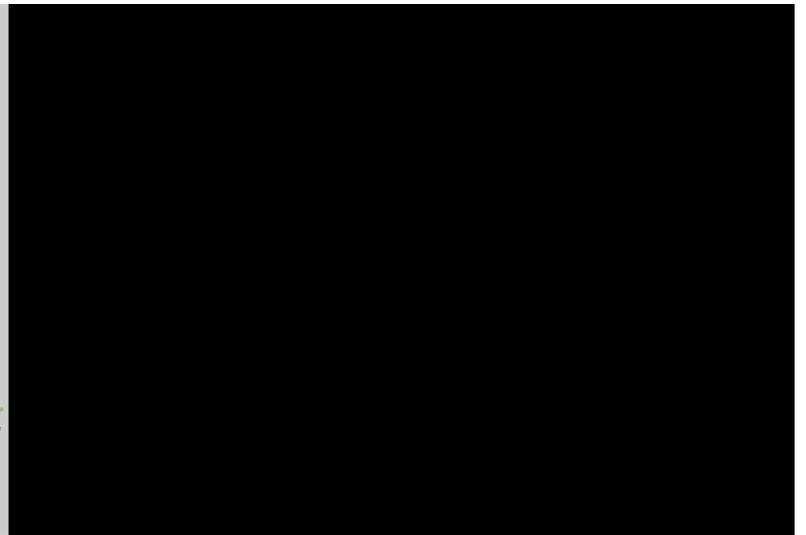
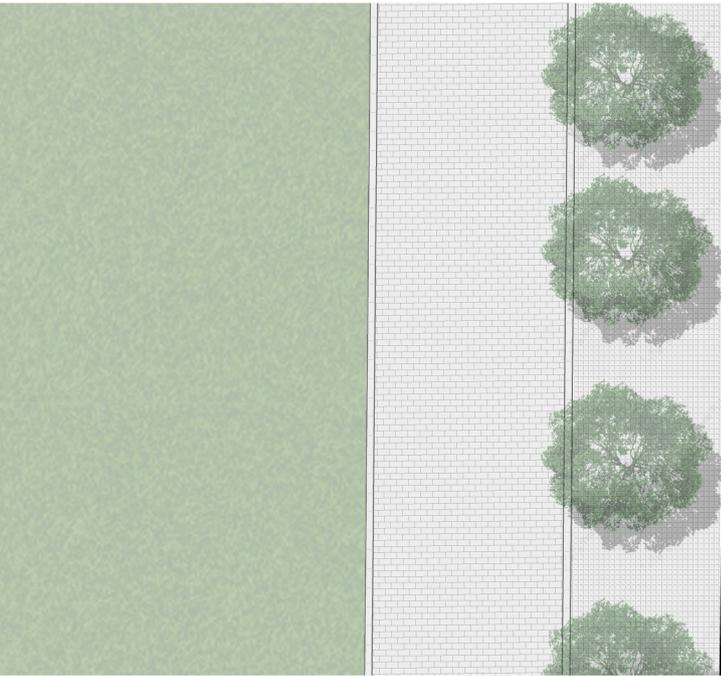


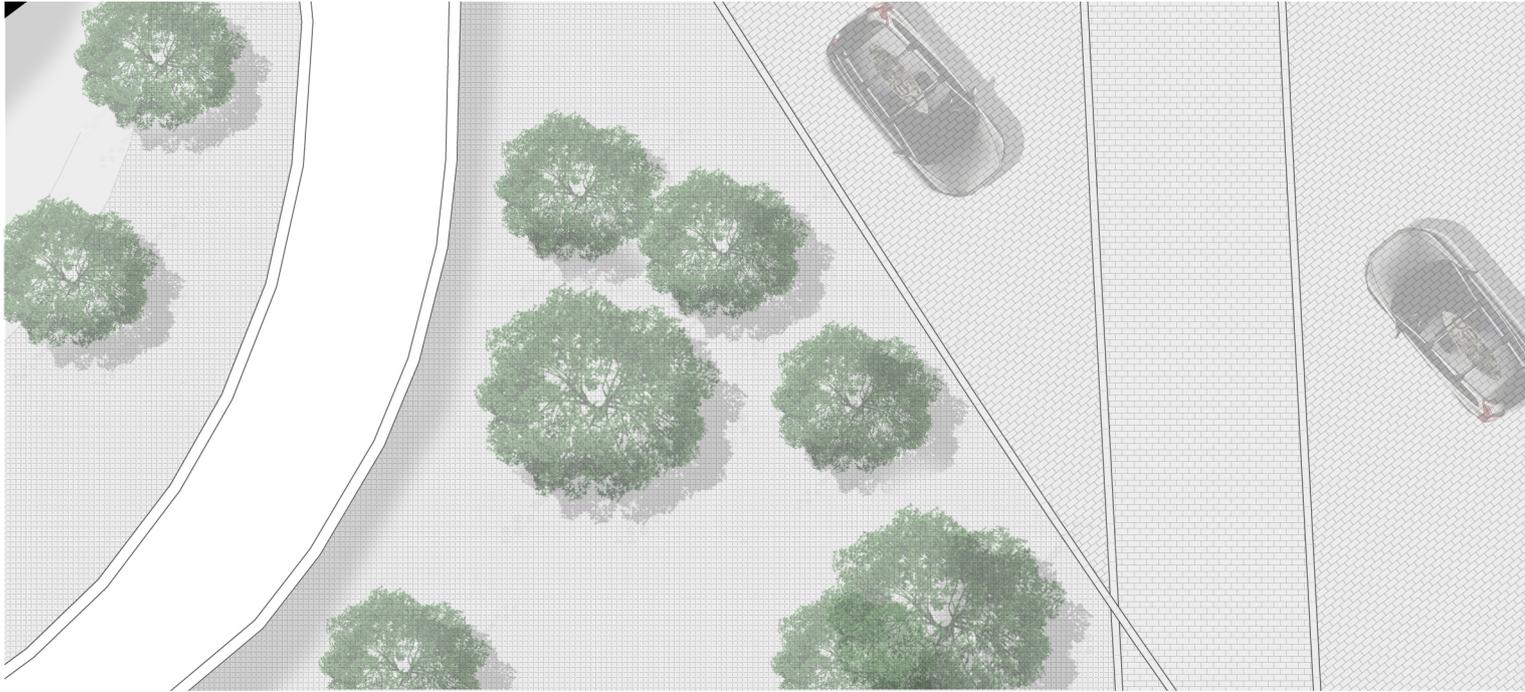
pavimento existente(miicro cubos de calcário)

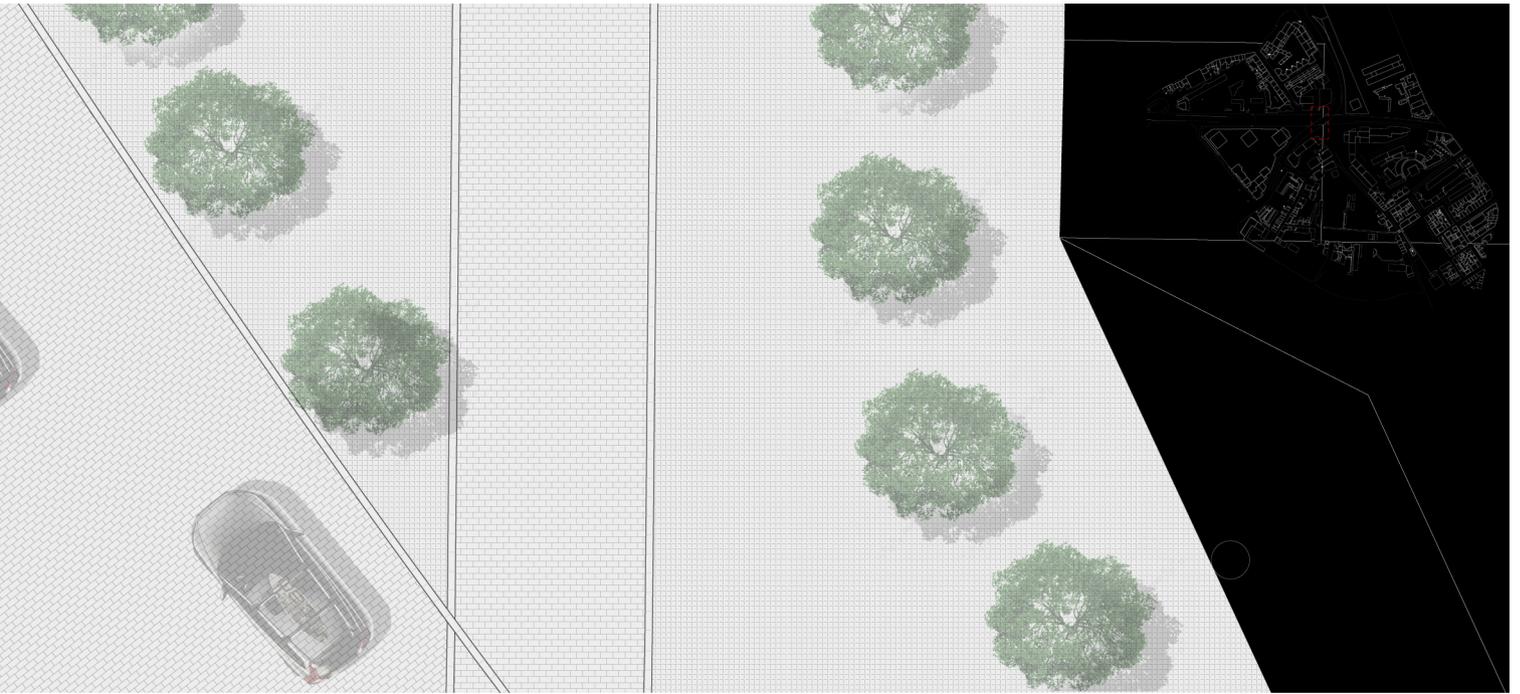


Pretende-se que o pavimento proposto se funda com o existente através de uma desmaterialização, integrando assim o pavimento proposto em basalto, ao existente no resto da cidade em calcário.





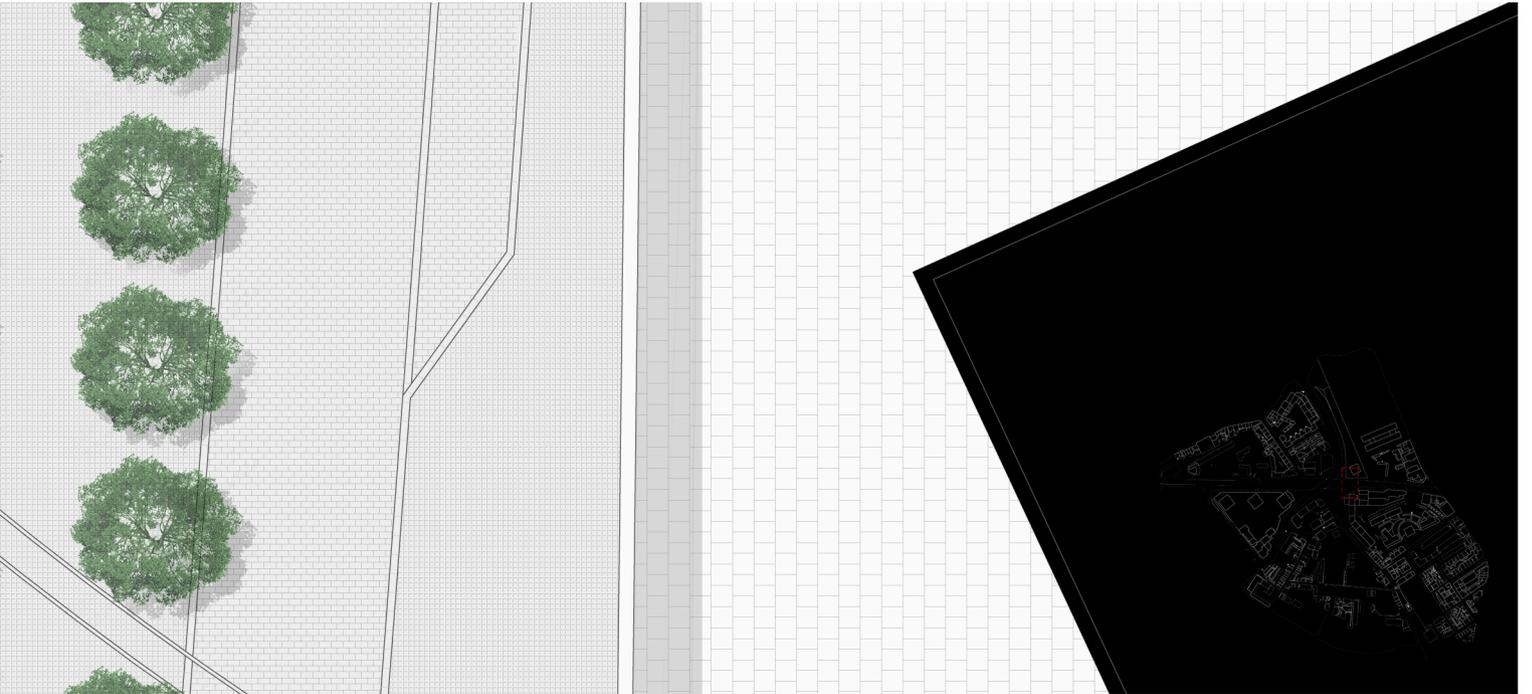




ntos pro





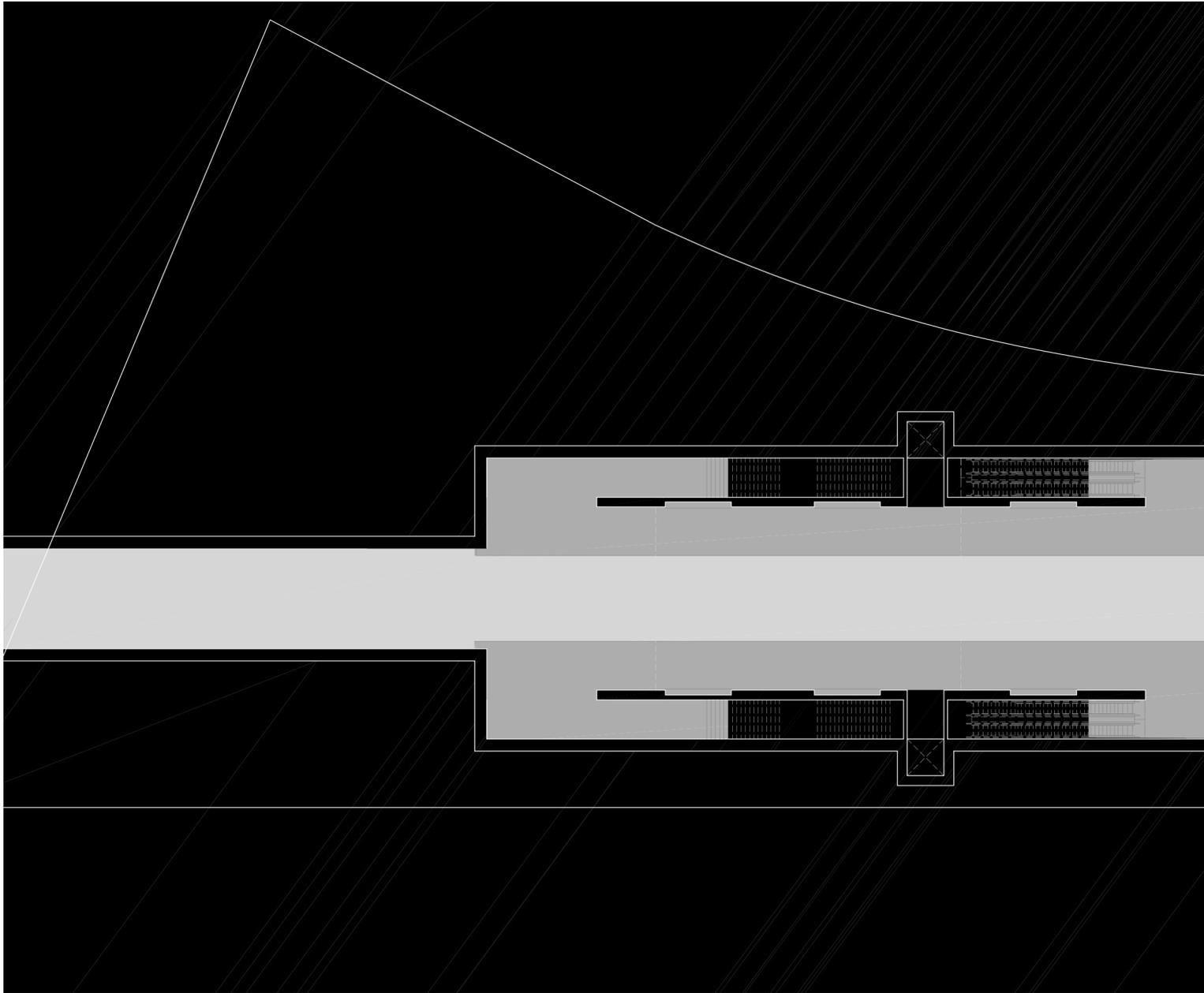


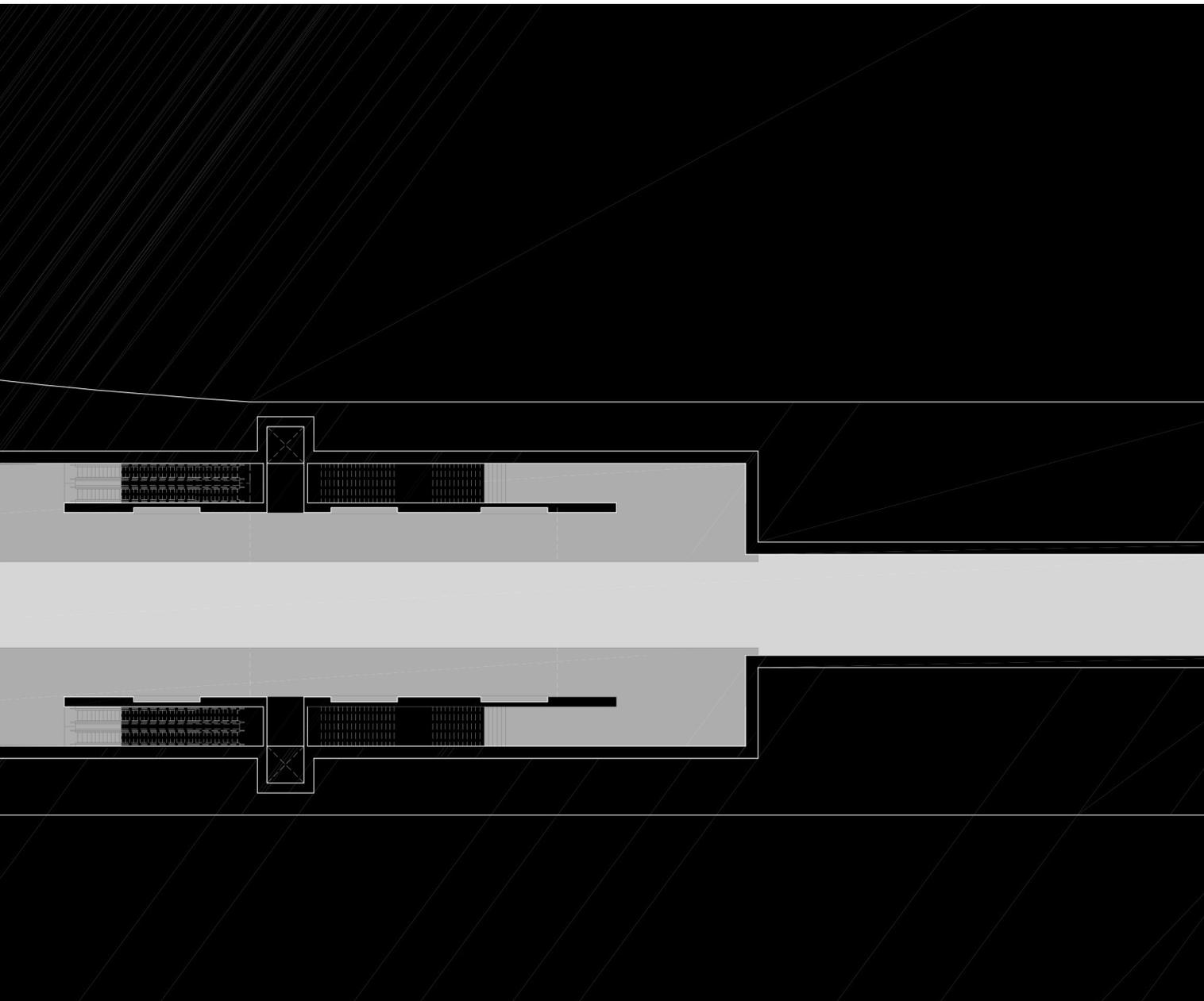
Pavimentos proposta urbana esc. 1.200

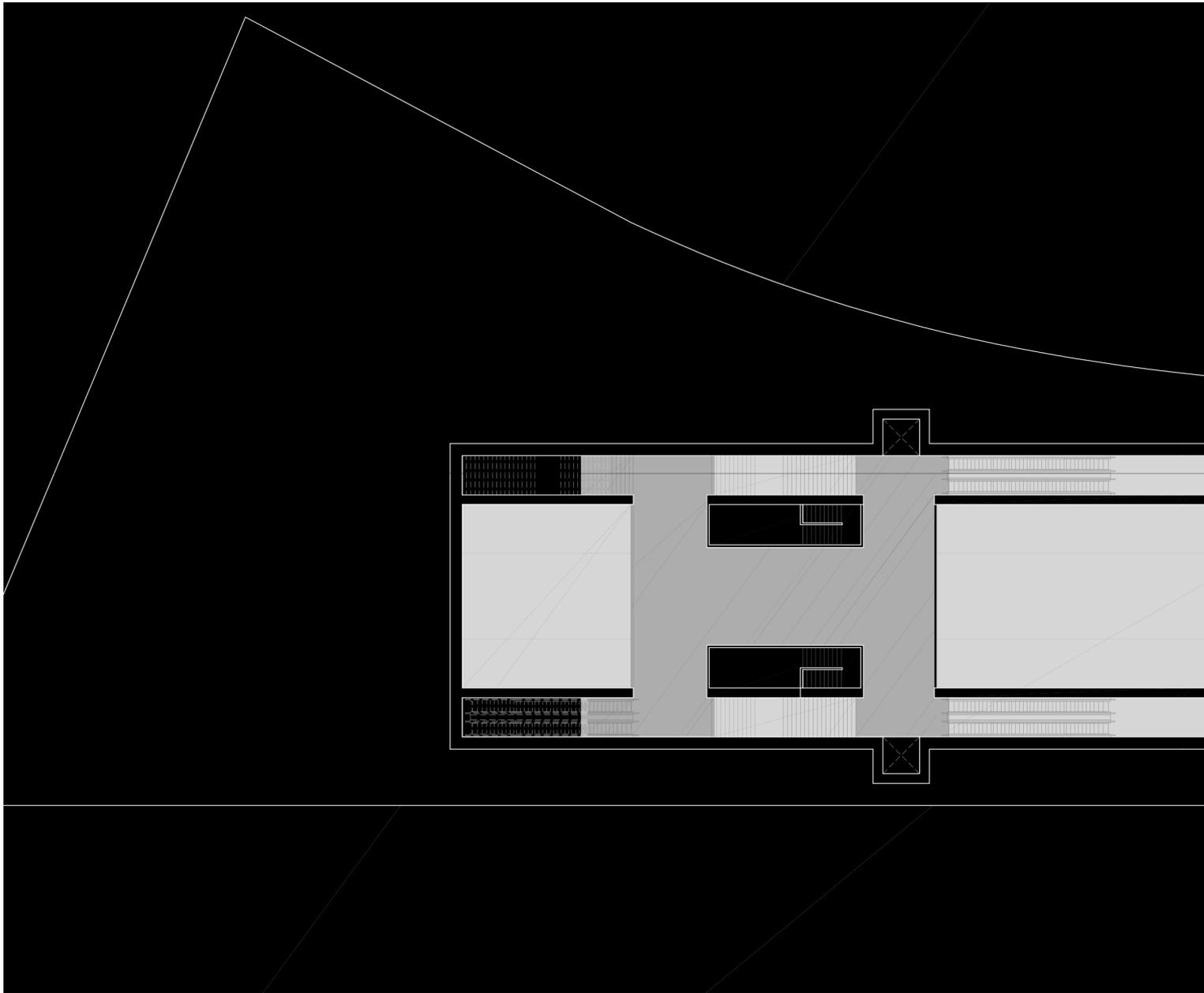


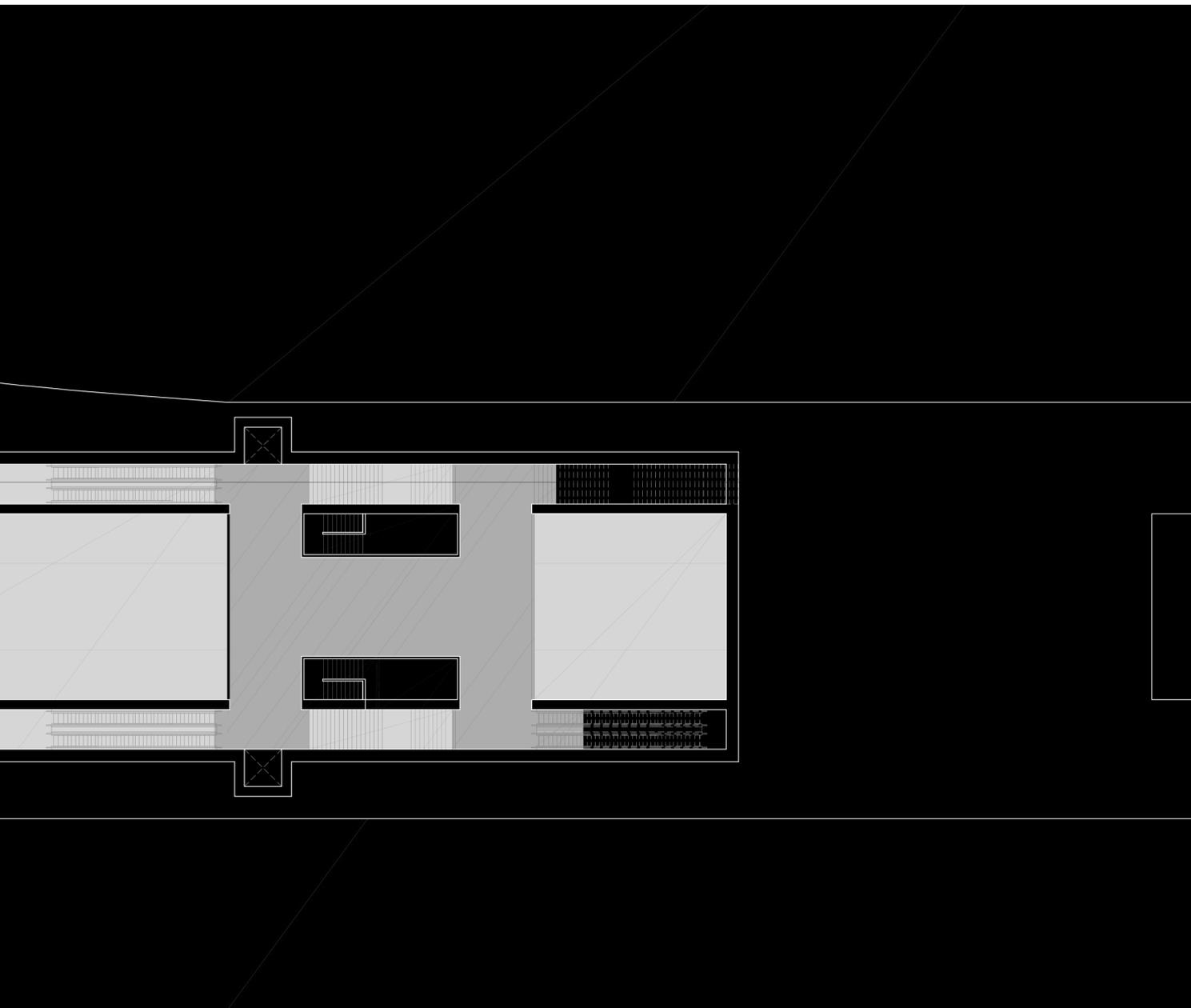


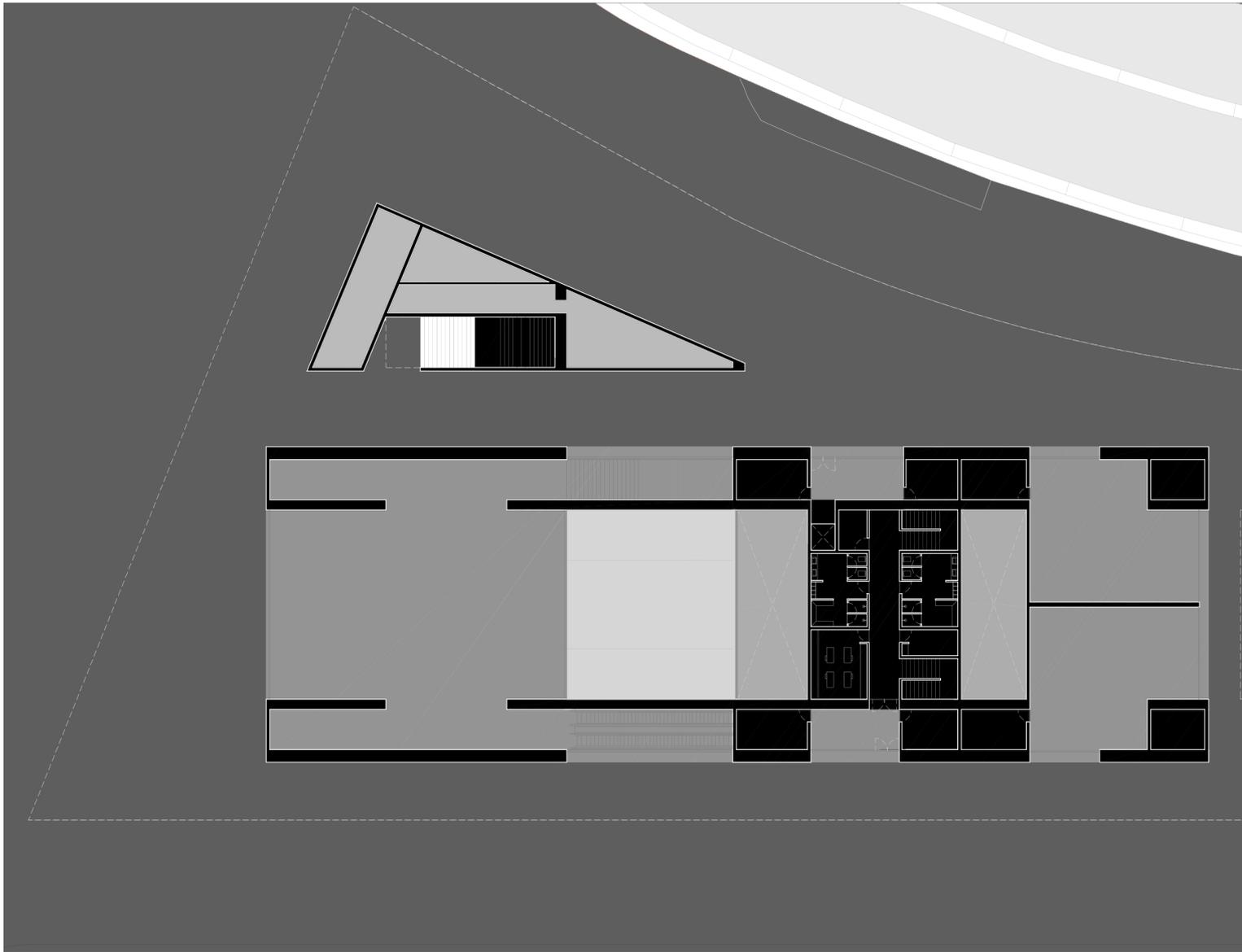


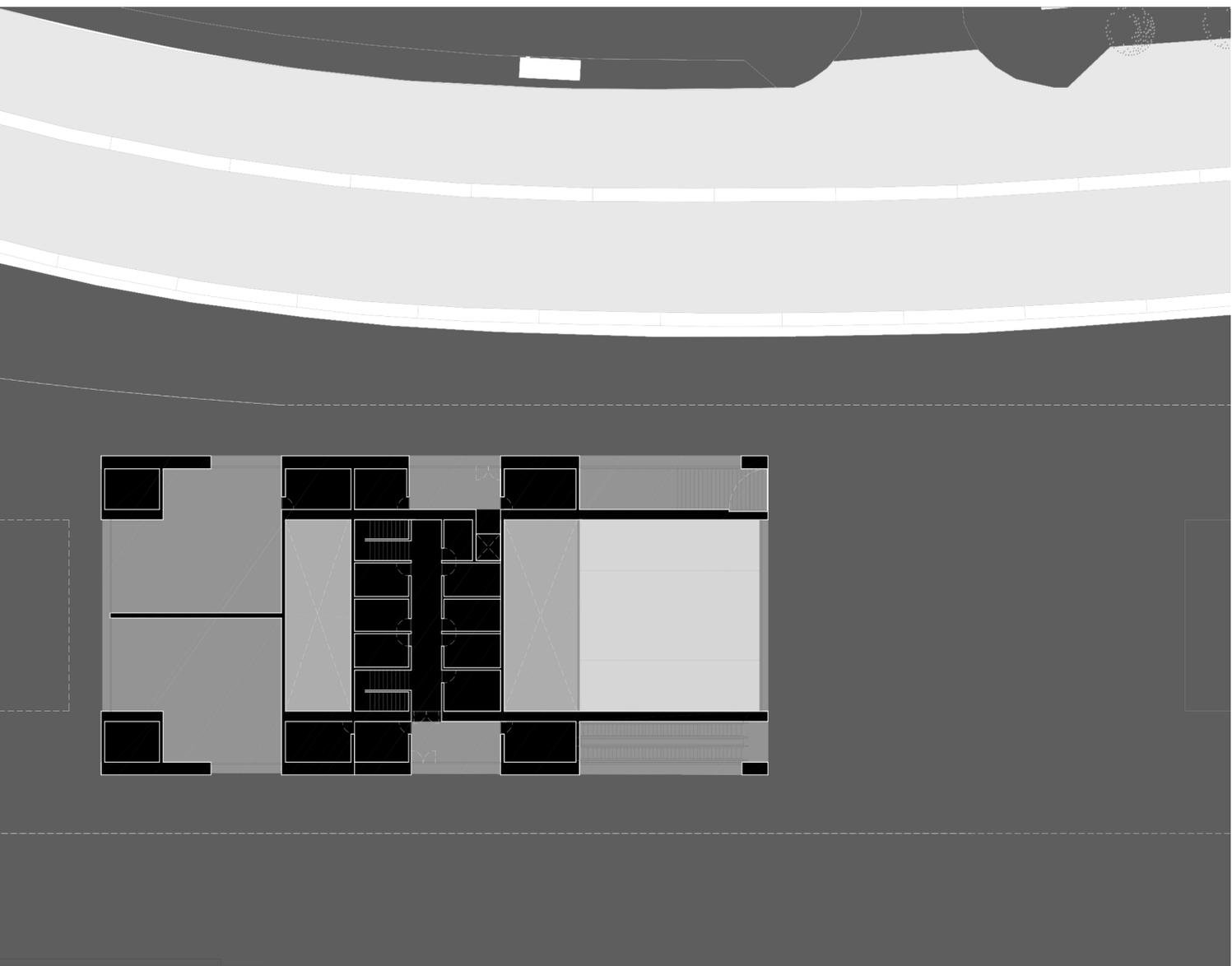


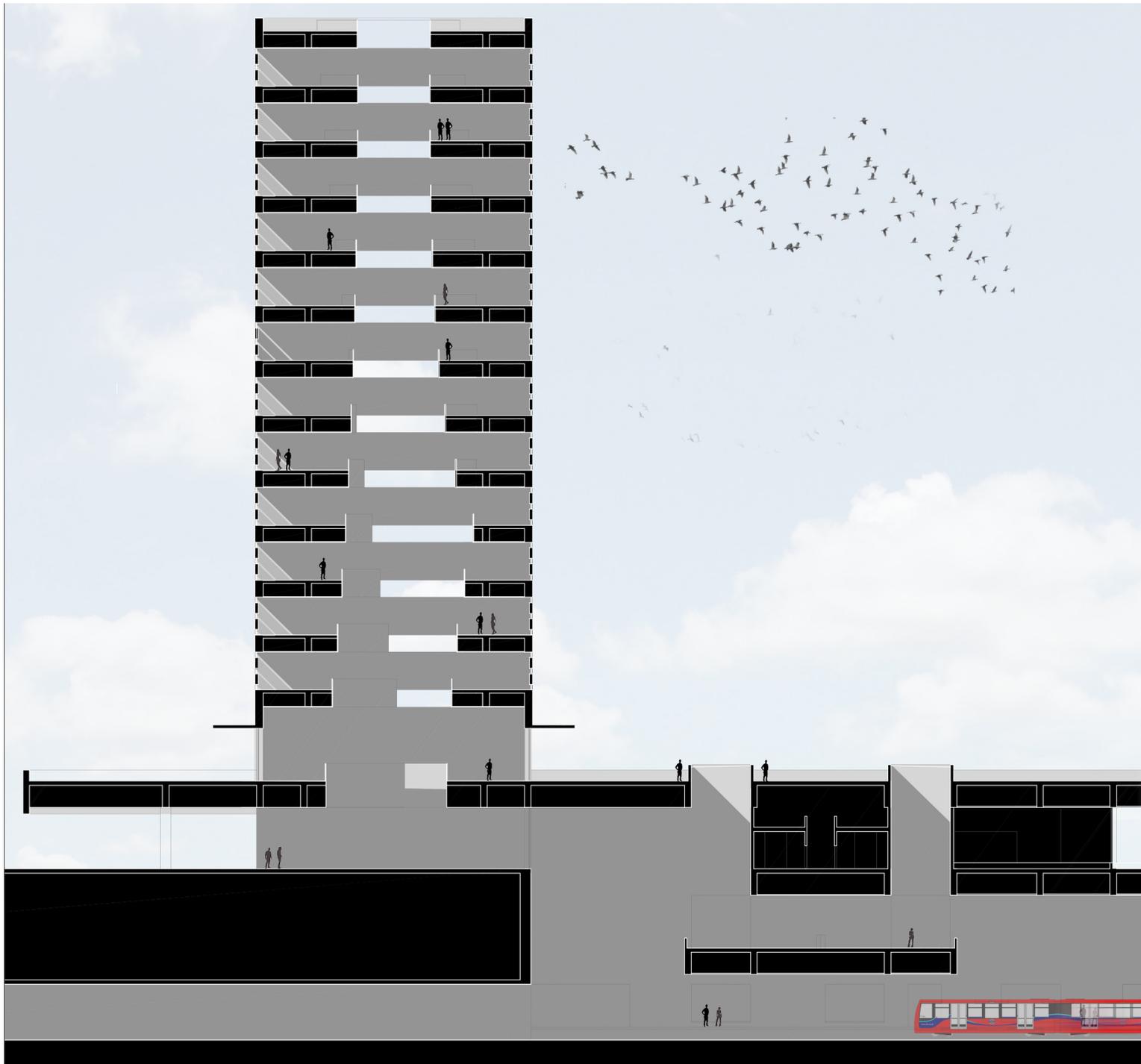




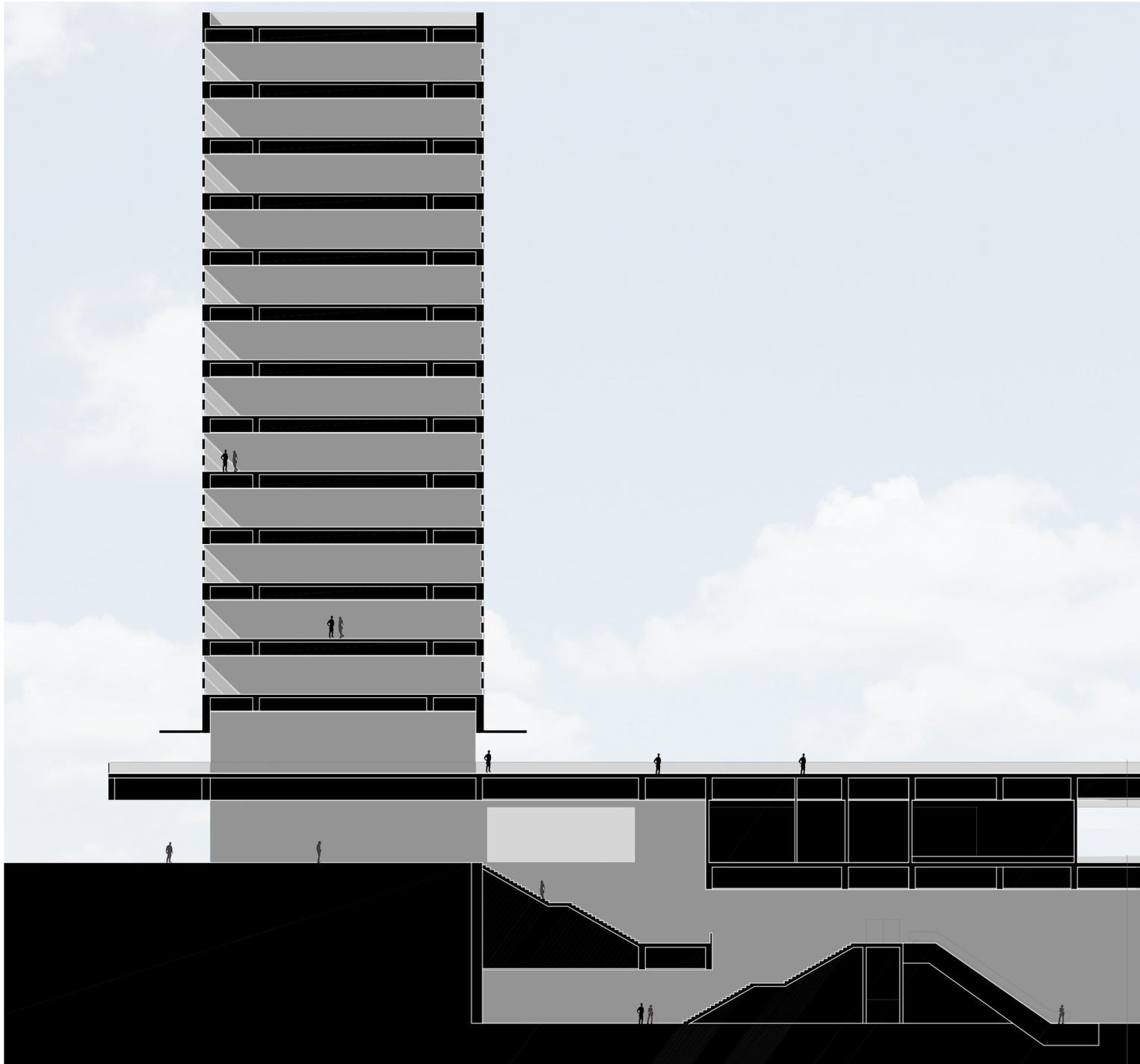


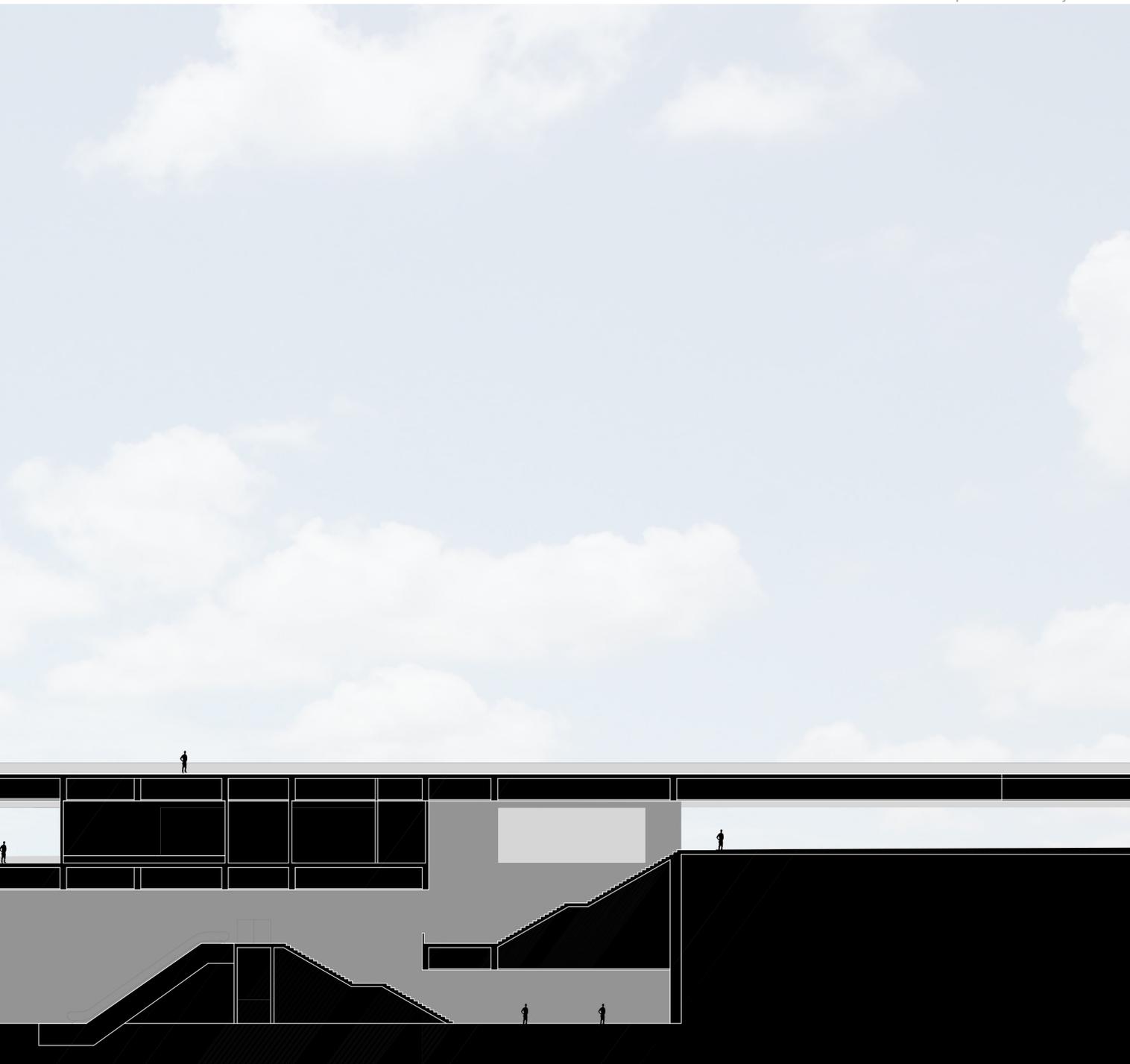




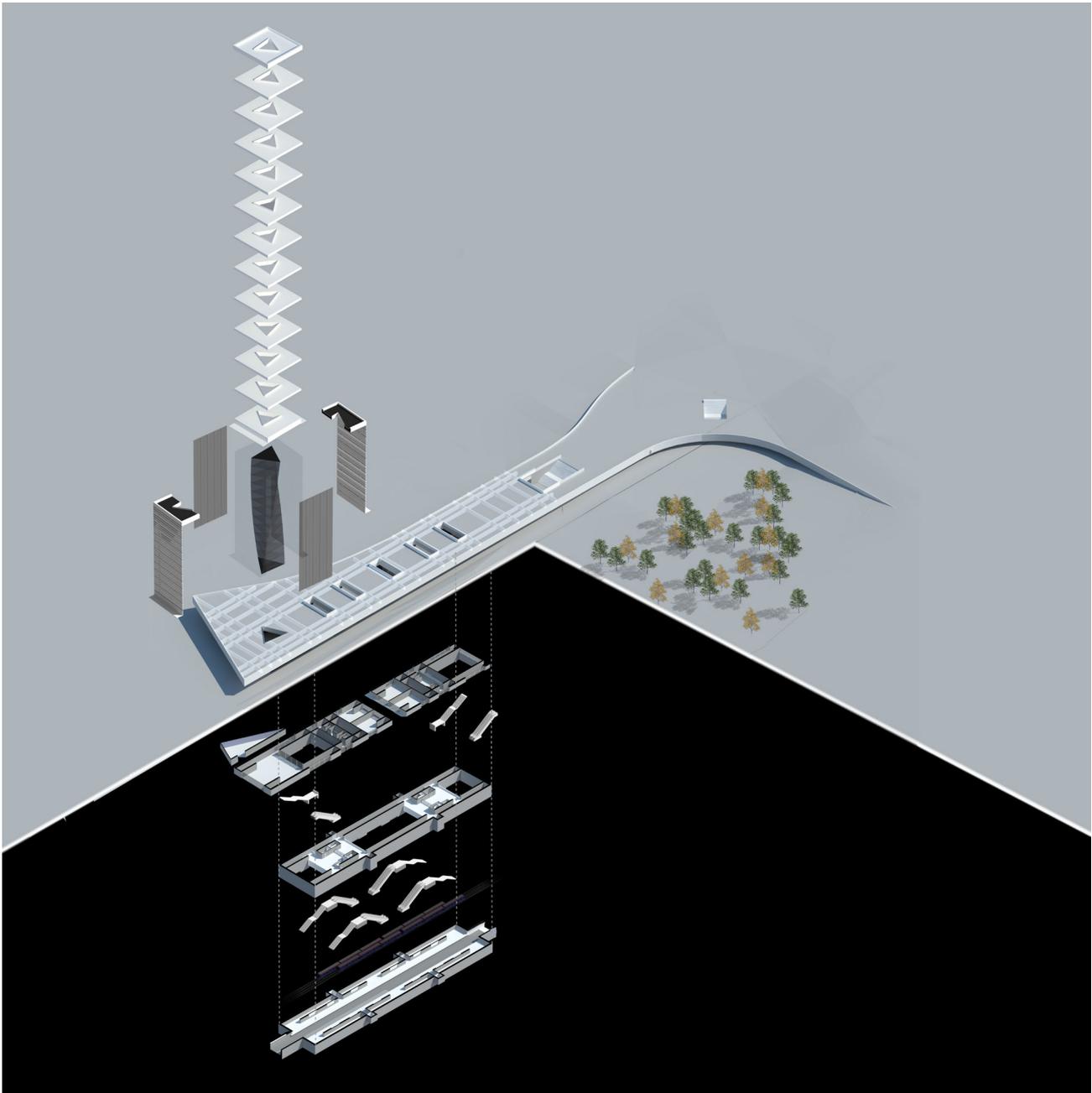






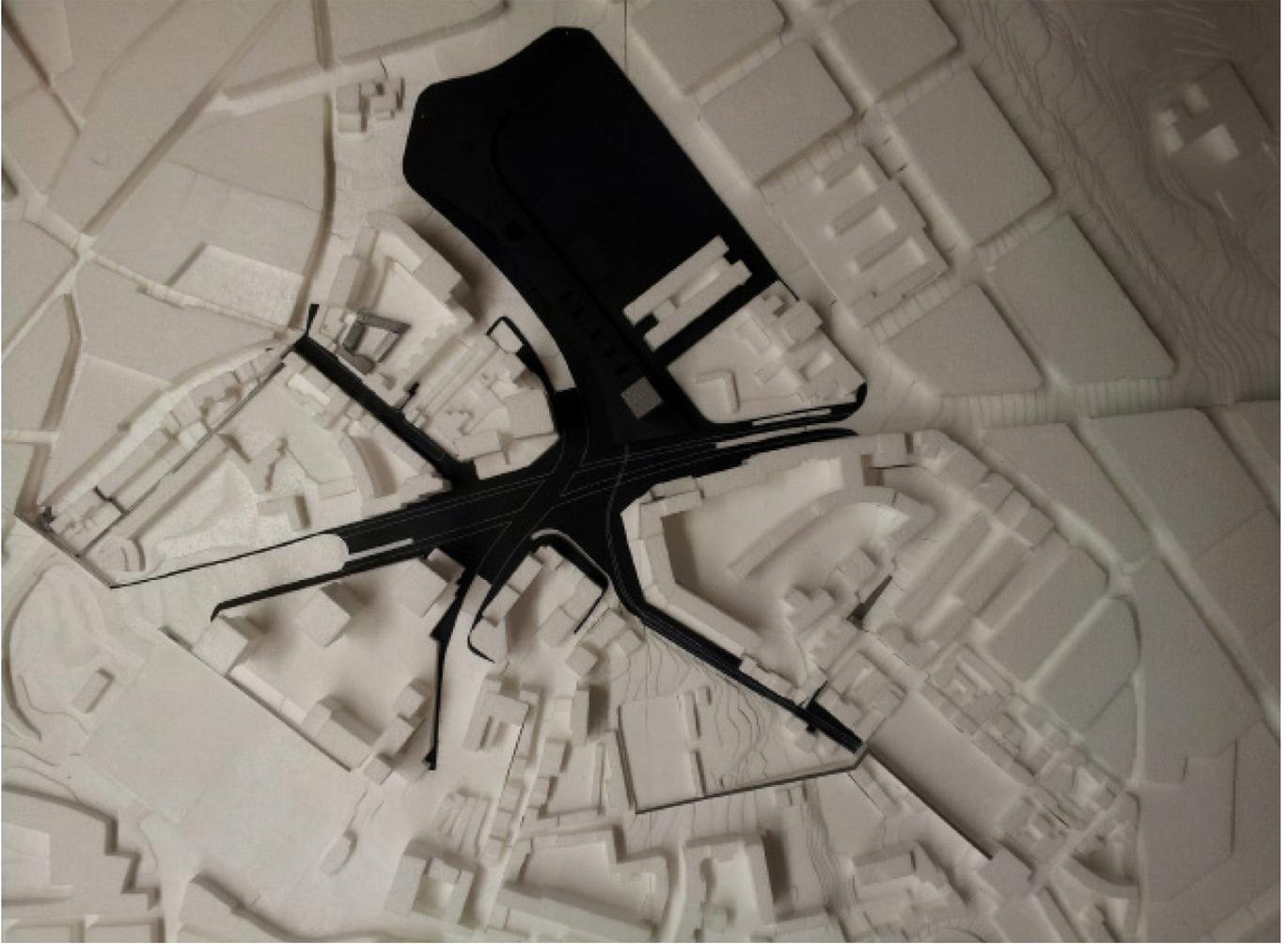














4 CASAS NAS AMOREIRAS



Terreno junto à praça das Águas Livres, 1959. Foto: Matias, Fernando Manuel de Jesus . Fonte: AML



O perfil social traçado para uma sociedade em 2032, baseia-se no facto de a cidade ser uma extensão do espaço habitacional, em que os momentos de lazer e convívio terão lugar no espaço público urbano. A proposta, ao considerar estas premissas, tem como objetivo fazer permanecer, e de certa forma promover, a permeabilidade existente neste espaço público. Para tal, os volumes e as circulações estão elevadas sobre o solo, cruzando o espaço de domínio público com o de domínio privado.

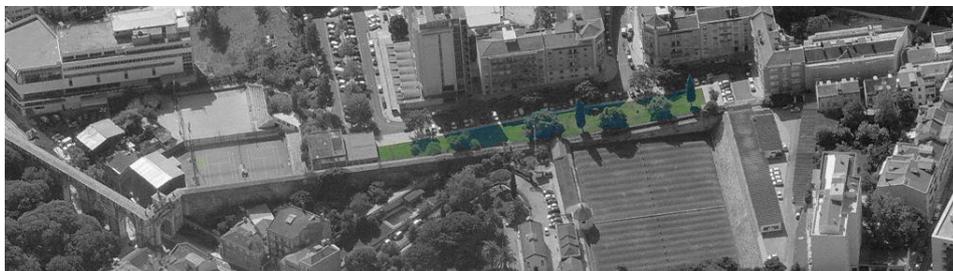
O projeto intitulado “4 habitações nas Amoreiras para 2032”, localiza-se na zona 6. Esta zona, cuja configuração corresponde, em área, à figura geométrica de um triângulo, encontra-se delimitada pelos seguintes eixos viários: a ponte pela rua das Amoreiras, a nascente pela rua Silva Carvalho, infletindo nesta pela travessa do Barbosa, a sul pela rua Gorgel do Amaral e por fim, a norte, pelo traçado do aqueduto das Águas Livres.

Esta zona caracteriza-se pela presença de duas realidades urbanas bastante distintas: a sul existe uma malha urbana consolidada, que procede já desde o largo do Rato, e que aqui foi desenvolvida entre os anos 1950 – 1970, e a norte uma grande área verde, o jardim e reservatório da EPAL, cuja mais forte característica é a grande depressão no terreno, plana, que corresponde à área ocupada pelo reservatório.





Reservatório das Amoreiras ou de Campo de Ourique. 1962 Foto: Madureira, Arnaldo. Fonte: AML



A zona 6 é também caracterizada pelo facto de, na rua das Amoreiras, não existir uma frente de rua, a poente, construída, uma vez que o jardim da EPAL confina diretamente com esta, existindo um muro contínuo.

Como referido, uma significativa área deste território corresponde a espaços verdes. No entanto, o jardim da EPAL, que constitui a maior parcela destes espaços, está afeto ao uso exclusivo daquela empresa, estando vedado ao público o seu acesso. O restante espaço verde, público, corresponde à área de invenção projetual. Este espaço, cujo elemento mais forte é o aqueduto que o delimita a norte, é atualmente pouco usufruído pelos moradores, que praticamente apenas o utilizam para passearem os seus cães. No entanto, regista-se um fluxo de peões que diariamente por aqui fazem a ligação entre a zona comercial das Amoreiras e a zona do jardim homónimo e do largo do Rato. Há igualmente a presença do movimento de utilizadores do Ginásio Club Português, na rua das Amoreiras. Na planta (1904-1911) de Silva Pinto vem ainda assinalado um percurso que a presente proposta visa retomar – e concluir - um percurso que surge no seguimento da travessa do Barbosa e segue, adossado ao aqueduto, até ao jardim das Amoreiras.

Reservatório das Amoreiras ou de Campo de Ourique. 1962 Foto: Madureira, Arnaldo. Fonte: AML

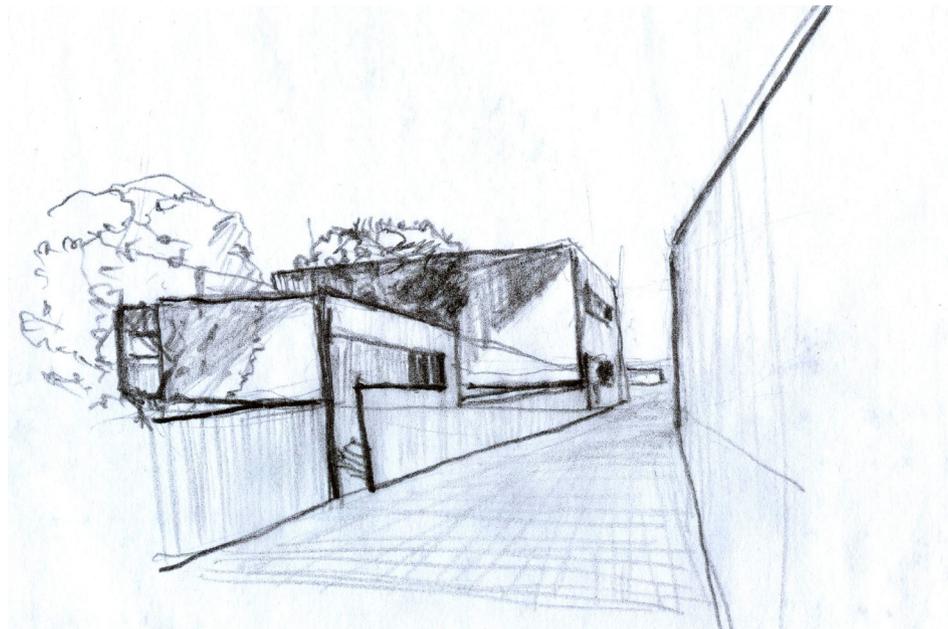
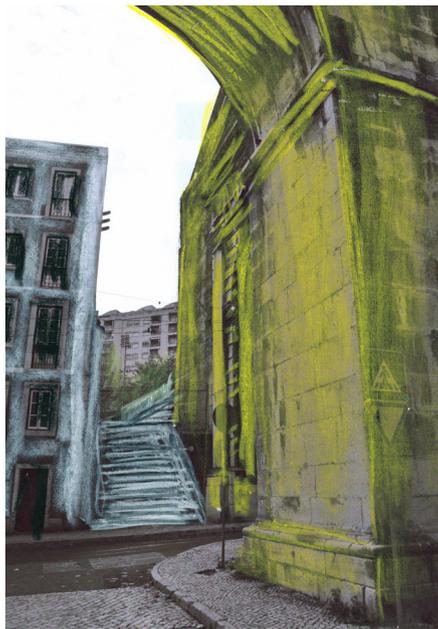
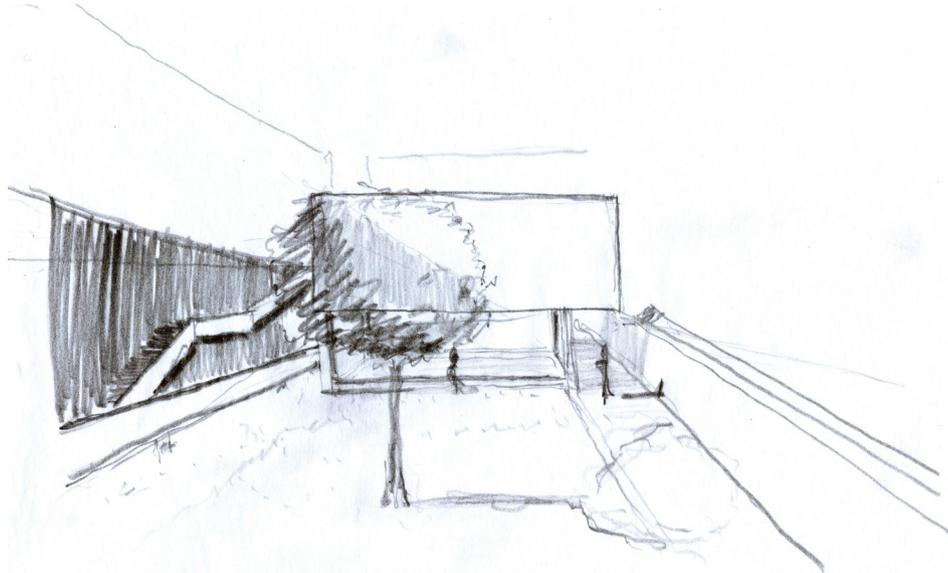
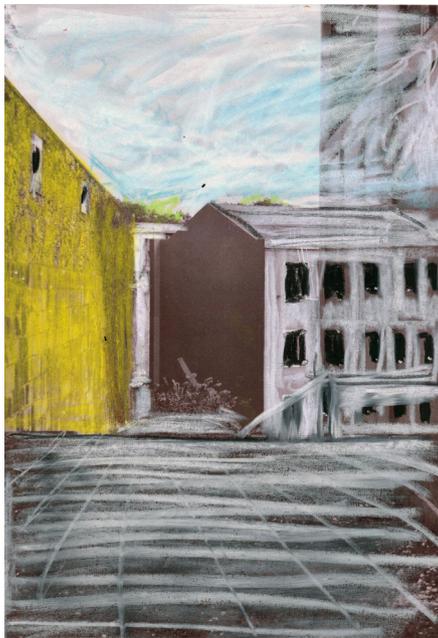


Zona de estudo, 1904-11 – Silva Pinto. Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

A presente proposta toma a existência dos percursos anteriormente referidos, bem como o mote de valorização do espaço público, como premissas para a sua conceção formal. O aqueduto, enquanto elemento de maior destaque neste local, é a linha orientadora da implantação deste edifício, que se sobrepõe ao espaço público – estando permanentemente com ele interligado. A proposta é constituída por cinco volumes e um plano vertical interligados pelos percursos de circulação. Quatro desses volumes, “suspensos”, correspondentes às habitações do programa, têm subjacentes à sua volumetria a memória de um reservatório ou até mesmo de um tanque de água, possuindo varandas que se “projetam” para observar o “vazio”, verde, do reservatório subterrâneo da EPAL e o respetivo jardim.



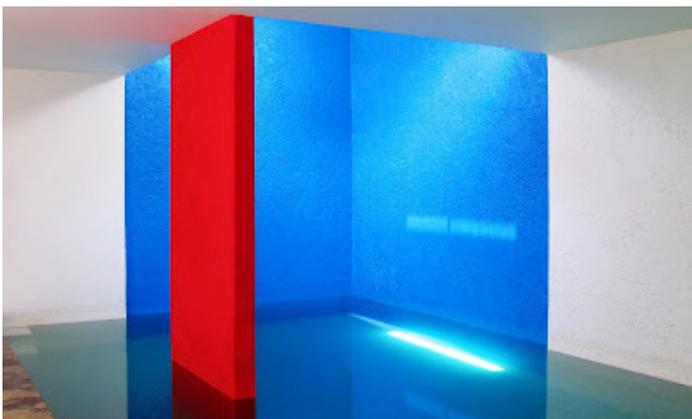
Atlas da Carta topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque 1856-1858 Fonte: LxI



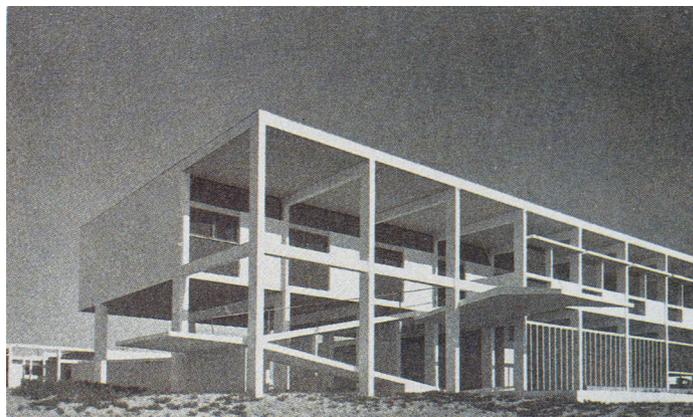


"Casa quadrada com árvore dentro", 2012, Carlos Nogueira

A importância dos planos, dos volumes e das rampas remetem-nos para referências importantes da arquitetura mundial, como Luis Barragán (1902-1988), pelos elementos de obras como a Fuente de los Amantes (1966) ou a Casa Gilardi (1975-77), e da arquitetura moderna portuguesa, como Viana de Lima (1913-1991) ou Manuel Laginha (1919-1985) autores de obras como a casa Honório Lima (1939-40) ou a Creche da Misericórdia de Olhão (1950 com Rogério Martins). Há ainda uma forte influência da escultura contemporânea portuguesa, nomeadamente da obra "Casa quadrada com árvore dentro" (2012) de Carlos Nogueira (1947).



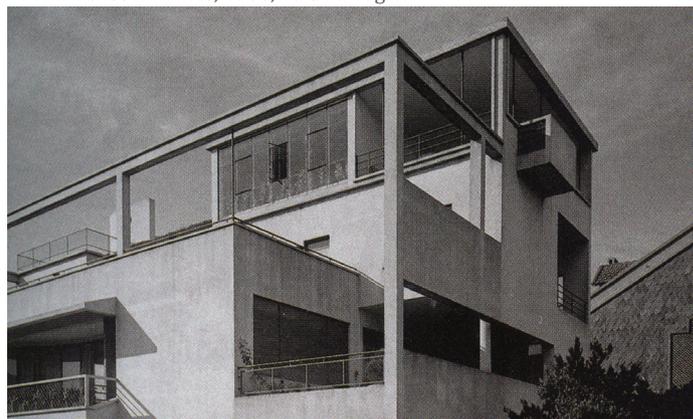
Casa Gilardi, 1975-77, Luis Barragán



Creche da Misericórdia de Olhão, 1950, Manuel Laginha e Rogério Martins



Fuente de los Amantes, 1966, Luis Barragán



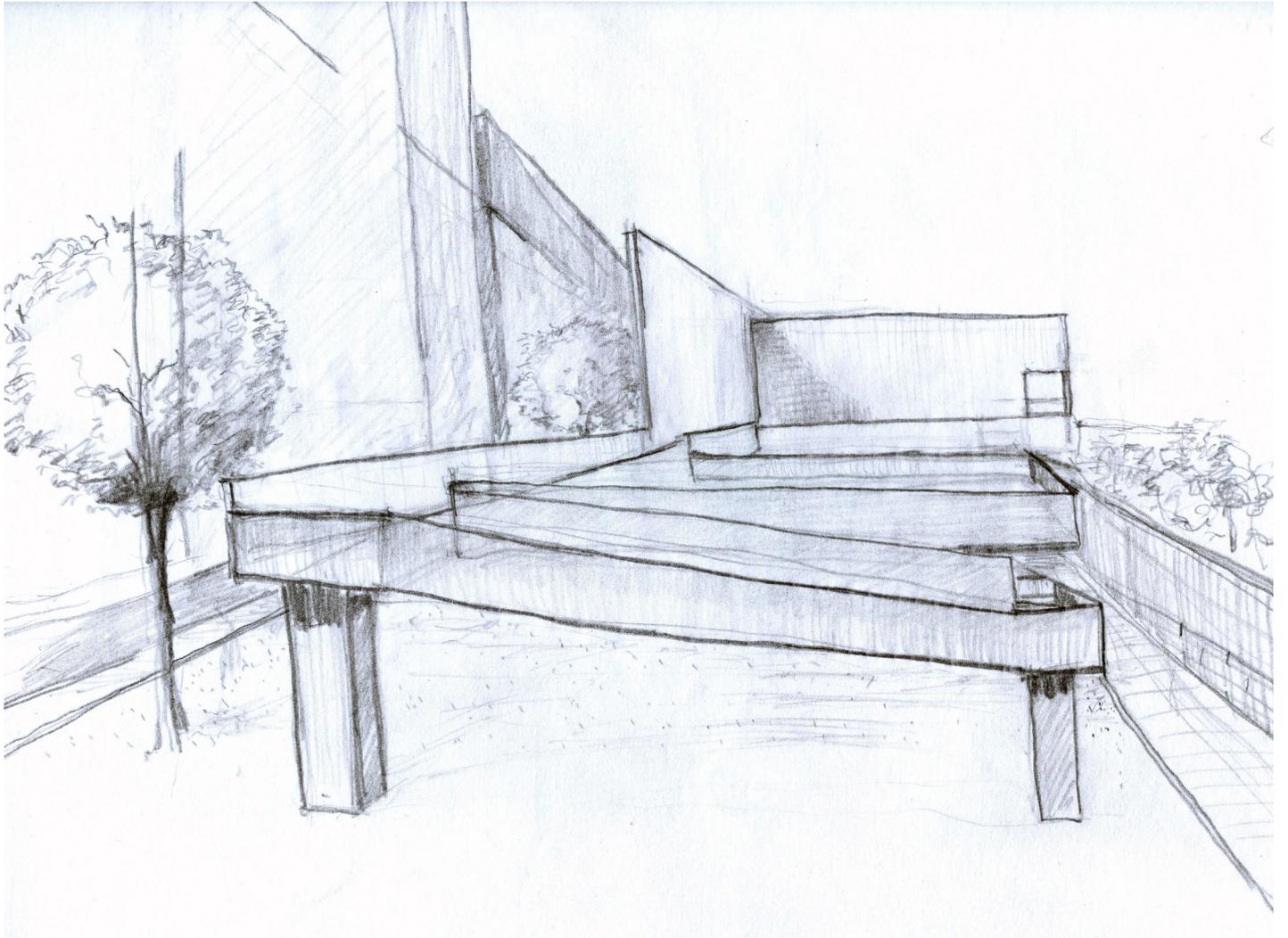
Casa Honório Lima, 1939-40, Viana de Lima

A implantação dos volumes da proposta está diretamente ligada às características da envolvente, centrando-se sobretudo na relação com o aqueduto, com o volume do respiradouro e com os edifícios de apoio ao reservatório da EPAL.

A importância do espaço público é também valorizada pela presença da cafetaria, um elemento que se separa do conjunto elevado das habitações e circulações que a estas acendem, abrindo-se a uma zona de permanência que se localiza no enfiamento perspético da rua Custódio Vieira. Igualmente a cobertura deste volume constitui-se como um espaço de permanência.

As circulações têm, para além da função de acesso às habitações, um carácter de espaço público onde se podem contemplar determinados sistemas de vistas para a cidade, localizados entre cada volume de casa habitação e no momento em que o percurso que acompanha todo o plano muda a sua direção para tocar o solo através de uma rampa. Paralelamente a estas localiza-se adossado ao aqueduto o percurso que liga a travessa do Barbosa ao jardim das Amoreiras, cruzando a intervenção.





O plano, um dos elementos fortes do projeto foi a opção tomada para confrontar a frente de rua preexistente. Este plano, permeável ao nível térreo em grande parte da sua extensão, assume-se como que delimitador da implantação da proposta, tomando, no caso da cafetaria, uma inversão relativamente à zona onde se encontram as habitações; nessa, o plano está elevado através de pilares, e na cafetaria o plano surge do solo. No piso térreo, localizados por baixo dos volumes das habitações, encontram-se zonas de permanência marcadas pela água, contida em tanques cujos limites se constituem como bancos onde é possível permanecer.

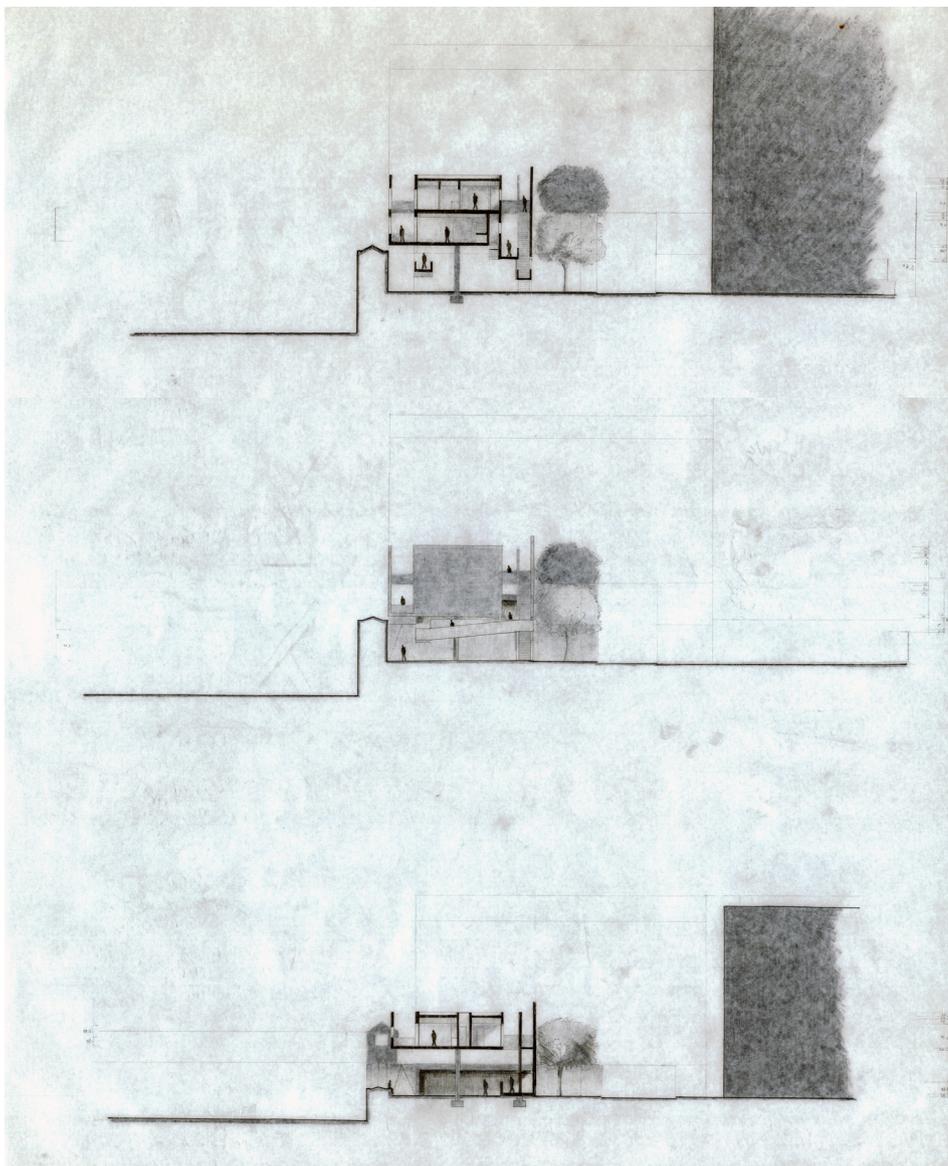
O paradigma da família nuclear tem vindo, e virá, certamente, no futuro, a sofrer alterações. No perfil social estipulado em grupo, acredita-se que a população terá tendência a viver de forma unitária ou em casal, sendo que o número de elementos constituintes do agregado familiar tenderá a ser cada vez mais reduzido. As habitações desenvolvidas têm em consideração esta nova realidade, sendo que três delas poderão ser apenas para um morador ou para jovens casais e uma outra destinada a um casal com um filho.

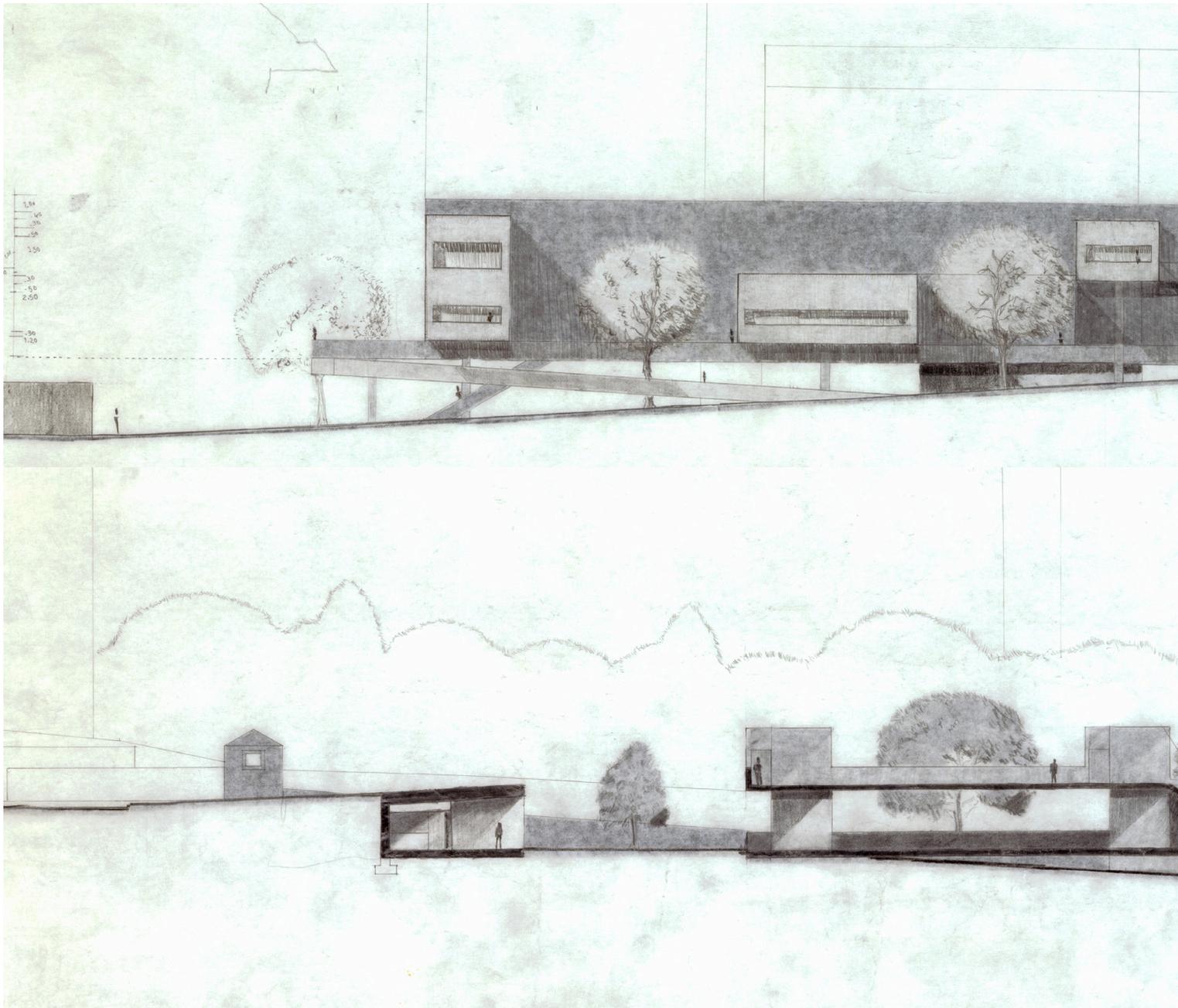
A distribuição funcional dos compartimentos é quase bipartida, havendo uma separação entre as áreas íntimas e as sociais. Optou-se por agregar uma pequena cozinha à zona social da habitação, estabelecendo uma forte relação com a varanda, podendo esta estender-se para o exterior, onde se relaciona com o “vazio” verde e com o jardim da EPAL. A zona de serviço assumida corresponde à instalação sanitária, iluminada zenitalmente por um lanternim. Os espaços privados, os quartos, localizam-se ou a sul, direcionados para a malha urbana consolidada, ou para norte, para o “vazio” verde da EPAL.

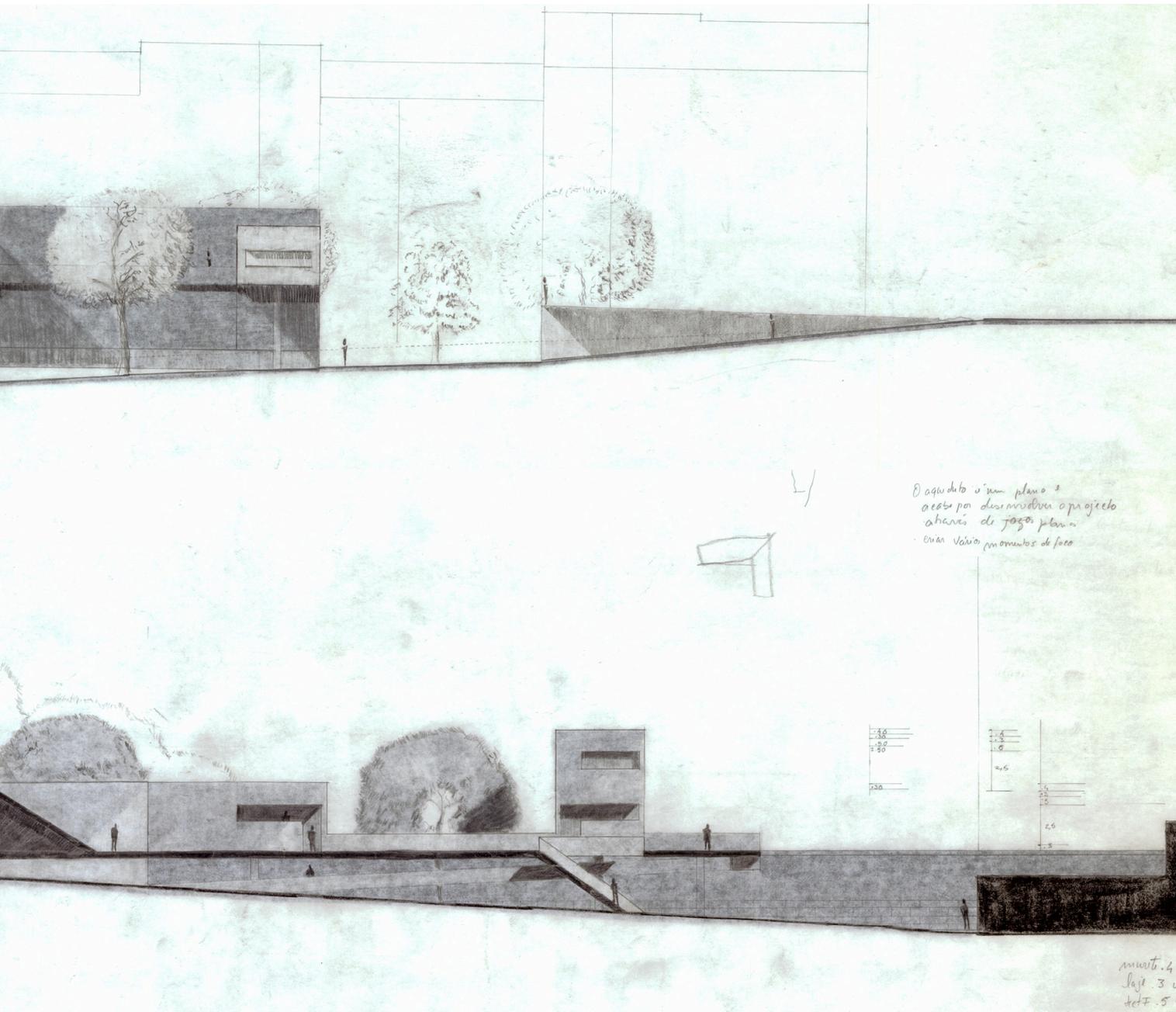
Todas as habitações contemplam um espaço exterior privativo para além das varandas – a cobertura acessível – que possui um sistema de vistas para a cidade privilegiado.

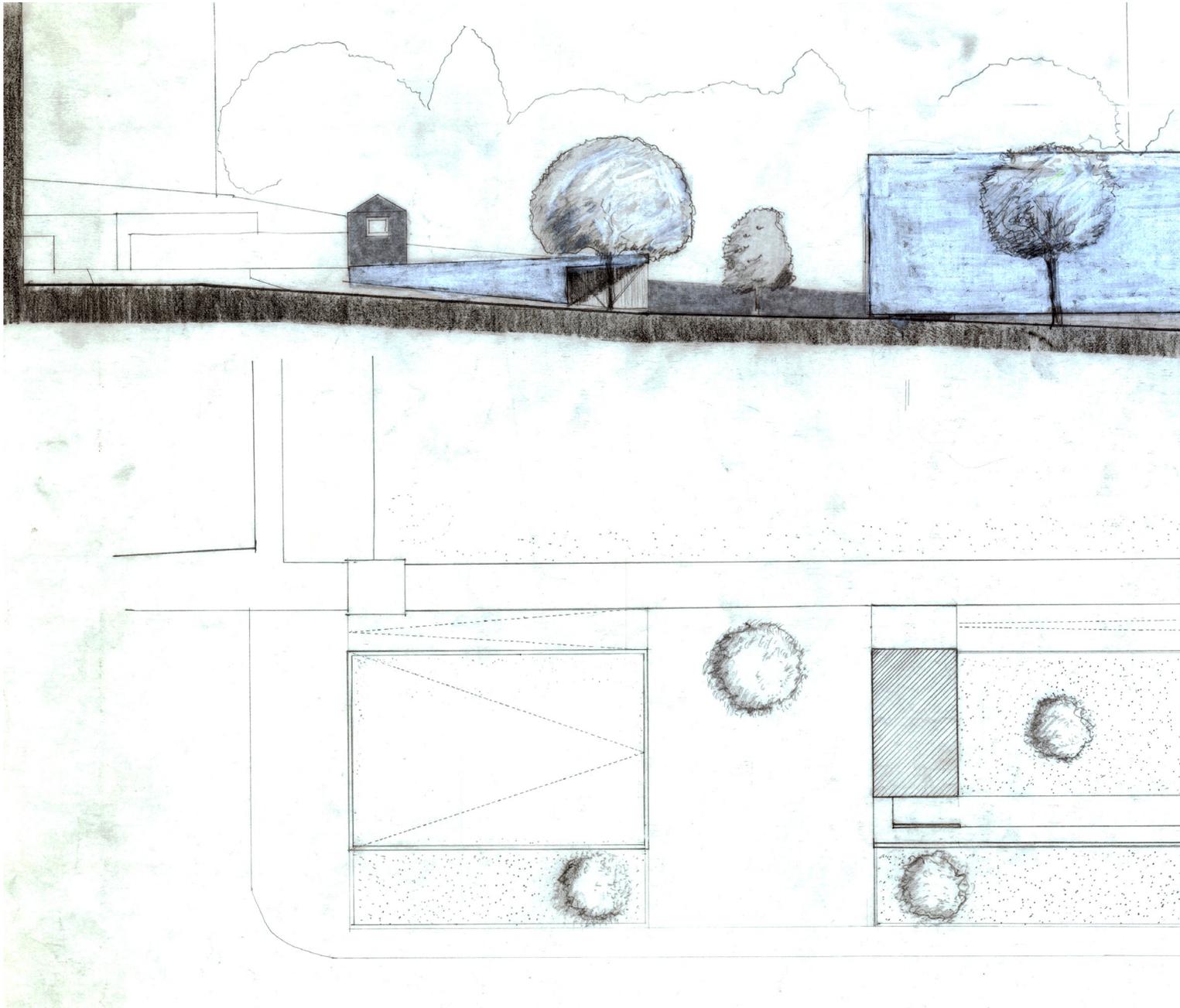
Optou-se por materializar a proposta em betão armado rebocado e pintado a branco, por forma a produzir uma leitura de um conjunto uniforme e integrado no local onde se insere. Os apoios (pilares e colunas) que se encontram em contacto com o solo serão igualmente

rebocados, sendo no entanto pintados a preto com o intuito de anular a sua presença, reforçando a ideia de elevação quer do plano, quer dos volumes e circulações.



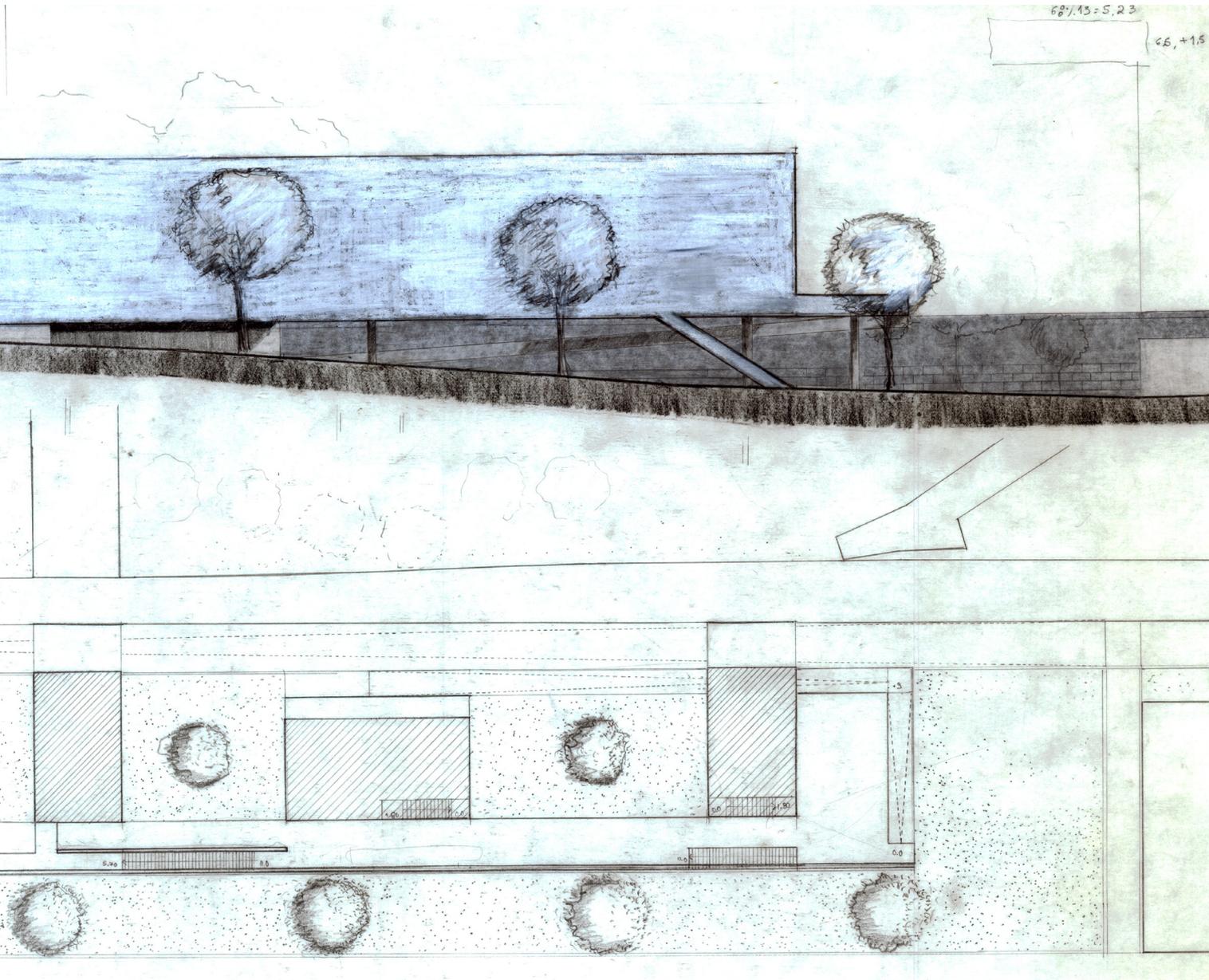


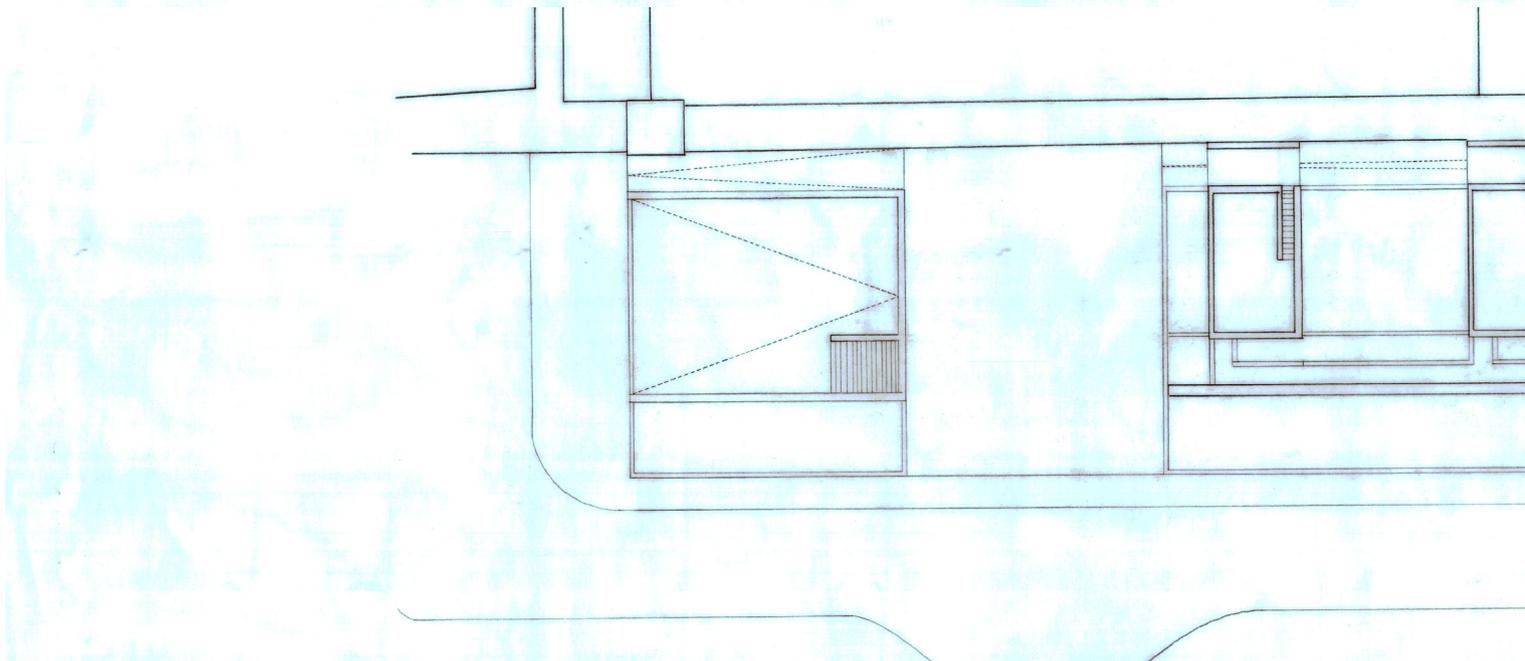
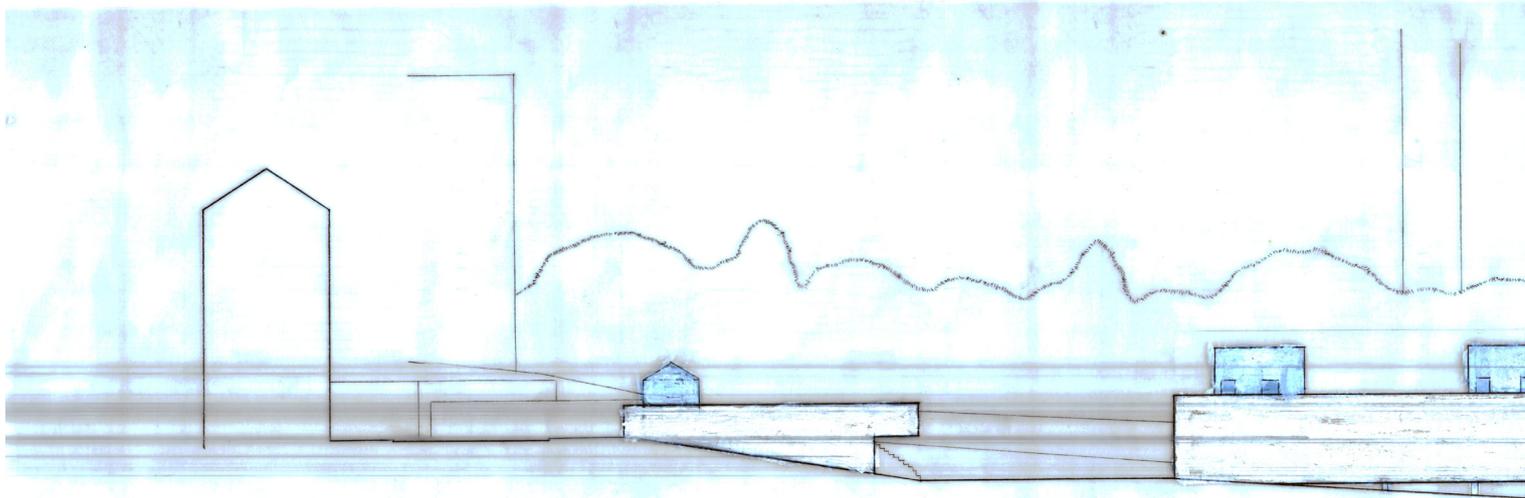


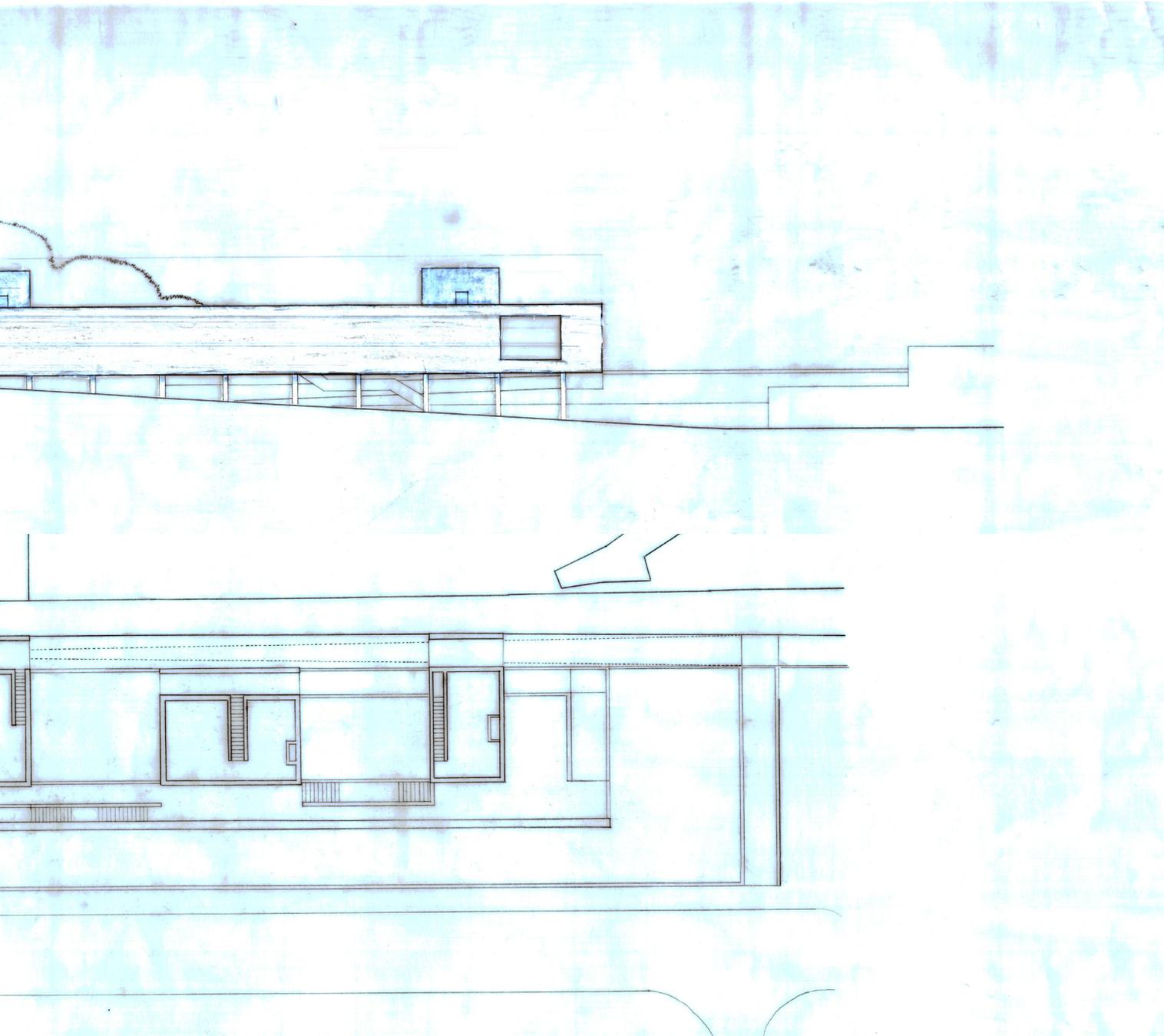


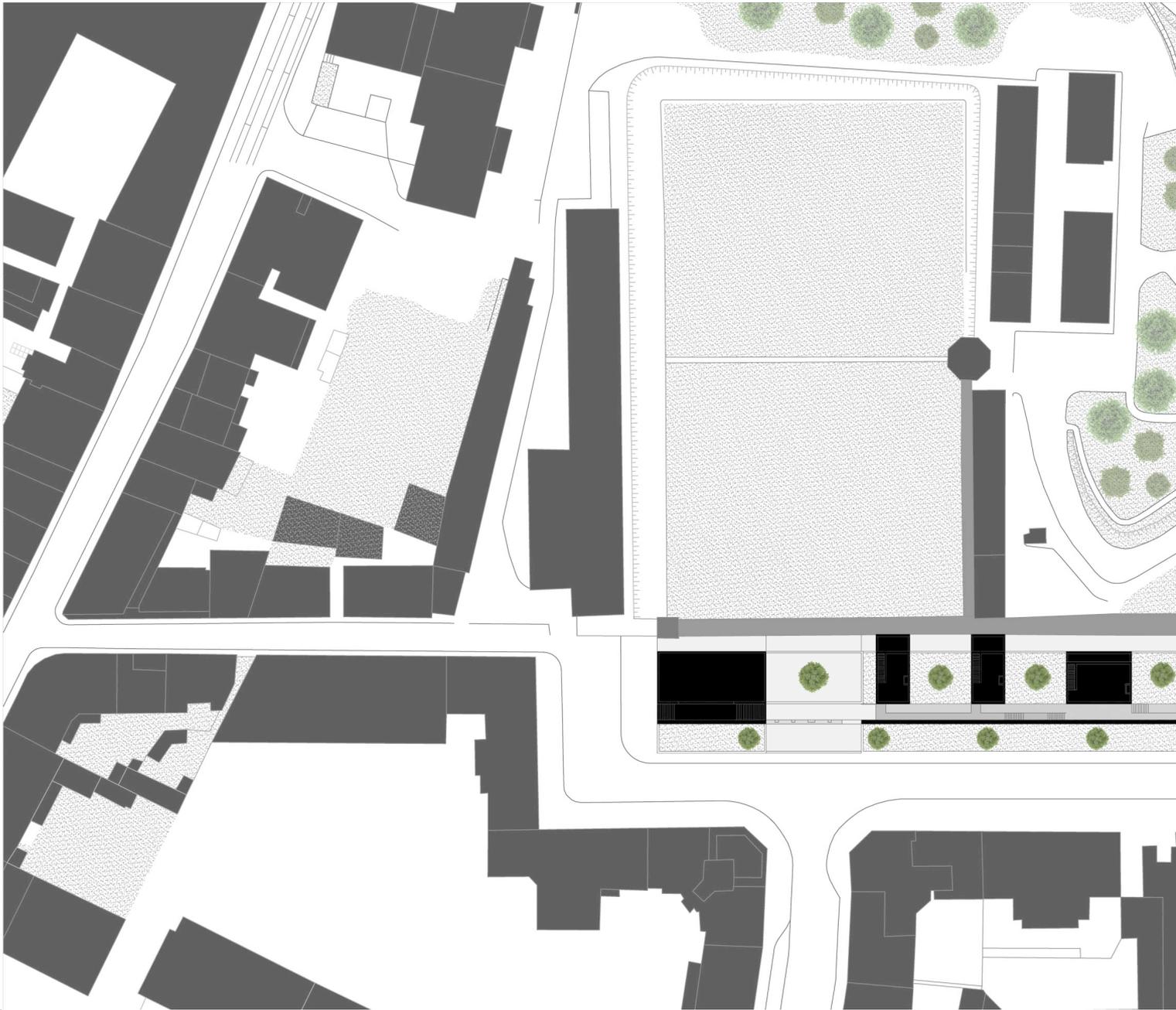
68°/15 = 5,23

66, +1,5









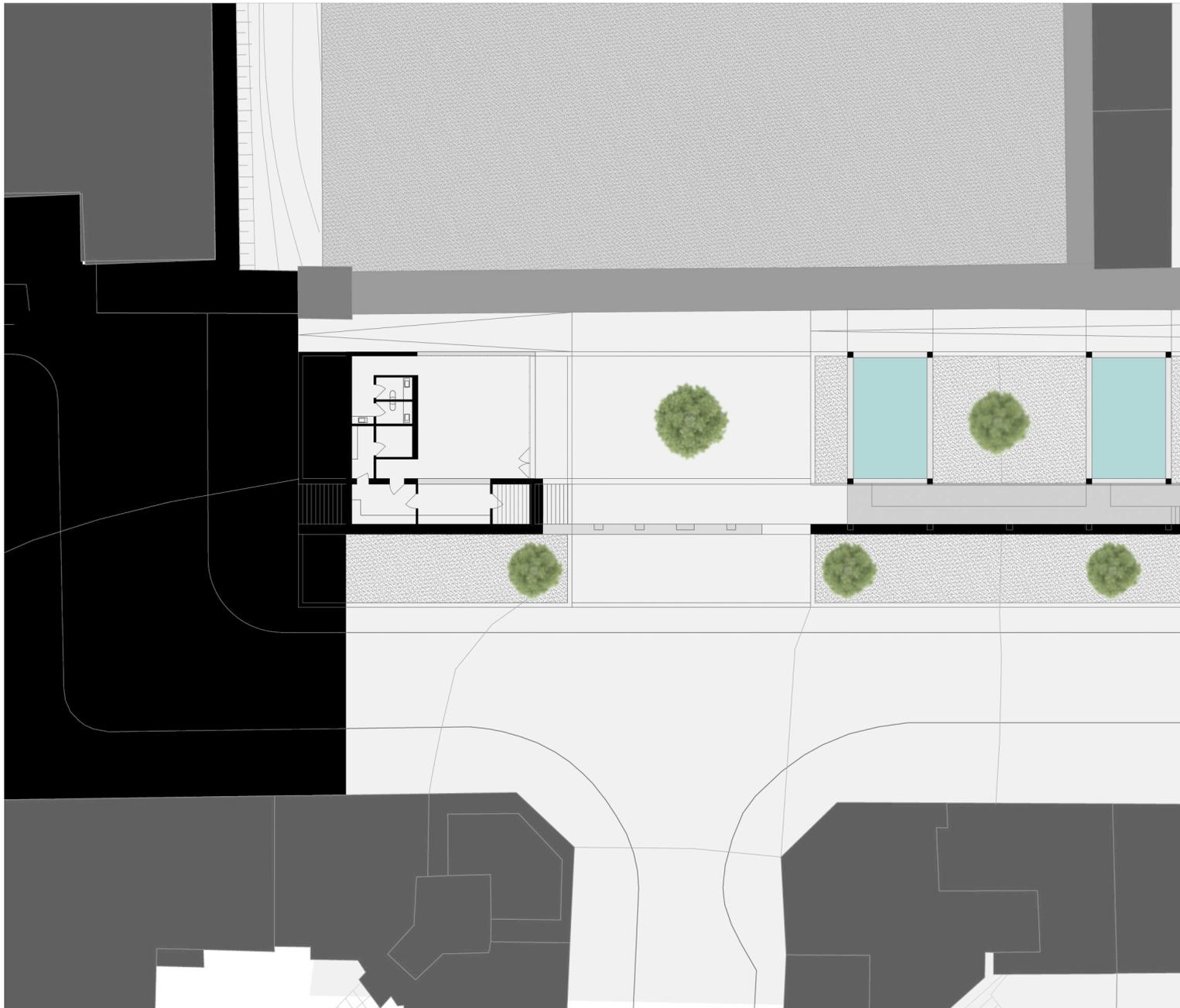


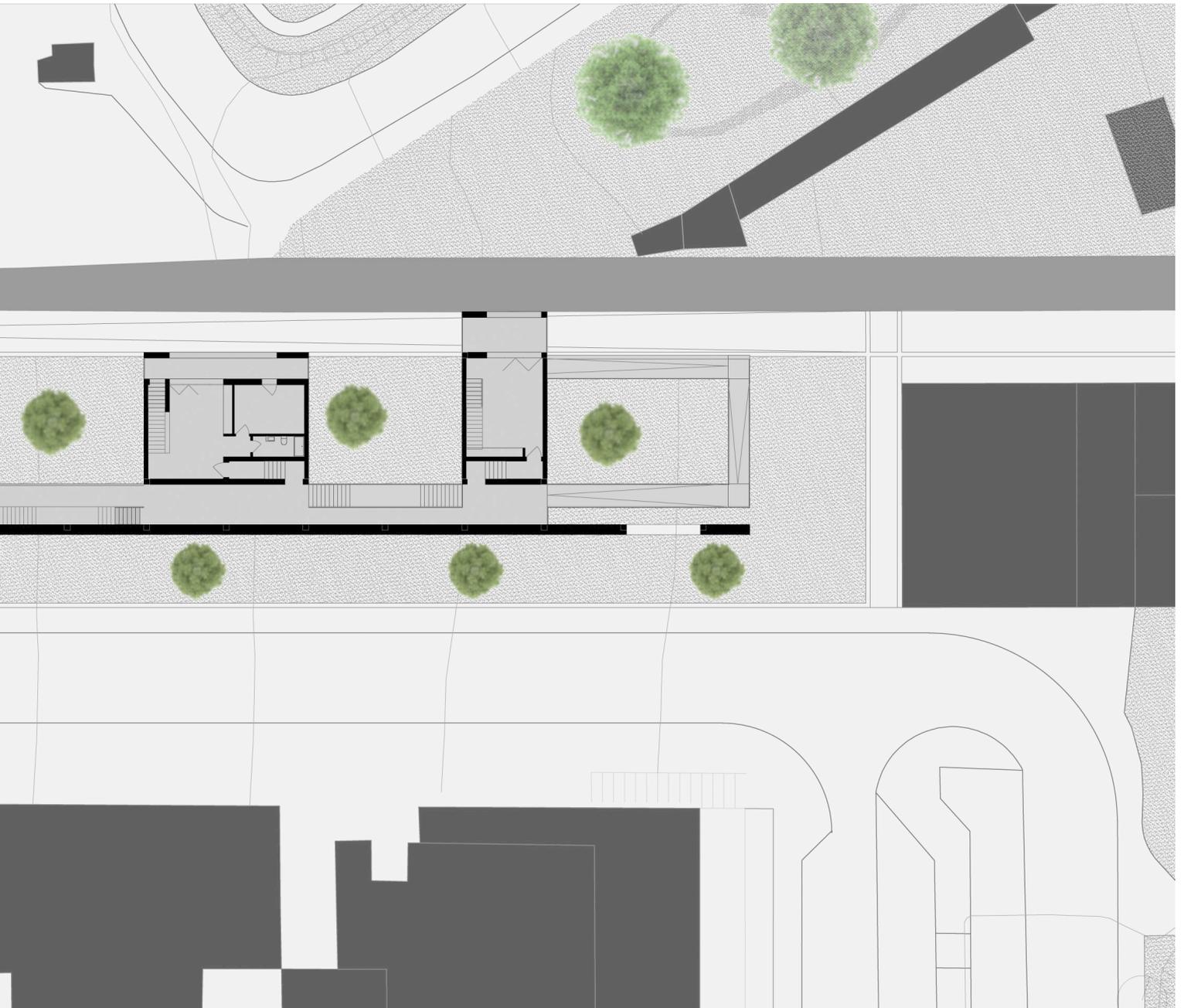


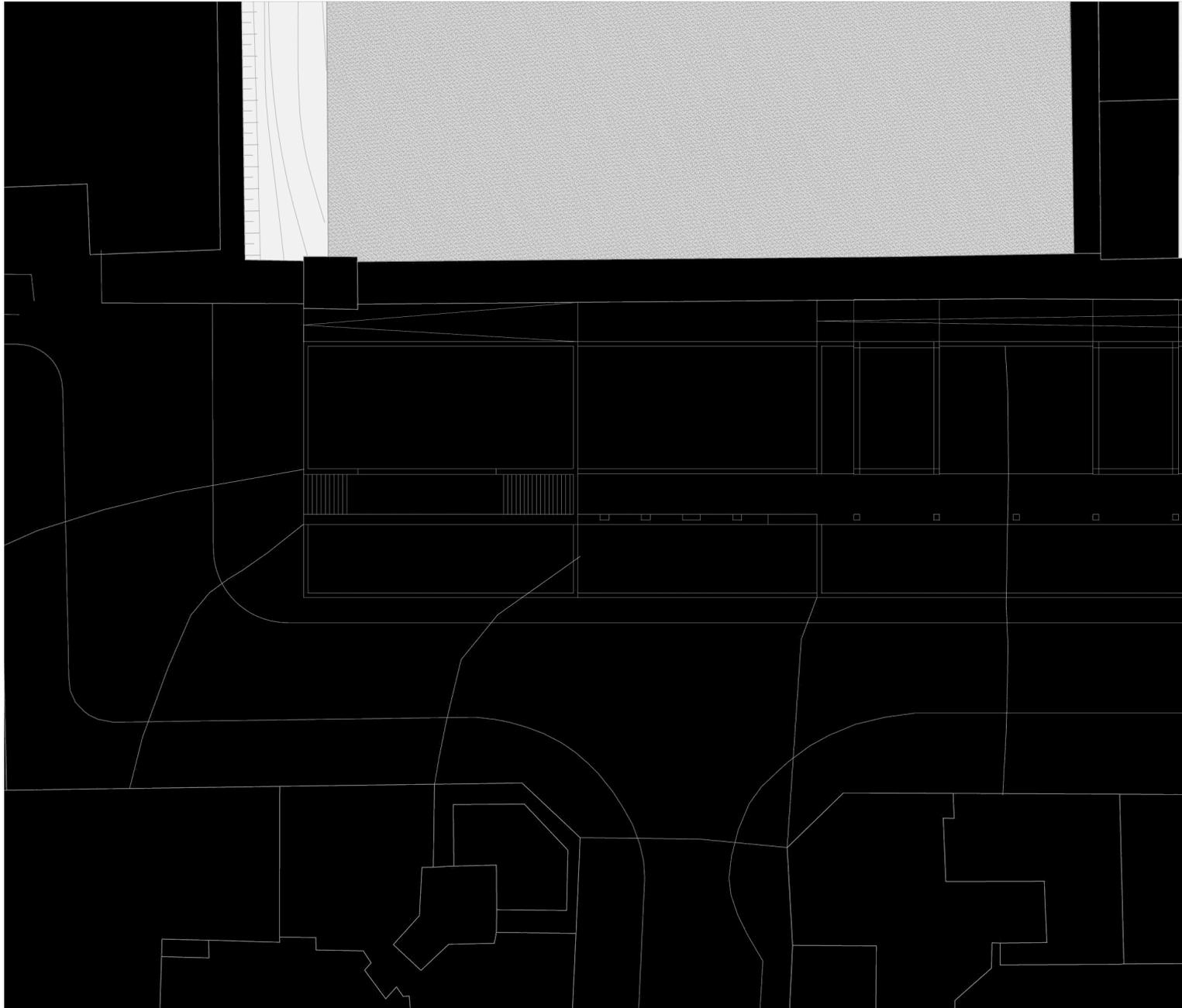


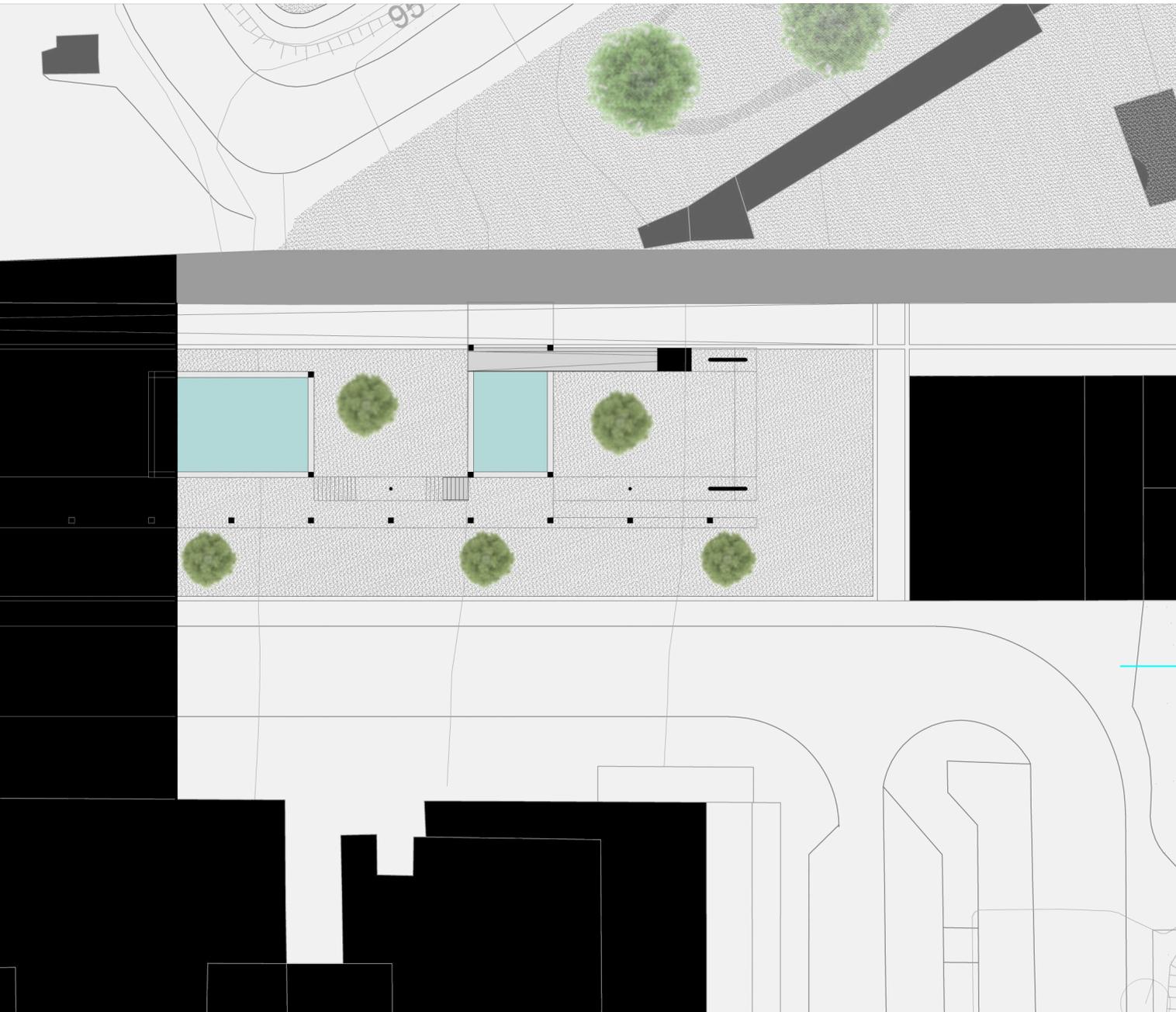


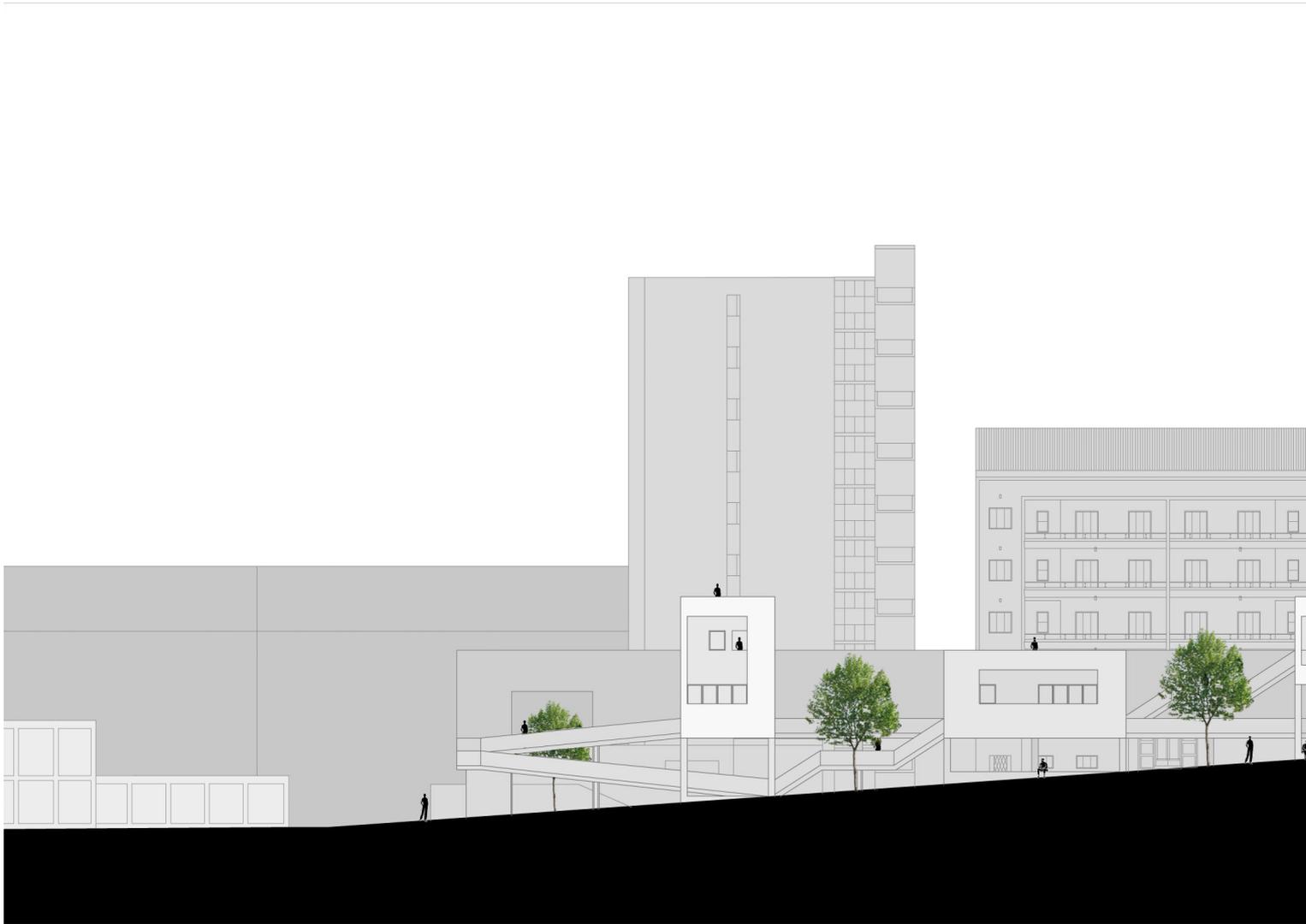




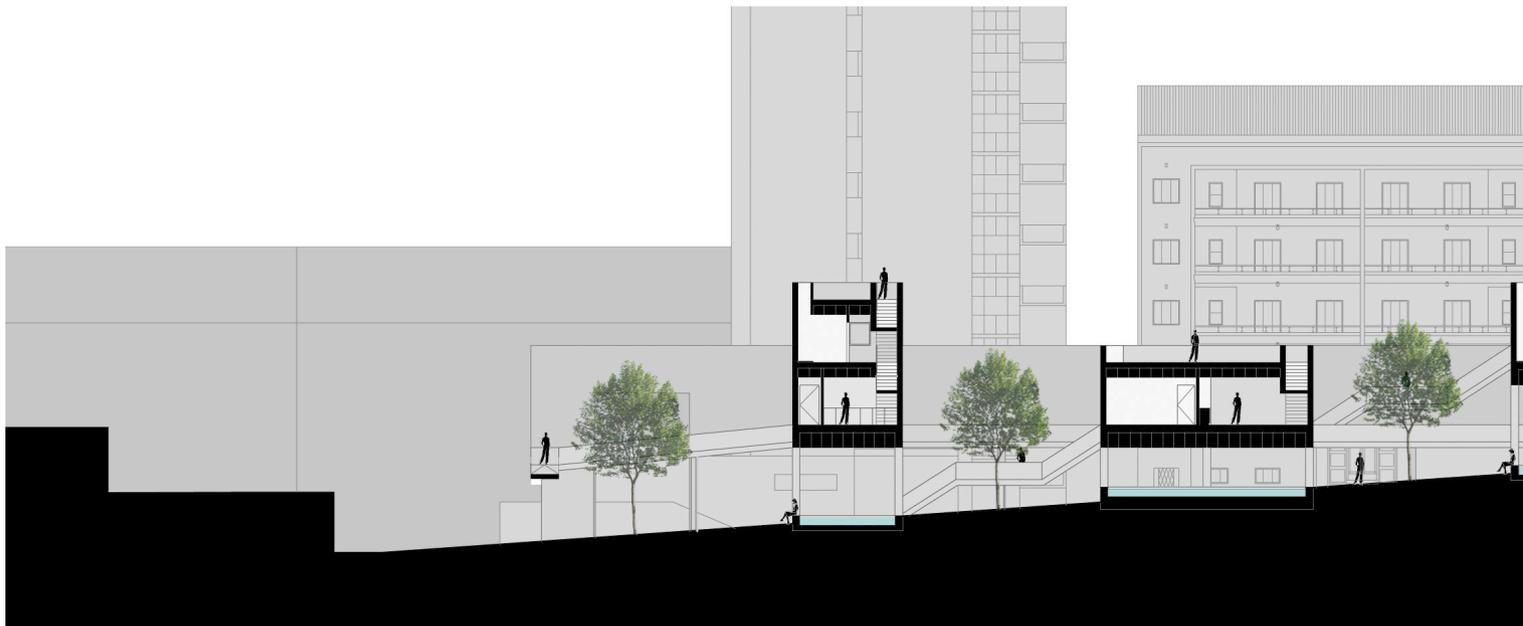




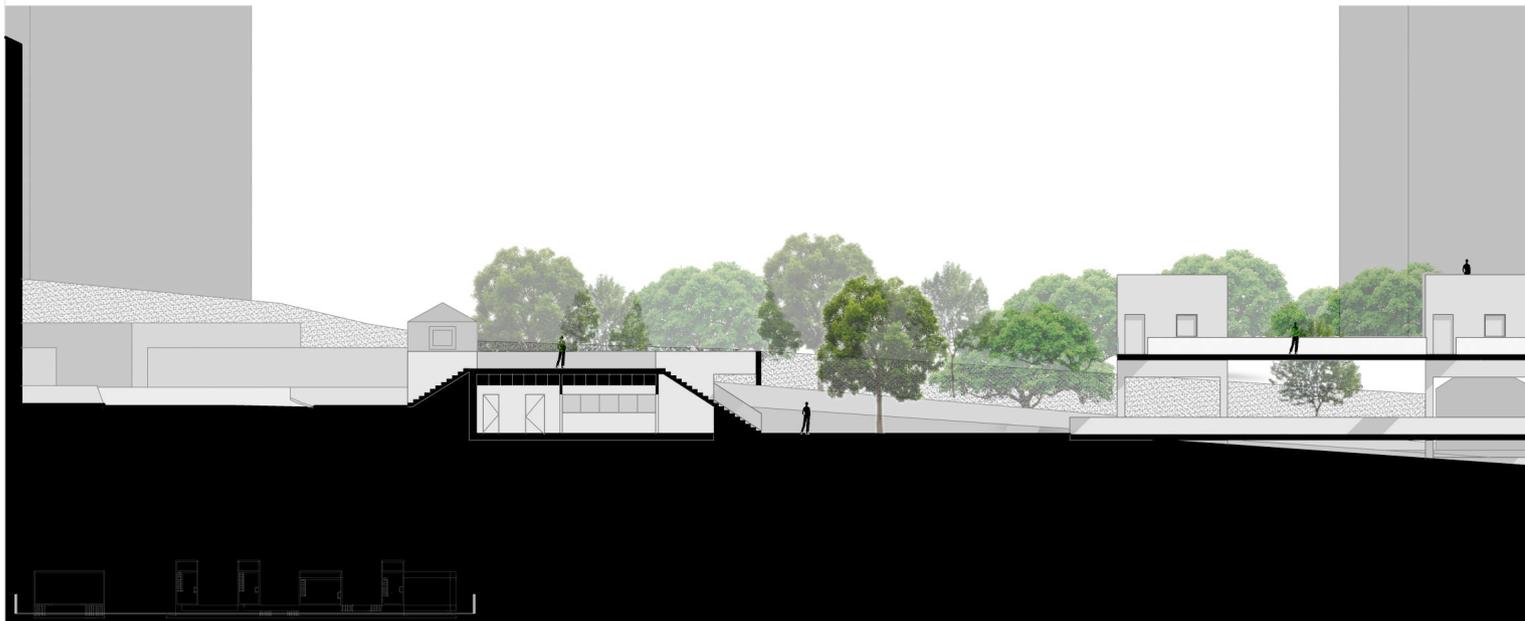


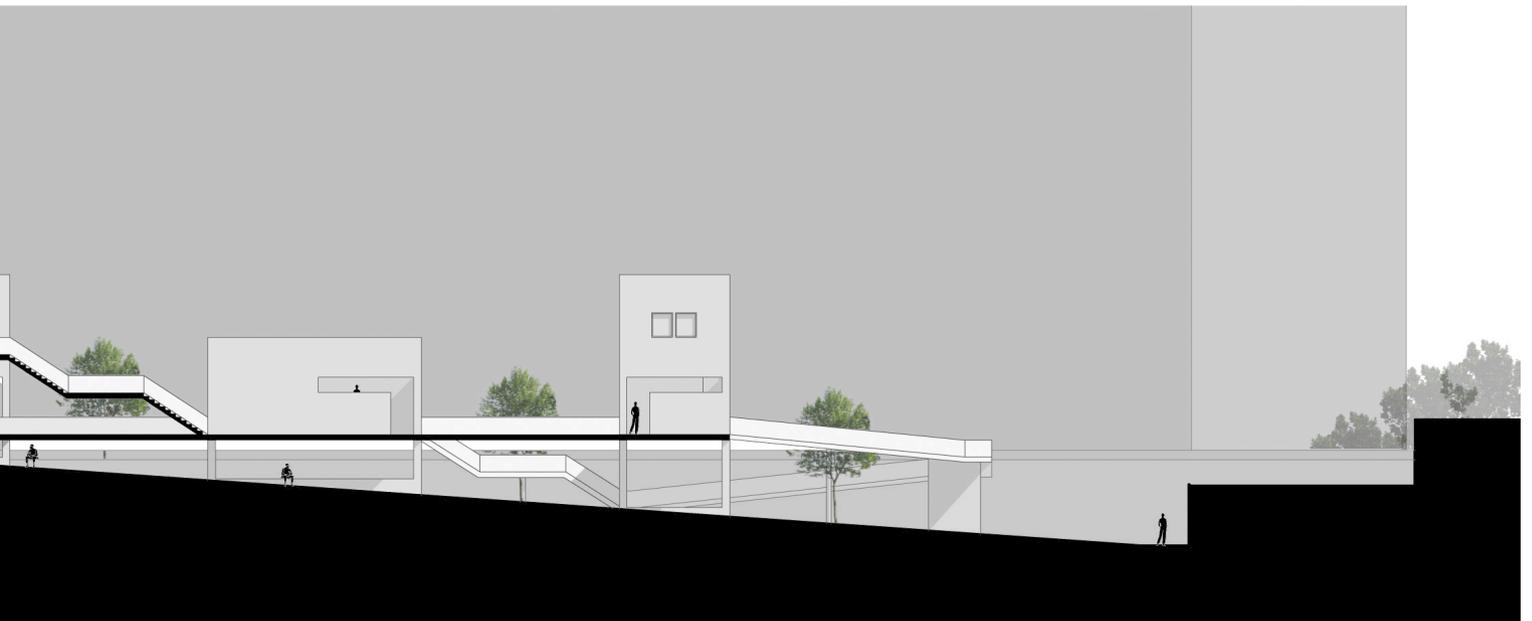
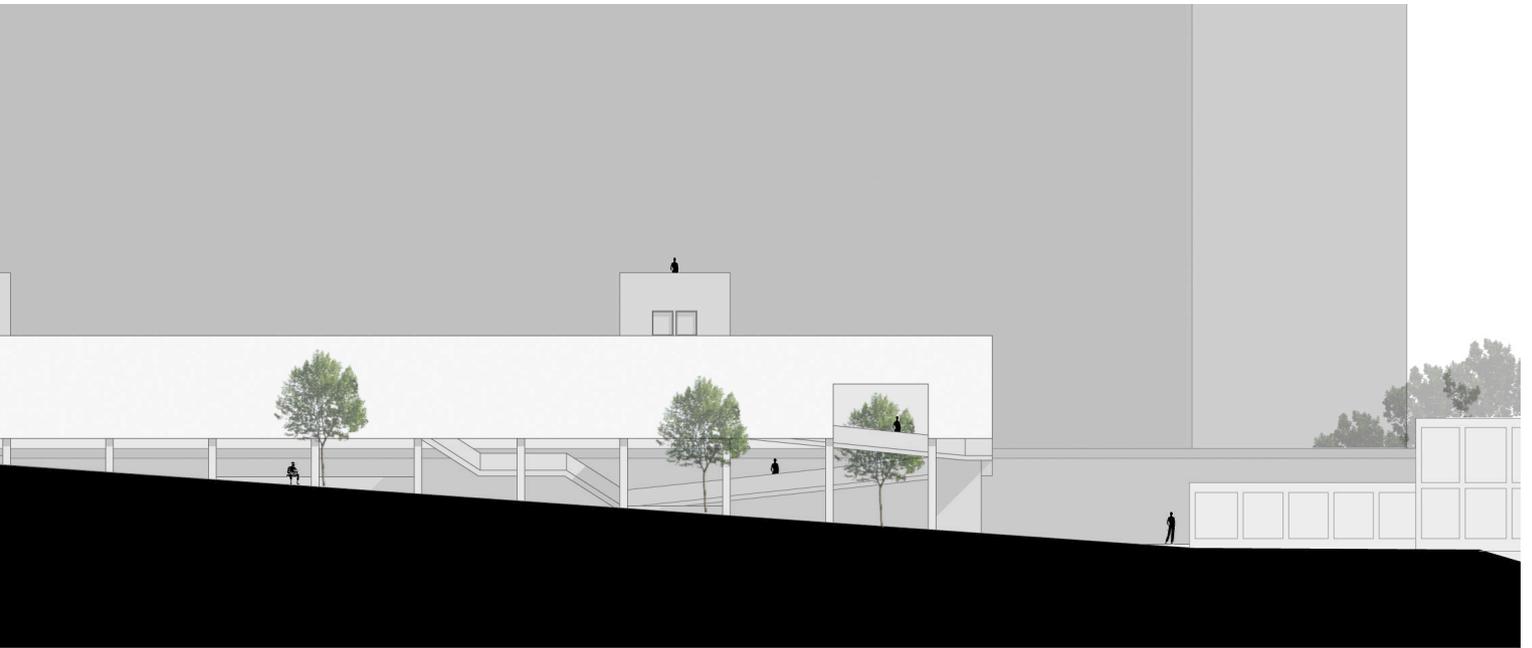


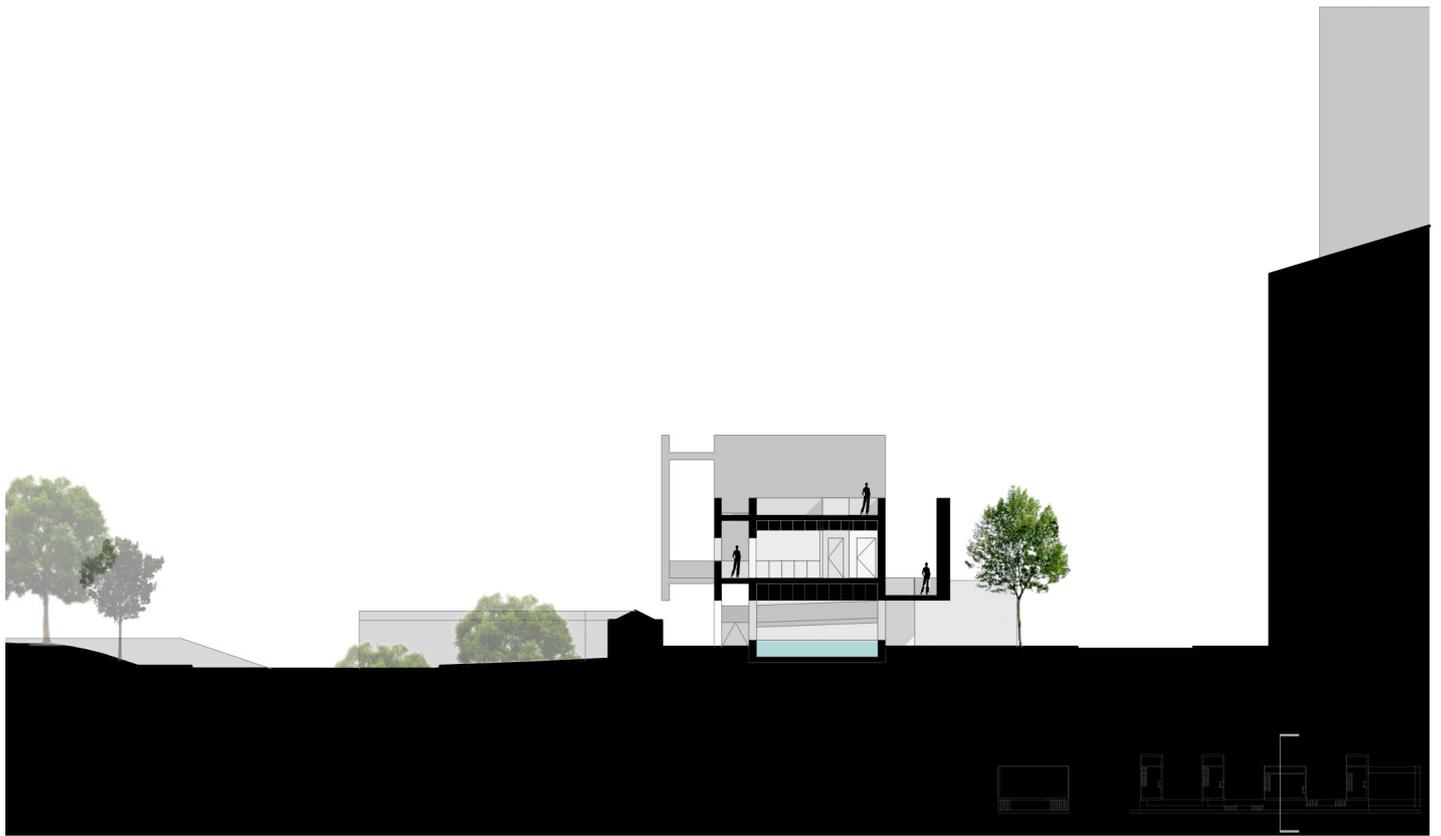














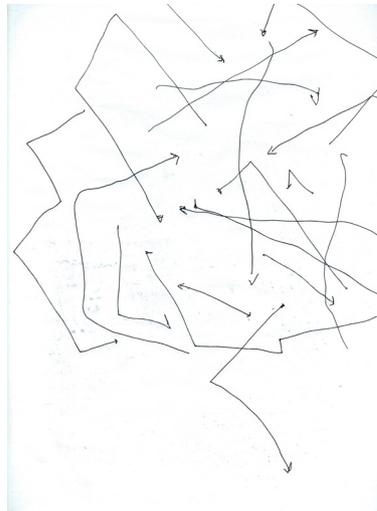








TEMA 4



Ao abordar o tema 4, imediatamente surgiram questões muito ligadas não só à proposta projetual, mas também ao percurso desenvolvido em grupo durante o ano letivo que agora se encerra.

Olhar para a cidade no seu todo, incluído os movimentos que nela fazemos diariamente, originou, de imediato, a vontade de cruzar estas premissas com as da proposta: circulação, percurso, espaço público e o lastro, visível ou invisível, da circulação dos habitantes da cidade. Habitantes esses que são, por assim dizer, alguns dos componentes da cidade enquanto “máquina”. No nosso quotidiano somos muitas vezes confrontados com a hipótese de escolher mais do um percurso para chegar do ponto A ao ponto B. Nesta escolha pesam fatores pessoais que podem ser diferentes a cada dia. No entanto, ao escolhermos um percurso diferente numa deslocação pela cidade, estamos a ter uma nova leitura sobre ela, ainda que, por vezes, já conheçamos o percurso que escolhemos; contudo, não raras vezes, há um ou outro elemento que desconhecemos e que nos mais enriquecer o conhecimento da cidade.

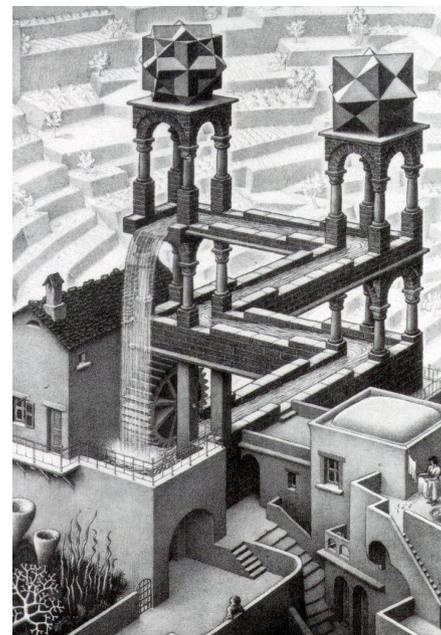
Este objeto, que pretende ser a síntese do percurso ao longo do ano, consiste num hipotético percurso num espaço que apela ao imaginário pessoal, uma vez que se encontra suspenso no “vazio”. Ou seja, oferece-nos a possibilidade de o imaginar assente numa topografia imaginária ou, pelo contrário, totalmente distanciado de qualquer referência de “assentamento”, pairando no vazio. Não nos é possível pairar (na dimensão do real) sobre a cidade; no entanto, se num exercício de imaginação, repetido por várias vezes, o fizermos e cruzarmos os percursos que fazemos diariamente numa malha urbana por nós conhecida, abstraindo-nos dos elementos que a compõem, seremos capazes de “percorrer” um novo mundo em cada repetição.

O “percurso” deste objeto, abstratizado por forma a responder a todo e qualquer percurso que queiramos fazer, encontra-se suspenso por linhas que de certa forma o agarram a elementos que nele queiramos inserir.

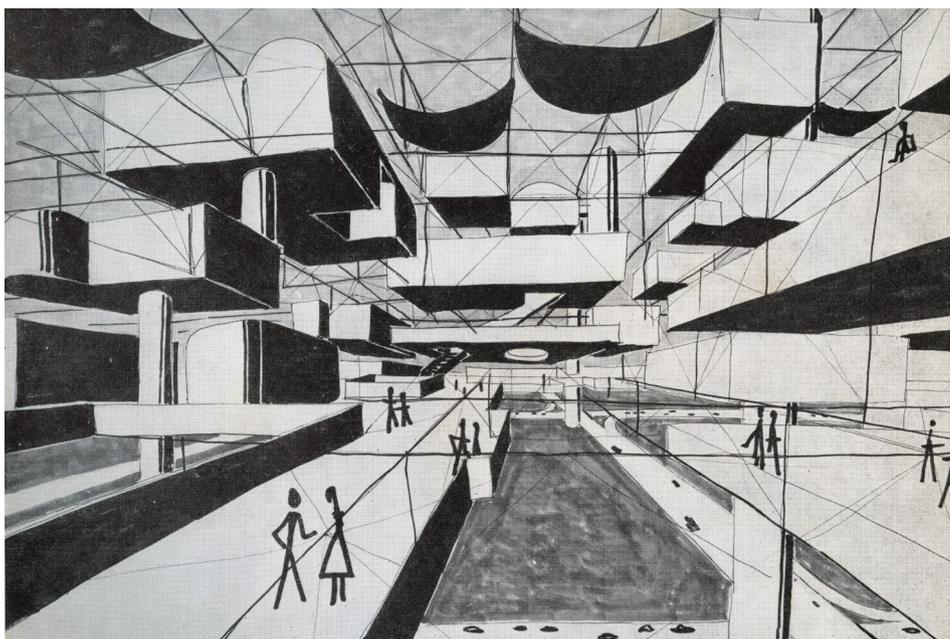
À influência das referências arquitetónicas, escultóricas ou gráficas (re)conhecidas no decorrer do desenvolvimento do projeto, e com especial enfoque na obra de Piranesi (1720-1778) e de M. C. Escher (1898-1972), juntam-se agora outras referências que conduzem ao presente objeto, nomeadamente as fortes imagens produzidas por Yona Friedman (1923) acerca do urbanismo espacial, o projeto de 1919 do monumento à III Internacional, de V. Tatlin (1885-1953).



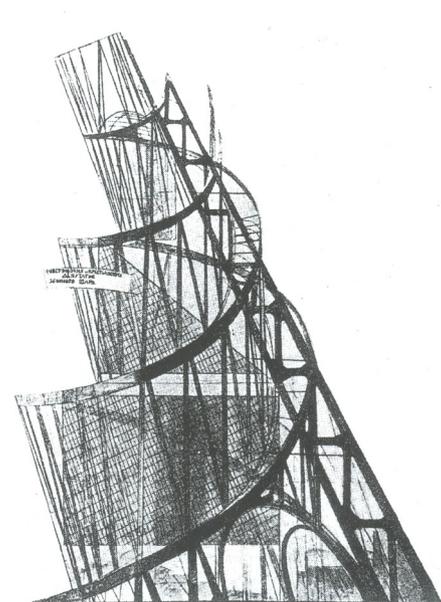
Carceri XIV - Giovanni Battista Piranesi



Waterfall - M. C. Escher



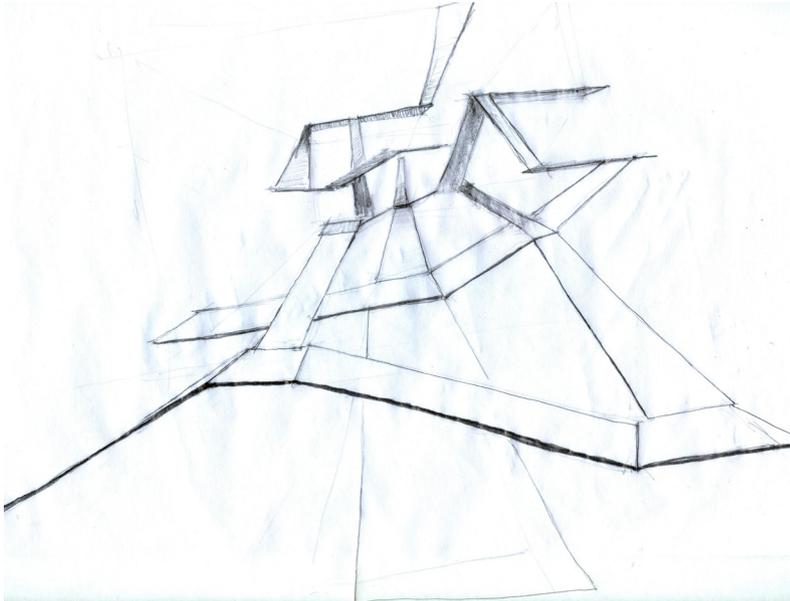
Vue intérieure d'une ville spatiale - Yona Friedman

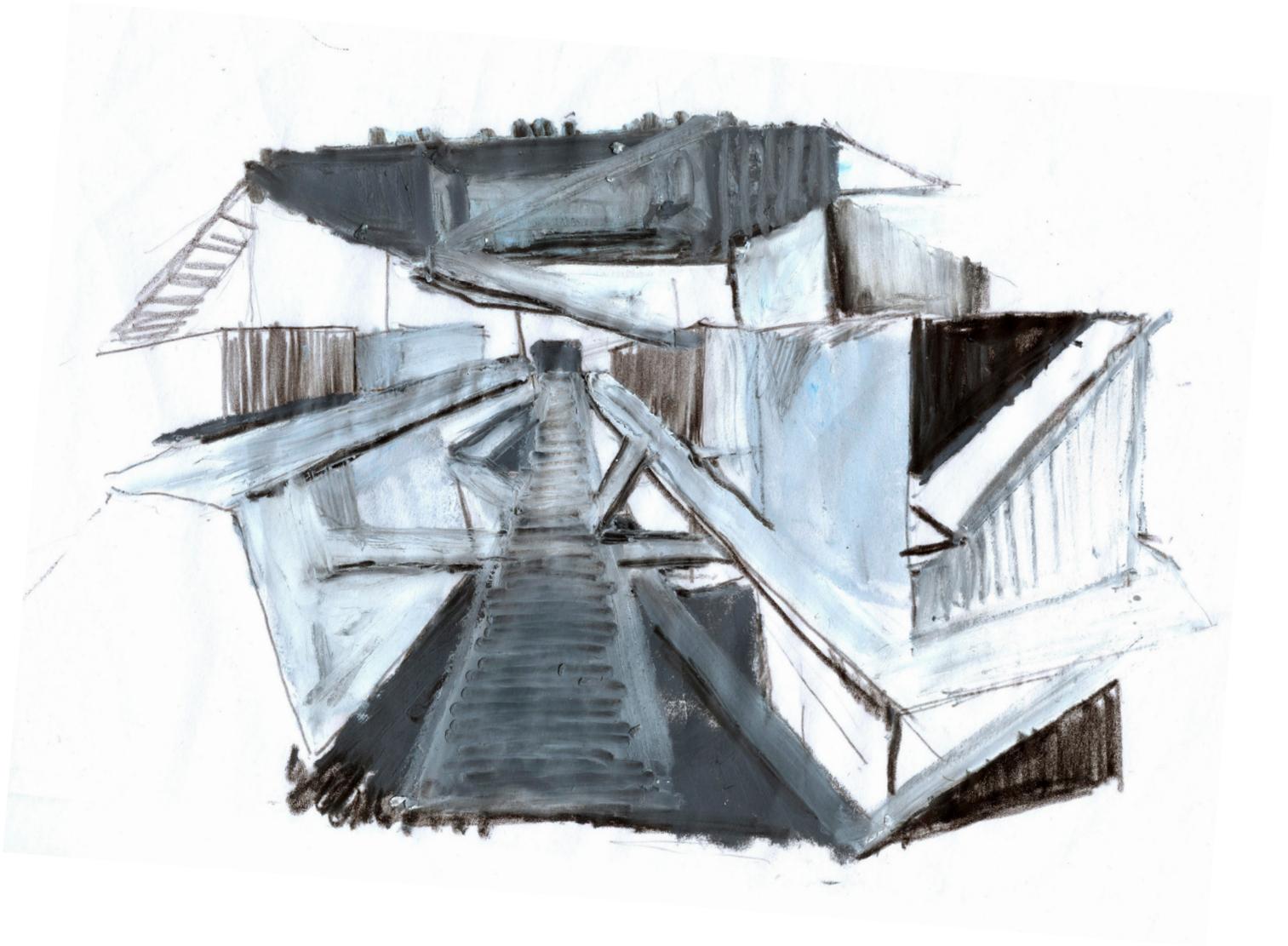


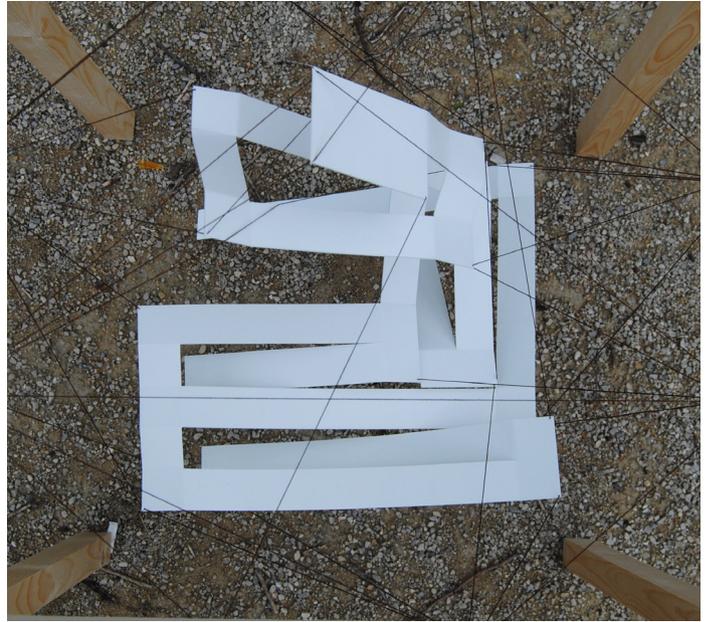
Monumento à III Internacional - V. Tatlin



Le Vele di Scampia - Franz Di Salvo (1962-1975)









NÚCLEO HISTÓRICO DE CARNIDE: RECONFIGURAÇÕES DA HABITAÇÃO POPULAR



Carnide possui um núcleo histórico considerado antigo, de origem marcadamente rural, que nos dias de hoje persiste na memória dos moradores mais antigos. Esta realidade reflete-se também nas construções que compõe o núcleo e na presença dos antigos terrenos agrícolas das quintas que ainda persistem. As transformações sociais e as formas de habitar foram evoluindo, obrigando a uma reflexão sobre a forma como são apropriados e adaptados os espaços habitacionais de construções de génese popular do final século XIX de modo a dar resposta ao habitar atual, num território periférico da cidade de Lisboa.

A presente dissertação tem como objetivo a análise de um conjunto de edifícios e procura perceber as ações de reabilitação operadas nestas construções de origem popular, levadas a cabo pela iniciativa privada, ou através do programa RECRIA, que permitam caracterizar a evolução da configuração espacial e a distribuição funcional do espaço da casa até à atualidade.

Com este pressuposto selecionaram-se para casos de estudo, os edifícios de interesse patrimonial, da tipologia da arquitetura civil corrente, não classificados (nem em vias de o serem), localizados na Rua Neves Costa, antiga Rua Direita de Carnide, correspondendo aos casos “Habitação transformada na íntegra” e “Habitação não transformada”. Esta situação acontece no universo do património de Carnide, assim como no núcleo em si. Os dois casos selecionados caracterizam-se por serem edifícios plurifamiliares e por conterem acessos independentes aos interiores das habitações. A seleção destes casos permite compreender duas realidades existentes no núcleo: os tipos de reabilitação nos edifícios, e o estrato social dos agregados que neles vivem.

O estudo divide-se em duas partes. A primeira permite a compreensão da origem e desenvolvimento do bairro de Carnide, compreendendo também a evolução da freguesia onde se insere, assim como a da população

do núcleo. Tratando-se, na sua origem, de construções populares, nos dias de hoje encontram-se habitadas, passando por processos de reabilitação, nuns casos mais intensiva e noutros mais superficial, resultando pontualmente em edifícios nobilitados. A segunda parte tem como objectivo entender a evolução dos edifícios em estudo, no que diz respeito à forma dos diferentes modos de habitar ao longo do tempo.

Carnide has an historic centre that is considered an antique one, and its origin, pointedly rural, persists, until today, in the oldest dwellers' memory. This reality is reflected also in the buildings that constitutes the centre and in the old farmland lots of the remaining farms. Social transformation and the present-day living style have changed and made necessary to think about how should be the appropriation and adaptation the XIX century's popular origin buildings in order to respond to the contemporary way of living, in Lisbon's periphery.

The present essay wants to analyse in a group of buildings, with popular origins, the transformation that have been done as by private initiative as by the RECRIA program, in order to study the spatial configuration evolution and the functional distribution until today.

With this assumption were selected, to be case study, the unclassified patrimonial interest building, located in Rua Neves Costa, once Rua Direita de Carnide, that are "Integral transformed house" and "untransformed house". These cases are inserted in current civil architecture typology and are not in classification process. This reality happens in other Carnide's patrimony. These two buildings are multifamily ones and have independent street access. This selection allows understanding two different realities in Carnide historical centre: the rehabilitation kinds and the aggregate stratum

that live in these buildings.

This essay is divided in two parts. The first one explains the origin and development of Carnide's neighbourhood, explaining also the evolution of Carnide itself and its population. Once these buildings are, generally, popular constructions, nowadays they are inhabited and they have been modified all-over the years. These modifications were more or less intensive, originating ennobled buildings.

The second part wants to understand the formal evolution of these buildings and establish the comparison between this transformation and the evolution of inhabitation.

Em primeiro lugar quero mostrar o meu profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Sandra Marques Pereira, por toda a sua disponibilidade, dedicação e compreensão desde o início da investigação até à sua finalização.

O meu agradecimento é também dirigido à Junta de Freguesia de Carnide, que se mostrou interessada desde a realização do primeiro trabalho, em grupo, no 1º semestre deste ano lectivo, que procurou sempre integrar-nos na comunidade do núcleo histórico de Carnide. Não posso deixar de salientar o importante papel da D. Tânia Estronca pois foi através dela que consegui entrar em contacto com alguns moradores das habitações seleccionadas inicialmente.

Agradeço igualmente à população do núcleo histórico de Carnide que sempre se demonstrou disponível para reavivar memórias e dar a conhecer uma realidade mais distante deste território. Destaco aqui, pela riqueza dos seus testemunhos, o alfaiate Sr. Fernando Costa e o Sr. Rogério Vicente.

Aos proprietários ou inquilinos dos edifícios referidos neste estudo agradeço profundamente todo o interesse, simpatia e sobretudo disponibilidade com que me receberam em suas casas. São eles a D. Rita Franco, a Eng. Ana Maria Narciso Canha Sevinante de Sousa (a quem tenho de agradecer as fotografias da obra que me cedeu) e o Sr. António Pereira e esposa.

Tenho também de agradecer à equipa do Arquivo Municipal de Lisboa toda a prontidão e solicitude com que me contemplaram nas longas horas de pesquisa em processos de obra aí depositados.

Aos meus colegas e amigos que estiveram presentes no decorrer destes anos de curso, quero agradecer a entreaajuda e o espírito de companheirismo, em especial ao Tiago.

À minha família pelo apoio que me deram no decorrer da minha vida de estudante e pela pessoa que sou hoje.

A todos o meu sincero agradecimento.

INTRODUÇÃO

Objetivo e objeto de estudo

Estrutura

Glossário

PARTE 1: FREGUESIA DE CARNIDE E O SEU NÚCLEO HISTÓRICO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

1.1 Evolução urbana

1.1.1 Identificação do território

1.1.2 Perfil Histórico

1.2 Análise sociodemográfica

1.2.1 Caracterização do território

1.2.2 Sociedade

1.2.3 Edificado

1.3 Mutação de um bairro

1.3.1 Centro histórico

1.3.2 Reabilitação urbana

1.3.3 Gentrificação

1.3.4 O caso de Carnide

PARTE 2: DO CONJUNTO AO(S) CASO(S)

2.1.1 Metodologia dos casos de estudo

2.1.2 Caracterização dos casos de estudo

2.2 HABITAÇÃO TRANSFORMADA NA ÍNTEGRA

2.2.1 Reconstituição Histórica

2.2.1.1 Proprietários e moradores

2.2.1.2 Manutenção, substituição ou alteração

2.2.1.3 Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

Casa Primitiva – Pré 1914

Pós 1914

1994

2.2.2 Levantamento e análise da situação atual

2.2.2.1 Caracterização do agregado doméstico

2.2.2.2 Caracterização do fogo

Alterações na configuração dos espaços

Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

2.3 HABITAÇÃO NÃO TRANSFORMADA

2.3.1 Reconstituição Histórica

2.3.1.1 Proprietários e moradores

2.3.1.2 Manutenção, substituição ou alteração

2.3.1.3 Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

Casa Primitiva

Pós anos 1960

Finais da década 1990

2.3.2 Levantamento e análise da situação atual

2.3.2.1 Caracterização do agregado doméstico

2.3.2.2 Caracterização do fogo

Alterações na configuração dos espaços

Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

CONCLUSÃO

Notas conclusivas sobre o bairro

Notas conclusivas sobre os casos de estudo

Período da casa primitiva-finais do século XIX

Século XX

Período entre os anos 1990 e 2013

FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICE DE IMAGENS

- 1 - Casos de estudo selecionados – Habitações plurifamiliares situadas na Rua Neves Costa dos finais do século XIX, com os números de polícia (da direita para a esquerda) 80 e 82; 78, 76 e 74; 72 e 70 e 68 que forma gaveto com a Rua do Norte com os números de polícia 1 e 3; 2012.
- 2 - Vista Aérea do Núcleo Histórico de Carnide, 2012.
- 3 - Localização da freguesia de Carnide no concelho de Lisboa.
- 4 - “Planta da cidade de Lisboa e seus arredores”, aprox. 1885.
- 5 - Palácio dos Condes de Carnide, 1908.
- 6 - Chafariz do Largo do Malvar, 1960.
- 7 - Elétricos em Carnide, 1972.
- 8 - Carnide, 1904-11 – Silva Pinto.
- 9 - Largo da Praça, 1961.
- 10 - Carnide, 1950.
- 11 - Rua do Jogo da Bola e a rua da Fonte, 1999.
- 12 - Carnide, 1970-83.
- 13 - Carnide, 1980-90.
- 14 - Rua Direita (atual Rua Neves Costa), 1986.
- 15 - Carnide, Azinhaga das Murtas, 1940.
- 16 - Bairro Padre Cruz, 1962.
- 17 - Rua Neves Costa, 1968.
- 18 - Rua Neves Costa, 1968.
- 19 - Núcleo histórico de Carnide. Localização dos casos de estudo.
- 20 - “Escadinhas”, fotografia sem data.
- 21 - Planta de Carnide de finais do século XIX, 18--.
- 22 - Casos de estudo situados na Rua Neves Costa., 1993.
- 23 - Casos de estudo situados na Rua Neves Costa, 2013.
- 24 - Localização do caso 1 na Rua Neves Costa.
- 25 - Habitação transformada na íntegra (caso 1), 2013.
- 26 - Conjunto de desenhos de projeto de alterações em 1914 nas cores convencionais do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.
- 27 - Levantamento da planta do rés-do-chão de 1994 do edifício com os números

de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

28 - Levantamento do primeiro andar de 1994 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

29 - Levantamento do piso de sótão de 1994 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

30 - Aspeto exterior de 1992 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

31 - Aspeto interior de um dos fogos da zona da cozinha de 1993, do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

32 - Aspeto do logradouro de 1993, do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa.

33 - Plano de contenção de fachada de 1995 do edifício com os números de polícia 78, 76 da Rua Neves Costa.

34 - Piso térreo de 1998 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa.

35 - Primeiro piso de 1998 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa.

36 - Piso do sótão de 1998 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa.

37 - Planta de distribuição funcional do prédio anterior à 1914.

38 - Planta do caso 1, antes de 1914. Fogo do piso térreo.

39 - Planta do caso 1, antes de 1914. Fogo do primeiro piso.

40 - Planta de distribuição funcional do prédio anterior à 1914.

41 - Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão esquerdo.

42 - Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão direito.

43 - Planta do caso 1, pós 1914. Fogo 1º esquerdo.

44 - Planta do caso 1, pós 1914. Fogo 1º direito.

45 - Plantas de distribuição funcional de 1994.

46 - Planta do caso 1, 1994. Fogo rés-do-chão esquerdo.

47 - Planta do caso 1, 1994. Fogo rés-do-chão direito.

48 - Planta do caso 1, 1994. Fogo 1º esquerdo.

49 - Planta do caso 1, 1994. Fogo 1º direito.

- 50 - Planta do caso 1, 1994. Planta do sótão do fogo 1º direito.
- 51 - Plantas de distribuição funcional de 1998.
- 52 - Planta do rés-do-chão do caso 1, 1998.
- 53 - Planta do primeiro piso do caso 1, 1998.
- 54 - Planta do sótão, do caso 1, 1998.
- 55 - Plantas com registo das alterações do edifício (situação atual).
- 56 - Pormenor da cozinha do edifício da Rua Neves Costa com os números de polícia 70 e 72.
- 57 - Parte da sala de apoio à cozinha com a respetiva alteração (porta).
- 58 - Comunicação entre o logradouro do edifício com os números de polícia 80 e 82 com o caso de estudo através da sala de apoio à cozinha.
- 59 - Plantas de distribuição funcional da situação atual.
- 60 - Vista parcial da sala.
- 61 - Vista parcial das escadas.
- 62 - Vista parcial da sala e da casa de jantar.
- 63 - Vista parcial da sala de apoio à cozinha.
- 64 - Tanque do logradouro.
- 65 - Aspeto do acesso ao poço.
- 66 - Vista parcial da escada.
- 67 - Aspeto do vestíbulo.
- 68 - Instalação sanitária do quarto da proprietária.
- 69 - Vista parcial do quarto das visitas.
- 70 - Localização do caso 2 na Rua Neves Costa.
- 71 - Habitação não transformada (caso 2), 2013.
- 72 - Planta com o registo de alterações levadas a cabo pelos antigos moradores.
- 73 - Planta de distribuição funcional da casa primitiva.
- 74 - Rua Neves Costa, 1968 (casos de estudo).
- 75 - Planta de distribuição funcional da situação pós anos 1960.
- 76 - Planta de distribuição funcional da situação em finais da década de 1990.
- 77 - Planta com registo das alterações do edifício (situação atual).
- 78 - Planta de distribuição funcional da situação atual.
- 79 - Vista da sala comum.

80 - Antigo hall, atual “cantinho da discoteca”.

81 - Casa de banho.

82 - Zona de acesso ao sótão.

83 - Quarto do casal.

84 - Vista da cozinha.

ÍNDICE DE MAPAS

1 - Planta de caracterização do património de Carnide.

2 - Área de estudo.

3 - Localização do conjunto de subsecções consideradas na análise da evolução sociodemográfica.

ÍNDICE DE QUADROS

1 - Evolução demográfica da população de Carnide.

2 - Condições dos alojamentos.

3 - Sistematização dos casos selecionados

4 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão.

5 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro piso.

6 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão direito.

7 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão esquerdo.

8 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro andar direito.

9 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro andar esquerdo.

10 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão direito.

11 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão esquerdo.

12 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo primeiro esquerdo.

13 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo primeiro direito.

14 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício.

15 - Caracterização do agregado doméstico.

16 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação atual.

17 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação da casa primitiva.

18 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação pós anos 1960.

19 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação em finais da década de 1990.

20 - Caracterização do agregado doméstico.

21 - Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação atual.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1 - Função dos edifícios.

2 - População residente por género.

3 - População residente por idade.

4 - Média de pessoas por família.

5 - Regime de ocupação.

6 - Nível de instrução dos residentes.

7 - Época de construção.

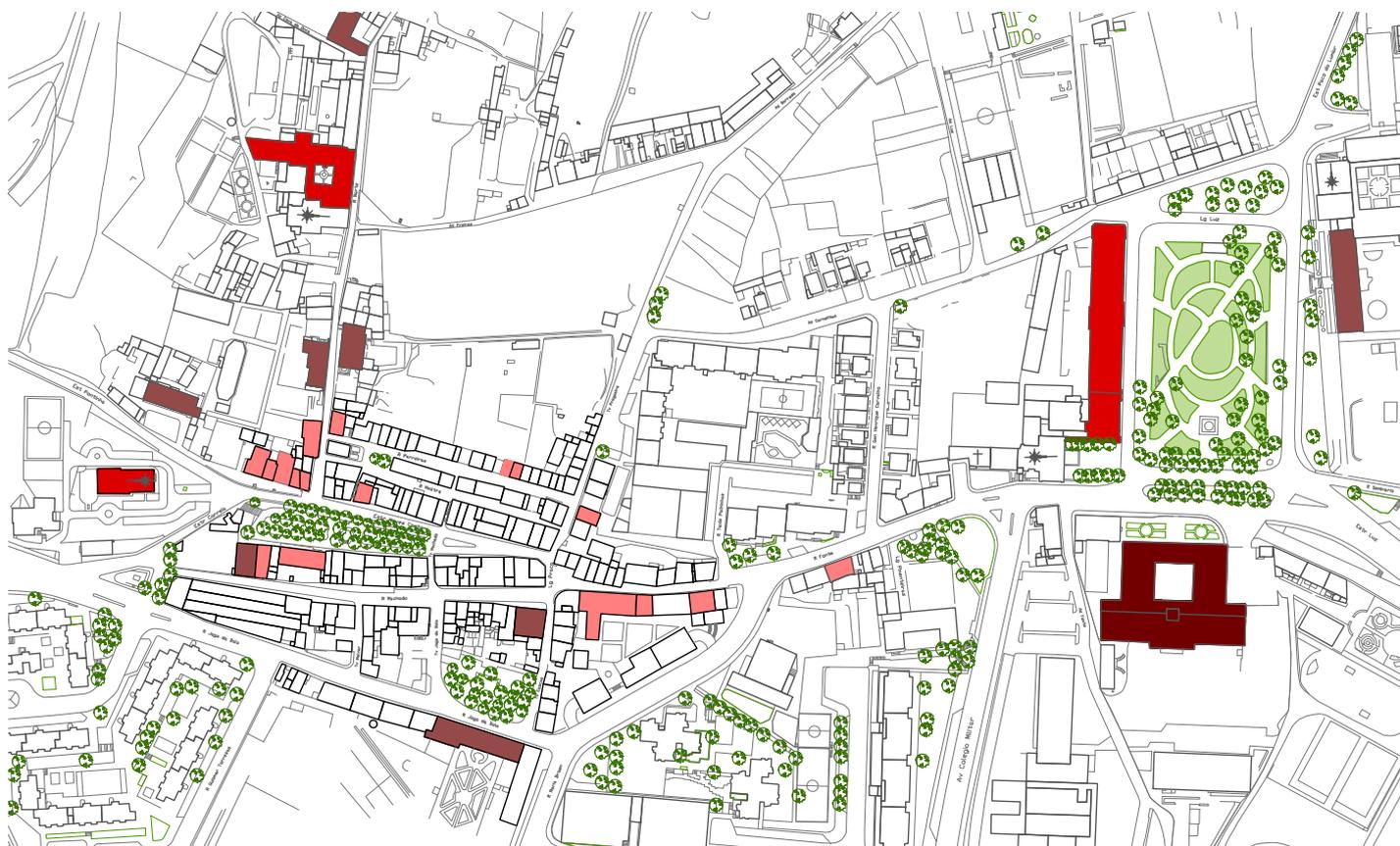
ÍNDICE DE ESQUEMAS

1 - Sucessão de proprietários do edifício com os números 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa.

2 - Sucessivas transformações do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de Rua Neves Costa.

3 - Sucessão de proprietários do edifício com os números de polícia 72 e 70 da Rua Neves Costa.

4 - Sucessivas transformações do edifício com os números 72 e 70 de polícia da Rua Neves Costa.



Mapa 1: Planta realizada em grupo no primeiro semestre. Planta de caracterização do património de Carnide.

■ Arquitetura utilitária ■ Arquitetura religiosa ■ Arquitetura nobre / apalaçada ■ Arquitetura civil corrente

OBJECTIVO E OBJECTO DE ESTUDO

O núcleo histórico de Carnide, entendido como um lugar periférico e rural da cidade de Lisboa, é um conjunto de interesse público, inserido num processo de classificação desde de 9 de novembro de 2012 ¹. Assim como o núcleo, existem uma série de tipologias de interesse patrimonial, que na realidade não se encontram classificadas havendo, pontualmente, algumas em

¹ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6114.

vias de classificação ² (mapa 1). Esta realidade foi constatada numa primeira investigação realizada em grupo, que visava estudar:

“Quais as motivações intrínsecas ao processo de gentrificação no Centro Histórico de Carnide?”

Após a realização desse trabalho, que incidiu numa leitura sociodemográfica e urbanística do núcleo histórico – por vezes abrangendo o universo da freguesia, no que diz respeito ao seu crescimento urbano nas últimas décadas – foi possível uma leitura contextualizada da realidade local. Posto isto, pretendo com a presente dissertação investigar uma escala mais circunscrita deste território – a habitação.

Como já foi referido, em Carnide existe uma grande percentagem de património que não se encontra classificado. Este é um dos importantes factores que pesaram na seleção, e posterior escolha, dos casos de estudo. Estes focar-se-ão na tipologia denominada por arquitetura civil corrente, nomeadamente nas construções do núcleo primitivo, mais concretamente nos edifícios plurifamiliares de finais do século XIX que possuem acessos autónomos ao interior dos fogos, a partir da rua ³.

Como ponto de partida, foram selecionados os edifícios situados na Rua Neves Costa, antiga Rua Direita de Carnide, com os números de polícia 80 e 82; 74, 76 e 78 (caso 1); 70 e 72 (o número de polícia 72 corresponde ao caso 2) e por fim o número de polícia 68 que torneja para a Rua do Norte com os números 1 e 3 (imagem 1).

O objetivo da análise deste conjunto de edificado é perceber as ações de reabilitação operadas nestas construções de cariz popular, levadas a cabo através de expensas dos respetivos proprietários, ou através da comparti-



Imagem 1: Casos de estudo selecionados – Habitações plurifamiliares situadas na Rua Neves Costa dos finais do século XIX, com os números de polícia (da direita para a esquerda) 80 e 82; 78, 76 e 74; 72 e 70 e 68 que torneja para a Rua do Norte com os números de polícia 1 e 3; 2012. Fotografia do autor

² Conclusão retirada das fichas de património do Plano de Urbanização de Carnide-Luz, de 2009.

³ Datação com base em “Expo Reabilitação – Núcleos Históricos”, Catálogo da exposição de março de 1993; e com base nas fichas de património do Plano de Urbanização de Carnide-Luz, de 2009.

ESTRUTURA

O trabalho estrutura-se em duas partes distintas – “Freguesia de Carnide e o seu Núcleo Histórico, Origem e Evolução” e “Do Conjunto ao(s) Caso(s)”.

Na primeira parte pretende-se analisar o contexto histórico e urbanístico em que se desenvolveu a freguesia e o núcleo histórico, a sua origem e a respetiva evolução. Ainda neste capítulo, é apresentada uma análise sociodemográfica, de modo a obter uma caracterização do território, da sua população e da forma como esta foi apropriando o edificado de raiz popular que o compõe, percebendo-se a sua transformação ao longo do tempo quer na perspetiva dos moradores mais antigos quer na dos novos moradores – *gentrifiers*.

A segunda parte será apresentada mais à frente no capítulo – Metodologia dos casos de estudo.

As conclusões e considerações finais, relacionam as conclusões parciais dos diversos capítulos da dissertação.

GLOSSÁRIO

Arquitetura popular – *“a cultura popular é sempre sinónimo de ruralidade”*

¹. Construções edificadas pelo próprio povo ou por mestres humildes, onde se estabelece uma forte relação com o sítio onde se constrói, bem como com os materiais disponíveis na região. Tem sempre em conta as características geomorfológicas e climatéricas do meio onde se insere.

Núcleo histórico – É, geralmente, o aglomerado urbano que está na origem de uma área urbana. Normalmente consiste no ponto de partida do desenvolvimento da malha urbana e possui características próprias, que não se

¹ LEAL, João, “Etnografias portuguesas, 1870-1970: cultura popular e identidade nacional”, p.40.

repetem na restante malha, sendo-lhe reconhecido o valor histórico e patrimonial.

Reabilitação – Conjunto de ações que pretendem dotar o edifício ou conjunto urbano de sucessivas melhorias. Nas ações de reabilitação também são incluídas as ações de manutenção, de substituição ou de alteração.

Gentrificação/nobilitação – Substituição da composição socioeconómica da população dos velhos bairros urbanos da cidade, trazendo a estes lugares um novo grupo social de recursos económicos e culturais mais elevados.

FREGUESIA DE CARNIDE E O SEU NÚCLEO HISTÓRICO

ORIGEM E EVOLUÇÃO





Imagem 2: Vista Aérea do Núcleo Histórico de Carnide, 2012. Fonte: Microsoft Corporation

1.1 EVOLUÇÃO URBANA

1.1.1 Identificação do território

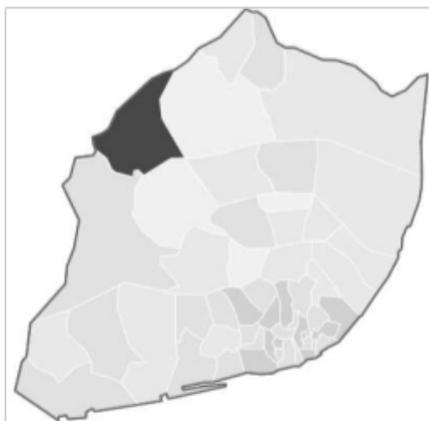


Imagem 3: Localização da freguesia de Carnide no concelho de Lisboa.

Carnide é uma freguesia de contrastes, cujo centro histórico nos remete para uma realidade rural, dentro da cidade de Lisboa. Localiza-se a noroeste da capital, sendo um dos seus limites físicos tradicionais os do concelho a que pertence, a norte e noroeste, sendo delimitada a sul pela avenida General Norton Matos (segunda circular), e a oriente pelas freguesias vizinhas, Lumiar e São Domingos de Benfica (imagem 3).

Os achados arqueológicos no terreno do núcleo histórico de Carnide remontam para a antiguidade e através dos da época medieval regista-se a presença de muçulmanos, judeus e cristãos. Tradicionalmente rural – realidade que prevaleceu até meados do século XIX – é considerado um núcleo periférico de Lisboa. Mas a partir da década de 1960, o centro de Carnide foi “envolvido” por novas construções, maioritariamente de função residencial, de forma acelerada e nem sempre uniforme e corretamente, resultando numa freguesia de contrastes – entre o novo e o antigo, entre o urbano e o rural (imagem 2). Esta dispersão urbanística é rapidamente visível nos limites administrativos da freguesia, estabelecidos na sua forma atual em 1959, antes do crescimento populacional que se fez sentir nos anos 1970.

Terreno consolidado por contínuas sedimentações históricas e culturais, Carnide tem um perfil próprio no seu património e nas vivências sociais que interessa preservar, na medida em que podem servir de referência para a cidade atual e para a vida contemporânea.

A área delimitada como centro histórico é identificável no traçado da planta de Silva Pinto de 1904-11, sendo que ainda é possível ser reconhecido o seu núcleo primitivo na atualidade, não tendo, por isso, sido introduzidos elementos que tenham alterado significativamente a sua implantação e organização no território. Este conjunto abrange um edificado onde ainda preva-

leem as suas características populares, delimitado pelas as ruas principais, becos e travessas. Para este estudo, não foram incluídas nesta área as construções dos bairros novos, nem as apalaçadas, que se situam na envolvente deste núcleo, uma vez que este se foca em torno das construções antigas. Desta forma, um dos pontos chave para a realização deste estudo passa por conseguir analisar a população local, residente em edifícios antigos, reabilitados, ou degradados do centro histórico (mapa 2).



Mapa 2: Área de Estudo
149

1.1.2 Perfil histórico

Os povoamentos das zonas norte do Termo de Lisboa ² até Odivelas datam de épocas anteriores à romanização. É a partir do século I que Carnide é organizada de forma sistemática de modo a constituir um território de exploração agrícola, devido à existência de água e à fertilidade do solo, sendo transformado em vilas rústicas. A região era considerada como o celeiro de Lisboa, seguindo daqui os produtos agrícolas que abasteciam regularmente a cidade. ³

Se considerarmos a lei de agosto de 1645 ⁴, Carnide já vinha designada como freguesia do Termo, mas continuava a depender de Lisboa no plano político, económico e religioso e era classificada como núcleo rural. Mas o facto de se inserir no Termo de Lisboa, permitiu a instalação de infraestruturas religiosas, nomeadamente vários conventos, que contribuíram para uma dinâmica territorial e uma organização espacial, formando uma vasta paróquia rural. Para a realização destes equipamentos conventuais era necessária mão-de-obra, o que levou à fixação dos trabalhadores nesta região, contribuindo para o desenvolvimento do tecido urbano. É nesta época que sucede a prática das peregrinações e das romarias, que consistirão num pólo de atração para aos habitantes de Lisboa e de muitos forasteiros, vindos de longe, como são os casos de marinheiros e pescadores, que se deslocavam para esta região, sendo devotos do Espírito Santo. ⁵

Para além dos tradicionais casais dispersos que urbanizavam Carnide até ao século XIII, o primeiro povoamento que se organizou de uma forma ordenada fez-se junto da Estrada da Pontinha e da Igreja de São Lourenço. A partir do século XVI proliferam, em torno do núcleo, quintas da nobreza

² Termo de Lisboa era a designação dada às povoações à volta de Lisboa com terrenos agrícolas e que tinha como função principal de alimentar com produtos agrícolas a cidade.

³ CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, "Lisboa freguesia de Carnide", p.18.

⁴ Lei de agosto de 1645 é o diploma mais antigo que enumera todos os lugares do Termo de Lisboa.

⁵ CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, "Lisboa freguesia de Carnide", p.19.

que habitava na capital, que em tempos de crise (fome e epidemias), se refugiavam nesta região. «*Os bons, fortes e saudáveis ares eram famosos e muitos fidalgos [vieram para Carnide] onde terá residido temporariamente D. João II.*»⁶ A atração por este núcleo de novos moradores deu origem à aldeia de Carnide, que se implantou entre o Santuário da Luz e a Igreja Paroquial de S. Lourenço, junto da antiga estrada e em torno da qual surgiram as primeiras habitações.⁷

O núcleo histórico corresponde ao conjunto de ruas paralelas em torno da Rua Direita de Carnide (atual Rua Neves Costa). A edificação na Estrada da Pontinha, permitia à ligação da estrada que da Luz seguia para a Pontinha, Amadora, e ainda até à década de 1970, para Benfica através da Estrada do Poço do Chão. A organização em correntezas de edificações simples, muitas delas de carácter popular, apenas com um ou dois pisos, que ainda persiste nos dias de hoje, foi-se consolidando no decorrer dos séculos XVII e XVIII. A Rua Direita era o centro deste núcleo, pois nesta encontrava-se o pequeno comércio e concretizava-se a feira. A partir deste centro, estruturavam-se os restantes arruamentos do núcleo, com carácter interior, e destinados a habitação, sendo os seu moradores artífices, serviçais da nobreza ou dos conventos, ou ainda trabalhadores da produção agrícola local (imagem 4).⁸

Além desta concentração popular, localizava-se a poente uma outra, o aglomerado da Luz. Estruturada por um Largo, outrora um terreiro, sendo que em torno do qual se dispunham os edifícios de grande notabilidade.

Neste, encontrava-se a Igreja e o Convento da Luz e o Hospital Real (onde atualmente é o Colégio Militar), sendo construções anteriores ao terramoto de 1755, e já do século XIX o Seminário dos Franciscanos. Ainda é de referir que o Convento de Nossa Senhora da Conceição, é anterior ao terramoto, e ficava localizado à entrada da Estrada da Luz, e do qual chega aos

⁶ CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, “Lisboa freguesia de Carnide”, p.21.

⁷ Idem, p.23.

⁸ Ibidem, p.23.



Imagem 4: “Planta da cidade de Lisboa e seus arredores”, aprox. 1885. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



Imagem 5: Palácio dos Condes de Carnide, 1908. Foto: Joshua Benoleil. Fonte: AML

dias de hoje o embasamento (imagem 4).⁹

Em torno destes dois aglomerados, dispunham-se as quintas agrícolas e os seus terrenos, delimitados pelos caminhos e azinhas, formando uma teia de circulações. Esta arquitetura civil nobre/apalaçada foi de extrema importância, pois contribuiu para o desenvolvimento da dinâmica económica e social e para a fisionomia mais urbana do local. Um desses exemplos é o Palácio dos Condes de Carnide, edificado por volta de 1763 (imagem 5).¹⁰

No século XVIII, a designação administrativa “Termo de Lisboa” é extinta, dando origem a três concelhos: Lisboa, Belém e Olivais. Esta política foi a primeira de ordenamento do território e tinha uma estratégia em que as áreas envolventes à cidade de Lisboa, perdessem o carácter exclusivo de produção agrícola. Pretendia-se assim que estas zonas rurais fossem considera-

⁹ LISBOA, Câmara Municipal, Gabinete Técnico de Carnide/Luz – **Análise Urbanística**. DUARTE, Maria João [et al] – Plano de Urbanização de Carnide Luz, volume II, Lisboa: 2010, p. U-1.

¹⁰ CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, “Lisboa freguesia de Carnide”, p.27.

das como áreas expectantes de crescimento. Carnide/Luz ficou a pertencer ao concelho de Belém, embora continuasse a ser uma aldeia nos arredores da cidade. É de referir que a Câmara de Belém preconizou algumas obras de melhoramento do espaço público, intervindo no arranjo do Largo da Luz, fazendo a terraplanagem e arborização do Largo de Carnide (atualmente Alto do Poço ou Largo do Coreto) e instalando dois chafarizes (imagem 6).

Os limites da Grande Lisboa vigentes provêm de 1885, tendo sido extintos os concelhos de Belém e Olivais, que voltaram a pertencer a Lisboa. Carnide, é inserida na capital, embora o seu carácter periférico prevaleça, só diminuindo com a instalação do eléctrico que fazia a ligação entre Restauradores e Carnide, inaugurado em 1929. A introdução dos meios de transportes urbanos permitiu uma deslocação mais eficaz ao centro da cidade, combatendo a ideia de periferia, que até aqui era evidente (imagem 7). Até finais do século XIX, inícios do XX, Carnide conservou a imagem rural, assim como todas as zonas periféricas de Lisboa, sendo visto «(...) *como um dos melhores arrabaldes*»¹¹. A produção agrícola nas quintas entra em decadência a partir do século XX, refletindo-se na alteração da estrutura económica local. Com o abandono destes terrenos, estes foram apropriados clandestinamente, associados a recém-emigrados da província primeiro e, mais recentemente, a cidadãos portugueses vindos da ex-colónias, e neles se registou o cultivo de pequenas hortas, que tinham o carácter de subsistência (imagem 8).

¹¹ PEREIRA, Gabriel, "O lindo sítio de Carnide", p. 339.



Imagem 6: Chafariz do Largo do Malvar, 1960. Foto: Artur Golart. Fonte: AML



Imagem 7: Eléctricos em Carnide, 1972. Foto: Valdemar Alves. Fonte: AML



Imagem 8: Carnide, 1904-11 – Silva Pinto. Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.



Imagem 9: Largo da Praça, 1961. Foto: Arnaldo Madureira. Fonte: AML

A partir das décadas de 1930 e 1940, começa a surgir a ruptura entre o novo e o antigo, com o novo arruamento aberto entre a Rua da Fonte e a Azinhaga das Carmelitas. É ao longo desta nova via, Rua General Henriques de Carvalho, que surgem novas moradias com um, dois e três pisos, construções que se prolongaram até aos anos 1950 e 1960 devido aos diferentes estilos arquitectónicos presentes. Acresce ainda a implantação dos prédios de gaveto no Largo da Praça, sendo estes constituídos por três e quatro pisos, não existindo nenhuma relação de escala volumétrica com o pré-existente (imagem 9).



Imagem 10: Carnide, 1950. Fonte CML.

Até aos anos 1950, Carnide desenvolveu uma realidade popular e aristocrata em simultâneo. Esta ambivalência durou até ao desenvolvimento urbanístico nas últimas décadas, uma vez que a ocupação resultava de um crescimento espontâneo do velho núcleo, não apresentando qualquer tipo de especulação imobiliária, sendo mantida como espaço de reserva para a expansão da área metropolitana de Lisboa (imagem 10).¹²

É nos anos 1960, com o Plano Diretor Municipal (PDM) que passa a ser uma área de crescimento urbano, procedendo-se à urbanização de Carnide, dando origem ao Bairro Padre Cruz (1960), Quinta da Luz (1970/75), Bairro da Horta Nova (1973/74), Bairro Novo de Carnide (1975/80), entre outros. Estas urbanizações não apresentam qualquer continuidade com o núcleo histórico, rompendo com a escala e morfologias já existentes (imagem 11 e 12).

«São dois modos de estar e de fazer cidade, paredes meias no interior de uma mesma área administrativa, a freguesia de Carnide. O «velho» e o «novo», histórias diferentes, naturalmente, mas também vivências distintas, porque distintas são também as gentes que as ocupam e que as usam no dia-a-dia da cidade. (...) A condição «periférica» da freguesia, no processo de expansão da cidade, marcou, desde logo, aqueles contrastes, tanto no edificado, como na composição social dos residentes dos diversos aglomerados. Assim, o núcleo histórico, originário do sítio de Carnide, foi sendo progressivamente «abafado» pelas sucessivas e intensas ocupações do espaço envolvente. O bairro residencial da Luz, o bairro novo de Carnide, a Quinta da Luz e outras urbanizações mais dispersas trouxeram uma nova imagem urbana à freguesia, mais «burguesa» porque mais endinheirada, mas profundamente parcelizada na monofuncionalidade do seu habitat»¹³



Imagem 11: Rua do Jogo da Bola e a rua da Fonte, 1999. Foto: Paulo Catrica. Fonte: AML

12 CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, "Lisboa freguesia de Carnide", p.29.

13 CALADO, Maria, FERREIRA, Vítor Matias, "Lisboa freguesia de Carnide", p.29.

A expansão do Metropolitano para noroeste da cidade, com a abertura das estações de metro do Colégio Militar (1988) e de Carnide (1997) fez aumentar a pressão urbana sobre a freguesia, traduzindo-se na construção de novas urbanizações, o que acentuou a descaraterização do núcleo histórico. Também houve a necessidade de abertura de novas vias envolventes de modo a facilitar os acessos e circulações, retirando assim o trânsito de atravessamento do interior do núcleo, afectando desta forma a “entrada” para este aglomerado. Mais tarde, em 1990, é criado um Gabinete Técnico Local de Reabilitação Urbana, (que atualmente se encontra extinto) de modo a preservar o património local. Com isto o núcleo histórico permaneceu isolado do resto da freguesia de Carnide, parecendo que parou no tempo (imagem 13). A questão de preservação trouxe consequências ao “núcleo encravado”: a degradação do património, e por consequência o envelhecimento da população residente, o que originou uma desqualificação das condições sócio-ambientais.

Por detrás de todas estas construções recentes, o sítio de Carnide resiste, apresentando-se atualmente como um conjunto socialmente heterógeno e territorialmente disperso. Altamente desligadas da realidade da velha Carnide rural, as novas construções dão uma resposta às exigências sociais da sua época. No entanto, foram construídas de forma a viverem de costas voltadas à velha malha que já existia.



Imagem 13: Carnide, 1980-90. Fonte CML 157



Imagem 14: Rua Direita (atual Rua Neves Costa), 1986. Foto Arnaldo Madureira. Fonte: AML

1.2 ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA¹⁴

1.2.1 Caracterização do território

Esta análise teve como base a realização da investigação realizada no 1º semestre e na análise sociodemográfica desenvolvida pela socióloga Estela Gonçalves no estudo efectuado em 2010¹⁵, que permitiu retirar conclusões para a presente dissertação. Os valores utilizados nesta análise foram retirados dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

No centro da freguesia de Carnide localiza-se o seu núcleo histórico, por onde passam alguns eixos de atravessamento que dão acesso à capital. Esta freguesia sofreu constantemente um crescimento populacional desde a década de 1960 que acompanha o crescimento limítrofe da coroa periférica da cidade. No entanto, nas taxas de variação inter-censos, nos anos 1920-1940, denota-se um crescimento demográfico resultante dos surtos migratórios da população rural para a cidade. A população mais carenciada, e com maiores dificuldades de se inserir no meio urbano e a consequente impossibilidade de aquisição de habitação, acaba por viver em condições precárias, dando origem, nesta época, aos aglomerados de barracas, os ditos «bairros de lata». Em Carnide, a situação não foi considerada nestes termos, mas a verdade é que, nos terrenos das quintas emergem aglomerados de barracas que se assemelhavam (imagem 15) a outros casos ocorridos na periferia de Lisboa.

A queda do regime ditatorial português, em abril de 1974, conduziu à independência das províncias ultramarinas (à exceção de Macau), o que



Imagem 15: Carnide, Azinhaga das Murtas, 1940. Fonte: Eduardo Portugal. Fonte: AML

¹⁴ Uma vez que o presente estudo é o seguimento do trabalho realizado em grupo no primeiro semestre, optou-se por utilizar o conteúdo de parte deste último. Desta forma, da p. X até à p. , apresenta-se o trabalho conjunto com algumas alterações.

¹⁵ Publicado no Plano de Urbanização de Carnide/Luz.

originou um fluxo de entrada no território continental de vários milhares de portugueses, muitos deles nascidos naquelas províncias. Este aumento demográfico regista-se um pouco por todo o país, tendo-se registado, nesta década, um significativo aumento da população nas freguesias de Lisboa. Na década de 1980, o crescimento demográfico estagna em quase todas as freguesias periféricas, sendo que Carnide continua a receber uma grande quantidade de população nova até à atualidade (quadro 1).

Ano	Nº de habitantes	Taxa de variação (%)	Densidade de ocupação (F/ha)
1719	759	-	1,89
1864	1278	5,19	3,18
1890	1737	4,59	4,32
1900	1813	0,76	4,51
1911	1740	-0,73	4,33
1920	2550	8,1	6,35
1930	2482	-0,68	6,18
1940	3211	7,29	7,99
1950	3351	1,4	8,34
1960	4684	13,33	11,66
1970	8783	40,99	21,86
1981	14187	54,04	35,31
1991	15477	12,9	38,52
2001	20003	45,26	49,79

Quadro 1: Evolução demográfica da população de Carnide. Fonte: INE Censos



Imagem 16: Bairro Padre Cruz, 1962. Foto: Artur Inácio Bastos. Fonte: AML

Até à década de 1960, Carnide tinha um crescimento populacional gradual, cingindo-se apenas à população residente no núcleo antigo e ao povoamento disperso nas quintas. A partir desta década, a população de Carnide aumentou quase para o dobro, com a população realojada no “Bairro Padre Cruz” (imagem 16). O seu crescimento prossegue nos anos 1970 com as urbanizações da “Quinta da Luz”, “Bairro Novo de Carnide” e “Bairro Social da Horta Nova”. Finalmente, nos anos 1990, regista-se um crescimento expo-

nencial do “Bairro Padre Cruz” e “Horta Nova” e o surgimento de uma nova urbanização na “Antiga Cerâmica de Carnide” (quadro 1).

Em 1990, o núcleo histórico de Carnide ainda apresentava características que demonstravam a sua proveniência dos «arredores rurais» da cidade – o Termo de Lisboa, não só através das suas características morfológicas, mas também pela presença de um conjunto de população com hábitos e práticas rurais, que mantinham pequenas hortas para consumo próprio em terrenos pertencentes a antigas quintas. Esta vertente rural do núcleo que ainda prevalecia, desde então foi-se perdendo, através da consolidação urbana. Mas ao longo do tempo, manteve-se com uma certa unidade, resistindo às transformações da urbanização que operaram na cidade, tornando-o urbanizado e periférico.

1.2.2 Sociedade

A comparação dos dados dos Censos de forma desagregada ao nível da subsecção, encontra-se dificultada pelo facto das respectivas bases territoriais de referência terem variado de 1991 para 2001 e 2011. Desta forma, para uma análise mais rigorosa do centro histórico definido, optou-se por limitar um conjunto de quarteirões que pertencem ao grupo das subsecções estatísticas dos Censos definidos pelo INE, cuja limitação não variou desde 1991, e deste modo evitando divergências entre dados (mapa 3).



Mapa 3: Localização do conjunto de subsecções consideradas na análise da evolução sociodemográfica.

Através dos Censos efectuados em 2011 pelo INE, é possível considerar que o núcleo histórico de Carnide totaliza 140 edifícios, sendo grande parte deles de função residencial, tendo um somatório de 190 alojamentos, sendo que 30% deles se encontram vagos. Esta realidade de alojamentos devolutos tem aumentado no decurso dos últimos anos, o que confirma um processo urbano de abandono dos «núcleos velhos», que a reabilitação urbana pretende contrariar (gráfico 1). Também é possível referir, que existem 130 famílias e cerca de 260 habitantes residentes, em que 55% da população são mulheres e 45% são homens (gráfico 2). À semelhança dos núcleos históricos, a população encontra-se francamente envelhecida, correspondendo a 33% da população com mais de 65 anos e com um número bastante significativo de pessoas isoladas, associado a maior parte das vezes a situações de viuvez (gráfico 3). Esta situação acaba por se refletir na média de pessoas por fogo: em 1991 a média por alojamento era de 2,20, chegando a 2011 inferior a 2,00 (gráfico 4).

Os residentes do núcleo histórico ainda conservam a memória das quintas de Carnide, do trabalho rural e da importância para a vida local das atividades do palácio dos Condes de Carnide. Muitos deles trabalhavam para esses mesmos condes, quer em serviços domésticos quer em trabalhos rurais. A maior parte da segunda geração destas famílias, optou por residir fora do núcleo histórico. Neste sentido, procurando na periferia (Pontinha, St. António dos Cavalheiros...) melhores condições de habitação a baixo custo, mas mantendo os laços de relação com o núcleo, através dos familiares e dos hábitos adquiridos. A terceira geração, que cresceu com os avós, residentes no núcleo, estabeleceu laços com as associações locais pela Junta de Freguesia ou então pelo Teatro de Carnide, e manifestam vontade de residir no núcleo ou até mesmo nas suas proximidades.

O modo de viver urbano, relativamente à sociabilidade assenta ainda, mas não tanto como antes, nas relações de vizinhança, no espaço público, como o café e as pequenas mercearias, bem como nas associações locais.

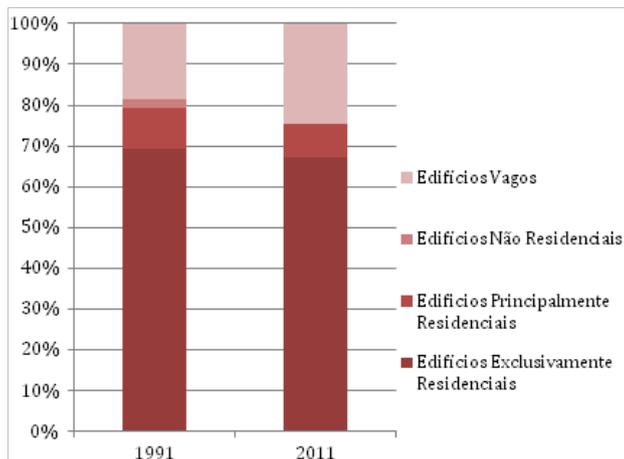


Gráfico 1 : Função dos edifícios,
Fonte: INE Censos 1991 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

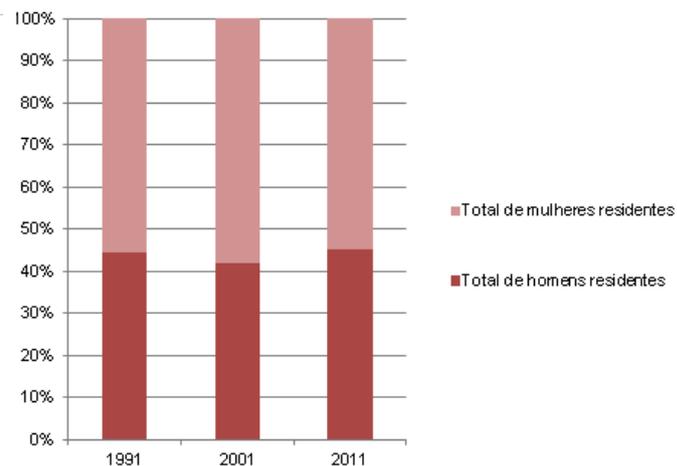


Gráfico 2: População residente por género,
Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

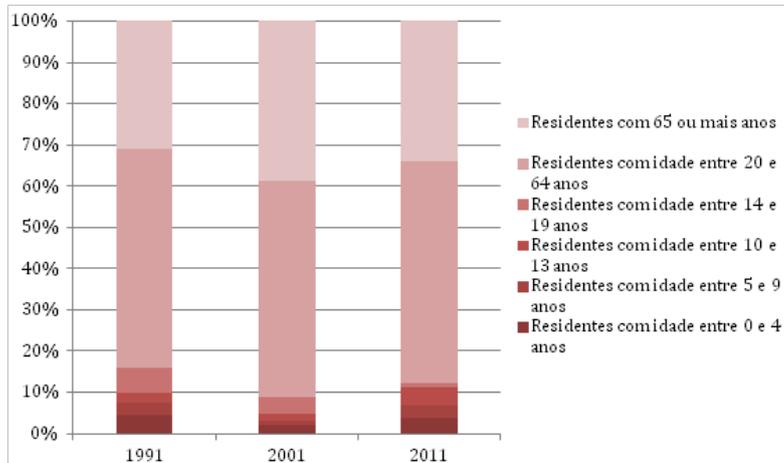


Gráfico 3: População residente por idade,
Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

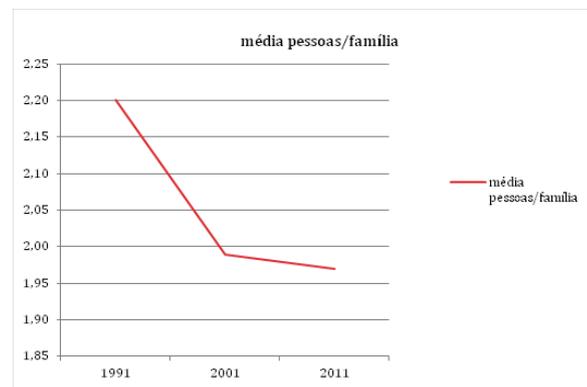


Gráfico 4: Média de pessoas por família,
Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

Muita da população nasceu ou veio para o núcleo de Carnide muito jovem e aqui vive há muitos anos. No entanto, existiu e ainda continua a existir mobilidade habitacional dentro do próprio núcleo. Existem também fogos onde residiram sempre as mesmas famílias, que aqui permaneceram desde o principio do século XX. Os locatários herdaram os contratos acertados pelos pais, com rendas muito baixas, que com a nova política de atualização do valor das rendas estão a ser alteradas (gráfico 5).

O analfabetismo da população residente no núcleo de Carnide, atualmente deixou de ser considerável, sendo apenas 3%. No entanto, em 1991, a percentagem de pessoas que não sabiam ler nem escrever era acentuada, com cerca de 11% da população, sendo que a maioria possuía apenas o ensino primário. Também é possível observar na área em análise o aumento notável do nível de instrução dos habitantes ao longo dos anos. Em 1991 existia apenas uma pessoa com o curso superior completo, já em 2001 o valor subiu para 9 pessoas, e hoje em dia existem 32 pessoas, o que corresponde a 18% da população residente (gráfico 6).

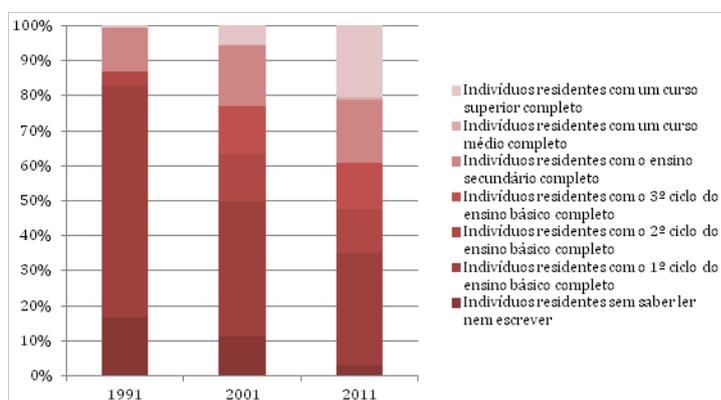
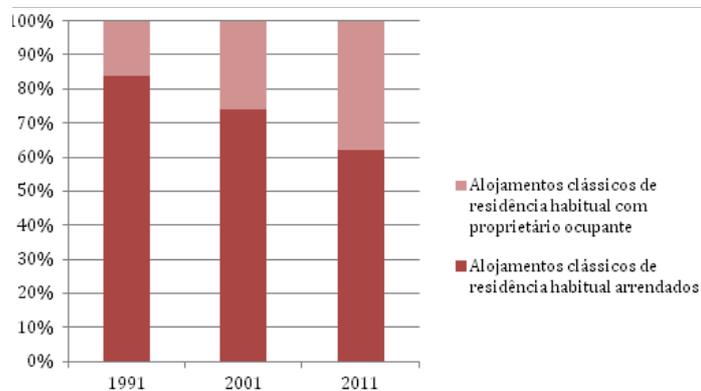


Gráfico 5: Regime de ocupação,
Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

Gráfico 6: Nível de instrução dos residentes,
Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.
Gráfico realizado em grupo.

1.2.3 Edificado

Alguns dos fogos encontram-se num estado de degradação muito avançado e não possuem condições mínimas de habitação. Assiste-se no início da década de 1990, à proliferação de muitos alojamentos com casas de banho improvisadas e que não se encontravam ligados às infraestruturas básicas urbanas, como água, esgoto ou gás (quadro 2). Grande parte do edificado é anterior ao século XX (gráfico 7), contendo ainda a herança da velha estrutura rural em que os hábitos higienistas estavam ausentes. Além disso, a distribuição funcional dos compartimentos dos fogos correspondia a um outro modelo social da época, em que existia um maior contacto com o exterior das habitações, o que, em parte, se reflete na escassez de divisões e na ausência, por vezes, de luz natural em algumas destas.

A maior parte das poucas obras realizadas foram feitas pelos loca-

	1991	%	2011	%
Total de Alojamentos	157		136	
Alojamentos familiares de residência habitual	110		91	
Alojamentos familiares de residência habitual com eletricidade	109	99	91	100
Alojamentos familiares de residência habitual com banho	80	72	88	96

Quadro 2: Condições dos alojamentos, Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011. Quadro realizado em grupo.

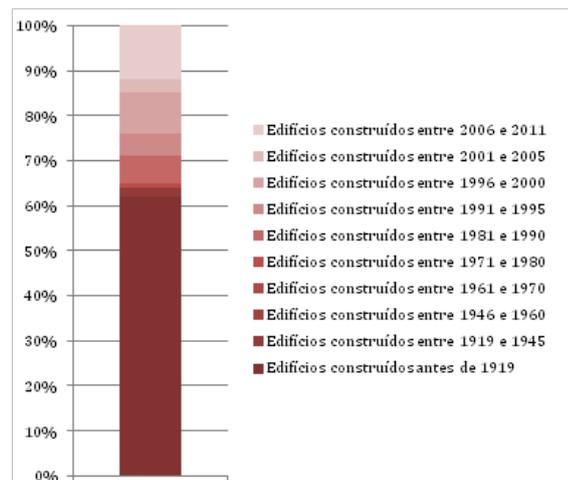


Gráfico 7: Época de construção, Fonte: INE Censos, Gráfico realizado em grupo.

tários, dentro das suas capacidades culturais e económicas, pois os proprietários há muito que tinham deixado de fazer obras de manutenção nas suas propriedades. Estas obras tinham sobretudo um carácter de manutenção, cingindo-se essencialmente a pinturas ou à conservação do chão e das paredes, a fim de impedir o avanço de humidades.

No entanto, tem vindo a ocorrer lentamente um processo de reabilitação urbana no núcleo histórico de Carnide, de modo a adaptar estas habitações às necessidades contemporâneas. Algumas alterações consistiram em dotar os fogos das condições básicas, ou então em reabilitações profundas. Estas situações estão associadas ao processo de gentrificação, com a renovação da população ocupante, pessoas que acorreram a Carnide/Luz por ser um “bairro histórico”, mas sem ligações tradicionais/familiares ao sítio, correspondendo a estrato social médio, médio alto (gráfico6).

O grande volume de construção de habitações de raiz, registado nas décadas de 1970 a 1990, a não renovação de inquilinos ou, por vezes, problemas ligados a heranças e partilhas, acentuaram a decadência e o abandono deste edificado.

Atualmente, o investimento no mercado habitacional reabilitado tornou-se mais aliciante para os proprietários, e começa a ser visível no núcleo histórico de Carnide um conjunto de edifícios recuperados.

A estrutura funcional do tecido urbano tem vindo a alterar-se ligeiramente nos últimos anos. A percentagem de usos não habitacionais já era pouco notável, tendo vindo a diminuir consideravelmente até aos dias de hoje, como é o caso do conjunto de comércio tradicional de pequenas mercearias e retrosarias. No entanto, nota-se um aumento nos serviços de restauração, o que contribui para um dinamismo económico do núcleo histórico de Carnide.

1.3 MUTAÇÃO DE UM BAIRRO

1.3.1 Centro histórico

Alguns dos fogos encontram-se num estado de degradação muito avançado e não possuem condições mínimas de habitação. Assiste-se no início da década de 1990, à proliferação de muitos alojamentos com casas de banho improvisadas e que não se encontravam ligados às infraestruturas básicas urbanas, como água, esgoto ou gás (quadro 2). Grande parte do edificado é anterior ao século XX (gráfico 7), contendo ainda a herança da velha estrutura rural em que os hábitos higienistas estavam ausentes. Além disso, a distribuição funcional dos compartimentos dos fogos correspondia a um outro modelo social da época, em que existia um maior contacto com o exterior das habitações, o que, em parte, se reflete na escassez de divisões e na ausência, por vezes, de luz natural em algumas destas.

A maior parte das poucas obras realizadas foram feitas pelos locatários, dentro das suas capacidades culturais e económicas, pois os proprietários há muito que tinham deixado de fazer obras de manutenção nas suas propriedades. Estas obras tinham sobretudo um carácter de manutenção, cingindo-se essencialmente a pinturas ou à conservação do chão e das paredes, a fim de impedir o avanço de humidades.

No entanto, tem vindo a ocorrer lentamente um processo de reabilitação urbana no núcleo histórico de Carnide, de modo a adaptar estas habitações às necessidades contemporâneas. Algumas alterações consistiram em dotar os fogos das condições básicas, ou então em reabilitações profundas. Estas situações estão associadas ao processo de gentrificação, com a renovação da população ocupante, pessoas que acorreram a Carnide/Luz por ser um “bairro histórico”, mas sem ligações tradicionais/familiares ao sítio, correspondendo a estrato social médio, médio alto (gráfico6).

O grande volume de construção de habitações de raiz, registado nas

décadas de 1970 a 1990, a não renovação de inquilinos ou, por vezes, problemas ligados a heranças e partilhas, acentuaram a decadência e o abandono deste edificado.

Atualmente, o investimento no mercado habitacional reabilitado tornou-se mais aliciante para os proprietários, e começa a ser visível no núcleo histórico de Carnide um conjunto de edifícios recuperados.

A estrutura funcional do tecido urbano tem vindo a alterar-se ligeiramente nos últimos anos. A percentagem de usos não habitacionais já era pouco notável, tendo vindo a diminuir consideravelmente até aos dias de hoje, como é o caso do conjunto de comércio tradicional de pequenas mercearias e retrosarias. No entanto, nota-se um aumento nos serviços de restauração, o que contribui para um dinamismo económico do núcleo histórico de Carnide.

1.3.2 Reabilitação urbana

Quando os núcleos históricos começam a ser considerados como unidades importantes dentro da estrutura urbana, e por acréscimo, o seu reconhecimento histórico e patrimonial aumenta, aumenta igualmente a necessidade de uma atuação pormenorizada e mais centrada nas especificidades destes núcleos.¹⁶

Aqui tem um papel principal a reabilitação urbana, uma vez que esta não pretende apenas reabilitar o espaço físico, mas igualmente – e em acen-tuada medida – uma dinamização social dos territórios.¹⁷ Para um desen-volvimento mais eficaz deste tipo de intervenção foram criados dois agentes importantes:

Os GTL's – Gabinetes Técnicos Locais, criados em diversas câmaras municipais no país com vista à recuperação das áreas históricas degradadas

¹⁶ ANDRADE, Carlos A requalificação dos centros históricos – Baixa Pombalina: a “recentralização”, p. 50.

¹⁷ TAVARES, Ana Filipa Nunes, “Reabilitação urbana: o caso dos pequenos centros históricos”, p. 7.

das respectivas cidades. Foram constituídos por equipas interdisciplinares de forma a garantir uma maior proximidade aos habitantes (e não só) das mesmas. A sua ação, ainda que em alguns casos não tenha sido muito vasta, foi bastante importante, uma vez que conseguiu, pela primeira vez, conciliar a vontade dos poderes locais com a vontade e as necessidades dos habitantes dos centros históricos e dos restantes munícipes, alterando bastante a mentalidade e a relação destes com o património construído.¹⁸

O programa RECRUA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados) foi criado em 1992, e visava apoiar as obras de conservação e beneficiação que permitiram a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação. Os fundos monetários que este programa proporcionou a todos os proprietários e senhorios para realizarem obras de conservação nos imóveis, foram assegurados pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) e pelas câmaras municipais respectivas a cada imóvel. Este programa também teve a sua importância na reabilitação do edificado garantindo a recuperação e maior vitalidade aos edifícios.¹⁹

A reabilitação de edifícios de génese histórica pode ser subdividida em três: *reabilitação ligeira*, *reabilitação pesada* e *reabilitação integral*. A primeira consiste na recuperação do edifício, procurando garantir as mínimas condições de habitabilidade, no que diz respeito ao nível da salubridade. A segunda, como o nome indica, já incide noutros aspectos: ao nível interior; a recuperação de fachadas e coberturas, chegando até mesmo a partes comuns do edifício ao nível de acessos. Por último, apenas é preservada a fachada principal, sendo o seu interior todo demolido dando origem a um novo. É de referir que esta última é utilizada quando o edifício se encontra num estado de degradação muito avançado e há uma necessidade de adaptar a nova distribuição funcional de modo a responder aos modos de vida atual.

18 TAVARES, Ana Filipa Nunes, "Reabilitação urbana: o caso dos pequenos centros históricos", p. 43 à 45.

19 Idem, p. 52

1.3.3 Gentrificação

A reabilitação urbana, apesar de contemplar a vontade de manter as populações residentes, pode implicar a substituição de grupos sociais, fenómeno designado como *gentrification*.

Em 1964, a socióloga Ruth Glass, fazendo um estudo sobre algumas transformações operadas em bairros localizados em zonas populares de Londres, utilizou o termo *gentrification* pela primeira vez. O fenómeno a que se referia era o facto de alguns destes bairros estarem a ser ocupados por membros da classe média, numa alteração das características de localização das suas residências, ou seja, indivíduos que poderiam optar, por terem condições financeiras para tal, por residir em áreas de maior prestígio em vez de habitarem bairros populares e, muitas vezes, decadentes. Esta designação, pela sua forte conotação com uma atitude voluntária, tem sido utilizado noutras áreas das ciências sociais.²⁰ Em torno deste conceito têm surgido várias noções e definições por parte dos autores – Caulfield, 1994; Smith e Williams, 1986; Smith, 1996; Hamnett, 1984; Hall, 1998; Pacione, 2000 – que se assemelham aos princípios defendidos por Ruth Glass. O termo *gentrification* tem origem no termo “*gentry*” que pode ser traduzido por “pequena nobreza” ou então por pequena “aristocracia” e entende-se como um fenómeno de transformação urbana.²¹ Compreende-se esta situação, «*pela substituição da população modesta de um bairro popular por novos habitantes com rendimentos mais elevados, a favor de operações de renovação*».²²

Carlos Fortuna, num estudo feito em Portugal em 1997, por não haver uma tradução literal deste termo, faz uso da expressão “enobrecimento urbano”. Contudo, o mais usual é usar-se a expressão “nobilitação urbana”.²³

20 RODRIGUES, Walter “Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa”, p. 141.

21 MENDES, Luís Filipe Gonçalves “Nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de recomposição Socio-Espacial”, p. 22.

22 Idem, p. 21 à 23.

23 MENDES, Luís Filipe Gonçalves “Nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de

Existe uma diferenciação na forma como esta transformação urbana se processa no território. «Há uma clara distinção entre uma extensa *área mais nobre, social e urbanisticamente, no centro e em parte do território mais periférico do município, por oposição à zona histórica mais antiga e à zona geograficamente mais periférica de maior concentração de estratos sociais mais baixos*». ²⁴

Tradicionalmente os agentes responsáveis pela nobilitação urbana possuem um perfil jovem, podendo ser sós, ser um casal ou até mesmo indivíduos menos jovens com filhos. Geralmente estão ligados a profissões em áreas artísticas, científicas ou intelectuais, possuindo quase todos eles uma formação superior. ²⁵

Walter Rodrigues sistematiza na sua obra *“Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa”* cinco modalidades de nobilitação urbana que são observáveis no principal centro urbano da cidade – região de Lisboa. A primeira modalidade consiste em *nobilitação pontual, sobretudo presente na zona histórica mais antiga, na cidade medieval e seus prolongamentos*, em torno do Castelo, desde as freguesias que são cercadas por este, até ao rio Tejo. A segunda, a *nobilitação clássica*, onde são identificáveis uma população com as características de nobilitadores, compreendendo as freguesias da Sé, da Madalena e dos Mártires (Baixa Chiado e próximo do Bairro Alto) sendo também observável nas freguesias do Sacramento e Mercês. Estes nobilitadores, valorizam a centralidade e a proximidade ao ambiente cultural existente no Chiado e no Bairro Alto. A terceira modalidade *nobilitação urbana intermédia, fora da zona histórica mas ainda na área central*, é onde há evidência de uma revitalização e a recuperação de edifícios ou mesmo existindo construções novas na malha consolidada, correspondendo a um território intermédio da cidade, a título de

recomposição Socio-Espacial”, p. 23.

²⁴ RODRIGUES, Walter “Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa”, p. 254.

²⁵ Idem, p. 275 e 285

exemplo, as freguesias de São Mamede, Santa Isabel, Santo Condestável (em Campo de Ourique), Santa Isabel... A quarta modalidade corresponde a uma *nobilitação urbana geograficamente periférica*, «*mas ainda integrada no centro principal da cidade-região de Lisboa.*»²⁶ Esta situação é visível na freguesia no Alto da Pina, «*muito por efeito de novas algumas urbanizações de estatuto médio-alto*»²⁷. Este tipo de nobilitação também ocorre em parte, nas proximidades do Areeiro e em São Domingos de Benfica, mas sendo mais evidente na freguesia do Lumiar. A quinta, *nobilitação emergente*, em Lisboa equivale a territórios que se localizam nas frentes ribeirinhas entre o Cais do Sodré e Belém-Algés.²⁸

1.3.4 O caso de Carnide

«*Por vezes, um olhar involuntário do lisboeta fá-lo reconhecer numa rua algo que não pertence à ideia de cidade. Pode ser um beco apertado entre prédios modernos, ou o casebre onde alguém ainda põe vasos com flores à porta, ou o largo onde a vida corre como se a Lisboa do betão não existisse.*»²⁹

O núcleo de Carnide é considerado um centro histórico periférico e rural, onde prevalece um património arquitetónico de carácter rural e uma população com poucos recursos económicos, motivando a degradação do edificado existente. Atualmente, o núcleo é alvo de um projeto de reabilitação urbana, tendo vindo a sofrer recentemente visíveis transformações sócio-espaciais, nomeadamente nos edifícios de cariz residencial e na área de requalificação do espaço público. Este paradigma tem origem na crescente preocupação de repensar as estratégias de intervenção numa cidade con-

26 RODRIGUES, Walter “Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa”, p. 236

27 Idem, p. 236

28 Para melhor compreensão consultar: Tipologias das modalidades de nobilitação urbana de RODRIGUES, Walter “Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa”.

29 MACDONALD, João “Lisboa das Aldeias”, p. 13

solidada onde, devido ao atual quadro económico, é quase impossível realizar novas construções. Perante isto, é necessário adoptar uma estratégia de ocupação de edifícios já existentes, através da reabilitação. Esta realidade começa lentamente a acontecer no Núcleo Histórico de Carnide, já desde o ano de 1990, quando a CML criou o Gabinete Técnico Local de Carnide com o objetivo de proceder à reabilitação urbana deste núcleo. Ainda em 2002, a quantidade de habitações que se encontravam num estado de degradação era alarmante, tendo o presidente Paulo Quaresma³⁰ afirmado que existiam:

*«[...] cerca de 80 habitações degradadas no Centro Histórico. A população é idosa e a situação tem vindo a arrastar-se há 30 anos. É urgente elaborar um plano pormenor para esta zona, só uma intervenção de fundo pode salvar a zona histórica.»*³¹

Atualmente, no centro histórico de Carnide, assiste-se a uma reabilitação urbana que permitiu criar uma requalificação dos espaços públicos, com obras de empedramento das vias, uma melhor iluminação das ruas e largos que compõem o bairro, e a introdução de mobiliário urbano. Estas intervenções pretendem gerar um maior dinamismo e atrair mais população para este núcleo.

A requalificação do espaço público, juntamente com outros factores, traduz-se no aumento do valor das habitações, o que levará à inserção de um novo grupo com capacidades socioeconómicas mais elevadas e, de forma gradual, à substituição dos moradores atuais do bairro.

Em Carnide começam a surgir de forma pontual edifícios nobilitados sendo que a valorização física dos imóveis também é visível, podendo considerar-se um início do processo de transformação de nobilitação urbana. Na caracterização da população, através dos censos dos dados do INE, denota-

³⁰ Paulo Alexandre da Silva Quaresma (.1973), Presidente da Junta de Junta de Freguesia de Carnide de 2002.

³¹ "Centro histórico de Carnide está em perigo", in revista A Capital, 4 Outubro, 2002, p.34.

se uma percentagem significativa da população com o ensino superior concluído, sendo que em 1991 existia apenas uma pessoa, e em 2011 este valor é de 32 indivíduos, representando 18% da população residente.

Nas várias modalidades de nobilitação apresentadas por Walter Rodrigues, relativamente ao centro urbano da cidade – região de Lisboa – não é possível aplicar nenhuma delas ao território em análise uma vez que se trata de um núcleo histórico periférico, e a periferia para este autor é tratada por uma modalidade que corresponde a uma *nobilitação urbana geograficamente periférica*, que no entanto corresponde a novas urbanizações que concentram um extrato social alto. Desta forma será preferível a utilização do termo na sua origem, nobilitação urbana. Como também foi referido por este autor, a nobilitação urbana não se cinge ao tipo nobilitador frequente, jovens sóz ou jovens casais sem filhos, com um nível elevado económico e cultural que procuram zonas com história para residir, mas sim ao factor “local”, uma vez que este tem um carácter decisivo.

DO CONJUNTO AO(S) CASO(S)

**HABITAÇÃO TRANSFORMADA NA ÍNTEGRA
HABITAÇÃO NÃO TRANSFORMADA**

2.1.1 Metodologia dos casos de estudo

Numa primeira fase foram selecionados, do universo dos edifícios do núcleo primitivo, da tipologia da arquitetura civil corrente, os que se localizam na antiga Rua Direita de Carnide, atual Rua Neves Costa – com os números de polícia 80 e 82; 74, 76 e 78; 70 e 72 e por fim o número de polícia 68 que torneja para a Rua do Norte com os números 1 e 3 de polícia. Construções estas, dos finais do século XIX, que são designadas por plurifamiliares, e contêm acessos independentes ao interior das habitações a partir da rua.

Pretende-se com os casos selecionados o estudo das transformações e apropriações do espaço doméstico de cariz popular, desde a sua origem até à contemporaneidade. Esta análise compreenderá o estudo da sua organização espacial, bem como o das relações entre o espaço e as atividades nele desenvolvidas, comparando – sempre que possível – a situação original e as fases intermédias com a situação atual. Entender sempre que for praticável, as diferentes distribuições funcionais no espaço da habitação ao longo do tempo, e a sua relação com os respetivos habitantes. Isto será importante, pois tornar-se-á esclarecedor o modo como tem sido apropriado o espaço e as respectivas motivações que levaram à transformação de construções de génese popular, através de ações de reabilitação, numa procura de resposta sobre o viver atual.

A metodologia a adotar para a presente dissertação consistiu em três fases distintas: 1. Identificação e recolha de informação; 2. Sistematização, tratamento e análise da informação recolhida; 3. Conclusões e considerações finais.

Relativamente à primeira fase, foi realizado um trabalho de arquivo e de campo. Esta etapa contou com visitas ao núcleo histórico de Carnide para análise direta do edificado, com especial atenção aos edifícios com inte-

resse patrimonial da arquitetura civil corrente, o que permitiu a compreensão do estado de conservação dos mesmos – estado reabilitado, degradado e ocupação. Uma vez concretizado o anterior processo, e depois dos edifícios selecionados, esta fase consistiu na consulta de documentação existente do arquivo intermédio. Apesar da escassa documentação, pretendeu-se uma recolha da informação existente acerca dos respectivos proprietários, moradores e inquilinos, elementos gráficos – sempre que existiam -, e as respectivas obras de manutenção e de beneficiação dos prédios. A documentação existente em cada processo de obra mostrou-se insuficiente, sobretudo no que diz respeito a elementos gráficos, uma vez que foram fundamentais para a realização da investigação. Para contornar esta situação foi feito o levantamento e através da observação direta, e da comunicação com os moradores, fez-se a reconstituição das diversas plantas ao longo do tempo. Posto isto, foram feitas entrevistas aos moradores para ter uma melhor compreensão do estado atual das habitações, tendo por base um guião construído previamente e composto pelos seguintes temas: caracterização do entrevistado; caracterização do agregado familiar; percurso habitacional do entrevistado; caracterização do fogo no que diz respeito ao seu programa funcional; alterações efectuadas no fogo; caracterização da vida em casa; agrado com a atual casa.

Na seleção deste edificado foram tidas em consideração algumas condicionantes, tais como: a) as habitações serem do núcleo primitivo – finais do século XIX; b) atualmente serem destinadas à função residencial, conseguindo, sempre que possível, o máximo de informação, quer nos respectivos processos de obra, quer junto dos moradores e dos vizinhos; c) estarem ocupados; d) serem preferencialmente habitados por novos moradores e por moradores mais antigos, de diferentes faixas etárias, de modo a ser possível confrontar a ocupação e a apropriação do espaço doméstico de uma maior heterogeneidade dos moradores do bairro de Carnide.

Numa outra visita ao território, e na primeira comunicação com os moradores dos respectivos fogos, foi possível constatar que:

- a) O edifício com os números de polícia 80 e 82 encontra-se *reabilitado na íntegra* e perdeu as suas características de edifício plurifamiliar no seu interior, estando atualmente devoluto;
- b) O caso 1 encontra-se habitado, tendo sido *reabilitado na íntegra* e funciona como um fogo, perdendo também as suas características de edifício plurifamiliar;
- c) O edifício com os números de polícia 70 e 72 é o único que ainda preserva as suas características plurifamiliares, em que as únicas ações de reabilitação que ocorreram foi *reabilitação pesada* com o apoio do programa RECRUA, incidindo na recuperação da cobertura e na preservação da fachada. Nos fogos foram inseridas casas de banho, de modo a garantir as mínimas condições de habitabilidade. Atualmente, apenas um dos fogos é destinado à função residencial – caso 2 – sendo outro destinado a um atelier de bijutaria – com o número de polícia 70. Na visita ao interior das habitações, este é dos casos que ainda preserva o seu traçado original, e o respectivo processo de obra não contém um único elemento gráfico de projetos de alterações.
- d) Por último, no edifício com os números de polícia 68 e que torneja para a Rua do Norte com os números de polícia 1 e 3, a moradora não se demonstrou disponível para colaborar na presente investigação. Através das entrevistas realizadas aos moradores do núcleo, referiram que nunca se aperceberam de transformações neste caso, algo que poderá ser possível devido à inexistência de qualquer elemento gráfico no processo de obra consultado.

Uma vez que a presente investigação incide no espaço da habitação e na forma como este é apropriado, foram excluídos, da lista acima, o edifício a), que não faria sentido analisar dado o facto de se encontrar devoluto; o fogo com o número de polícia 70 do edifício c) uma vez que é apenas ocupado para a atividade laboral da proprietária; o edifício d) devido à não colaboração da moradora para a realização da entrevista. Deste modo, foram apenas tomados como casos de estudo o edifício b) (caso 1) e fogo do edifício c) com o número de polícia 72 (caso 2) (quadro 3).

Os casos analisados, no que diz respeito ao espaço habitacional, constam de duas realidades diferentes, uma vez que num ainda prevalece o traçado original de cariz popular – caso c) – e no outro não, uma vez que foi reabilitado na íntegra – caso b). Os moradores, embora apresentem idades semelhantes (entre os 60 anos) são muito diferentes em matéria de caracterização individual. Para o presente trabalho foi importante confrontar duas realidades espaciais e habitantes com características diferentes.

	Edifício a)	Edifício b)	Edifício c)	Edifício d)
Situação atual	Fogo	Fogo	2 Fogos	Fogo
Tipo de reabilitação	Integral	Integral	Pesada	Sem dados
Estado	Devoluta	Habitada	Fogo n.º72 Fogo n.º70 Habitada Atelier de Bijuteria	Habitada
Análise	Não	Sim	Sim Não	Não

Quadro 3: Sistematização dos casos selecionados

A segunda fase, a sistematização da informação, corresponde à segunda parte do trabalho de investigação “Do conjunto ao(s) caso(s)”, em que foi adoptada a seguinte estrutura:

No início foi feita uma caracterização em conjunto dos casos selecionados – “Caracterização dos casos de estudo” – sendo analisada a época de construção, a localização, a implantação na Rua Neves Costa, a leitura volu-

métrica e uma breve caracterização da sua materialidade.

Posteriormente foi analisado de forma isolada cada caso de estudo. O caso 1) corresponde à “Habitação transformada na íntegra” e o caso 2) à “Habitação não transformada”.

O capítulo “Levantamento e análise da situação atual”, tem como objetivo perceber como é que construções de cariz popular chegam à época contemporânea, dando resposta ao viver atual. Nesta situação foi importante a utilização dos elementos gráficos e os levantamentos realizados – o caso c) não contém um único elemento gráfico no respectivo processo de obra. Outro contributo foram as entrevistas, pois com estas pretendeu-se realizar a caracterização do agregado doméstico e do respectivo fogo. No primeiro foi tido em conta o ano em que o residente se mudou para a habitação (relativamente à compra ou arrendamento); caracterização do agregado doméstico (entrada e saída de elementos e a respectiva caracterização); referenciar o percurso habitacional (zona, tipologia, grau parentesco, e a razão da mudança de residência); as motivações preponderantes para a seleção da casa atual (relativamente à zona e/ou fogo). Relativamente ao segundo, fez-se a análise das alterações ocorridas no espaço doméstico. Pretendeu-se nesta fase perceber o tipo de alteração e a respetiva motivação por parte dos moradores. Foi ainda realizado o estudo da distribuição funcional e classificação respectiva entre os diversos espaços: sociais, serviços, circulação e exteriores.

A última fase, relativamente às conclusões da investigação, será apresentada nas “Conclusões e considerações finais”.



Imagem 17: Rua Neves Costa, 1968. Foto: João H. Goulart . Fonte: AML



Imagem 18. Rua Neves Costa, 1968 (casos de estudo). Foto: João H. Goulart . Fonte: AML

2.1.2 Caracterização dos casos de estudo

«Em qualquer aglomerado estruturado o desenvolvimento urbano desenrola-se geralmente em torno do largo, centro da vida comum e assento do principal equipamento». Carnide não foi exceção. A Rua Neves Costa, antiga Rua Direita de Carnide, é a rua principal do núcleo, situando-se nesta o centro deste aglomerado, o Largo do Coreto. Em torno destes dois elementos urbanos estruturam-se as restantes vias, becos, azinhagas, através de ruas paralelas e perpendiculares, formadas através das habitações que resultam em correntezas. Os lotes que arquetem estas correntezas assumem uma forma regular tendo por base o retângulo, existindo, contudo, alguns lotes irregulares (imagem 19).

O conjunto de edifícios selecionados localizam-se na Rua Neves Costa e fica situado numa das correntezas do traçado primitivo do núcleo, a poente do mesmo. Apesar de se localizarem na antiga Rua Direita de Carnide, funcionam numa cota superior a esta, estando este edifico numa rua quase que independente que resulta da bifurcação da mesma. Até ao 25 de Abril, esta “rua quase que independente” era constituída pelos quintais das



Imagem 19: Núcleo histórico de Carnide. Localização dos casos de estudo

casas, situação que se alterou após uma inquilina ter pedido à Câmara a pavimentação da mesma.

“Isto eram os quintalinhos das casas, [...] e cada casa tinha umas escadinhas que iam para baixo, e as escadas até têm aquilo que se chama os limites de propriedade, estão lá marcados só que depois do 25 de Abril, uma inquilina [do caso 2] fez um pedido à Câmara para colocar um empedramento e perdeu as características de jardim. [...] embora os terrenos não estejam registados na caderneta como nossos, mas é que o facto é que há os quintais das casas. Isto é oral de quem nasceu aqui.”

(imagem 20).

A forma como cada caso se implanta no território difere. O lote onde se implanta o caso 1 possui maior área (161 m²), sendo que 71% é edificado e o restante é logradouro, enquanto que o caso 2 apresenta uma área de lote 52 m² e a sua ocupação é total.

Não é possível precisar a data de construção dos casos em análise, pois no arquivo da CML não são feitas referências a este tipo de informação.



Imagem 20: “Escadinhas”, fotografia sem data (escadas de acesso ao caso 1). Fonte AML

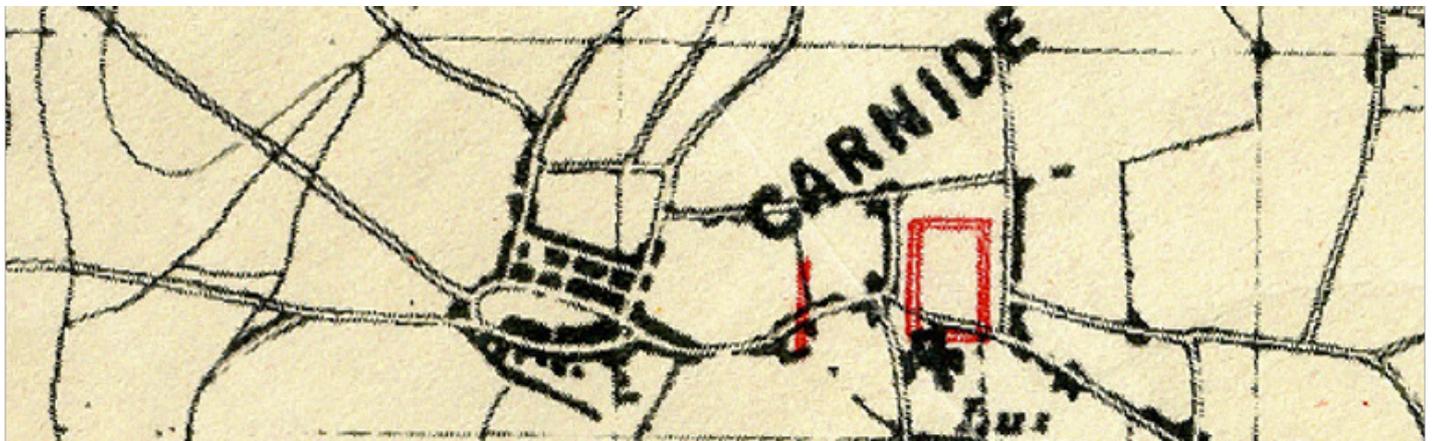


Imagem 21: Planta de Carnide de finais do século XIX, 18---. Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Nas cartografias de século XIX é possível identificar as construções em estudo, e nas fichas de urbanização de Carnide/Luz, de 2009, é referido que estas são de finais desse mesmo século (imagem 21 na página anterior).

Estes edifícios de função habitacional, embora recuperados, mantiveram as características do seu traçado original, prevalecendo ainda as portas independentes de acesso às habitações, diretamente a partir da rua.

Relativamente ao caso 1 a sua cobertura é de duas águas, assentando numa cornija. Na recuperação foi-lhe alterada a altura da cumeeira e a respectiva inclinação. No piso do sótão, foram-lhe acrescentadas três trapeiras, sendo que duas delas se localizam na fachada principal e a outra nas traseiras com um pequeno terraço. O número de polícia 76 que anteriormente funcionava como porta, foi transformado numa janela de peito ao nível interior, mas no seu exterior ainda perdura a sua primitiva utilização. Prevaleceu o pequeno óculo interior que se localiza junto à porta número de polícia 78, que em tempos tinha a função de iluminar as escadas que conduziam ao piso superior. É de referir ainda, ao nível do exterior, que todos os vãos são emoldurados por cantarias. Apesar de haver uma continuidade das características volumétricas, é na cobertura que as alterações são mais evidentes, tendo a cobertura uma inclinação mais acentuada, e havendo a introdução das trapeiras. No caso 2 trata-se de uma cobertura de 4 águas, que também assenta numa cornija. Ao nível formal denota-se uma maior importância no piso superior, com janelas de peito ladeando uma janela de sacada que dá acesso a uma varanda estreita com um varandim em ferro, que ocupa a largura da fachada. O piso térreo é constituído por duas portas, uma com o número de polícia 72 que dá acesso ao piso superior, e a número de polícia 70 que dá diretamente para o fogo do rés-do-chão e que dispõe apenas de uma janela. À semelhança do caso anterior, todos os vãos são emoldurados por cantaria (imagem 23).

Na obra *“Arquitetura Popular em Portugal”* na zona 4 – Estremadura – onde se insere Lisboa, refere-se que as construções são feitas em pe-



Imagem 22: Casos de estudo situados na Rua Neves Costa., 1993. Fotografia cedida pela proprietária do caso 1.



Imagem 23: Casos de estudo situados na Rua Neves Costa., 2013. Fotografia do autor.

dra. Através dos autos de vistoria é possível referir que as alvenarias são em pedra, tendo estas uma forte componente estrutural em toda a habitação, existindo também alvenarias de tabique que fariam as restantes divisões do espaço interior, sendo todas estas caiadas e depois pintadas. Atualmente, em casos em que o processo de recuperação consistiu numa *reabilitação na íntegra*, como é o caso 1, apenas na sua fachada principal prevalecem os materiais primitivos, tendo-se optado na restante construção por soluções atuais em que é empregue o betão e o tijolo.

2.2 HABITAÇÃO TRANSFORMADA NA ÍNTEGRA



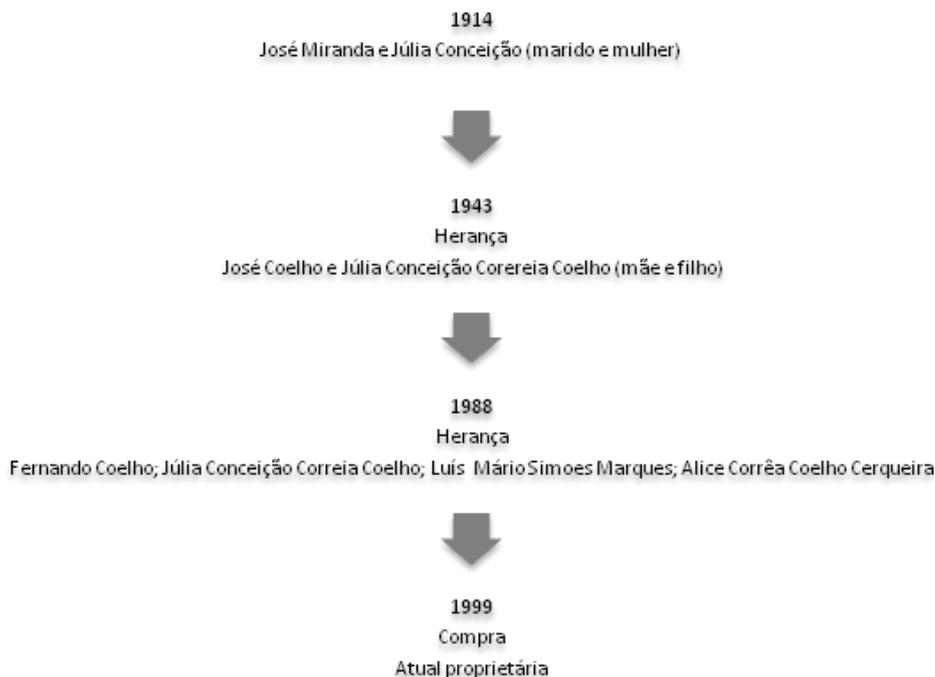
Imagem 24: Localização do caso 1 na Rua Neves Costa.



Imagem 25: Habitação transformada na íntegra (caso 1), 2013. Fotografia do autor.

2.2.1 RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

2.2.1.1 Proprietários e moradores



Esquema 1 : Sucessão de proprietários do edifício com os números 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa .

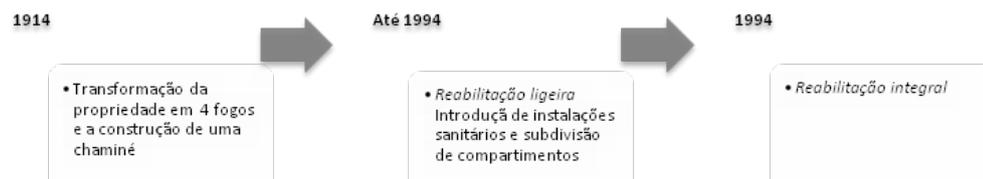
O primeiro proprietário de que há registo é José Miranda em 1914. Desde então, a propriedade foi sempre adquirida através de herança, estando na posse da mesma família até 1999. É de referir que este caso de estudo nunca foi residência dos sucessivos proprietários, residindo estes normalmente fora do núcleo. Desta forma, o imóvel tinha o carácter de fonte de rendimento, sendo uma realidade observada com frequência no núcleo de Carnide. Não é possível mencionar como é que José Miranda adquiriu a propriedade, nem os anteriores proprietários, mas poder-se-á dizer que uma prática frequente neste tipo de arquitetura popular, com um carácter de

obra definitiva, era a sua utilização *a posteriori* pelos respectivos descendentes. A única mudança da propriedade foi através de compra, que aconteceu em 1999, pertencendo, até aos dias de hoje, à mesma proprietária (esquema 1).

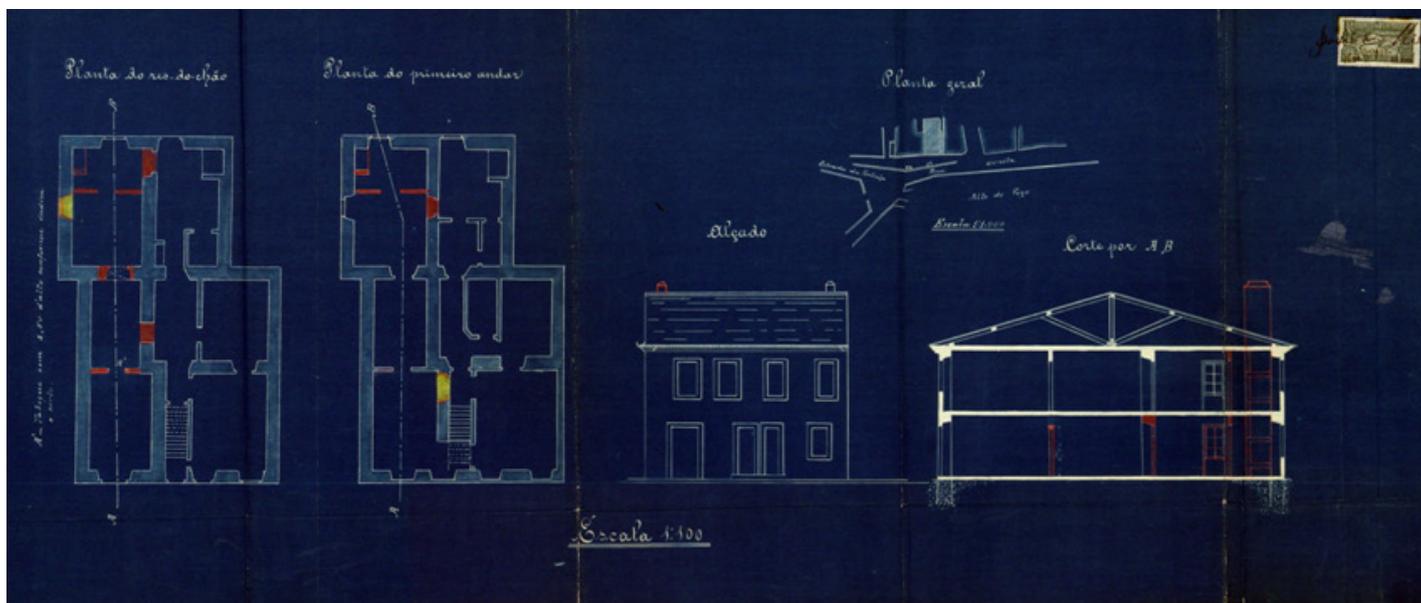
No que se refere a moradores que habitaram esta propriedade, a informação recolhida no processo de obra e junto dos moradores mais antigos é escassa. Existe apenas conhecimento de uma locatária que ocupava um dos fogos, não tendo sido obtidos mais dados que permitam fazer a caracterização dos eventuais moradores que terão residido neste prédio. Mas é de referir uma prática que normalmente existia no núcleo de Carnide: a sobreocupação do espaço, existindo famílias com agregados numerosos que viviam sem as mínimas condições de habitabilidade, partilhando os fogos, muitas vezes estando destinado a cada família apenas um aposento ou dois.

2.2.1.2 Manutenção, substituição ou alteração

Além das várias obras de beneficiação e limpeza ao prédio no decorrer tempo, constantes do processo de obra, o primeiro registo relativamente a alterações deste caso de estudo é de 1914. O proprietário, José Miranda, decide transformar a sua propriedade em 4 fogos e construir uma chaminé. Até esta data, este edifício havia funcionado com apenas dois fogos, um em cada piso (esquema 2) (imagem 26). Não se sabe o verdadeiro motivo que levou o proprietário a realizar esta divisão do espaço, mas uma vez que não se tratava da sua residência, leva a acreditar que esta transformação tivesse o carácter de transformar a propriedade numa maior fonte de rendimento.



Esquema 2 : Sucessivas transformações do edifício com os números 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa



No decorrer de 80 anos foram realizadas algumas transformações na propriedade, que podem ser consideradas como *reabilitação ligeira*, procurando garantir as mínimas condições de habitabilidade no que diz respeito ao nível da salubridade. Não é possível referir com exatidão temporal estas mudanças e as verdadeiras motivações por parte dos proprietários, ou até mesmo dos inquilinos, sendo que o maior factor foi garantir uma melhor habitabilidade e conforto às habitações. (esquema 2)

As instalações sanitárias começam a surgir em Carnide em 1960, segundo os moradores mais antigos do núcleo que ainda guardam essa memória. Houve a necessidade de introduzir este equipamento na habitação, sendo que muitas delas eram por vezes improvisadas e incompletas, sendo frequentemente instaladas no exterior a casa. No nível térreo, os locatários viram o logradouro quase como um espaço expectante, aproveitando para introduzir as instalações sanitárias, mesmo que deficientes, bem como para a construção de anexos, deixando desta forma o interior da habitação com o seu traçado de 1914. (imagem 27)

Imagem 26: Conjunto de desenhos de projeto de alterações em 1914 nas cores convencionais do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Da direita para esquerda: planta do rés-do-chão, planta do primeiro andar, alçado principal e corte longitudinal e entre estes dois últimos e superior a estes, uma pequena planta de localização. Fonte: AML

No piso superior, as casas de banho foram instaladas junto à fachada das traseiras. É de referir que no espaço da habitação houve a necessidade de adicionar novos espaços. Esta compartimentação pode estar relacionada com o facto de as famílias serem numerosas e haver a necessidade de introduzir espaços de carácter privado. (imagem 28)

Através do levantamento realizado em 1994, surge a primeira planta

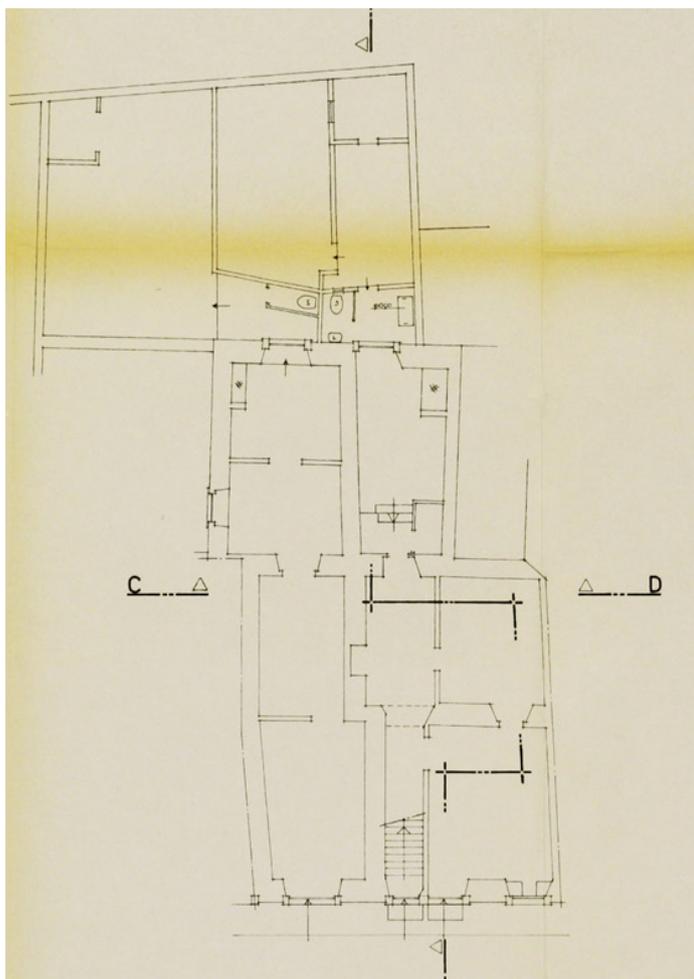


Imagem 27: Levantamento da planta do rés-do-chão de 1994 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fonte: AML

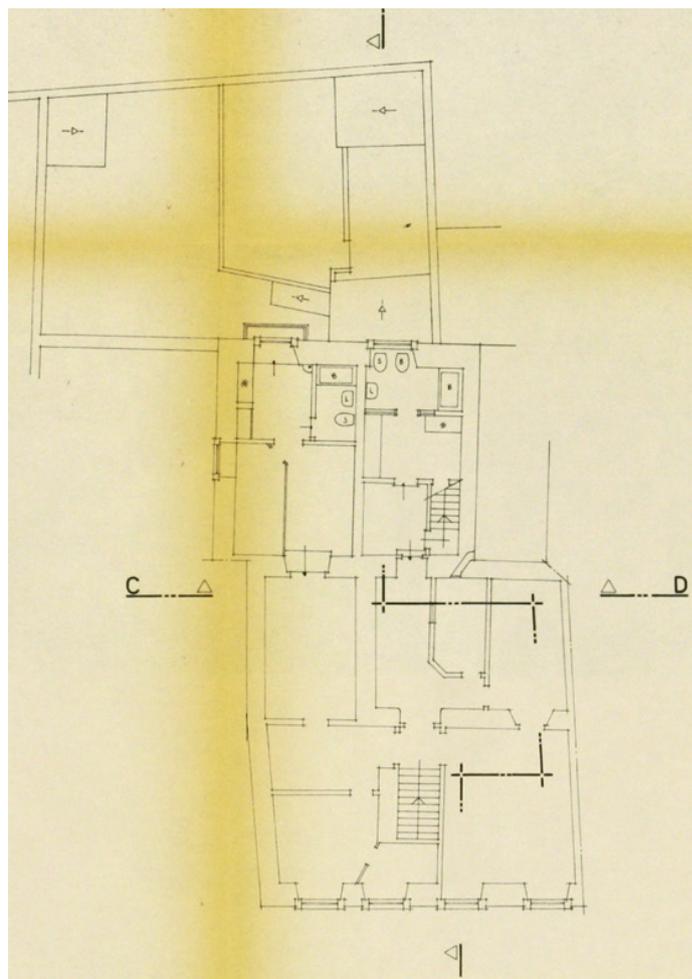


Imagem 28: Levantamento do primeiro andar de 1994 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fonte: AML

do sótão. Desta forma não foi possível conseguir analisar as eventuais transformações que poderão ter ocorrido neste período. (imagem 29)

Em finais da década de 1980, o edifício em análise apresentava uma série de anomalias, sendo que a estrutura já aparentava algum grau de risco, tornando-se necessária a sua consolidação. A locatária que ocupava uma das fracções do prédio participa o seu senhorio

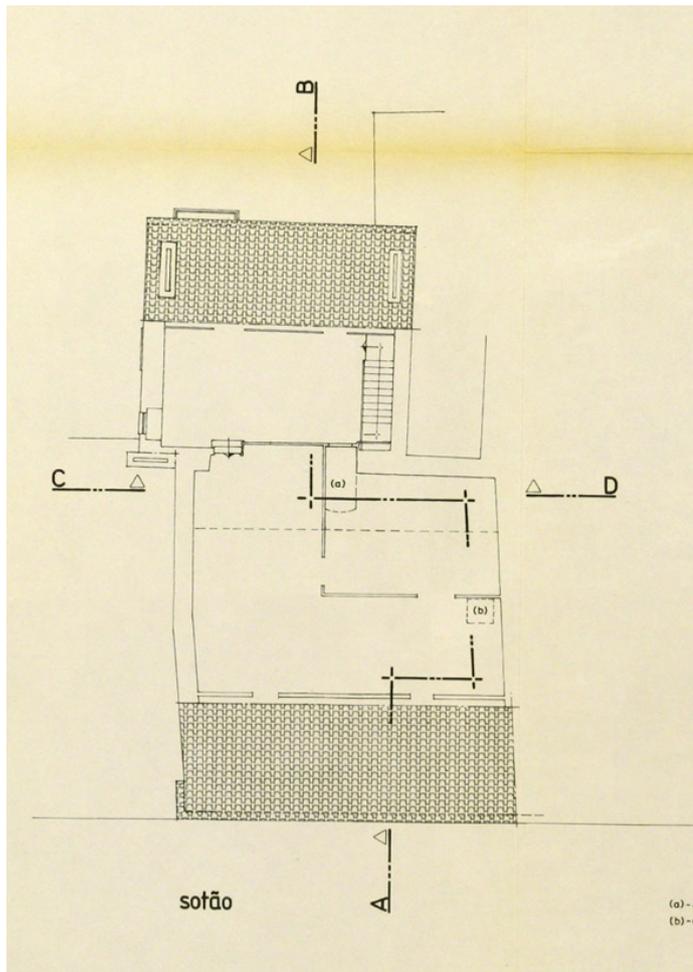


Imagem 29: Levantamento do piso de sótão de 1994 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fonte: AML

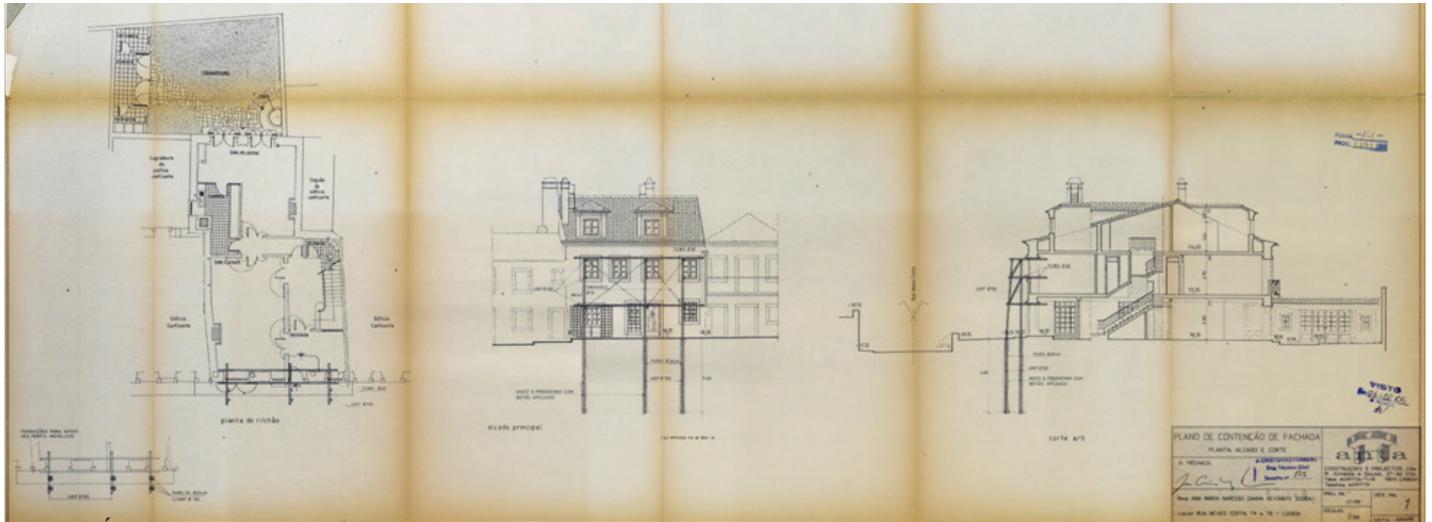
Fernando Coelho, referindo o desinteresse na manutenção do edifício, acrescentando que *“existem infiltrações provenientes do mau estado do telhado, tendo já provocado a queda do estuque dos tectos de várias divisões”* correndo *“perigo de curto circuito”*. Em 1991, Fernando Coelho foi intimado a realizar as obras necessárias à preservação da sua propriedade. No entanto, sendo apenas um dos herdeiros, não tinha legitimidade para receber notificações. Um ano depois, a Câmara ocupa a propriedade entrando com um processo de obra coerciva, altura em que uma das proprietárias, Júlia Coelho, pede a suspensão da mesma, uma vez que o imóvel se encontrava em processo de compra e venda, neste caso à atual proprietária. (imagem 30, 31 e 32)



Imagem 30: Aspecto exterior de 1992 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fotografia cedida pela proprietária.



Imagem 31: Aspecto interior de um dos fogos da zona da cozinha de 1993, do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fotografia cedida pela proprietária.



É de referir que este processo de degradação na década de 1980 e 1990, foi uma prática frequente no núcleo, originado muitas vezes por problemas de partilhas, ou pelo fato dos proprietários, que muitas vezes esperavam ver o edifício substituído por uma nova construção.

Devido ao mau estado de conservação do prédio, a proprietária optou por fazer uma *reabilitação integral*. Prevalecendo a fachada principal e as empenas laterais, sendo o seu interior substituído. (imagem 33) Desta forma, foi construída uma habitação unifamiliar com 390,83 m², constituída por dois pisos e um piso de sótão, sendo o projeto definitivo de 1998. (imagens 34, 35 e 36)

Imagem 33: Plano de contenção de fachada de 1995 do edifício com os números de polícia 78, 76 da Rua Neves Costa.



Imagem 32: Aspeto do logradouro de 1993, do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 da Rua Neves Costa. Fotografia cedida pela proprietária.

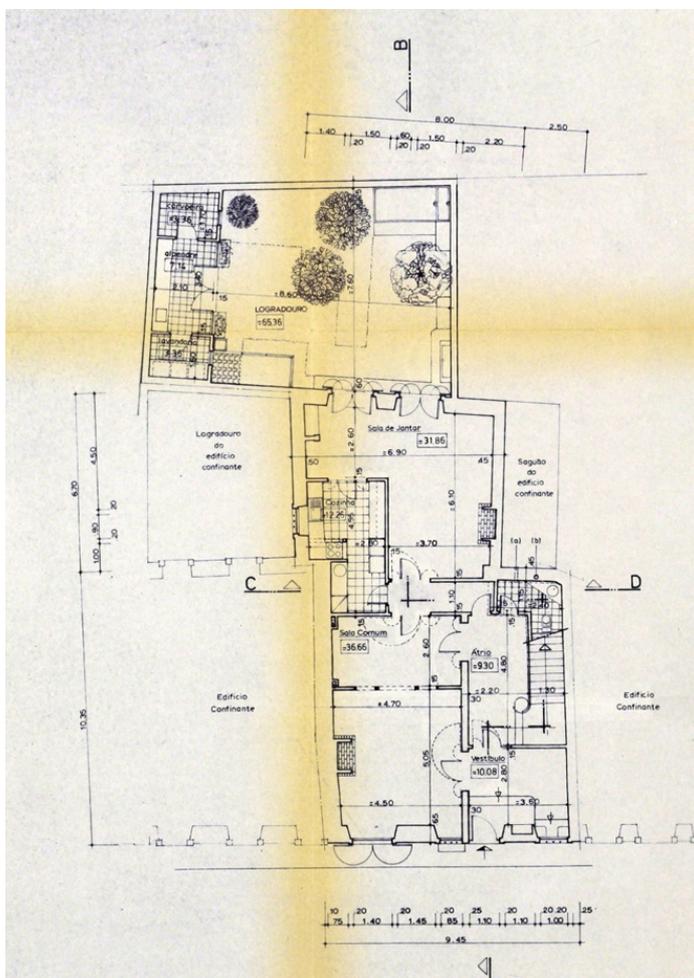


Imagem 34: Piso térreo de 1998 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa. Fonte: AML

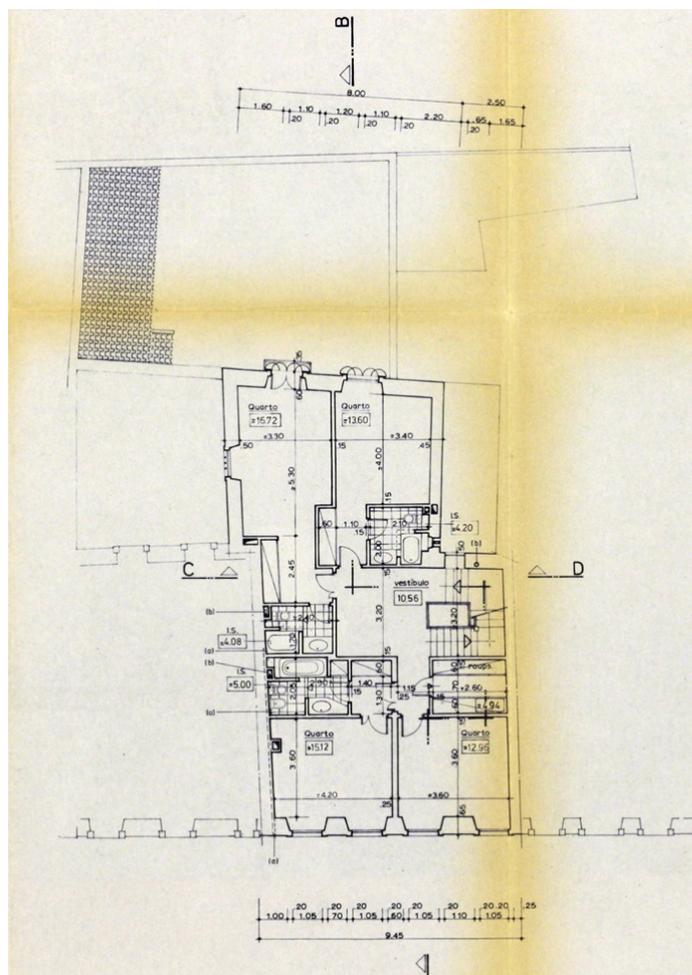


Imagem 35: Primeiro piso de 1998 do edifício com os números de polícia 78, 76 e 74 de polícia da Rua Neves Costa. Fonte: AML

exteriores, espaços de serviço (correspondendo à cozinha), espaços de circulação e espaços sem designação funcional (SDF). Neste último foi adoptada esta categorização, pelo facto de não se ter conhecimento da verdadeira ocupação destinada a cada compartimento, nem do mobiliário que pudesse conter, e pelo facto de a esta poder corresponder mais do que uma função.

Pré 1914 - Casa primitiva

Na memória descritiva de 1994 relativamente ao projeto atual re-



Imagem 37: Planta de distribuição funcional do prédio anterior à 1914. À esquerda planta de piso térreo e à direita planta de primeiro piso. Desenhos realizados com base no levantamento de 1994 e do projeto de alterações de 1914.

fere-se que esta propriedade teria funcionado até 1914 apenas como uma habitação. No entanto, na planta de projeto de alterações de 1914 é possível identificar a presença de dois elementos gráficos que correspondem a lareiras, significando assim que, até ao ano em questão, este imóvel terá funcionado como dois fogos, correspondendo um ao nível térreo com uma área útil de 99,41 m² (imagem 38); e outro ao piso superior com 101,85 m² (imagem 39).

Não é certo que estas plantas apresentadas sejam as que remontam ao tempo primitivo da sua existência, mas é de referir que as paredes estruturais perduraram até 1991, com o projeto de *reabilitação integral*. O facto é que estas paredes em alvenaria de pedra tinham um papel fundamental na casa, além da sua função estrutural, também tinham influência na distribuição dos compartimentos. Este elemento estrutural localizava-se em todo o perímetro do lote, no que se refere à área construída, sendo dividida também no sentido longitudinal – dividindo a casa em duas – e no sentido transversal – através de duas paredes mestras – refletindo-se em ambos os pisos. Esta estrutura organizava o espaço hierarquicamente em três momentos, existindo um quarto espaço, exterior – o logradouro. Ao nível térreo: junto à fachada principal é o primeiro momento, correspondendo aos compartimentos SDF 1 e 3, um momento intermédio, diz respeito às divisões SDF 4 e 5, e por último, junto à fachada das traseiras localizavam-se o SDF 2, 6, 7 e a cozinha. No piso superior a situação repete-se: na fachada da Rua Neves Costa, indica o compartimento SDF 1; no intermédio, SDF 2, 4, 5 e 7; e finalmente na fachada do logradouro, os SDF 3, 7 e a cozinha. Em ambos os fogos a existência de *casas de passagem* é quase nula, resultando numa sequência entre os diversos espaços que compunham a casa.

É de salientar que o primeiro momento poderia corresponder à *casa de entrada*, pois era este a primeira comunicação com espaço da habitação a partir da rua, sendo estes os compartimentos com maior área. Esta situação no fogo térreo correspondia aos números de polícia 78 e 74, e no piso supe-

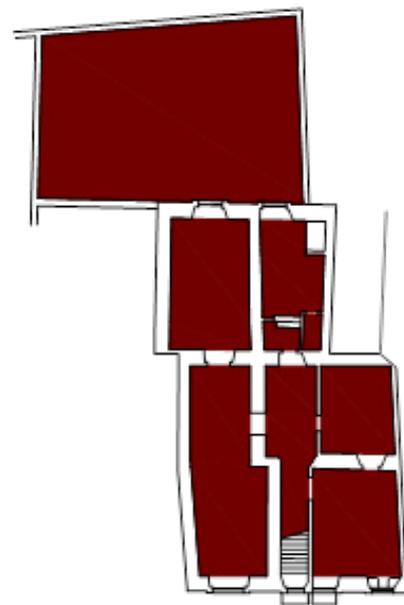


Imagem 38: Planta do caso 1, antes de 1914. Fogo do piso térreo.

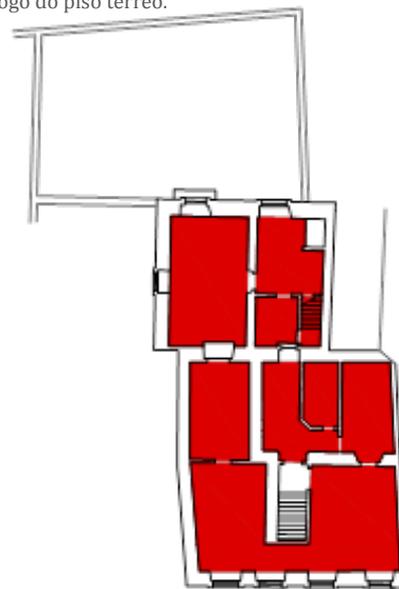


Imagem 39: Planta do caso 1, antes de 1914. Fogo do primeiro piso.

rior, que era acedido através de uma escada de tiro, dizia respeito ao número de polícia 76.

No momento intermédio, funcionava eventualmente a zona de descanso, sendo estes compartimentos totalmente interiores sem a mínima condição de salubridade, sendo recorrente neste tipo de arquitetura selecionar «as divisões mais húmidas e mal iluminadas» para a instalação dos quartos. Este local era partilhado por todos os membros da família (nos casos em que existiam mais divisões semelhantes a esta, registava-se a mesma situação), numa promiscuidade total, possuindo estas divisões áreas que não variavam entre os 9 e 10 m².

Na fachada das traseiras, devido ao contacto com o exterior, através do logradouro, optou-se por instalar o único espaço de serviço da casa – a cozinha – ocupando uma área que varia entre os 9 e os 10m². Eventualmente esta poderia ser dotada de uma pia de despejos, ou então, o próprio logradouro cumpria essa mesma função. Nos piores cenários os despejos eram feitos para a própria rua: «[...] *algumas casas insalubres, dispostas em arruamentos sujissimos, para quaes se fazem todos os despejos [...]* »

No século XIX, a presença de latrinas nas habitações portuguesas era uma raridade, No século XIX, a presença de latrinas nas habitações portuguesas era uma raridade, sendo que nas casas populares eram inexistentes, não existindo uma predefinição do espaço destinado ao banho, sendo este realizado em qualquer compartimento.

Através dos quadros 4 e 5 dos respectivos fogos denota-se que a maior percentagem de áreas corresponde aos espaços polivalentes, sendo consideravelmente menor o espaço rígido, ou seja, não “relocalizável” da cozinha (sendo esta última uma realidade constante na arquitetura popular). Apesar da *polivalência* por que podia ser constituída a habitação e de em cada espaço coexistirem as mais diversas funções, não deixam de ser identificáveis as utilizações de carácter social, privado e serviços.

	Distribuição Funcional Pré 1914 – Fogo rés-do-chão			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	7	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5; SDF 6; SDF 7	88,68	48,3
Espaços de serviço	1	Cozinha	10,73	5,8
Espaços de circulação				
Espaços exteriores	1	Logradouro	84,06	45,8
Total	9		183,47	100

Quadro 4: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão.

	Distribuição Funcional Pré 1914 – Fogo 1º piso			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	7	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5; SDF 6; SDF 7	87,92	86,3
Espaços de serviço	1	Cozinha	9,27	9,1
Espaços de circulação	1	Escadas	4,06	4,0
Espaços exteriores	1	Varanda	0,60	0,6

Quadro 4: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do 1º piso.

Pós 1914



Imagem 40: Planta de distribuição funcional do prédio anterior a 1914. À esquerda planta de piso térreo e à direita planta de primeiro piso. Desenhos realizados com base no levantamento de 1994 e do projeto de alterações de 1914.

Em 1914, com a transformação da propriedade em 4 fogos, passam a existir 2 fogos por piso, reduzindo desta forma a área útil para metade, em cada um destes, variando entre os 43,61 e os 57m².

No nível térreo o acesso era feito autonomamente, pelas respectivas portas com os números de polícia 78 e 74, e aos fogos superiores era através do número de polícia 76. Esta alteração consistiu em fechar todos os vãos de

atravessamento que existiam na parede mestra no sentido longitudinal e de dotar os novos fogos com cozinha. À semelhança do conjunto de plantas anteriormente analisadas, também não é conhecida a função destinada a cada compartimento, sendo utilizada a mesma designação.

Nestas alterações ainda prevalece uma distribuição hierárquica, em três momentos, nos respectivos fogos: um primeiro, junto à fachada principal, um intermédio, sendo totalmente interior, e um último junto à fachada posterior. Cada fogo, além da cozinha, não possuía mais do que três ou quatro compartimentos, correspondendo aos espaços SDF 1, SDF 2, SDF 3 e eventualmente SDF4. É de referir que as áreas de cada espaço prevaleceram na generalidade, com exceção do fogo direito do rés-do-chão, sendo neste acrescentados novos compartimentos, que seguem a mesma distribuição dos restantes fogos.

Embora haja uma redução da área útil de cada fogo, a comunicação entre os diversos espaços é feita de forma sequencial, em que o SDF 1 corresponderia provavelmente à *casa de entrada*, o SDF 2 diria respeito a um espaço intermédio sendo a zona íntima e o SDF 3 que comunicava com o anterior e com a cozinha, esta última localizada no limite do lote. Esta organização diz respeito apenas aos dois fogos esquerdos do prédio. Os fogos direitos apresentam uma organização muito semelhante. Embora tenha sido optado pela utilização de espaço sem designação funcional (SDF), denota-se que nestes dois fogos existe um espaço de circulação, corredor (SDF 3), observando-se nesta época a utilização do termo *casa de passagem*. Este comunicava com os vários diversos compartimentos. É de referir que o sótão era apenas utilizado apenas por um fogo (1º direito), não sendo aqui apresentado uma vez que a planta em questão só aparece em 1994 com o levantamento realizado. O acesso ao logradouro era também restrito, sendo apenas utilizado pelos moradores do rés-do-chão. Estes acediam-lhe através da cozinha.

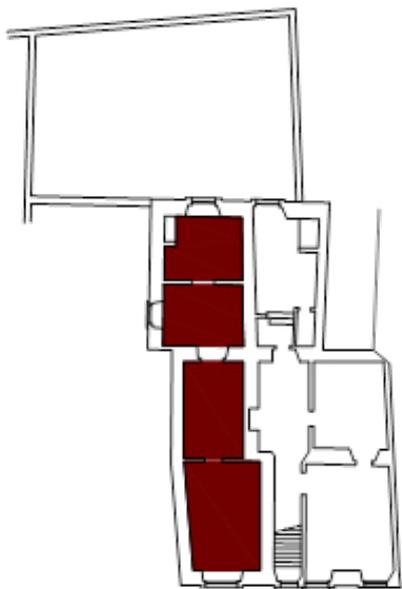


Imagem 41: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão esquerdo.

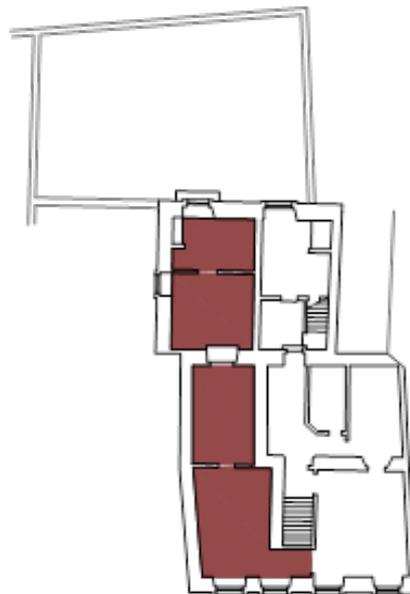


Imagem 43: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo 1º esquerdo.



Imagem 42: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão direito.

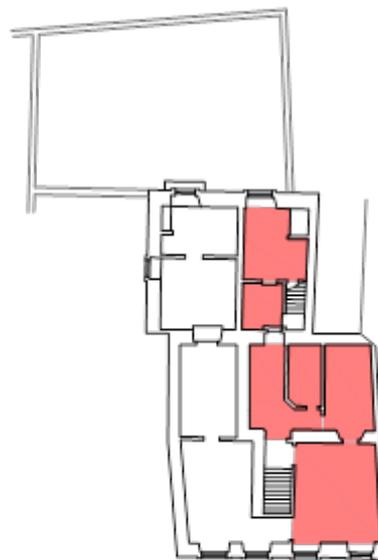


Imagem 44: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo 1º direito.

	Distribuição Funcional Pós 1914 – Fogo rés-do-chão direito			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	3	SDF 1; SDF 2; SDF 3	34,45	79
Espaços de serviço	1	Cozinha	9,16	21
Espaços de circulação				
Espaços exteriores	(não é incluído por ser partilhado)			
Total	4		43,61	100

Quadro 6: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão. direito

	Distribuição Funcional Pós 1914 – Fogo rés-do-chão esquerdo			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	5	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5	43,95	80,4
Espaços de serviço	1	Cozinha	10,73	19,6
Espaços de circulação				
Espaços exteriores	(não é incluído por ser partilhado)			
Total	6		54,68	100

Quadro 7: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão esquerdo.

	Distribuição Funcional Pré 1914 – Fogo 1º direito			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	3	SDF 1; SDF 2; SDF 3	37,93	82,4
Espaços de serviço	1	Cozinha	7,52	16,3
Espaços de circulação	(não é incluído por ser partilhado)			
Espaços exteriores	1	Varanda	0,6	1,3
Total	4		46,05	100

Quadro 8: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro andar direito.

	Distribuição Funcional Pós 1914 – Fogo 1º esquerdo			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	5	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5	43,95	77,1
Espaços de serviço	1	Cozinha	10,73	18,8
Espaços de circulação	1	Escadas	2,32	4,1
Espaços exteriores				
Total	6		57	100

Quadro 9 : Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro andar esquerdo.

1994



Imagem 45: Plantas de distribuição funcional de 1994. À esquerda planta de piso térreo, ao centro planta do primeiro piso e à direita planta de sótão. Desenhos realizados com base no levantamento de 1994.

Esta é a realidade existente deste edifício antes da *reabilitação integral*, e corresponde a um levantamento realizado em 1994. A análise, nesta fase, remete para uma época contemporânea, no entanto não é possível designar a natureza da totalidade dos espaços, uma vez que mesmo junto dos moradores mais antigos não foi possível recolher essa informação. Embora



Imagem 41: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão esquerdo.



Imagem 42: Planta do caso 1, pós 1914. Fogo rés-do-chão direito.

alguns documentos consultados façam referência a alguma categorização dos espaços, que pode de certa forma influenciar uma possível apropriação espacial, nesta fase será acrescentada a terminologia de espaço social.

Apesar de ser reconhecível o traçado que advém de 1914, prevalece a mesma leitura por momentos e hierarquização sequencial dos espaços em ambos os fogos que resultava numa organização tripartida. Através de um auto de vistoria realizado em 1988, observa-se que num dos fogos (1º esquerdo) se localizava na fachada principal a sala, podendo esta situação ter-se repetido nos diferentes fogos. É bem possível que os compartimentos interiores fossem destinados ao(s) espaço(s) íntimo(s), uma vez que na fachada das traseiras se encontravam as zonas de serviço das casas, correspondendo às respectivas cozinhas. Relativamente à instalação das casas de banho, estas têm uma forte relação com as traseiras, sendo este o local por excelência para a sua instalação. Ao nível do piso térreo, as retretes improvisadas localizavam-se no exterior do espaço da habitação, ou seja, no logradouro, sendo esta opção muito frequente no núcleo de Carnide. No piso superior, sem esta possibilidade, estas foram instaladas junto à fachada posterior, tentando procurar soluções com melhor ventilação e iluminação (1º direito), ou então completamente interiores (1º esquerdo). O sótão só aparece nesta época nunca surgindo anteriormente. É de referir que este era constituído por três divisões e era apenas utilizado pelo do 1º direito. Na memória descritiva refere-se que este espaço era utilizado como uma pequena oficina de carpintaria de um pequeno artesão, exercendo esta atividade como um passatempo.

Até muito tarde, até aos anos 1990, ainda se registou no núcleo de Carnide uma população a viver sem condições: em habitações num estado de degradação muito avançado, e famílias numerosas a viverem em espaços reduzidos, existindo a superlotação do espaço. Esta situação é encarada na capital já em meados do século XIX, sendo por vezes comparada ao habitar do início desse século, em que qualquer sítio era considerado habitável.



Imagem 46: Planta do caso 1, 1994. Fogo rés-do-chão esquerdo.



Imagem 47: Planta do caso 1, 1994. Fogo rés-do-chão direito.



Imagem 48: Planta do caso 1, 1994. Fogo 1º esquerdo.



Imagem 49: Planta do caso 1, 1994. Fogo 1º direito.

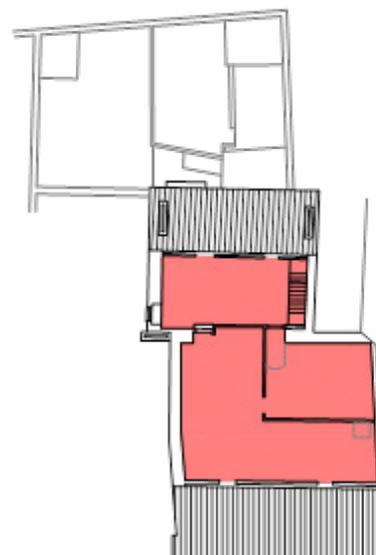


Imagem 50: Planta do caso 1, 1994. Planta do sótão do fogo 1º direito.

Nos quadros 10, 11, 12 e 13, de distribuição funcional denota-se uma alteração significativa nos fogos, à exceção do fogo do primeiro andar direito. Através do levantamento realizado em 1994, denota-se a divisão do logradouro destinado a cada fogo do rés-do-chão, e pela primeira vez é feito o reconhecimento do piso do sótão, que era apenas utilizado pelo fogo 1º esquerdo. Sendo estas uma das razões para o aumento das áreas, surgindo também novas divisões dos compartimentos pré-existentes pela adição clara destes espaços. Também é de referir o aumento da área, correspondendo à presença de maior número de compartimentos, contabilizando-se neste caso mais dois, sendo que o primeiro esquerdo, por incorporar o piso do sótão passou a ter cinco compartimentos.

	Distribuição Funcional Até 1994 – Fogo rés-do-chão esquerdo			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sociais				
Espaços sem designação funcional (SDF)	4	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4	36,94	45,7
Espaços de serviço	2	Cozinha; Retrete	10,13	12,5
Espaços de circulação				
Espaços exteriores	1	Logradouro	33,78	41,8
Total	7		80,85	100

Quadro 10: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão. Esquerdo.

	Distribuição Funcional Até 1994 – Fogo rés-do-chão direito			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sociais				
Espaços sem designação funcional (SDF)	6	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5; SDF 6	48,01	48,3
Espaços de serviço	1	Cozinha e retrete	12,07	12,2
Espaços de circulação				
Espaços exteriores	1	Logradouro	39,23	39,5
Total	8		99,31	100

Quadro 11: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do rés-do-chão direito.

	Distribuição Funcional Até 1994 – Fogo 1º esquerdo			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sociais	1	Sala	7,32	16,4
Espaços sem designação funcional (SDF)	4	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4	23,64	52,9
Espaços de serviço	2	Cozinha; Casa de banho	7,17	16,0
Espaços de circulação	1	Vestíbulo	5,99	13,4
Espaços exteriores	1	Varanda	0,6	1,3
Total	9		44,72	100

Quadro 12: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro esquerdo

	Distribuição Funcional Até 1994 – Fogo 1º direito			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m²]	Percentagem [%]
Espaços sociais				
Espaços sem designação funcional (SDF)	5	SDF 1; SDF 2; SDF 3; SDF 4; SDF 5; SDF 6; SDF 7; SDF 8	119,02	91,4
Espaços de serviço	2	Cozinha; Casa de banho	8,90	6,8
Espaços de circulação	1	Escadas	2,32	1,8
Espaços exteriores				
Total	8		130,24	100

Quadro 13: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada por cada sector no fogo do primeiro direito.

Projeto 1998



Imagem 51: Plantas de distribuição funcional de 1998. À esquerda planta de piso térreo, ao centro planta do primeiro piso e à direita planta de sótão. Desenhos realizados com base no projeto de 1998.



Imagem 52: Planta do rés-do-chão do caso 1, 1998.



Imagem 53: Planta do primeiro piso do caso 1, 1998.

Na propriedade, uma vez que se encontrava em estado de ruína, apenas foi preservada a fachada principal e as empenas, sendo o interior substituído por um novo, dando origem a uma habitação unifamiliar com 390,83 m², constituída por dois pisos e aproveitamento do sótão. Em 1994, surge a primeira proposta, que *a posteriori* é retificada, sendo o projeto final de 1998. Nesta fase da análise, a maior incidência será do projeto construído, pois os compartimentos mantiveram-se, sendo apenas uma questão de acerto de desenho, sobretudo no piso do sótão e de dotar todos os quartos com casas de banho privativa. Nesta fase, através da legenda dos compartimentos existentes nas plantas é possível classificá-los em: espaços sociais, íntimos, de serviço, de circulação e exteriores.

Na memória descritiva refere-se que o projeto tem uma «organização espacial que *reflecte as necessidades do agregado familiar da requerente bem como “vivências”, “ambientes”, “memórias”, “experiências” e são resultantes de uma família oriunda da “província”*».

Desta forma obteve-se uma organização espacial tripartida: no piso térreo situam-se as zonas sociais e de serviço; o primeiro piso é destinado sobretudo aos espaços íntimos; e no sótão é agregada uma maior diversidade de espaços relativamente à sua função.

No piso térreo, junto às fachadas, localizam-se os espaços sociais da casa – na principal a sala comum, e nas traseiras a sala de jantar. A cozinha foi colocada paralelamente à sua lateral, aproveitando o vão pré-existente (janela), e resultando numa melhor ligação com a sala de jantar. Também neste piso existe uma casa de banho de serviço, localizando-se no vão de escada.

Denota-se a importância que é dada aos espaços sociais em junto às fachadas, conseguindo garantir uma boa iluminação, e no caso das traseiras, podendo ter uma comunicação direta com o logradouro. Além da sua posição, a área destinada a cada um destes espaços difere: o social tem 68,52 m²

no piso térreo, enquanto que a cozinha tem 12 m².

O piso superior é destinado às zonas privadas, distribuindo-se os quartos ao longo das fachadas, tendo todos estes uma dependência de roupeiros ou de *closets* e de casas de banho, resultando assim em três suites. Embora seja um piso caracterizado sobretudo pela presença de espaços de carácter privado, existe um espaço de serviço e uma biblioteca que se localiza na fachada principal. É de referir que este último espaço, no último projeto vinha designado como quarto, tendo-se optado por cumprir o programa inicial.

A importância do espaço individual e da higiene pessoal reflete-se no tamanho dos quartos e na existência das casas de banho individuais. No primeiro projeto (1994) os quartos localizados na fachada das traseiras não eram servidos deste espaço de serviço, encontrando-se este no vestíbulo.

O aproveitamento do sótão é constituído por uma zona de lazer, a designada sala de jogos, da qual faz parte um terraço, orientado para as traseiras. Na fachada principal existe um compartimento para arrumos e um quarto com as respectivas dependências, à semelhança do piso dos quartos. É de referir que na memória descritiva o quarto deste piso destina-se a familiares, tendo um carácter provisório ou permanente.

Através do quadro 14 denota-se que não há uma continuação da distribuição funcional da pré-existência, que resultava por fogos, sendo transformada numa habitação unifamiliar de modo a responder a uma realidade de vida atual. Denota-se que em termos de áreas existe uma maior distribuição para os espaços sociais ocupando 26% do fogo, sendo aproximadamente 60% destinado aos espaços íntimos, de serviço, e exterior, e quase 16% destinado aos espaços de circulação da casa.

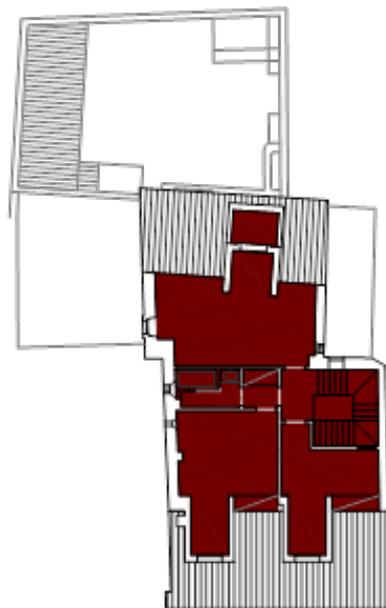


Imagem 54: Planta do sótão, do caso 1, 1998.

	Distribuição Funcional 1998			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços Sociais	3	Sala comum; Sala de jantar; Sala de jogos	88,28	26
Espaços Íntimos	4	Quarto 1; Quarto 2; Quarto 3; Quarto 4	66,24	19,5
Espaços de serviço	12	Cozinha; Casa de banho 1; Carvoeira; Alpendre; Lavandaria; Casa de banho 2; Casa de banho 3; Casa de banho 4; Biblioteca; Arrumos	63,13	18,5
Espaços de circulação	6	Corredor 1; Corredor 2; Vestíbulo 1; Vestíbulo 2; Vestíbulo 3	53,68	15,8
Espaços exteriores	3	Logradouro; Varanda; Terraço	68,63	20,2
Total	27		339,96	100

Quadro 14: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício.

2.2.2 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

2.2.2.1 Caracterização do agragado doméstico

Em 1991, a propriedade foi comprada em estado de ruína pela atual proprietária, tendo todo o processo sido muito moroso, mudando apenas a sua residência em 1999. Tratava-se de uma família nuclear (casal com 2 filhos), tendo os pais na altura em que compraram a casa 40 anos, o filho 13 e a filha 7. A mãe é licenciada em Engenharia civil e o pai possui o 2º ano do mesmo curso; o filho formou-se em Agronomia e a filha em Psicologia.

Anteriormente, o casal começou por viver num apartamento mínimo alugado nas proximidades do Hospital de Santa Maria. Entretanto surgiu a vontade de adquirir uma moradia, mas devido às dificuldades económicas não foi possível à época, pelo que adquiriram um apartamento T2 da EPUL na Marechal Teixeira Rebelo. *“Mas a vida foi melhorando, e o sonho era sairmos de um condomínio...”*. O apartamento que possuíam foi-se tornando pequeno com o nascimento dos filhos, e pela experiência profissional da proprietária, havia o conhecimento de que se houvesse algum problema técnico relacionado com o seu vizinho, este podia não se responsabilizar pela devida reparação, nem mesmo pelos danos que poderia causar. Incomodava-a também a ausência de relação entre vizinhos e o facto de não conhecer todos os moradores que viviam no prédio. Sendo estes os factores preponderantes para a decisão da aquisição de casa.

Na entrevista realizada, a proprietária refere que esteve 7 anos à procura de uma *“casa velha, reabilitação, recuperação (...) para mim fazia todo o sentido, nunca uma casa nova...”* acrescenta ainda *“antes uma barraca em Lisboa do que um palácio fora de Lisboa”*. Na época, na escolha da localização da casa denota-se a importância de em ser Lisboa, pois o casal exercia a sua atividade profissional nesta cidade. Refere ainda que não demonstrou interesse pelos sítios que *“davam status”* como é o caso de Telheiras, ou EXPO ou

até mesmo o Restelo.

O casal é natural da “província” (a proprietária é natural de Aljubarrota) e está habituado a esse modo de viver em meios pequenos com uma determinada vivência e alma, e onde existe uma forte relação com o campo, pretendiam encontrar esses mesmos princípios dentro da cidade, descrevendo a proprietária a zona onde mora como uma “*província no seu melhor, com metro a 4 minutos*”. Por esta expressão utilizada denota-se que o factor acessibilidade também era importante, mas o factor preponderante foi o facto de a casa possuir quintal.

Neste caso assiste-se a uma vontade de reabilitação num núcleo histórico à semelhança do que acontece com um *gentrifier*, com recursos económicos e culturais mais elevados, que exprime vontade de se fixar em bairros históricos da cidade. Embora não se trate de um território central, como é frequente ser neste tipo de situações, por exemplo o Bairro Alto, a escolha recaiu neste bairro histórico dos limites de Lisboa pelo facto de por ser valorizado pela presença de alguns elementos ligados a um passado rural.

Atualmente, a mãe tem 62 anos e a casa é praticamente habitada apenas por ela. A filha entretanto quis “*viver numa casa distante*” da mãe; o filho formou-se em Agronomia, e o facto da família possuir casa no Alentejo, fez com que fosse para lá residir, acompanhado pelo pai, para orientar uma produção animal. A família tem uma forte relação com a terra, de tal forma que o pai decidiu vender a firma que possuía para “... *ajudar o filho, e no fundo realizar o sonho da vida dele, porque o miúdo não é de geração espontânea, foi criar vacas...*”. O contacto que a proprietária estabelece com o marido e o filho é apenas ao fim-de-semana, uma vez que estes se deslocam até Lisboa, ou então a proprietária viaja até ao Alentejo. Refere ainda que “*aparentemente parece uma casa de uma pessoa só, mas é mentira, está sempre em agitação*”, estando o quarto das visitas quase sempre ocupado, tendo atualmente uma “inquilina” como esta refere, que estuda Direito e que ocupa o antigo quarto da filha.

2.2.2.2 Caracterização do fogo

Alterações na configuração dos compartimentos

Ano de aquisição	1991
Ano de entrada	1999

	À data de entrada	Atualmente
Regime de propriedade	Proprietária	Proprietária
Tipo de família	Casal com filhos	Mulher só
Idade da proprietária	40 anos	62 anos
Profissão da proprietária	Engenheira Civil	Engenheira Civil

Quadro 15: Caracterização do agregado doméstico.

Tratando-se de uma propriedade comprada em estado de ruína pela proprietária como vimos, e uma vez que esta teve uma participação e um envolvimento muito ativo no decorrer do projeto, assim como na obra, foi-se estabelecendo quase que uma “relação” com a sua futura casa.

“Ela e o marido [os arquitetos] que andavam a fazer o projeto desistiram de propor. Desistiram porque já tinha na cabeça a família toda



Imagem 55: Plantas com registo das alterações do edifício (situação atual).

distribuída, porque quando se vem da província, a gente traz vivências”, refere ainda “porque a casa foi programada para esta família”. Acrescenta também:

“..foram 8 anos que andei envolvida com isto. [...] Eu tive tudo nesta obra, tudo aquilo a que se tem direito. Voltava a fazer tudo outra vez. Tudo. [...] ... o engenheiro responsável pela obra não sou eu, [...] embora isso não impedisse que eu às 5, 6 da manhã, quando era preciso estava aqui, e no final do dia. [...] Isto tem muita hora de trabalho e serão, porque eu trabalhava, tinha dois filhos. A minha filha pedia-me explicações de matemática e só havia vaga às 4 horas às 5 horas da manhã.”

Além das obras de manutenção dos elementos pré existentes (pintura na caixilharia e a impermeabilização das cantarias de 4 em 4 anos), a única ação de alteração registada foi a ligação entre duas casas, ou seja, a da proprietária e a casa com o número de polícia 80 e 82 – caso a) . Esta foi intimada a comprar este imóvel, por ter sido acusada de invasão de propriedade alheia. O facto de a parede meeira ter sido desgastada sem que tivesse tido conhecimento de causa, no decorrer da reabilitação da sua casa, invadiu a propriedade do vizinho, danificando assim alguns azulejos (imagem 56). Posteriormente a filha manifestou interesse em ter a sua própria habitação, tendo ido viver para a segunda propriedade, sendo esta a razão da abertura da porta entre a sala de apoio à cozinha e o logradouro da outra casa (imagem 55).

Apesar da satisfação da entrevistada com a sua atual casa, refere que gostaria de fazer algumas alterações em termos técnicos. Arrepende-se, na época da realização do projeto, de não ter pensado num espaço em que mais tarde fosse possível introduzir um elevador, existindo a preocupação de não conseguir, um dia, ter acesso à casa na totalidade, uma vez que esta se desenvolve em altura. Também manifestou interesse em ter uma piscina no quintal

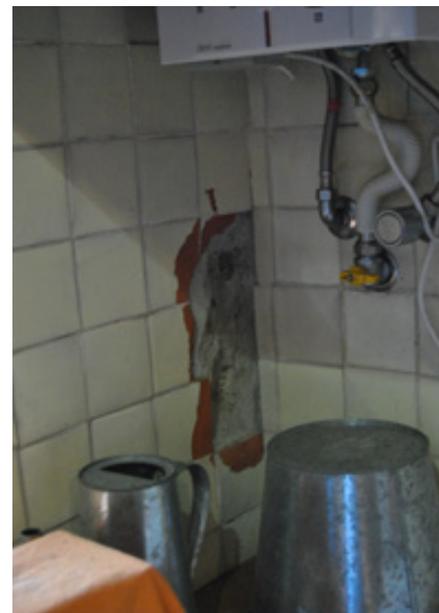


Imagem 56: Pormenor da cozinha do edifício da Rua Neves Costa com os números de polícia 80 e 82.

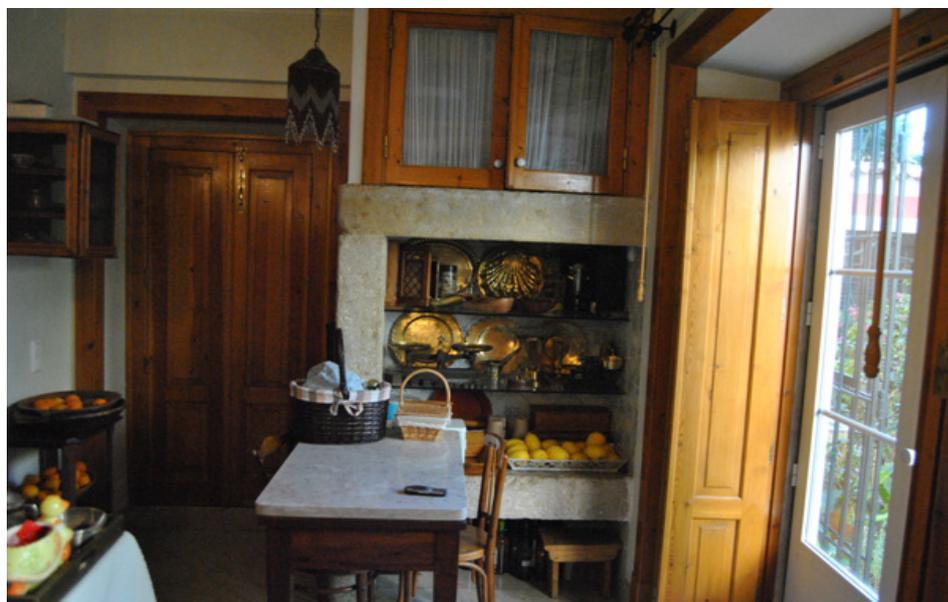


Imagem 57: Parte da sala de apoio à cozinha com a respectiva alteração (porta).



Imagem 58: Comunicação entre o logradouro do edifício com os números de polícia 80 e 82 com o caso de estudo através da sala de apoio à cozinha.

– escusava desta forma de ter que se mobilizar até à Cidade Universitária para realizar essa prática desportiva. Outro compartimento que acrescentaria era um estacionamento/garagem, embora tivesse a consciência, quando adquiriu a propriedade, que a fachada tinha de ser preservada.

Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

A distribuição funcional segue a mesma lógica aquando da concepção do projeto. Os espaços sociais permanecem no piso térreo, a zona privada no primeiro piso, e a zona menos utilizada pela proprietária corresponde ao piso do sótão. Relativamente ao projeto desde que há registo (pré 1914), não existe uma continuidade na distribuição funcional e nas funções dos espaços, pois

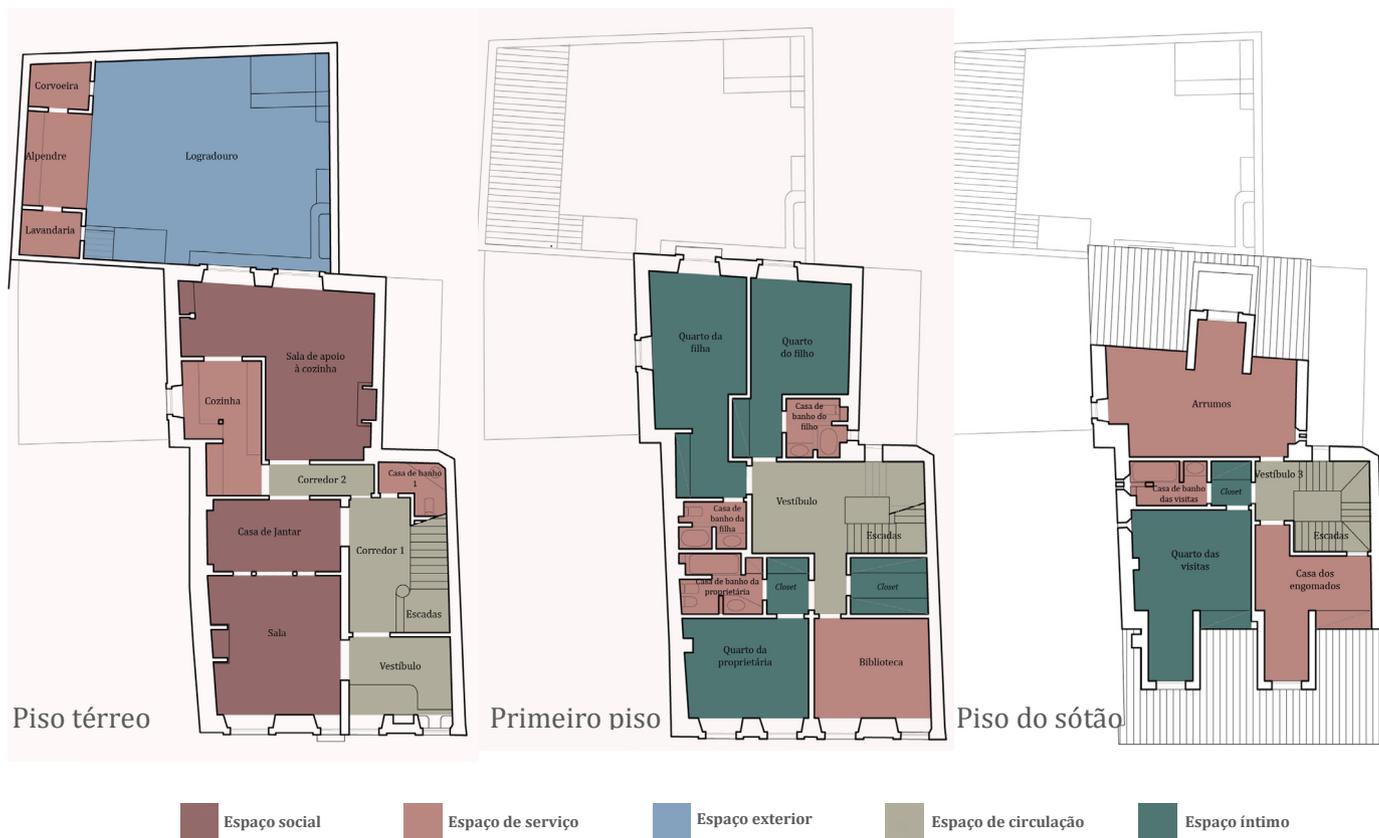


Imagem 59: Plantas de distribuição funcional da situação atual.



Imagem 60: Vista parcial da sala.

correspondem a realidades, a modos de viver e a épocas completamente distintas. No entanto, se a comparação for feita com o projeto de 1998, existe uma alteração na designação dos compartimentos referidos pela proprietária, embora esta situação não altere a função de cada um.

No piso térreo, a sala de estar, como foi dividida, contempla uma casa de jantar, e a respectiva sala de jantar é designada pela entrevistada como sala de apoio à cozinha, justificando esta situação pelo facto da cozinha ter dimensões reduzidas. Sendo este o piso que é utilizado pelos visitantes, a não ser que estejam hospedados, utilizando nesse caso o quarto das visitas.

É de salientar a importância do espaço social neste piso. Embora cada espaço esteja definido, há a possibilidade de funcionar como um todo, agregando os espaços de circulação e estendendo-se até ao logradouro. Esta permeabilidade entre os diversos compartimentos do rés-do-chão é justificada com a relação com as visitas que costuma receber, não existindo dia nem hora, sendo uma *“uma casa muito aberta aos amigos e a família”*. *“Quando há uma festa de família chegamos a ser 50, é o que eu digo, isto é uma casa de família, há tradições”*.

O piso da zona privada estabelece as mesmas funções do projeto, embora nos compartimentos localizados na fachada principal a designação tenha sido alterada, dando lugar a uma biblioteca, cumprindo o definido no primeiro projeto.

A presença de casa de banho em todos os quartos demonstra a importância que é dada à higiene individual dos membros que constituem este agregado, sendo esta uma das razões da necessidade de alteração do projeto, em que a entrevistada refere *“os quartos dos meus filhos não tinham casa de banho privativa, por isso é que mudei. Isso foi uma das razões.”*

No piso do sótão, o compartimento destinado aos arrumos é utilizado como casa dos engomados, sendo que aqui se realiza também a prática de costura. Surgindo a necessidade de a empregada pernoitar, fá-lo neste com-



Imagem 61: Vista parcial das escadas.

partimento. Os arrumos, localizados na fachada das traseiras, correspondiam à antiga sala de jogos, que atualmente não cumpre essa função uma vez que era um espaço destinado aos filhos, onde recebiam os amigos e estudavam.

Regista-se uma grande importância do espaço individual, que não se remete apenas para a higiene e para o espaço privado, atingindo também o espaço de estar. *“Todas as pessoas nesta casa tem o seu espaço muito próprio. Eu podia estar aqui, [referindo-se à sala de estar] estar a ver filmes, e o meu marido ver ali [referindo-se a sala de apoio a cozinha] um jogo de ténis que a mim não me apetecia nada”.*

O dia a dia da habitação é marcado pela ausência da proprietária, encontrando-se no seu local de trabalho, com a eventualidade de se deslocar até casa para almoçar. Aos fins de semana ou está ausente, tendo-se deslocado para o Alentejo para estar com o seu marido e filho, ou estes vêm até Lisboa:

“Um dia de rotina agora são muito limitados porque o meu marido presentemente está a trabalhar no Alentejo, vem amanhã, estará durante 3 dias. Tenho a irmã da minha nora que está a estudar direito que ocupa o antigo quarto da minha filha, sai de manhã e volta à noite. Às vezes apanho o metro e venho almoçar a casa assim como a miúda que está cá a estudar e vem almoçar a casa, porque isto tem bons transportes e é fácil de se chegar aqui. E é a minha empregada que toma conta da casa. Ao fim de semana varia muito, ou estão cá muitos ou não está ninguém. Ou vem tudo para cá ou estou no Alentejo e vai tudo para lá, varia, aliás como em qualquer casa. Isto tem tudo a ver com a normalidade de uma família.”

Através do quadro 16 é possível observar que os espaços praticamente se mantiveram, com a exceção da diminuição de um espaço social (sala de jogos) sendo utilizado como um espaço de serviço (Arrumos).



Imagem 62: Vista parcial da sala e da casa de jantar



Imagem 63: Vista parcial da sala de apoio à cozinha

	Distribuição Funcional Atual			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m²]	Percentagem [%]
Espaços Sociais	2	Sala de estar; Sala de apoio à cozinha	68,52	20,2
Espaços Íntimos	4	Quarto 1; Quarto 2; Quarto 3; Quarto 4	66,24	19,5
Espaços de serviço	12	Cozinha; Casa de banho 1; Carvoeira; Alpendre; Lavandaria; Casa de banho 2; Casa de banho 3; Casa de banho 4; Biblioteca; Arrumos; Casa dos engomados	82,89	24,4
Espaços de circulação	6	Corredor 1; Corredor 2; Vestíbulo 1; Vestíbulo 2; Vestíbulo 3	53,68	15,6
Espaços exteriores	3	Logradouro; Varanda; Terraço	68,63	20,2
Total	27		339,96	100

Quadro 16: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação atual.



Imagem 64: Tanque no logradouro.



Imagem 65: Aspeto do acesso ao poço.



Imagem 66: Vista parcial da escada.



Imagem 67: Aspeto do vestíbulo.



Imagem 68: Instalação sanitária do quarto da proprietária.

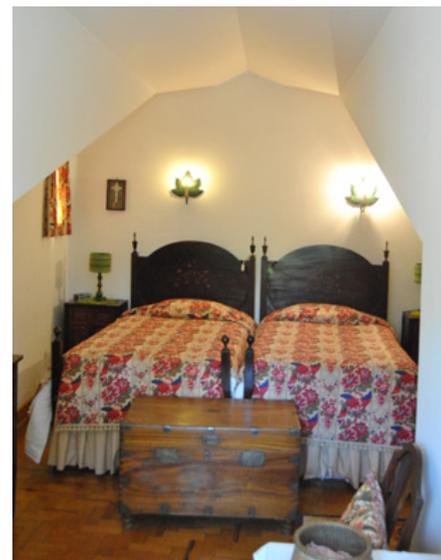


Imagem 69: Vista parcial do quarto de visitas.

2.3 HABITAÇÃO NÃO TRANSFORMADA



Imagem 70: Localização do caso 2 na Rua Neves Costa.



Imagem 71: Habitação não transformada (caso 2), 2013. Fotografia do autor.

2.3.1 RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA



Esquema 3: Sucessão de proprietários do edifício com os números de polícia 72 e 70 da Rua Neves Costa

2.3.1.1 Proprietários e moradores

Apesar da existência de duas frações neste caso, e a investigação se cingir apenas ao fogo com o número de polícia 72, foi no entanto realizada a entrevista à ocupante do rés-do-chão por se tratar da proprietária do prédio, conseguindo desta forma obter o máximo de informação relativamente a este caso.

Este imóvel já se encontra na posse desta família há aproximadamente 100 a 120 anos (1893-1913), tendo sido transmitido através de herança. Esta situação terá sido, talvez, o regime através do qual a casa chegou à posse desta família, uma vez que, em muitos dos casos, nas casas populares, se registava a sua utilização pelos respectivos descendentes.¹ Não é possível referir

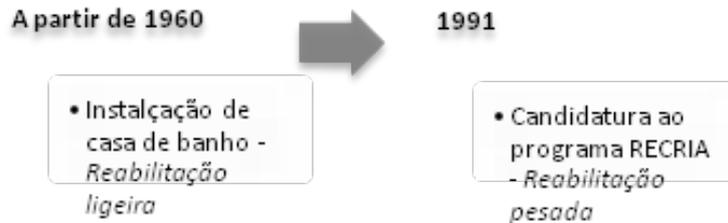
32 AGUILAR, "Arquitectura Popular Española", p. 34

como é que a primeira proprietária, Gertrudes Canas Louro, adquiriu o edifício em questão, nem de mencionar anteriores proprietários. Através da entrevista realizada à atual proprietária, esta refere que a propriedade pertencera aos donos da Quinta dos Azulejos, e a dada altura no processo de obra consultado, é referido que a proprietária Beatriz Silva Canas, reside na Rua do Norte, com o número de polícia 17, o que corresponde realmente à referida quinta. Esta por sua vez, deixa à sua afilhada Amélia Faria, em testamento, esta propriedade.² (esquema 3)

No que diz respeito aos moradores deste caso de estudo, a informação recolhida no processo de obra, e junto dos moradores mais antigos, é diminuta. Foi conseguida alguma informação relativamente a este tema, mas no entanto sem conseguir referir anos de entrada e saída dos habitantes, nem mesmo a constituição do agregado familiar. A primeira moradora referida corresponde à primeira proprietária de que há conhecimento. Gertrudes Canas Louro terá residido nas duas frações com 7 filhos, sendo a única proprietária que residiu neste caso de estudo. Desde então, este imóvel passou a ser utilizado como fonte de rendimento. Relativamente a inquilinos, há conhecimento da ocupação do rés-do-chão em 1962, por um casal e uma filha. Anteriormente a 1975, no fogo do primeiro andar, residiu um casal do qual entretanto o marido faleceu. A viúva arranhou um companheiro, que corresponde ao pai do atual inquilino. A partir de 2010, o fogo do rés-do-chão foi destinado à função que ainda prevalece atualmente – atelier de bijutaria. O fogo do primeiro andar é ocupado pelo atual inquilino e a sua mulher desde 1992.

² O modo como são apresentados os sucessivos proprietários, não é de forma rigorosa, pois no processo de obra consultado, a transição não é esclarecedora, correspondendo aos registos consultados.

2.3.1.2 Manutenção, substituição ou alteração



Esquema 4 : Sucessivas transformações do edifício com os números 72 e 70 de polícia da Rua Neves Costa

Este caso de estudo como não recebeu nenhuma reabilitação de maior, sendo que ainda é possível reconhecer o seu traçado primitivo com as alvenarias de pedra e as de tabique.

É de referir que a dada altura foi necessária a introdução da instalação sanitária, que neste território começa a ser uma realidade a partir dos anos 1960. Muitas delas eram improvisadas, ou incompletas, mas foi uma forma de conseguir garantir alguma condição de habitabilidade. Neste caso em análise, a instalação deste espaço de serviço efetuou-se junto à fachada principal, tendo comunicação para a zona social da casa. Outras alterações ocorreram no espaço da cozinha: a lareira, tornando-se obsoleta com o aparecimento do fogão, foi parcialmente destruída, chegando aos dias de hoje apenas a chaminé. Ainda na cozinha houve a necessidade de introduzir uma bancada, optando-se por “escavar” parte da parede estrutural para este novo elemento.

Além das sucessivas obras de beneficiação e de manutenção que ocorreram no prédio, este em 1975 já apresentava alguma degradação. Através de uma declaração destinada à CML, por parte de um locatário, refere-se

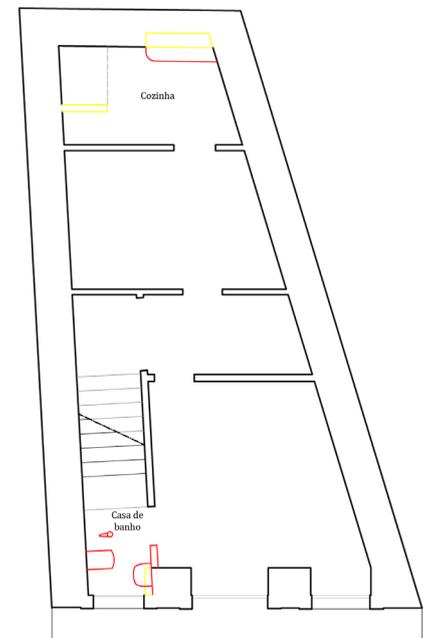


Imagem 72: Planta com o registo de alterações levadas a cabo pelos antigos moradores. Desenho com base no levantamento efetuado pelo autor.

que a habitação “*encontra-se num péssimo estado de conservação, tendo caído o tecto, dando origem a grandes infiltrações, sendo necessário a urgente reparação*”³⁴, e em 1976, outra locatária, num pedido à senhoria, expõe “... *não sei se mexeram no telhado mas a verdade, é que dentro da minha sala de jantar, cai água num dos lados, estamos a entrar neste período de chuvas, não se pode viver assim*”³⁵. Na década de 1980, não há registo de qualquer obra de beneficiação ou de manutenção ao prédio em análise. Em 1990, a propriedade já se apresentava num estado de degradação muito avançado estando em maior risco nos elementos estruturais, nos tectos e nas paredes da habitação. No ano seguinte, Amélia Faria é intimada a realizar obras de beneficiação na sua propriedade, pedindo esta a prorrogação do prazo da intimação, de forma a apresentar a candidatura ao programa RECRRIA. Neste caso a reabilitação realizada pode ser considerada *pesada*, uma vez que houve uma consolidação nos elementos mais degradados, assim como na cobertura.

34 Fonte: AML

35 Fonte: AML

2.3.1.3 Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

A casa popular é caracterizada por nela existir uma maior *flexibilidade* dos espaços que resultam da forma de construir, em que não há à partida uma pré definição da sua utilização – para dormir, para estar, para socializar – sendo estes espaços definidos pelo precário mobiliário que a casa popular pudesse conter. Devido à solidez da lareira, esta ganha um papel importante, definindo a cozinha, sendo considerada pelos moradores o espaço principal por tudo o que ela significa. À semelhança do caso anterior, os compartimentos, relativamente à sua função, classificam-se em: espaços exteriores, espaços de serviço (sendo o único a cozinha), espaços de circulação e espaços sem designação funcional. Este último aplica-se aos espaços em que não há conhecimento de causa da respectiva função, respondendo à *versatilidade* que estas casas possuíam.

Casa primitiva



Imagem 73: Planta de distribuição funcional da casa primitiva.

Dada a inexistência de registos gráficos deste caso de estudo, foi necessário realizar o levantamento a este fogo, e a partir deste, construir uma representação do que seria esta casa do tempo primitivo do núcleo de Carnide. Dada a inexistência de alterações na distribuição funcional dos espaços,

ainda estão presentes os materiais que compõem esta casa, sendo constituída por alvenaria de pedra em todo o perímetro do lote e as divisórias em alvenaria de tabique. Não é possível garantir que o resultado obtido corresponda à realidade da época, mas é de referir que o caso anteriormente analisado – habitação transformada na íntegra – possuía semelhanças aquando a propriedade foi transformada em 4 fogos em 1914 em que ainda prevaleceu o traçado original. Na arquitetura popular além de se construir com os materiais e as técnicas locais, pode existir alguma analogia formal entre edifícios localizados numa área geográfica próxima, como é o caso destes dois casos de estudo.

No caso analisado anteriormente era possível designar uma organização em três momentos, um junto à fachada principal, um intermédio, e por fim o último momento junto à fachada das traseiras. O resultado obtido levanta a seguinte dúvida: o espaço SDF 2 e SDF 1 não seriam um único, resultando na *casa de entrada*? O SDF 2 funciona quase como um *hall* à semelhança do que foi acrescentado no fogo 1^o esquerdo do caso anteriormente analisado; daí levantar-se a questão de que a parede que separa estes dois espaços não terá sido acrescentada depois. A verdade é que os materiais são os mesmos, e numa alteração realizada pelo atual proprietário, pela descrição da constituição da parede, corresponde a uma alvenaria de tabique.

Assumindo que a alvenaria definia a distribuição funcional da casa, esta organizava-se em quatro momentos, existindo um primeiro junto à fachada principal, sendo os restantes interiores (SDF 2, SDF 3 e SDF 4), estando o último localizado junto da fachada posterior. É de referir que estes espaços se sucediam uns aos outros, não existindo de forma clara elementos distribuidores – *casas de passagem* – resultando numa área de 40,72 m² de área útil.

Este fogo era acedido por uma escada de tiro pelo número de polícia 72, estabelecendo o primeiro contacto com o compartimento SDF 2, corres-

pondendo quase a uma *casa de passagem* fazendo a distinção entre o espaço mais salubre, junto à fachada principal, e os espaços totalmente interiores.

A *casa de entrada* desta forma estaria localizada junto à fachada principal embora não estivesse diretamente em comunicação com a respectiva porta de acesso, equivalendo assim ao espaço SDF 1, sendo o maior compartimento com uma área de 13,71 m². Este compartimento tinha acesso a uma estreita varanda que acompanhava toda a largura da fachada, sendo apenas este o único espaço exterior da habitação. O acesso ao sótão também era feito através deste compartimento (não tendo sido possível visitar).

Era frequente, neste tipo de arquitetura, escolher as piores divisões da habitação para o descanso,⁵ e este caso não seria exceção. O quarto localizar-se-ia no espaço SDF 3, sendo este espaço totalmente desprovido de iluminação natural e propício para criação de humidade, ocupando uma área de 8,33 m². Neste espaço reduzido dormiria o agregado familiar, numa promiscuidade total (podendo os outros compartimentos dar resposta a esta situação).

Na divisão mais distante da casa era onde se encontrava o único espaço de serviço, a cozinha, com 4,98 m². Esta podia conter uma pia de despejo, e na ausência desta, e na inexistência de logradouro, muito provavelmente era substituída pela rua. Também neste espaço se realizavam os banhos ou então em qualquer compartimento da casa, podendo na melhor das hipóteses conter uma latrina, que muito provavelmente não era o caso.

Como é observável na quadro 17 do fogo, denota-se que a maior percentagem se destina aos espaços onde as atividades realizadas podiam ser as mais diversas (espaços sem designação funcional), correspondendo a 63,3%. Desta forma restando 36,7% para a outra natureza de espaços, sendo incluídas também as escadas de acesso à habitação.

⁵ CASCÃO, Rui, Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar”, in História da Vida Privada em Portugal: Os nossos dias p. 26.

	Distribuição Funcional Casa primitiva			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços sem designação funcional (SDF)	3	SDF 1; SDF 2; SDF 3	25,80	63,3
Espaços de serviço	1	Cozinha	4,98	12,2
Espaços de circulação	1	Escadas	5,89	14,5
Espaços exteriores	1	Varanda	4,05	10,0
Total	6		40,72	100

Quadro 17: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação da casa primitiva.



Imagem 74: Rua Neves Costa, 1968 (casos de estudo). Foto: Arnaldo Madureira . Fonte: AML

Pós anos 1960

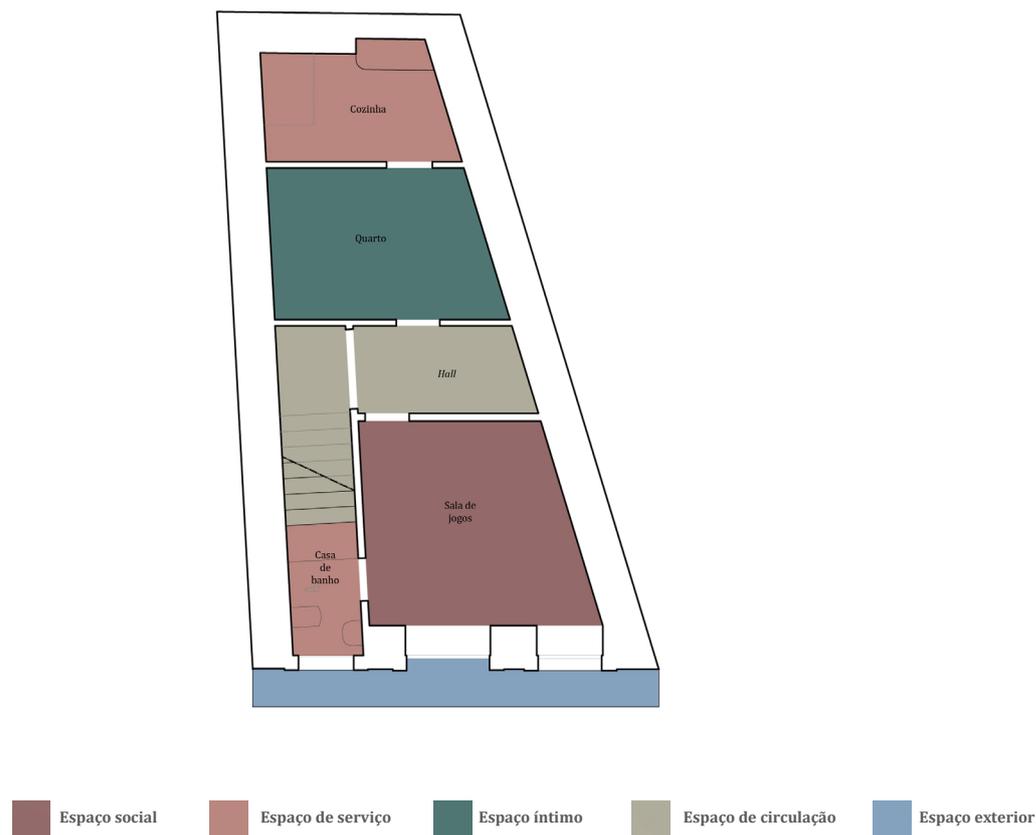


Imagem 75: Planta de distribuição funcional da situação pós anos 1960.

Como não há registo das transformações ocorridas no prédio, optar-se-á nesta fase por contextualizar a sua evolução a partir do anos 1960, pois as mudanças ocorridas remetem para essa temporalidade, embora sem precisão. Nesta fase será possível classificar a natureza dos espaços por: sociais, íntimos, serviços, exteriores e circulação.

Antes de 1975 e até aos anos 1990, os moradores deste fogo eram

um casal, muito provavelmente o responsável por estas mudanças, numa procura de dotar o fogo de melhores condições de habitabilidade. A sua intervenção pode ser considerada uma *reabilitação ligeira*. Nesta, é introduzida a casa de banho que se localiza no espaço social da casa. Os moradores mais antigos ainda preservam memória dos tempos da inexistência deste espaço de serviço e a forma como eram realizados os banhos e a de como se eliminavam os dejectos.

“Nós ainda somos do tempo do senta-te aí dentro da banheira e toma lá água por cima e lava-te, depois é que as coisas começaram a evoluir, começámos a ter a nossa casa de banho. [...] Isso começou a aparecer em 1960. Cada um fazia a sua. [...] Eu tinha que descer do primeiro andar para vir à casa de banho. [a casa de banho localizava-se no quintal] Hoje é que todas as pessoas tomam banho, mas antigamente era de semana a semana, vá põe a banheira ali, a banheira estava pendurada, e vai a água quente! Ai que está muito quente! Era assim que tomávamos banho. Havia uma lareira na cozinha ou coisa assim, onde se aquecia a água, e a banheira era feita em chapa, nem era em alumínio. Vinha a carroça da Câmara, até parece que estou a ver, com uma sineta para avisar as pessoas para despejar a “sanita” na carroça. O lixo também era igual. Passava uma carroça e nós deitávamos lá o lixo.”⁶

A cozinha também foi objeto de alterações. A lareira em parte também foi destruída de modo a que neste espaço fosse inserido o fogão e a parede da fachada das traseiras foi escavada de forma a que fosse possível introduzir uma bancada.

Como estas alterações não tiveram impacto na distribuição funcional do espaço da casa, prevalece a organização em quatro momentos; nos extre-

⁶ Entrevista realizada aos moradores do núcleo Fernando Costa e Rogério Vicente.

mos do lote, ou seja, nas fachadas que continham os espaços de serviço - na mais distante a cozinha e na principal foi introduzida a casa de banho. Ainda na fachada principal existia o espaço social da casa, a sala de jantar. Esta é referida desta forma pela locatária em 1976, através de uma reclamação ao senhorio, como já foi referido anteriormente. Através do morador atual sabe-se que o espaço da casa funcionava da seguinte forma: o espaço de entrada funcionava como *hall*, e o quarto localizava-se entre a cozinha e o espaço distribuidor. E, neste caso de estudo, também a cozinha ocupa um espaço sem aberturas de vãos para o exterior.

Se fosse possível afirmar a sequência de compartimentos e respectivas funções na distribuição original deste fogo, da fachada principal até às traseiras, seria: *casa de entrada*, *casa de passagem*, quarto e cozinha. Posto isto, denota-se que os espaços consentem a mesma natureza: sala de jantar, *hall*, quarto e cozinha. Nesta fase denota-se a certeza de cada espaço, como se pode observar no quadro 18, em que deixa de existir SDF passando para a natureza dos respectivos espaços. Há um aumento do número de compartimentos devido à introdução da instalação sanitária.

	Distribuição Funcional Pós anos 1960			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços Sociais	1	Sala de jantar	10,79	26,9
Espaços Íntimos	1	Quarto 1	8,33	20,7
Espaços de serviço	2	Cozinha e casa de banho	7,33	18,3
Espaços de circulação	2	<i>Hall</i> e escadas	9,65	24,0
Espaços exteriores	1	Varanda	4,05	10,1
Total	7		40,15	100

Quadro 18: Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação pós anos 1960.



Imagem 76: Planta de distribuição funcional da situação em finais da década de 1990.

Finais da década 1990

Nos finais da década de 1990, com o falecimento da companheira, o morador pede ao filho que venha viver com ele de modo a que não se sinta tão só. Este acaba por se mudar com a sua esposa para a casa do pai.

A única alteração que se regista nesta fase é na natureza dos espaços. Deixa de existir o elemento distribuidor *hall* para ser utilizado como quarto que se destinava ao pai e o existente passa a ser utilizado pelo filho com a respectiva esposa. Esta mudança resulta numa diminuição do espaço de circulação e um aumento dos compartimentos íntimos, assistindo-se

	Distribuição Funcional Finais da década de 1990			
	Nº de compartimentos	Designação dos compartimentos	Área útil [m ²]	Percentagem [%]
Espaços Sociais	1	Sala de jantar	10,79	26,9
Espaços Íntimos	2	Quarto do pai; Quarto do casal	12,09	30,1
Espaços de serviço	2	Cozinha e casa de banho	7,33	18,3
Espaços de circulação	1	Escadas	5,89	14,6
Espaços exteriores	1	Varanda	4,05	10,1
Total	7		40,15	100

Quadro 19 Sectores funcionais: número e tipo de compartimentos; área ocupada do edifício. Situação em finais da década de 1990.

assim a um aumento da área privada, como se pode verificar no quadro 19.

2.3.2 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

2.3.2.1 Caracterização do agregado doméstico

Este fogo já se encontra ocupado por esta família há aproximadamente 38 anos. O filho do inquilino, muda-se, como já vimos, com a sua esposa para o núcleo histórico de Carnide no final da década de 1990. Passados 4 ou 5 anos, o pai faleceu, tendo o atual arrendatário, entretanto divorciado, ficado com o contrato do pai, que mais tarde celebra em seu próprio nome. Apesar do processo complexo para poder continuar com a casa, este assume a vontade em continuar nela. *“... eu queria era ficar aqui. Já cá estava, já tinha investido aqui. Quando vim para aqui isto parecia uma barraca, dava para ver o telhado. Nessa altura eu ainda não estava cá, nessa altura estava o meu pai.”*

Apesar do interesse demonstrado pelo locatário em continuar a habitar a casa, não houve, por parte deste, um critério de localização na seleção da casa, nem da zona; tanto podia ser no núcleo, como podia não ser. No entanto este morador descreve a zona como sossegada e refere igualmente a existência de meios de transportes.

Antes da mudança de residência em 1992, este inquilino vivia em Campolide num apartamento T2, tendo na altura 38 anos e a esposa 29 anos. Na época a sua atividade laboral era a segurança de espaços privados, dedicando-se também à música como *disc jockey*. A formação base do casal consiste no antigo 5º ano do liceu.

Atualmente, ele encontra-se reformado e a atual companheira exerce a sua profissão no núcleo de Carnide, num lar de idosos, sendo assistente de enfermagem.

2.3.2.2 Caracterização do fogo

Alterações na configuração dos espaços

Além das obras de manutenção (pintura de paredes e substituição do pavimento) da habitação, a única alteração realizada consiste na abertura de um vão de comunicação, uma janela, entre dois compartimentos, o *hall* de entrada e a sala de estar. Justificam esta ação garantindo uma melhor salubridade na profundidade do fogo devido à inexistência de vãos exteriores na fachada das traseiras. Deixando desta forma o *hall* de ter esta função, passando a integrar a sala e sendo utilizado como “*cantinho da discoteca*”, como refere o morador. A criação deste espaço de certa forma está relacionado com a relação que criou nos tempos de *disc jockey*.

“Isto era uma parede inteira, para se poder respirar, porque lá dentro, não se apanhava aragem nenhuma, e fiz naquela parte a minha discoteca [refere-se ao hall de entrada]. Isto estava fechado, continuava fechado e isto assim dá outro efeito à sala.”

Apesar dos entrevistados se demonstrarem satisfeitos com a atual casa não descartam a hipótese de preferência por uma construção nova e sobretudo maior, mesmo sendo a casa integralmente reabilitada. Apesar desta preferência, não prescindiam de Carnide.

“Na localização, escolheria Carnide, mas queria uma casa maior. Às vezes digo à minha filha, tens uma casa enorme, que os miúdos andam lá de bicicleta, mas o sítio nunca gostei, gosto mais do meu sítio. Digo-lhe às vezes, vamos trocar, vamos trazer de lá para aqui. Como casa queria, mas o sítio não.

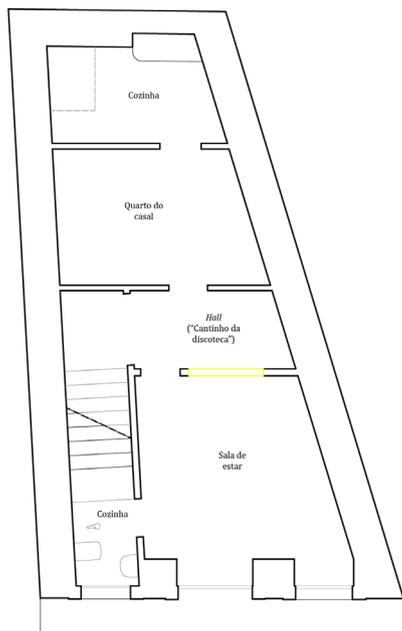


Imagem 77: Planta com registo das alterações do edifício (situação atual). Desenho com base no levantamento feito pelo autor.

Distribuição funcional e classificação dos compartimentos

A distribuição funcional segue a mesma lógica apontada como sendo a da sua construção, e embora tenha sido introduzido um compartimento (casa de banho), permanece uma organização em quatro momentos que acaba por resultar numa estrutura tripartida: social na fachada principal, íntimo



Imagem 78: Planta de distribuição funcional da situação atual.



Imagem 79: Aspeto da zona social

correspondendo ao intermédio, serviço (cozinha) na fachada das traseiras. O outro momento corresponde ao antigo *hall* embora este esteja classificado como espaço serviço devido à função a que é destinado; este integra-se no espaço social, devido à abertura do vão realizada pelos moradores.

É de referir que em tempos atuais o fogo não responde às mínimas condições de salubridade, dada a falta de iluminação em quase todos os compartimentos à exceção da sala. Ainda neste assunto, é de referir a presença de humidade que existe por toda a casa. Sendo estas realidades factores de descontentamento que foram referidos pelos entrevistados, focando-se sobretudo na cozinha:

“É a posição dela [a cozinha], porque está ali abafada. E está a precisar de ser pintada. Farto-me de pinta-la, ao fim de um ano, ano e meio, parece que já não é pintada há mais de 20 anos. Não tem janela. Tem lá duas chapas, que fomos nós que colocámos, para poder sair o fumo.”

A casa de banho ainda nos dias de hoje permanece improvisada no que refere ao duche, sendo este apenas constituído por um chuveiro, não tendo nem base de duche nem banheira. Também é neste compartimento que se faz o acesso ao sótão, cujo primeiro degrau se encontra a 90 cm do chão.

Além de cozinhar e de dormir nos respectivos compartimentos, é a sala que ganha o maior papel neste caso de estudo. É neste espaço social que os moradores passam a maior parte do tempo, é onde se toma as refeições e onde se recebe as visitas. É este compartimento, assim como o antigo *hall*, designado pelo entrevistado como o “cantinho da discoteca”, os espaços mais importantes da casa, o que confirma, como abordado anteriormente, a vontade de reservar o melhor compartimento para a zona social da casa, tratando os restantes espaços quase como secundários.



Imagem 80: Pormenor da cozinha, parede escavada

O ritmo de vida deste agregado familiar é marcado pela presença do marido a maior parte do tempo em casa, por se encontrar reformado, e a ausência da esposa que, como ainda se encontra no ativo, está ausente a maior parte do dia. O fim de semana é destinado à visita da filha com os netos, ou então à ida do casal a casa desta.

A única mudança a registar através do quadro 20 é observável no aumento do espaço de serviço. Além de conter a cozinha e a casa de banho, o antigo *hall* designa-se como um espaço de serviço, resultando numa percentagem que se assemelha ao espaço social da casa. Desta forma o espaço de circulação cinge-se apenas às escadas de acesso à habitação.

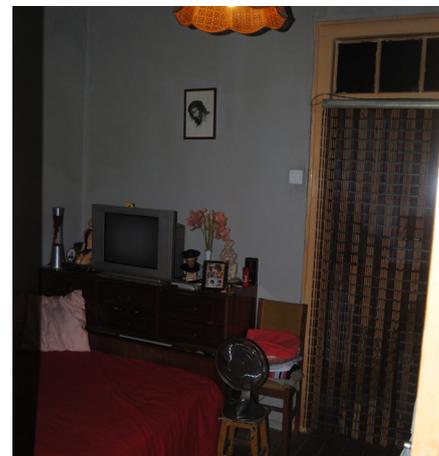


Imagem 81: Vista do quarto



Imagem 82: “Cantinho da discoteca”



Imagem 83: Sucessão dos vários compartimentos (quarto, “cantinho da discoteca” e sala).



Imagem 84: Aspecto da instalação sanitária.

CONCLUSÃO

Notas conclusivas sobre o bairro

A análise do desenvolvimento do bairro histórico de Carnide permite compreender a posição marginalizada que este ocupou dentro do tecido urbano, desde a sua origem até à época contemporânea. A persistência da sua função rural, que cumpria a função de fornecer os produtos agrícolas à capital, uma vez que se inseria na freguesia do Termo de Lisboa, foi uma realidade que protelou até meados do século XIX, mesmo quando já se encontrava inserida na malha da capital. Esta freguesia, sendo tratada como uma área expectante de crescimento urbano, fez do seu núcleo uma área totalmente isolada, não havendo uma inter-relação da sua área de desenvolvimento urbano, através do planeamento entre as novas urbanizações e o pré existente, originando a degradação socioeconómica e cultural da área histórica.

O sector terciário, que marcava o território de Carnide, composto por comércio de carácter tradicional, tem vindo a ser substituído por restaurantes. Estes são muito frequentados, não apenas pela população local, mas também por moradores fora do núcleo, acabando por ter um papel muito importante para o desenvolvimento local, aumentando o conhecimento deste núcleo junto da população não residente.

A melhoria das acessibilidades através das novas infraestruturas criadas, e a requalificação do espaço público, estão diretamente ligadas à valorização deste território, que se reflete no valor monetário dos imóveis, quer em arrendamento, quer em aquisição. Apesar destes factos, a percentagem de imóveis que se encontram degradados ou necessitam de reabilitação é de 60%, sendo ainda um valor preocupante.

Os pequenos proprietários e os grandes investidores começam a ter a consciencialização da valorização que tem a reabilitação, começando a

existir o novo paradigma de substituir a nova construção em territórios na periferia de Lisboa e valorizando o que já se encontra construído, tendo ciência o reconhecimento arquitectónico e valor histórico do edificado.

De forma gradual, a reabilitação tem feito parte das cidades e o mito que existia de que a recuperação seria mais dispendiosa do que uma nova construção tem deixado de ser verdade. Atualmente, tem sido facilitado, por parte das instituições camarárias, o processo de recuperação de imóveis, que em tempos era um processo muito moroso, acabando por haver desistências na concretização de projetos desta génese.

Apesar de ser de forma gradual, assiste-se a uma reeducação da sociedade nesta forma de fazer cidade, mais concretamente no núcleo histórico em questão. Nisto os GTLS que foram implantados nos locais nos anos 1990 tiveram o seu papel importante.

As recuperações que em muitos dos casos fazem a preservação da fachada – a designada *reabilitação integral* – introduzem um novo interior de modo a dar respostas ao habitar atual e de modo a que o conjunto onde se insere o edifício não se venha a descaracterizar, estão normalmente inseridas em zonas a preservar, classificadas pelo PDM. Resultando numa “arquitetura de fachada”, perde-se o interesse que podia constituir o edificado no seu conjunto. Perante o paradigma económico atual assiste-se à intervenção e preservação das zonas degradadas, sendo que, no entanto, a dificuldade existente em contrair crédito à habitação possa originar a não vitalidade em zonas como o caso do núcleo de Carnide.

Notas conclusivas sobre os casos de estudo

Todo o processo das transformações e apropriações do espaço dos casos de estudo foram marcantes, sendo possível fazer a diferenciação em 3 fases: a casa primitiva, a casa durante o século XX e a casa atual (que já ad-

vém dos anos 1990), refletindo-se no seu estado e nas ações de reabilitação o estrato social dos respectivos moradores.

O estrato social em que se inserem os moradores, que se caracteriza pelo nível de formação, reflete-se no poder económico, assim como no tipo de ocupação, sendo, como vimos, o espelho das transformações e apropriações do espaço habitacional.

Período da casa primitiva – finais do século XIX

A informação existente desta época é inexistente, pois os inquéritos realizados dizem respeito a territórios fora da capital, indo sempre à procura do desconhecido. Apesar desta lacuna foi através do que existe estudado que foi possível tirar as conclusões relativamente aos casos em análise.

A ocupação destes edifícios caracterizava-se por agregados numerosos. Normalmente estas casas tinham o carácter de obras definitivas, sendo utilizadas pelos descendentes. Era frequente a sobreocupação do espaço, podendo por vezes existir mais do que uma família, vivendo em condições muito precárias.

A elevada literacia era uma realidade inexistente, situação que perdura até muito tarde em Carnide, que se estende até ao final do século XX. A ocupação desta população centrava-se sobretudo no trabalho de artesanato e comércio e eventualmente na produção agrícola.

A distribuição funcional segue a mesma lógica do que já existe estudado. A melhor expressão para designar os casos de estudo é a *polivalência* do espaço doméstico. O reconhecimento dos espaços, como por exemplo, *casa de passagem*, *casa de entrada*, quarto, e cozinha, é reconhecível no local, muitas das vezes conseguido através do precário mobiliário que o morador possuía. A cozinha é o espaço rapidamente identificável dada a existência da lareira. A domesticidade resulta numa maior flexibilidade, traduzindo-se

em espaços sem designação funcional (SDF). Esta realidade é frequente nos dois casos, refletindo-se nas diversas fracções que compunham os prédios – na “Habitação transformada na íntegra” e na “Habitação não transformada”, embora neste último se cinja apenas ao fogo do primeiro andar.

É frequente a colocação dos únicos espaços de serviço junto à fachada das traseiras, uma vez que aos espaços íntimos eram destinados os quartos interiores – correspondendo por norma às piores divisões da habitação – sendo a entrada o primeiro espaço de comunicação com a casa.

Conclui-se que apesar da não existência de uma predefinição de cada função destinada a cada compartimento, a verdade é que sob o tecto popular são identificáveis as esferas sociais, íntimas e de serviço.

Século XX

A informação existente nos respetivos processos de obra e mesmo junto dos moradores mais antigos é quase inexistente, baseando-se no entanto no contexto geral do Bairro, tratando-se de um panorama geral.

Numa primeira fase assistir-se-ia à continuação da lógica da família tradicional, constituída por agregados numerosos. Esta situação prevaleceu no decorrer do século, mas também existindo o envelhecimento da população local, que muitas das vezes viviam sós, sendo no final do século uma população residente extremamente envelhecida.

A formação dos moradores chega aos anos 1990 ainda numa situação alarmante, mesmo no conjunto do bairro, uma vez que 11% da população não sabia ler nem escrever, sendo de maior relevância os indivíduos com o primeiro ciclo.

Relativamente ao regime de ocupação é possível referir que estes casos funcionavam como propriedade de arrendamento, passando contratos de pais para filhos, existindo nos dias de hoje uma percentagem considerável

neste regime (56%) . A manutenção por parte dos seus proprietários foi-se tornando, de forma gradual, inexistente. Os inquilinos foram garantindo as mínimas condições de habitabilidade, pois os proprietários viam as suas propriedades serem transformadas numa situação mais rentável do que era até então. Desta forma, acabou por influenciar o grau de profundidade das alterações levadas a cabo pelos próprios moradores, pois os inquilinos acabavam por ter uma menor liberdade para a execução das ações de reabilitação, e não querer investir numa propriedade que não era sua.

A primeira alteração desde que existe registo é de 1914 no caso “Habitação transformada na íntegra”, em que a propriedade foi transformada em 4 fogos. Desta forma os respectivos fogos teriam uma organização espacial que passava por zona social junto à fachada principal, sendo este o primeiro compartimento junto à entrada da casa, o intermédio, totalmente interior, sendo frequente a sua utilização como quartos de dormir e por fim, junto à fachada posterior, a cozinha. É observável uma constituição tripartida, uma vez que cada zona corresponde a uma diferente natureza dos espaços.

Na instalação dos espaços de serviço, casas de banho, foi optado por inserir estas junto às fachadas ou fora do espaço da habitação, no logradouro. Algumas delas incompletas ou improvisadas sem as mínimas condições. Existiram também algumas subdivisões dos compartimentos existentes, procurando eventualmente aumentar o número de espaços privados. Outro factor para o aumento dos compartimento também está relacionado com as construções clandestinas (anexos) no logradouro. Transformações estas que foram realizadas muito provavelmente pelos inquilinos, o que demonstra que o espaço da casa era insuficiente, relacionando-se igualmente com a presença de agregados domésticos numerosos. Estas intervenções foram feitas numa procura de garantir um maior conforto à habitação, ao nível da salubridade, e atrasando sempre que possível o estado de degradação total como veio a acontecer no caso “Habitação transformada na íntegra”.

Período entre os anos 1990 e 2013

O último período agrupa os casos “Habitação transformada na íntegra” (caso 1) e “Habitação não transformada” (caso 2) ocupados em 1999 e 1992 respectivamente, sendo no segundo identificáveis as características do período anterior, quase na sua totalidade.

A caracterização dos agregados domésticos difere: o caso 1 segue a tradicional lógica de família nuclear que pela saída dos filhos e do marido (o filho e o marido só se encontram em Lisboa de 15 em 15 dias aos fins de semana); o caso 2 é composto por um casal. Em ambos os casos as idades variam entre os 50 e os 60 anos. Ainda é de referir o nível de instrução: no caso 1 a proprietária é licenciada, assim como quase todo o agregado que o compõe, e no caso 2 o casal têm a formação básica. Estas diferenças refletem-se na distribuição funcional de cada caso e também nas ações de reabilitação.

No caso 1, nos anos 1990, o edifício em questão encontrava-se num estado de degradação muito avançado, resultando numa *reabilitação integral*, por parte da nova proprietária. Esta assume que tinha especial preferência para poder fazer a sua casa como a idealizou. No caso 2 a situação altera-se. Trata-se de um fogo arrendado, cujo inquilino, apesar de ter celebrado o seu próprio contrato, permanece na casa onde o pai vivia. Assiste-se por parte da proprietária do caso 1 à vontade de se fixar num núcleo histórico à semelhança do que acontece com um *gentrifier* com recursos económicos e culturais superiores, reconhecendo o valor histórico de territórios com estas características. Já no caso 2 o morador não demonstrou preferência na escolha do local onde reside, nem por este tipo de construções, uma vez que era inerente continuar com a casa que o pai habitava.

Na distribuição funcional do caso 1 deixa de existir continuidade na organização espacial dos 4 fogos, resultando numa habitação unifamiliar numa “arquitetura de fachada”. No caso 2 a organização espacial mantém

a mesma estrutura da casa primitiva como foi observável no local. Como se trata de um regime de propriedade através de arrendamento é decisivo na profundidade das alterações realizadas por parte dos moradores, resultando apenas em intervenções pontuais no sentido de preservação do edifício e garantir as mínimas condições de salubridade.

No caso 1 surgem novos compartimentos como a biblioteca, a sala de jogos (que em tempos funcionou como tal), quarto das visitas, arrumos, que se consubstanciam na evolução da classe social, resultando noutros modos de vida, e devido ao facto de ter sido realizado um projeto de raiz quase na sua totalidade.

Existe a prevalência da organização espacial do caso 2 e um novo interior do caso 1 resultante das necessidades do habitar contemporâneo. Ambos derivam numa tripartição funcional, em que no primeiro os compartimentos são mesmo os necessários, constituídos por espaço social, íntimo e de serviço, no segundo esta situação também prevalece existindo uma organização funcional por piso – ao nível térreo localizam-se os principais espaços sociais da casa e de serviço, reservando o primeiro piso à intimidade da proprietária que em tempos era destinado apenas ao agregado familiar, sendo constituído por *suites*.

Os espaços sociais do piso térreo do caso 1 passam a estar agrupados em torno da cozinha pois através desta existe uma aproximação com a casa de jantar e com a sala de apoio à cozinha, enquanto que no caso 2 o espaço social situa-se o mais distante da cozinha, localizando-se junto à fachada principal a sala comum, e nas traseiras a cozinha, existindo entre estes o espaço íntimo. O investimento e a preferência da localização destes junto às fachadas estão também relacionados por se tratarem de espaços de recepção e de socialização, sendo que nestes existe um maior investimento.

O número de espaços de serviço aumenta, pois anteriormente consistia apenas na cozinha e mais tarde surgem as casas de banho. Atualmen-

te assiste-se a uma aproximação e integração dos espaços de serviço juntamente com os sociais e os íntimos serem segregados destes e compostos por vários compartimentos de carácter individual – *suite* com *closet* – muito associados à importância da imagem e do consumo. Esta realidade é bem visível no caso 1, enquanto no caso 2 a situação difere devido à presença da estrutura pré existente.

Na ruptura da organização funcional do caso 1 através da *reabilitação integral* e da *reabilitação pesada e ligeira* do caso 2, as transformações a referir pelos atuais moradores têm o carácter de ligação. No primeiro a intervenção consistiu na ligação entre duas habitações, entre a sala de apoio à cozinha e o logradouro da segunda propriedade, e no segundo a ligação consistiu entre dois compartimentos: entre o *hall* e a sala comum, resultando a integração destes dois espaços. Deste modo o *hall* deixa de responder à função de espaço de circulação, dando lugar a um espaço de serviço, como “cantinho da discoteca”, como refere o morador.

Em suma, verifica-se que estes casos correspondem às transformações de realidades e contextos que se refletem nos modos de habitar. Apesar de no caso 1 a alteração ser profunda, preservando do original a fachada principal, a verdade é que a distribuição funcional anterior não respondia ao modo de habitar contemporâneo, enquanto que fogo do caso 2, por ainda preservar grande parte do seu traçado original, não responde a um habitar digno, sendo até preocupante nos dias de hoje. A presença de iluminação apenas na fachada principal onde se localiza a sala comum, sendo os restantes compartimentos totalmente interiores – quarto do casal e a cozinha – não apresenta condições ao nível da salubridade (ausência de iluminação e de ventilação e forte presença de humidade). A solução adoptada para a casa de

banho é preocupante, pois esta localiza-se na fachada principal, contendo no entanto boa ventilação, por incluir uma janela; no entanto é neste compartimento que se acede ao sótão. Apesar de completa, a zona de duche é deficiente sendo constituída apenas por um chuveiro, não possuindo nem banheira nem base de duche.

No caso 1 apesar de ter existido uma desvirtualização do seu interior, a verdade é que no contexto deste edificado é um bom exemplo a seguir, de modo a melhorar a qualidade de vida e preservar o património existente nestes territórios históricos, sem descaracterizar o núcleo onde se insere.

FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

Para além do trabalho em si, no que compreende o programa funcional de projetos de reabilitação dos casos analisados, a investigação desenvolvida poderá servir de modelo para a análise da configuração espacial e da distribuição funcional de edifícios habitacionais semelhantes.

Neste sentido, poderá o estudo ser alargado ao núcleo de Carnide de modo a compreender a configuração espacial e distribuição funcional, de uma forma ampla, consistindo numa recolha significativa de modo a retirar conclusões mais fundamentadas deste território, uma vez que este carece de uma investigação mais aprofundada ao nível das habitações e das intervenções nelas realizadas.

Muitos destes edifícios não apresentam qualquer registo gráfico no seu processo de obra, e o desenvolver deste estudo seria uma forma de os documentar, resultando num contributo para a cultura arquitectónica de edifícios de génese popular na cidade de Lisboa, pois a arquitetura popular na capital é um assunto pouco investigado.

Esta situação poder-se-á estender a outros bairros da cidade, contribuindo para um estudo comparativo entre as várias zonas, podendo também ser aplicado a outras tipologias habitacionais.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

AA.VV. (1961), *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos

Ágoas, Frederico (2010) *Saber e Poder: Estado e Intervenção Social Agrária – Nos primórdios da sociologia em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Sociologia

Andrade, Carlos (1998), *A requalificação dos centros históricos – Baixa Pom-balina: a “recentralização”*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras

Bastos, E. A. Lima; Barros, Henrique (1943), *Inquérito à Habitação Rural*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa

Cabido, José Jacob (1995), *Os elementos da transformação do espaço habitável em espaço doméstico*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Arquitectura

Calado, Maria; Ferreira, Vitor Matias (1991), *Lisboa freguesia de Carnide*, Lisboa, Contexto Editora

Figueiredo, Paulo Fernando M (2005), *Freguesia de Carnide: um lugar único e mágico*, Lisboa, Junta de Freguesia de Carnide

Flores, Carlos (1973), *Arquitectura Popular Española*, Madrid, Aguilar

Frias, Hilda Moreira de (2000), *A arquitectura régia em Carnide-Luz*, Lisboa, Livros Horizonte

Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*), Lisboa, Publicações Dom Quixote

Lisboa, Câmara Municipal Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. Ga-

- binete Técnico de Carnide/Luz – Paço do Lumiar (1992), *Carnide-Luz: velho núcleo urbano*, Lisboa, Câmara Municipal
- Lisboa, Câmara Municipal (1992), *Habitação Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal
- Lisboa, Câmara Municipal (1993), *Reabilitação urbana*, Lisboa, Câmara Municipal
- Mattoso, José (dir.) (2011), *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea* (coord. de Irene Vaquinhas), S.l., Circulo de Leitores e Temas e Debates
- Mattoso, José (dir.) (2011), *História da Vida Privada em Portugal – Os Nossos Dias* (coord. de Ana Nunes de Almeida), S.l., Circulo de Leitores e Temas e Debates
- Mendes, Luís Filipe Gonçalves (2008), *Nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de recomposição Socio-Espacial*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras: Dissertação de Mestrado em Geografia (Estudos Urbanos)
- Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1994), *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (2ª edição), Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Pereira, Gabriel (1910), *Pelos Subúrbios e Visinhanças de Lisboa*, Lisboa, Livraria Clássica
- PEREIRA, Sandra Marques
- Rodrigues, Walter (1992), *Sociabilidade: do bairro à telemática*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Relatório de Aula Teórico-Prática
- Rodrigues, Walter (2008), *Cidade em transição – Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Especialidade em Sociologia do Território
- Salta, Ana Maria; Aguiar, José (coord.) (1997), *Reabilitação do núcleo históri-*

co de Carnide-Luz: análise e caracterização da experiência de reabilitação do património urbano, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano

Tavares, Ana Filipa Nunes (2008), *Reabilitação Urbana – o caso dos pequenos centros históricos*, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente

Vieira, Alice (1993), *Esta Lisboa*, Lisboa, Caminho

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Catulo, Kátia, *Centro histórico de Carnide está em perigo* in *A Capital*. Lisboa: Revista de Imprensa, nº 187 (4 OUT.2002) p.34.

Gonçalves, Estela, *Carnide: preservação de uma memória rural* in *Olissipo: boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*. Lisboa: II série, nº3 (1996), p.107-113.

MacDonald, João, *Lisboa das Aldeias* in *Agenda LX*. Lisboa: setembro 2005, p.12-19.

Oliveira, Teresa, *Zona histórica de Carnide descoberta em passeio com o CNC* in *Correio da Manhã* (22 JUN.1992).

A memória da cidade in *Revista Casa & Decoração*, ano 18, nº3 (JUN.-JUL. 1985).

Câmara preserva Carnide-Velho in *Revista Municipal*, nº15 (1º trim. 1986), p.69.

Centro histórico de Carnide: a importância dos restaurantes no seu desenvolvimento in *Carnide: boletim da Junta de Freguesia*, nº30 (AGO.2004), p.12-13.

FONTES DESENHADAS

Cópias digitais das peças desenhadas e escritas relativas aos projetos visados, constantes nos respectivos processos de obra, em depósito no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa. Processos:

42008, edifício sito na rua Neves Costa, n^{os} 74,76,78;

42764, edifício sito na rua Neves Costa, n^{os} 70, 72;

ENTREVISTAS

Ana Maria Narciso Canha Sevinante de Sousa, Engenheira

António Pereira, Reformado

Fernando Costa, Alfaiate

Rogério Vicente, Morador

WEBGRAFIA

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6114 consultado em 10 de maio de 2013

ANEXOS

Guião de entrevista

Piso / Habitação:

Data:

Hora de início da entrevista:

Hora de conclusão da entrevista:

a) Caracterização do entrevistado

Tipo de habitação:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Estado civil:

Grau de escolaridade:

Formação:

Profissão:

b) Percurso habitacional do entrevistado

1. Em que ano mudou a sua residência para esta habitação?

2. Qual é o regime de ocupação? É proprietário, inquilino...?

(No caso de se tratar de um proprietário)

3. Como obteve a sua propriedade?

(Se sim)

Porque razão? Comprou? Herdou?

(No caso de esta não ter sido o único local de residência)

4. Onde residia anteriormente?

Qual era a tipologia da anterior residência? Tratava-se de T1, 2, 3...?

Com quem morava? (grau de parentesco)?

Quais os motivos que a/o levaram a mudar de residência?

5. Quando escolheu esta casa, qual foi o factor decisivo?

O que teve mais peso na decisão?

- Localização
 - Zona...
 - Proximidade de factores pessoais/profissionais.
- Características da casa / fogo

(No caso da localização ter sido preponderante na decisão)

6. O que aprecia mais na zona? Como a descreve? Como a costuma designar?

(No caso das características da casa terem sido preponderantes na decisão)

7. O que mais lhe agradou na casa? A razão de ser uma construção antiga? A materialidade? As dimensões? A sua organização? O custo? Outro?

c) Caracterização do agregado doméstico

8. Podia me enumerar as pessoas com quem já morou nesta casa, e quando é que saíram e porquê?

Com quem vive atualmente (grau de parentesco)? Quais as suas idades, profissões e níveis de escolaridade?

d) Caracterização da moradia / fogo (programa funcional)

9. Quantos compartimentos tem a casa? (incluindo instalações sanitárias, cozinha, e caso haja despensa)

10. Que compartimentos tem?

11. Quais os compartimentos que se localizam na fachada principal?

12. Quais os compartimentos que se localizam nas traseiras?

13. Existem compartimentos interiores? Sem aberturas para o exterior?

(Se sim)

Quais?

14. Existem compartimentos sem acessos independentes? Sem comunicação com o corredor?

(Se sim)

Quais?

15. Existem compartimentos com ligação direta entre si? Através de uma janela ou porta...

(Se sim)

Quais?

e) Alterações realizadas no fogo /casa

16. Realizou alterações na casa?

(Se sim)

Que alterações realizou?

(Deixar o entrevistador responder livremente e posteriormente percorrer as várias hipóteses de transformações que não tenham sido referidas)

- Obras de manutenção
- Criação de novos compartimentos e eliminação de compartimentos existentes
- Ligação entre espaços
- Substituição de redes: eletricidade, água, gás, etc.

O que motivou a fazer essas alterações?

(Deixar o entrevistador responder livremente e posteriormente percorrer as várias hipóteses de motivos que não tenham sido referidas)

- Nova estruturação do agregado doméstico
- Necessidade de responder as diferentes tarefas domésticas
- Necessidade de mais privacidade
- Diferenciação de espaços para adultos e jovens (pais e filhos)
- Novas exigências de salubridade e de conforto, com a criação, ampliação ou melhoramento das instalações sanitárias, criação de compartimentos destinados ao tratamento de roupa, etc.)
- Novas exigências de espaços para novos equipamentos ou para guardar mais objetos

(No caso de não ter feito alterações)

17. Porque razão não realizou qualquer alteração?

(Se o motivo dado não for a satisfação com a situação atual)

Se pudesse, que alterações faria na casa? Porquê?

f) Caracterização da vida em casa

18. Que atividades habitualmente são desempenhadas em casa? Quem as costuma desempenhar? Em que espaços? Quem costuma passar mais tempo em cada espaço? (Percorrer as seguintes opções e permitir que sejam referidas outras atividades)

- Atividades domésticas (preparação de refeições, tratamento de roupa...)
- Alimentação – Refeições: (pequeno almoço, almoço, jantar, outra...)
- Estar – convívio em família
- Estar – individualizado
- Receber
- Dormir
- Trabalhar
- Estudar
- Brincar
- Higiene pessoal
- Vestir
- Outras? Quais?

19. Tem empregada que auxilie na execução das tarefas domésticas?

20. Descreva-me, por favor, um dia normal e de fim de semana da sua casa, quem costuma estar em casa, a que horas, que atividades desempenha, onde...

21. Costuma receber pessoas em casa?

(Se sim)

Normalmente, quem costuma receber (família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc.)?

- Convívio
- Profissional
- Apoio a algum agregado familiar

Quando costuma receber? Durante a semana ou fim-de semana? De dia ou fim do dia? Outra altura?

Quando recebe visitas, que compartimentos, usualmente, são frequentados pelas pessoas que recebe em casa?

g) Satisfação atual com a casa

22. Esta satisfeito com a sua atual casa?

Ao nível da casa:

23. Quais os aspectos que mais lhe agradam nesta casa / fogo? E os que mais lhe desagradam?

(Hipóteses possíveis de agrado/desagrado)

- Área
- Organização interna
- Equipamento disponível
- Exposição solar
- Inexistência de garagem
- Qualidade de construção
- Imagem estética do edifício

24. No seu entender, quais são os compartimentos que considera mais importantes? Porquê? Acrescentaria outro compartimento, se pudesse? Qual seria? Existe algum compartimento que tenha e que não considere relevante? Qual?

Ao nível do bairro

25. Quais os aspectos que mais lhe agradam neste bairro? E os que mais lhe desagradam?

(Hipóteses possíveis de agrado/desagrado)

- Estilo de vida proporcionada pelo bairro (proximidade com a vizinhança, comércio, serviços, etc.)
- Bairro histórico
- Segurança

Ao nível da localização:

26. Quais os aspectos que mais lhe agradam na localização da sua casa? E quais são os que mais lhe desagradam?

(Hipóteses possíveis de agrado/desagrado)

- Localização: proximidade com o local de trabalho , com familiares (pais, filhos, etc.) com amigos, etc.
- Acessibilidades (transportes públicos, tráfego automóvel, estacionamento, etc.)

27. Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

28. Se não escolhesse esta, que casa escolheria? Que atributos lhe eram mais importantes?

29. Quais são as vantagens para si em morar num edifício antigo? Porquê?

(Se não)

Teria preferência em morar numa construção recente?

E se o edifício fosse integralmente reabilitado, continuaria a preferir morar numa construção recente?

h) Informação sobre outras habitações/fogos dos casos de estudo

30. Relativamente às outras habitações/fogos no bairro, lembra-se de alguém que também aqui tenha morado?

(Se sim)

Com quem morava?

Quando deixou de aqui morar? Porquê

Qual era a sua profissão?

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CARNIDE/LUZ – REGULAMENTO – ANEXO II

FICHA DE PATRIMÓNIO

DESIGNAÇÃO Edifício de Habitação LOCALIZAÇÃO Rua Neves Costa, nº 74 e 76		Bens de Valor Patrimonial Relevante - XXXI
		IMP <input type="text" value="-"/>
CONDICIONANTES URBANÍSTICAS / PLANO DE URBANIZAÇÃO SUOPG <input type="text" value="14"/> ESTRUTURA ECOLÓGICA Área Verde de Integração e Enquadramento CLASSIFICAÇÃO DO ESPAÇO Área Histórica Estabilizada SERVIÇÕES E OUTROS CONDICIONAMENTOS Conjunto em Vias de Classificação Serviço Militar e Aeronáutica do Aeroporto de Lisboa Área de Potencial Valor Arqueológico		CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA ARQUITECTURA MILITAR / PARAMILITAR <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA RELIGIOSA <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA CIVIL NOBRE / APALAÇADA <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA CIVIL CORRENTE <input checked="" type="checkbox"/> ARQUITECTURA UTILITÁRIA <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO URBANO <input type="checkbox"/> OUTRA <input type="checkbox"/>
ESTADO DE CONSERVAÇÃO INTERIOR Bom EXTERIOR Bom		CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL BEM IMÓVEL CLASSIFICADO <input type="checkbox"/> BEM IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> SEM CLASSIFICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/>
OCUPAÇÃO FUNCIONAL PRIMITIVA Habitação ACTUAL Habitação		
DESCRIÇÃO E HISTÓRIA Trata-se de um edifício cuja raiz tipológica se integra no período mais antigo do primitivo núcleo habitacional do lugar de Carnide. Com a função habitacional, o edifício de dois pisos, com cobertura de 2 águas, assente sobre uma cornija, foi recuperado recentemente, tendo-lhe sido acrescentadas 3 trapeiras na cobertura, 2 das trapeiras na água que dá para a rua e uma trapeira com um pequeno terraço na água que dá para o logradouro. A inclinação da cobertura e a altura da cumeeira foram também alteradas. No piso térreo, a primitiva porta que corresponde ao nº 76 de polícia foi transformada numa janela de peito, mantendo no entanto, como vestígios da sua primitiva utilidade, as escadinhas da soleira. Terá sido mantido igualmente um pequeno óculo de iluminação interior junto à porta que tem o nº 78, que tipicamente se localizava lateralmente ou encimando as portas de entrada, para iluminação da escada que conduzia ao piso superior. As obras de recuperação, com excepção da cobertura, terão mantido no essencial as características, a volumetria e a traça originais do edifício, com portas independentes de acesso às habitações, directamente a partir da rua. Corresponde ao primitivo modelo de habitações desta zona mais antiga de Carnide, plurifamiliares, com áreas independentes no rés do chão e primeiro andar, com portas de entrada também independentes, reafirmado pela existência de diferentes números de polícia no mesmo edifício.		

REGRAS DE INTERVENÇÃO

FACHADAS	<p>Preservação da traça original do edifício e conservação de todos os elementos arquitectónicos e construtivos, sendo interdita a sua remoção ou alteração, nomeadamente dos vãos e dos elementos decorativos.</p> <p>Interdição de aposição de quaisquer elementos que possam descaracterizar a sua linguagem arquitectónica.</p>
COBERTURA	
MATERIAIS EXTERIORES	<p>Manutenção, preservação e valorização de todos os materiais originais.</p>
INTERIORES	
MATERIAIS INTERIORES	<p>Manutenção e preservação de cantarias.</p>
OUTROS	<p>Interdição de aposição de painéis ou de outros elementos publicitários, de ar condicionado ou de toldos ou mastros nas fachadas e na cobertura do edifício.</p> <p>Colocação das instalações eléctricas de modo a não serem vistas do exterior.</p>

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CARNIDE/LUZ – REGULAMENTO – ANEXO II

FICHA DE PATRIMÓNIO

DESIGNAÇÃO Edifício de Habitação LOCALIZAÇÃO Rua Neves Costa, nº 70 e 72		Bens de Valor Patrimonial Relevante - XXX
		IMP <input type="text" value="-"/>
CONDICIONANTES URBANÍSTICAS / PLANO DE URBANIZAÇÃO SUOPG <input type="text" value="14"/> ESTRUTURA ECOLÓGICA Área Verde de Integração e Enquadramento CLASSIFICAÇÃO DO ESPAÇO Área Histórica Estabilizada SERVIÇOS E OUTROS CONDICIONAMENTOS Conjunto em Vias de Classificação Serviço Militar e Aeronáutica do Aeroporto de Lisboa Área de Potencial Valor Arqueológico		CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA ARQUITECTURA MILITAR / PARAMILITAR <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA RELIGIOSA <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA CIVIL NOBRE / APALAÇADA <input type="checkbox"/> ARQUITECTURA CIVIL CORRENTE <input checked="" type="checkbox"/> ARQUITECTURA UTILITÁRIA <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO URBANO <input type="checkbox"/> OUTRA <input type="checkbox"/>
		CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL BEM IMÓVEL CLASSIFICADO <input type="checkbox"/> BEM IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> SEM CLASSIFICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/>
		ESTADO DE CONSERVAÇÃO INTERIOR Bom EXTERIOR Bom
		OCUPAÇÃO FUNCIONAL PRIMITIVA Habitação ACTUAL Habitação
DESCRIÇÃO E HISTÓRIA Trata-se de um edifício cuja tipologia se integra no período mais antigo do primitivo núcleo habitacional do lugar de Carnide, com a função habitacional, de dois pisos, com cobertura sanqueada de 4 águas, assente sobre uma cornija. O alçado principal é mais elaborado ao nível do 2º piso, com janelas de peito ladeando uma janela de sacada de acesso a uma varanda estreita com varandim em ferro trabalhado, que acompanha toda a largura da fachada, assente sobre um friso de cantaria. Todos os vãos são emoldurados com cantarias grossas e simples, sendo as portas, portadas e caixilhos em madeira pintada segundo a paleta e as cores tradicionais. A porta de acesso ao fogo do piso superior é totalmente apainelada, enquanto que a porta de acesso ao fogo do piso térreo, que dispõe apenas de uma janela para a rua, é de duas folhas com postigos de grandes dimensões, assegurando a passagem da luz natural para o interior. Embora recuperado, o edifício mantém as suas características, a volumetria e a traça originais, com portas independentes de acesso às habitações, directamente a partir da rua. Corresponde ao primitivo modelo de habitações desta zona mais antiga de Carnide, plurifamiliares, com áreas independentes no rés do chão e primeiro andar, com portas de entrada também independentes, reafirmado pela existência de diferentes números de polícia no mesmo edifício.		

REGRAS DE INTERVENÇÃO

FACHADAS	<p>Preservação da traça original do edifício e conservação de todos os elementos arquitectónicos e construtivos, sendo interdita a sua remoção ou alteração, nomeadamente dos vãos e dos elementos decorativos.</p> <p>Interdição de aposição de quaisquer elementos que possam descaracterizar a sua linguagem arquitectónica.</p>
COBERTURA	<p>Manutenção das características da cobertura no que se refere à geometria e materiais.</p>
MATERIAIS EXTERIORES	<p>Manutenção, preservação e valorização de todos os materiais originais.</p>
INTERIORES	<p>Restauração e preservação dos elementos construtivos e decorativos, nomeadamente, pavimentos, lambris, caixilharias, portas, portadas e tectos.</p>
MATERIAIS INTERIORES	<p>Manutenção e preservação de madeiramentos e cantarias. Utilização de técnicas e materiais idênticos aos originais.</p>
OUTROS	<p>Interdição de aposição de painéis ou de outros elementos publicitários, de ar condicionado ou de toldos ou mastros nas fachadas e na cobertura do edifício.</p> <p>Colocação das instalações eléctricas de modo a não serem vistas do exterior.</p>

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV (2004), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, s/L, Instituto Português do Património Arquitectónico

AAVV (1965), *Les visionnaires de l'architecture*, Paris, Robert Laffont

Co, Francesco Dal (1994), Periquito, Margarida (2001), (trad.) (1ª ed.) *Tadao Ando – as obras, os textos, a crítica*, s/L, Dinalivro

França, José-Augusto (2005), *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Livros horizonte

Huxley, Aldous (1932), Oliveira, Vidal de e Vallandro, Lino (1979), (trad.) (5ª ed.) *Admirável mundo novo*, s/L, Editora Porto Alegre

Monteys, Xavier, Ribeiro, Luiz M.G. (2005), (trad.) *Le Corbusier: obras y proyectos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili

Neves, José Manuel das (2007), *Arquitecturas – programa, conceito, matéria*, s/L, Caleidoscópico

Pinto, Jorge Cruz, (2007) (1ª ed.) *A caixa – metáfora e arquitectura*, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, ACD Editores

Pinto, Jorge Cruz, (2007) (1ª ed.) *O espaço-limite – produção e recepção em arquitectura*, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, ACD Editores

Rossa, Walter (1998), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico

Ryabushin, Alexander, Smolia, Nadia, (1992) *Landmarks of Soviet architecture 1917-1991*, New York, Rizzoli

Toussaint, Michel (ed.) (2009) *Anuário arquitectura 12*, s/L, Caleidoscópico

Vidiella, Àlex Sánchez, (s/D) *Atlas de arquitectura del paisaje*, (s/L), Loft

ANEXOS

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade curricular: Projecto Final de Arquitectura

Código:

Tipo: lectivo; Trabalho de Projecto

Nível: 2ºciclo

Ano curricular: 2012/2013

Semestre: Anual

N.º de créditos: 45 ECTS

Horas de trabalho total:

Horas de contacto:

Língua (s) de ensino: Português

Pré-requisitos: precedências requeridas: Projecto de Arquitectura II

Área científica: Arquitectura

Departamento: Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Docentes: Paulo Tormenta Pinto (coordenador), José Luís Saldanha, Ana Vaz Milheiro (Lab. Teoria e História da Arquitectura e do Urb.), Sandra Marques Pereira (Lab. Sociologia), Sara Eloy (Lab. Tecnologias da Arquitectura), Pedro Costa (Lab. Economia);

Objectivos (conhecimentos a adquirir e competências a desenvolver):

Projecto Final de Arquitectura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.

Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adoptar.

Outro objectivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitectura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:

Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano lectivo. Será o “Mundo Novo” (Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central

que desenvolveremos em 2012/2013.

O programa da UC de Projecto Final em Arquitectura consiste na elaboração de um Trabalho de Projecto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projecto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projectual e outra de âmbito teórico. A intenção genérica que será trabalhada junto dos alunos finalista do Mestrado Integrado sustenta-se sobre o paradoxo da impossibilidade de construir um optimismo panfletário no momento contemporâneo, considerando-se que ao inverso de Aldous Huxley. Este tema procura enquadrar o conflito entre os herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que crêem numa organização “neo-ruralista” ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da “mãe natureza”.

Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto.

Através dos manifestos ligados às artes e à arquitectura, é possível entender um pressuposto idealista de futuro, associado a uma visão de organização social sempre assente numa ideia de ruptura e de edificação de um novo paradigma. Desde Ornamento e Delito (1908) ao Manifesto de De Stijl (1918), da carta de Atenas (1933), ao manifesto de Doorn (1958), do manifesto Situacionista (1960), a Delirious New York (1978). Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture* de Ulrich Conrads que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Vertente Projectual

Serão desenvolvidos como arranque desta UC um conjunto de trabalhos de carácter abstracto, procurando-se fixar ferramentas compositivas úteis aos exercícios de fundo que serão desenvolvidos. Posteriormente serão delineados os objectivos concretos da vertente projectual que passam por uma intervenção abrangente que terá como área de estudo o eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras (através da Rua das Amoreiras). Este eixo permite reconhecer diversos momentos urbanos e arquitectónicos que, ao longo do tempo ali se implantaram. Estes extractos temporais serão analisados, não

só do ponto de vista morfológico, mas também a partir do pressuposto ético que enquadrou a sua implementação.

A marcar um dos extremos deste percurso pode reconhecer-se a cidade do século XVIII, com uma forte

referencia no Largo do Rato, quer seja através do seu carácter prévio de terreiro periférico de acesso ao centro da cidade, quer seja como lugar referenciado nas grandes construções infra-estruturais, como a mãe de água do aqueduto da águas livres que pontua o ingresso no festo da sétima colina – manifestação fundamental da cidade iluminista.

Na outra extremidade desta área de estudo pode observar-se a centralidade contemporânea promovida no entorno do complexo das Amoreiras, de Tomás Taveira, que a partir do final dos anos 80 se somou a intervenções de grande escala já existentes naquele local, tais como os imóveis habitacionais e de escritórios promovidos por arquitectos como Fernando Silva ou Conceição Silva.

O eixo urbano em estudo permitirá ainda estabelecer relações com a uma parte da cidade dos anos 30 e 40 na encosta voltada para o Parque Eduardo VII, possibilitando também compreender o início da expansão da periferia urbana e do impacto da vias rodoviárias urbanas. Todas estas *layers* temporais serão debatidas em função do idealismo lhes está associado. Deste modo pretende estabelecer-se linhas interpretativas que permitam relacionar estes pensamento prospectivo, com os modelos urbanos associados. A meio do primeiro semestre será também realizado, em período de tempo limitado de 2 a 3 semanas, um

workshop na cidade guineense de Bafatá, tendo como base a elaboração de um memorial/centro de estudos, em torno da figura de Amílcar Cabral.

Os respectivos enunciados de cada um dos exercícios serão fornecidos aos alunos em formulários distribuídos na sala de aula.

Vertente Teórica

A vertente teórica da UC de Projecto Final de Arquitectura será desenvolvida, de acordo com a regulamentação expressa no REACC do DAU. Ao início do ano lectivo serão

propostos 4 laboratórios de investigação, que colocarão linhas de pesquisa autónomas nas áreas científicas de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo, da Economia, da Sociologia e das Tecnologias de Arquitectura, cada uma destas áreas terá um docente responsável. Os diversos programas de investigação serão lançados na primeira semana lectiva, cabendo aos estudantes a escolha de uma das linhas de investigação.

Considerando a temática de fundo que orienta o programa desta Unidade Curricular, abrem-se possibilidades de investigação que serão especificadas e delineadas pelos docentes responsáveis de cada um dos laboratórios.

Preende-se deste modo que os trabalhos teóricos possam assumir-se como instrumentos de aprofundamento dos conteúdos programáticos traçados, em Projecto Final de Arquitectura.

Bibliografia básica:

HUXLEY, Aldous *Admirável Mundo Novo*, Livros do Brasil, Lisboa, 1981; (BNP)

CONRADS, Ulrich *Programs and Manifestos on 20th-century architecture*

TAFURI, Manfredo - *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Presença, Lisboa,

1985; (ISTE-IUL)

TAFURI, Manfredo – *The Sphere and the Labyrinth - Avant-Gardes and Architecture from Piranesi to the*

1970s, MIT Press, Massachusetts, 1987; (ISCTE-IUL)

FUKUYAMA, Francis *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva, Lisboa, 1992; (ISCTE-IUL)

CHOAY, Françoise *O Urbanismo, Utopias e Realidades - Uma Antologia*, editora Perspectiva, São Paulo, 2002; (ISCTE-IUL)

THOREAU, Henry David *Walden ou a vida nos bosques*, 2ª ed. Lisboa : Antígona, 1999 (BNP)

SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*, The Free Press, Nova Iorque, 1965 (ISCTE-IUL)

MORE, Thomas *A Utopia*, Guimarães & Ca, 8ª edição, Lisboa, 1992 (ISCTE-IUL)

Bibliografia complementar:

AA.VV. *Revista AV* - Pragmatismo e Paisagem, nº 91 de Setembro/ Outubro de 2001;
DELEUZE, Gilles - *El Pliegue*, Ediciones Paidós, Barcelona, 1989
MONTANER, Josep Maria – *Después del Movimiento Moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 2ª ed., Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1995;
MURPHY, John – *O Pragmatismo – de Pierce a Davidson*, Edições Asa, Porto 1993;
SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Diferencias. Topografía De La Arquitectura Contemporánea*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1995;
SOLÀ-MORALES, Ignasi – *Territórios*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 2006;

Processo de ensino-aprendizagem:

O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes.

Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas lectivas da UC. Estão também previstos um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Processo de avaliação:

Será atribuída uma classificação final (de 0 a 20 valores) no final do 2º semestre atribuída em júri.

No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno.

As classificações a atribuir terão em linha de conta a qualidade dos trabalhos elaborados. Será dada uma atenção à assiduidade que entrará como parâmetro no processo de avaliação.

Todo o processo de avaliação final da UC de Projecto Final de Arquitectura esta explicitado do REACC

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

Exercício de Arranque e Aquecimento

Título: marca, texto e espaço:

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores, para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários

- Objecto de uso comum;
- Papel cavalinho A2;
- Tinta da China;
- Materiais para maquete a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os alunos constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....

O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho.

O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.

Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.

Posteriormente, considerando-se um volume de 30 cm³ como limite, será realizada 1 maquete que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maquete deverá definir-se a escala esta irá ser representada.

A materialização da maquete deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em:

- planos;
- Subtracções;
- Adições

A entregar:

Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;

Caderno com formato 21x21 cm onde se inclui:

- impressão digitalizada da marca seleccionada
- O texto ilustrativo;
- Imagens fotográficas da maquete;
- Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete;
- Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esboços relativos às espacialidades representadas pela maquete. Estes esboços deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado);
- Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de *story board*, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação:

Digital tipo Power-point, com exibição da maquete e marca na sala de aula.

Calendário do Exercício

Início – dia 18 de Setembro

Entrega e apresentação – dia 4 de Outubro

Lisboa, 18 de Setembro 2012

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-13

TEMA I - Trabalho Individual, 1º Semestre.

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projecto de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e política poderá influenciar os modos de vida e a relação do individuo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício.

Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

Entregas e Avaliação:

- 1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maquete esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;
- 2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)
- Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)
- Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se a este a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

ISCTE-IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-2013

Tema II - Trabalho de Grupo, 1º Semestre.

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business Centre). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver, naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo para outros investimentos que ampliaram aos programas comércio e serviços, à habitação e hotelaria.

Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano a este tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é possível lançar sobre aquela envolvente local um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica, associada a uma perda de expectativa económica daquele tecido.

O objectivo do Tema II, passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo, neste caso, a colina das Amoreiras na sua relação com a inserção urbana ao centro de Lisboa a partir Largo do Rato.

Este estudo permitirá também um reconhecimento da área de estudo e de suas potencialidades, pretendendo-se com isto criar bases para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III

1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção de um determinado território torna-se imprescindível o seu conhecimento.

Para esse efeito dever-se-á possuir a informação necessária para avaliar a potencialidade dos sítios e os conflitos existentes de modo a formular propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:

- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:- P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2 Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregarem:

- Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000

- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esquiços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ª fase)

Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012

Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

ISCTE – IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-13

TEMA III– Trabalho de Grupo, 2º Semestre.

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados conve-

nientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;
2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as acções de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.
3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);

Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

ISCTE – IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-13

TEMA IV – Trabalho Individual, 2º Semestre.

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.

Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de

projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:

Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:

1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

Entregas e Avaliação:

O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

Modelo de Apresentação

A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato 21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

Enunciado

No primeiro semestre será realizado um trabalho de investigação de grupo centrado no tema - Tradição e Modernidade: (co)habitações em territórios metropolitanos - a desenvolver num dos territórios seguintes: Mouraria, Carnide Velho ou Bairro de Caselas. Este trabalho segue o formato já experimentado noutros anos e tem como objectivo o ensaio partilhado de diversas competências de investigação: definição da pergunta de partida, enquadramento, metodologias de recolha e análise de informação, entre outras. Trata-se de um momento de experimentação e preparação dos alunos para o trabalho individual a realizar no segundo semestre.

